



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELATÓRIO FINAL

CPI DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Novembro/2023



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do Distrito Federal. investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os poderes da República Federativa do Brasil. Criada conforme Requerimento nº 1/2023 e Ato do Presidente nº 138/2023. Prorrogada conforme Requerimento nº 795/2023.

Composição:

Membros Titulares:

Presidente: **Deputado Chico Vigilante (PT)**
Vice-Presidente: **Deputada Jaqueline Silva (MDB)**
Relator: **Deputado Hermeto (MDB)**
Membro: **Deputado Robério Negreiros (PSD)**
Membro: **Deputado Joaquim Roriz Neto (PL)**
Membro: **Deputado Pastor Daniel de Castro (PP)**
Membro: **Deputado Fábio Felix (PSOL)**

Suplentes:

Deputado Gabriel Magno (PT)
Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA)
Deputado Iolando (MDB)
Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS)
Deputado Roosevelt Vilela (até 22/03/2023) – (PL)
Deputado Thiago Manzoni (a partir de 23/03/2023) – (PL)
Deputado Pepa (PP)
Deputada Dayse Amarilio (até 23/03/2023) – (PSB)
Deputado Max Maciel (a partir de 24/03/2023) – (PSOL)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Assessoria:

Sarah Delma Almeida Vasconcelos –
Secretária da CPI

Nilma Silva Araújo – Equipe SACT

Thiago Henrique Mendes Miranda –
Equipe SACT

Bárbara Kahena Martin de Lima –
Equipe SACT

Hilton Kazuo Sabino Kawashita –
Equipe SACT

Eduardo Octávio Teixeira Alvares –
Coordenador – Assuntos Jurídicos

Delegado João Maciel Claro –
Coordenador de Investigação
(Externa)

Delegado Luiz Gustavo Neiva
Ferreira – Coordenador de
Investigação (Interna)

Delegado Bruno Rios Ehndo –
Investigação e Produção do
Relatório Final

Giancarlo Brugnara Chelotti –
Coordenador – Documentação
Externa

Michelle Prado Gonçalves –
Coordenadora – Documentação
Interna

Eliana Magalhães da Cunha Costa –
Analista Legislativo

Alexandre Cardoso Sahadi -
Consultor Legislativo

Leonardo Cimon Simões de Soares –
Consultor Legislativo

Rodrigo Alfonso Campestrini –
Procurador Legislativo

Bernardo de Oliveira Telles –
Procurador Legislativo

Rafael Cardoso Vacanti – Procurador
Legislativo

Luiz Alberto Alves Ferreira –
Coordenador de Polícia Legislativa

Antônio Serafim Neto – Chefe da
SSL

Flávio Azevedo Mineiro – Chefe da
SSP

Matheus Paixão de Oliveira – Policial
Legislativo

Márcio Reis da Silva – Policial
Legislativo

Douglas da Silva Curinga - Escrivão
de Polícia

Paulo Cezar Aurelio Rodrigues –
Agente de Polícia

Amaury Saraiva Magalhães – Agente
de Polícia

Carlos Rodrigues Neto - Agente de
Polícia

Edevandir Coelho da Silva - Agente
de Polícia

Denis Almeida Proculi - Escrivão de
Polícia

César Augusto Ribeiro da Fonseca –
Consultor-Técnico Legislativo

André Figueiredo Ramos –
Estagiário

Iago Henrique Mardones Sanglard –
Estagiário

João Victor de Sousa Rocha -
Estagiário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO	8
3	DA CPI DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS	10
3.1	Da instauração, do fato determinado e do prazo certo	10
3.2	Da composição	11
3.3	Dos trabalhos	12
4	DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES NA CAPITAL FEDERAL	166
4.1	Da legislação pertinente às manifestações no Distrito Federal	17
5	DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	18
5.1	Da relação entre os órgãos de segurança pública do DF.....	20
5.2	Da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal	22
5.2.1	Da Subsecretaria de Inteligência – SI	23
5.2.2	Da Subsecretaria de Operações Integradas – SOPI.....	26
5.3	Da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF	29
5.3.1	Do Departamento de Operações – DOP	311
5.3.2	Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF “Manifestações no DF” ..	344
5.3.3	Da expertise da PMDF nos Atos Públicos no Distrito Federal	377
6	DO ACAMPAMENTO EM FRENTE AO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO EM BRASÍLIA.....	411
6.1	Das ações para desmobilização do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército	51
6.2	Dos atos e eventos vinculados ao acampamento em frente ao Quartel-General do Exército	56
7	DOS ATOS DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2022	57
8	DOS ATOS DO DIA 24 DE DEZEMBRO DE 2022	655
9	DOS ATOS DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2023.....	75
10	DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS DA CPI.....	108
10.1	Dos depoimentos e declarações.....	109



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



10.1.1	Fernando de Souza Oliveira	109
10.1.2	Marília Ferreira Alencar	112
10.1.3	Jorge Eduardo Naime Barreto.....	1155
10.1.4	Júlio Danilo Souza Ferreira	1199
10.1.5	Jorge Henrique da Silva Pinto.....	121
10.1.6	Joveci Xavier de Andrade	1244
10.1.7	Cíntia Queiroz de Castro	125
10.1.8	Adauto Lúcio de Mesquita	128
10.1.9	Fábio Augusto Vieira	129
10.1.10	Gustavo Henrique Dutra de Menezes.....	132
10.1.11	Augusto Heleno Ribeiro Pereira.....	135
10.1.12	Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues	138
10.1.13	Klepter Rosa Gonçalves	140
10.1.14	Marco Edson Gonçalves Dias.....	145
10.1.15	Alan Diego dos S. Rodrigues e George Washinton de Oliveira Sousa.....	148
10.1.16	Flávio Silvestre de Alencar	151
10.1.17	Anderson Gustavo Torres	154
10.1.18	Leonardo de Castro Cardoso.....	158
10.1.19	José Acácio Serere Xavante e Armando Valentin Settin Lopes de Andrade	161
10.1.20	Carlos José Russo Assumpção Penteado	165
10.1.21	Walter Delgatti Neto.....	167
10.1.22	Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra	170
10.1.23	Ana Priscila Silva de Azevedo	17374
10.1.24	Wellington Macedo de Souza	177
10.1.25	José Eduardo Natale de Paula Pereira.....	180
10.1.26	Saulo Moura da Cunha	1833
10.1.27	Claudio Mendes dos Santos	185
10.1.28	Reginaldo de Souza Leitão	188
10.2	Dos requerimentos	190



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



10.2.1	Dos contratantes das tendas, toldos e banheiros químicos	191
10.2.2	Dos contratantes dos ônibus fretados para o Distrito Federal	193
10.2.3	Das quebras de sigilo.....	270
10.2.4	Do compartilhamento de provas	273
10.2.5	Do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.....	27676
10.2.5.1	Da Agência Brasileira de Inteligência	279
11	DOS FATOS IMPORTANTES PARA COMPREENSÃO DOS ATOS DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2023	280
12	DAS APURAÇÕES RELACIONADAS A POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	295
13	DAS APURAÇÕES RELACIONADAS À SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	333
14	DAS APURAÇÕES RELACIONADAS AO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI.....	352
15	DAS APURAÇÕES RELACIONADAS AOS FINANCIADORES DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS	37171
16	CONSIDERAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS	380
16.1	Das práticas criminosas e relação de causalidade	380
16.2	Do crime de associação criminosa	38383
16.3	Do crime de dano	3844
16.4	Da incitação ao crime	3866
16.5	Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito	3877
16.6	Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	3899
16.7	Do crime de terrorismo	39090
17	DOS INDICIAMENTOS	3933
17.1	Da Polícia Militar do Distrito Federal.....	3944
17.2	Da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF.....	400
17.3	Do Gabinete de Segurança Institucional.....	4066
17.4	Dos Financiadores	41010
18	CONCLUSÃO	42121
19	DOS ENCAMINHAMENTOS E PROPOSIÇÕES.....	4288



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



19.1	Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal	4288
19.2	Da Polícia Militar do Distrito Federal.....	43131
19.2.1	Recomposição de efetivo	43131
19.2.2	Recomposição salarial.....	4344
19.2.3	Valorização do serviço operacional e incentivo à permanência na atividade.....	4344
19.2.4	Equipamentos e condições de trabalho	4355
19.3	Política Remuneratória da PCDF	4366
19.3.1	Reestruturação da Polícia Civil do Distrito Federal	4367
19.4	Demais encaminhamentos e proposições.....	43141



1 INTRODUÇÃO

O Estado Democrático de Direito é um sistema que se fundamenta no respeito às leis e à Constituição, estabelecendo um equilíbrio entre os poderes públicos e garantindo os direitos fundamentais dos cidadãos. Esse modelo de Estado coloca a soberania nas mãos do povo, refletida na participação ativa dos indivíduos no processo político.

Nesse sentido, a participação popular assume variadas formas, sendo as eleições, plebiscitos, referendos, audiências públicas e manifestações algumas das maneiras pelas quais os cidadãos exercem sua influência na tomada de decisões políticas. Esses mecanismos não apenas permitem que a voz do povo seja ouvida, mas também fortalecem os alicerces da democracia ao garantir que as decisões sejam tomadas de acordo com a vontade coletiva.

No entanto, é essencial ressaltar no que se refere as manifestações populares, que estas devem estar enraizadas no respeito às instituições democráticas. O desrespeito a esses pilares, como os poderes constituídos, o sistema eleitoral, a Constituição e as leis, pode minar a confiança na estrutura democrática, gerando um clima de descrença na política.

Esse cenário de desconfiança pode levar a situações de polarização e radicalização na sociedade. Quando o debate de ideias é substituído pela imposição de opiniões e a sociedade se afasta do diálogo construtivo, há um risco maior de instabilidade. O surgimento de regimes de exceção se torna uma ameaça quando as bases democráticas são enfraquecidas.

Os eventos ocorridos no Brasil após as eleições presidenciais de 2022, marcaram um período de tensão e perturbação à estabilidade institucional. Um grupo de indivíduos, partidários do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, descontentes com o resultado eleitoral, alegando convicção de fraude, empreendeu uma série de ações que envolviam desordem e violência.



Inicialmente, houve o ataque à sede da Polícia Federal, com incêndio a veículos e coletivos na área central de Brasília, criando um clima de agitação e insegurança. Em um episódio posterior, uma bomba foi instalada nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília, agravando ainda mais a situação e gerando um clima de temor na capital. No ápice dessa sequência de ações violentas, ocorreu a invasão e a depredação dos prédios que abrigam os Três Poderes da República, ato que foi amplamente repudiado pela sociedade e que abalou as bases das instituições democráticas do país.

Diante dos graves acontecimentos, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, cumprindo seu papel constitucional, instaurou, em 09 de janeiro de 2023, a Comissão Parlamentar de Inquérito, denominada **CPI dos Atos Antidemocráticos**, a qual foi concebida para investigar todas as circunstâncias relacionadas aos atos do dia 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, eventos que causaram significativo impacto social e ganharam enorme destaque na mídia, tanto nacional quanto internacional.

Com essa iniciativa esta Casa de Leis buscou, orientada pelos preceitos de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência, esclarecer para toda sociedade as responsabilidades quanto a esses acontecimentos, os quais, conforme dito, representaram verdadeira ameaça aos princípios fundamentais da democracia.

Feita essa predicação, é com grande responsabilidade que se apresenta o **Relatório Final da CPI dos Atos Antidemocráticos**, cujo propósito foi relatar detalhadamente as atividades e procedimentos adotados, investigar os eventos destacados, expor suas conclusões, assim como, também, informar sobre a função parlamentar fiscalizadora.

Registra-se, por fim, que todas as ações foram conduzidas estritamente dentro dos limites constitucionais de atuação, garantindo o respeito às leis e aos princípios democráticos vigentes no país.



2 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

O poder de investigar, ao lado da função precípua de legislar, constitui-se numa das mais importantes atribuições do Poder Legislativo, e se projeta dentro das suas múltiplas competências constitucionais, traduzindo-se como relevante mecanismo de fiscalização, controle e correição para sociedade.

É a Comissão Parlamentar de Inquérito o instrumento jurídico do Poder Legislativo para esse desiderato, possuindo poderes investigativos próprios das autoridades judiciais, criadas sempre por prazo certo e para apuração de fatos determinados, dotados de relevância para ordem pública, constitucional, econômica e social. Ressalte-se, nesse particular, que os trabalhos da CPI estão sujeitos às limitações constitucionais e ao controle judicial.

Regulamentada pela Lei nº 1.579/52¹, as Comissões Parlamentares de Inquérito adquirem maior relevância no cenário político nacional a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Assim dispõe o artigo 58, § 3º, da Carta Magna:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

[...]

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1579-18-marco-1952-322207-normaatuizada-pl.html>



No âmbito distrital, a Comissão Parlamentar de Inquérito é regulamentada pelo artigo 68, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, assim como pelo artigo 72 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Vejamos:

Art. 68. A Câmara Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no seu regimento interno ou no ato legislativo de que resultar sua criação.

[...]

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno, serão criadas mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara Legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo; sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para que promovam a responsabilidade civil, criminal, administrativa ou tributária do infrator.

Art. 72. As comissões parlamentares de inquérito serão criadas pela Câmara Legislativa, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento Interno e na legislação.

É válido dizer que a concessão constitucional de poderes próprios das autoridades judiciais às Comissões Parlamentares de Inquérito, não raramente, acaba por confundir a sociedade e a imprensa que avaliam o resultado do seu trabalho com base na quantidade de autoridades, agentes políticos e cidadãos que, por meio dela, venham a ser efetivamente punidos. Tal não é o critério correto a ser adotado na avaliação dos trabalhos de uma CPI. Com efeito, os poderes das comissões parlamentares de inquérito são meramente investigatórios. Por conseguinte, o verdadeiro propósito das comissões é colher informações, identificar irregularidades, apontar soluções e proceder ao encaminhamento aos órgãos competentes para fins de responsabilização, se for o caso, criminal, civil e administrativa.



3 DA CPI DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

3.1 Da instauração, do fato determinado e do prazo certo

Em 09 de janeiro de 2023, na efetiva e concreta expressão do seu poder de investigação, com fundamento no artigo 68, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como nos artigos 72 e 74 do Regimento Interno desta Casa de Leis, os 24 Deputados Distritais desta Câmara Legislativa, por meio do Requerimento nº 1/2023, requereram ao seu presidente a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito objetivando investigar os atos preparatórios e executórios ocorridos no Distrito Federal nos dias 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Para tanto, apresentaram a seguinte justificção:

Nos dias 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, a sociedade brasileira – e o mundo – acompanharam atônitos o ataque promovido contra os Poderes instituídos democraticamente em nosso País e contra órgãos e entidade públicos. Cada um dos Poderes, cada qual a atuar nos pilares constitucionais da independência e harmonia, sofreram brutais ataques jamais vistos na história brasileira. A violência desproporcional às instituições, e, conseqüentemente, a seus representantes democraticamente eleitos, representam verdadeiro retrocesso de nossa sociedade, ultrapassando os limites dos direitos e garantias individuais previstos em nossa Carta Magna.

A violência retratada especialmente na tarde do último domingo na Capital Federal teve como efeito a decretação de intervenção federal na segurança pública de nosso estado, o que representa o mais grave instrumento de cerceamento da autonomia política deste Ente subnacional, fato concreto que deve ser investigado na forma da lei, imputando os atos comissivos e omissivos aqueles que incorreram em tais crimes.

Em obediência ao regramento constitucional, restou consignado no Requerimento nº 1/2023 que a CPI dos Atos Antidemocráticos teria duração de 180 dias, prorrogáveis pela metade, nos termos regimentais, sendo composta por 07 membros, respeitada a proporcionalidade partidária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.



Em face à complexidade dos fatos investigados e conforme Requerimento nº 795/2023, publicado no Diário da Câmara Legislativa de 23/08/2023 e republicado em 01/09/2023, a duração da Comissão Parlamentar de Inquérito foi prorrogada por mais 90 dias, sendo encerrada em 05/12/2023, data limite para a apresentação do presente relatório.

3.2 Da composição

Por meio do Ato do Presidente nº 116/2023, em conformidade com as indicações dos Blocos Parlamentares e Partidos, determinou-se a publicação, no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da composição nominal da CPI dos Atos Antidemocráticos. Na ocasião, houve convocação de seus membros para Reunião Extraordinária para fins de eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Assim, em 07 de fevereiro de 2023, por meio do Ato do Presidente nº 138/2023, foram escolhidos o Presidente e a Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como designado seu Relator.

- **Presidente:** Deputado Chico Vigilante (PT);
- **Vice-Presidente:** Deputada Jaqueline Silva (AGIR);
- **Relator:** Deputado Hermeto (MDB);
- **Membros:** Deputado Robério Negreiros (PSD);
Deputado Joaquim Roriz Neto (PL);
Deputado Pastor Daniel de Castro (PP);
Deputado Fábio Felix (PSOL);
- **Suplentes:** Deputado Gabriel Magno (PT);
Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA);



Deputado Iolando (MDB);

Deputado Martins Machado (REPUBLICANOS);

Deputado Roosevelt Vilela (PL);

Deputado Pepa (PP);

Deputado Dayse Amarilio (PSB).

Os Deputados Suplentes Dayse Amarilio e Roosevelt Vilela foram substituídos, respectivamente, pelos Deputados Max Maciel (PSOL) e Thiago Manzoni (PL), conforme publicações no DCL dos dias 23 e 24/03/2023.

3.3 Dos trabalhos

Os trabalhos da CPI se iniciaram em 14/02/2023, data de realização da 1ª Reunião Ordinária, onde foram aprovados 18 Requerimentos, sendo 11 de convocação de depoentes, 02 de quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático e 05 de solicitação de informações ou dados.

Ao todo foram apresentados 212 requerimentos, dos quais 151 foram apreciados e aprovados, 02 rejeitados e 57 não apreciados. Ademais, foram expedidos 200 ofícios, sendo a grande maioria solicitando informações às Instituições, Órgãos e Agências envolvidas, direta ou indiretamente nos atos dos dias 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, gerando uma grande quantidade de documentos que passaram pela análise da CPI.

Concomitante a isso, foram formalizadas diversas convocações e convites para que Autoridades Públicas, Oficiais do Exército, Oficiais da PMDF, servidores públicos e pessoas diversas, comparecessem à comissão, seja na qualidade de investigados, seja na qualidade de testemunhas, para prestarem esclarecimentos a respeito do objeto da CPI. Foram entrevistadas as seguintes pessoas:



2ª RO	02/03/2023	-	Oitiva de Fernando de Souza Oliveira, Ex-secretário Executivo da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF;
3ª RO	09/03/2023	-	Oitiva de Marília Ferreira Alencar, Ex-subsecretária de Inteligência da SSP/DF;
4ª RO	16/03/2023	-	Oitiva de Jorge Eduardo Naime Barreto, Ex-chefe do Departamento Operacional da PMDF;
5ª RO	23/03/2023	-	Oitiva de Júlio Danilo Souza Ferreira, Ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal;
6ª RO	30/03/2023	-	Oitiva de Jorge Henrique da Silva Pinto, Ex-coordenador da Subsecretaria de Inteligência;
7ª RO	13/04/2023	-	Oitiva de Joveci Xavier de Andrade, empresário do ramo atacadista;
9ª RO	27/04/2023	-	Oitiva de Cíntia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas da SSP/DF;
10ª RO	04/05/2023	-	Oitiva de Adauto Lúcio de Mesquita, empresário do ramo atacadista;
11ª RO	11/05/2023	-	Oitiva de Fábio Augusto Vieira, Ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal;
12ª RO	18/05/2023	-	Oitiva de Gustavo Henrique Dutra de Menezes, Ex-comandante do Comando Militar do Planalto do Exército Brasileiro;
14ª RO	01/06/2023	-	Oitiva de Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Palácio do Planalto;
15ª RO	05/06/2023	-	Oitiva de Marcelo Casimiro Vasconcelos



			Rodrigues, Ex-comandante do 1º CPR/PMDF;
16ª RO	15/06/2023	-	Oitiva de Klepter Rosa Gonçalves, Ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal;
17ª RO	22/06/2023	-	Oitiva de Marco Edson Gonçalves Dias, Ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional;
18ª RO	29/06/2023	-	Oitiva de Alan Diego dos Santos Rodrigues e George Washington de Oliveira Sousa, autores da tentativa de explosão do caminhão tanque no Aeroporto Internacional de Brasília;
19ª RO	03/08/2023	-	Oitiva de Flávio Silvestre de Alencar, Ex-subcomandante do 6ª BPM/1º CPR/PMDF;
20ª RO	10/08/2023	-	Oitiva de Anderson Gustavo Torres, Ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal;
21ª RO	17/08/2023	-	Oitiva de Leonardo de Castro Cardoso, Diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado;
23ª RO	31/08/2023	-	Oitiva de José Acácio Serere Xavante, líder indígena Xavante da Terra Indígena Parabubure; e Armando Valentin Settin Lopes de Andrade, pessoa presa em 08/01/2023;
24ª RO	04/09/2023	-	Oitiva de Carlos José Russo Assumpção Penteado, Ex-secretário Executivo do Gabinete de Segurança Institucional do Palácio do Planalto;
25ª RO	14/09/2023	-	Oitiva de Walter Delgatti Neto, "hacker de Araraquara";
26ª RO	21/09/2023	-	Oitiva de Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra, Ex-subchefe do Departamento de Operação da



- PMDF;
- | | | | |
|--------|------------|---|---|
| 27ª RO | 28/09/2023 | - | Oitiva de Ana Priscila Silva de Azevedo, participante dos atos do dia 08 de janeiro de 2023; |
| 28ª RO | 05/10/2023 | - | Oitiva de Wellington Macedo de Souza, autor da tentativa de explosão do caminhão tanque no Aeroporto Internacional de Brasília; |
| 29ª RO | 09/10/2023 | - | Oitiva de José Eduardo Natale de Paula Pereira, Major do Exército Brasileiro, Ex-supervisor de segurança presidencial do GSI. |
| 31ª RO | 26/10/2023 | - | Oitiva de Saulo Moura da Cunha, Ex-diretor Geral Adjunto da ABIN; |
| 32ª RO | 09/11/2023 | - | Oitiva de Cláudio Mendes dos Santos, participante do acampamento em frente ao QGEx; e |
| 33ª RO | 16/11/2023 | - | Oitiva de Reginaldo de Souza Leitão, Chefe do Centro de Inteligência da PMDF. |

Para além dessas medidas, foi realizado o cotejamento de dados sigilosos decorrentes das quebras autorizadas pela CPI, com os demais elementos de informações produzidos no curso das apurações, de maneira a se tentar identificar interações, vínculos ou atividades atípicas de interesse para comissão.

Registre-se, por fim, os pedidos de compartilhamento de provas perante o Supremo Tribunal Federal.



4 DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES NA CAPITAL FEDERAL

Brasília, Capital Federal do país, sede do governo do Distrito Federal, palco central do poder brasileiro, possui histórico de manifestações populares desde seu surgimento, em geral na Esplanada dos Ministérios, notadamente em frente ao Congresso Nacional.

Projetada para ter grandes espaços abertos, a capital federal nasce vocacionada a receber os movimentos populares. Sua principal avenida, Eixo Monumental, corta a cidade de leste a oeste e reúne às suas margens e adjacências boa parte dos principais prédios governamentais distritais e federais, incluindo o Palácio do Buriti, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, os edifícios dos ministérios (Esplanada dos Ministérios), a sede dos Três Poderes da República (Praça dos Três Poderes), um Terminal Rodoviário, setores comerciais, hoteleiros e culturais, além de um enorme canteiro central.

Com essa disposição espacial, Brasília hospeda não apenas os diversos órgãos de poder e seu conjunto arquitetônico, mas também a diversidade do povo brasileiro e seus anseios políticos, sociais, culturais e econômicos, o que, por consequência, exige das forças de segurança do Distrito Federal uma efetiva atuação no sentido de proteger, resguardar e defender os direitos e garantias fundamentais, porém, sem perder de vista o exercício da lei e da ordem.

Essa conjuntura de múltiplos atores organizacionais e, por conseguinte, variadas responsabilidades, gera um modelo próprio de proteção e segurança para Brasília, no qual as diversas Instituições, Órgãos e Agências - IOAs, tanto do âmbito distrital quanto do âmbito federal, atuam de maneira integrada no desafio de receber, acompanhar e controlar as manifestações populares na capital federal.

Por conta disso, para necessária compreensão desse modelo de atuação integrada, torna-se imperioso conhecer o arcabouço normativo que envolve o Sistema de Segurança Pública do DF, assim como as competências e atribuições dos



principais órgãos envolvidos nos eventos em Brasília, de maneira a se entender os atos de planejamento e execução, ou ausência deles, nos atos do dia 08 de janeiro de 2023.

4.1 Da legislação pertinente às manifestações no Distrito Federal

As manifestações populares são uma das mais importantes formas de participação popular no processo político de um país. São por meio desses movimentos que as pessoas conseguem exprimir suas opiniões, criticar os poderes, fazer exigências e se insurgir contra eventuais injustiças e opressões.

Justamente por isso, e na exata medida de sua importância, o direito de reunião foi apresentado na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental de todos, devendo ser realizado sem armas, em lugares abertos ao público, não precisando de autorização do Estado, não podendo, entretanto, frustrar outra reunião anteriormente convocada, e sendo exigida tão somente comunicação anterior à autoridade competente.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, **sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.**

No que se refere ao prévio aviso à autoridade competente, não quis o legislador constituinte condicionar ou estabelecer limites ao exercício fundamental do direito de reunir-se. A necessidade de notificação, que não se confunde com pedido e por consequência autorização, é a maneira pela qual o Estado obtém as informações mínimas necessárias para garantir a incolumidade dos participantes e



não participantes do evento, para salvaguardar o patrimônio público e privado, para garantir o direito de ir e vir de todos e para assegurar o não impedimento de outra reunião.

No âmbito do Distrito Federal são afetas a essa matéria os seguintes normativos: Lei nº 5.281/2013², que dispõem sobre o licenciamento para realização de eventos; Decreto nº 35.816/2014³, que regulamente a lei distrital anterior; e Decreto nº 26.903/2006⁴, que aprova o regulamento das medidas operacionais e administrativas para assegurar o exercício do direito de manifestação e de reunião.

Dispõe o artigo 4º do Decreto nº 26.903 de 12 de junho de 2006:

Art. 4º. O responsável pelo evento **deverá formalizar a comunicação no prazo mínimo de três dias úteis** antes de sua realização e prestar as informações que se fizerem necessárias ao planejamento das ações a cargos dos órgãos governamentais.

No entanto, no julgamento do Recurso Extraordinário 806.339⁵ o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu, por maioria de votos, que são permitidas reuniões ou manifestações em locais públicos, independentemente de comunicação oficial prévia às autoridades competentes, afastando, desse modo, a aplicabilidade do dispositivo acima indicado nos eventos que ocorram na Capital Federal.

5 DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, normatizou o Sistema de Segurança Pública Brasileiro, disciplinando, em linhas gerais, sua estrutura, com seus órgãos integrantes - em rol taxativo - e suas respectivas atribuições - que devem ser

² Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/76019/Lei_5281_24_12_2013.html

³ Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77787/Decreto_35816_16_09_2014.html

⁴ Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/53071/Decreto_26903_12_06_2006.html

⁵ Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755376303>



respeitadas por eventual legislação infraconstitucional que disponha sobre a matéria
-, nos seguintes termos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares

VI – polícias penais federal, estaduais e distrital.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

[...]

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Embora o texto constitucional tenha previsto a organização geral do sistema, somente no ano de 2018, por meio da Lei nº 13.675/2018⁶, foi regulamentado no Brasil o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, marco divisório no país. O SUSP deu arquitetura uniforme ao setor em âmbito nacional e previu o compartilhamento de dados, operações e colaborações nas estruturas federal, estadual e municipal. Com as novas regras, os órgãos de segurança pública passam a ser integrados para atuar de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.

Orientada pelos preceitos do SUSP, instituiu-se no DF, por meio da Lei nº 6.456/2019⁷, a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, cuja finalidade é preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança

⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm

⁷ Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b80a8a4d8aa44de381fc5ab6ea24e95b/Lei_6456_26_12_2019.html



pública e defesa social do DF, em articulação com a sociedade. Assim estabelece o artigo 2º da Lei nº 6.456/2019:

Art. 2º São órgãos integrantes da segurança pública do Distrito Federal:

I – Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, **como órgão central e integrador** da política de segurança pública;

II – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;

III – Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF;

IV – Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;

V – Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Uma das principais inovações da lei distrital foi a legitimação normativa de atuação integrada do sistema, permitindo que os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, alinhados à Política Nacional, sejam alcançados.

É com essa perspectiva de atuação integrada que a Secretaria de Estado de Segurança Pública, órgão central e integrador, atua no cotidiano, com sua estrutura administrativa, para prover, através da interlocução e da articulação institucional, ações integradas, respeitando, sempre, as atribuições e competências institucionais de cada força, até mesmo pelo efeito cogente das normas constitucionais e federais que impõe essa limitação.

5.1 Da relação entre os órgãos de segurança pública do DF

A estrutura da Administração Pública do Distrito Federal é organizada por meio do Decreto nº 39.610 de 1º janeiro de 2019⁸, o qual definiu os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, assim como as respectivas estruturas e atribuições.

⁸ Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d7b71f8fb3864fc0aec117bb1e0ea2ca/Decreto_39610_01_01_2019.html



Consoante mencionado Decreto, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e as forças de segurança do DF posicionam-se da seguinte forma:

Art. 8º São órgãos da Administração Direta:

[...]

XIV – **Secretária de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.**

[...]

§ 1º São órgãos especializados da Administração Direta:

I – Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

II – Controladoria-Geral do Distrito Federal;

III – **Polícia Militar do Distrito Federal;**

IV – **Polícia Civil do Distrito Federal;**

V – **Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.**

Art. 31 A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I – **integração e coordenação** das políticas, programas, projetos, **ações de segurança pública** e **gestão das forças de segurança** do Distrito Federal;

[...]

§1º **Vinculam-se** à Secretaria de Estado de que trata este artigo:

I – Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF;

II – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;

III – Casa Militar;

IV – Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;

V – Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN;

VI – Conselho Penitenciário do Distrito Federal;

VII – Conselho Superior de Informações e Operações de Segurança Pública – CONSIOP;

VIII – Conselho de Trânsito do Distrito Federal;

IX – Conselho de Corregedorias;

X – Conselho do Programa de Proteção às Vítimas, Testemunhas e Familiares do Distrito Federal – PROVITA/DF.



Constata-se, então, que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e as forças de segurança, órgãos da Administração Direta, encontram-se, dentro da estrutura do Governo do Distrito Federal, no mesmo patamar hierárquico, não havendo, portanto, relação de subordinação entre elas, mas, nos termos da lei, vinculação operacional das últimas para com a primeira.

Registra-se, por oportuno, que a forças de segurança do DF subordinam-se, conforme texto constitucional, ao Governador do Distrito Federal:

Art. 144 [...]

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Importante ressaltar que o Decreto nº 39.610/2019, para além da função de integração, atribui à Secretaria de Estado de Segurança Pública a coordenação frente às ações de segurança pública e à gestão das forças de segurança pública.

5.2 Da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

Órgão da Administração Direta do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, tem suas competências e estrutura organizacional normatizadas no Decreto nº 40.079 de 04 de setembro de 2019⁹, o qual instituiu seu Regimento Interno.

A SSP, de maneira geral, possui a atribuição de propor e implementar a política de segurança pública fixada pelo Governador do DF. Para tanto, planeja, coordena e supervisiona o emprego operacional dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do DF, integrando as ações da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e do Departamento de Trânsito, sem interferir na autonomia

⁹ Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d8161a0b9d4c448db5a8236efc8e6718/Decreto_40079_04_09_2019.html



funcional e administrativa dessas instituições, objetivando a racionalização dos meios e maior eficácia operacional.

Possui em sua estrutura duas Secretarias Executivas, uma de Segurança Pública – SESP, que tem função finalística no âmbito da segurança pública, e outra de Gestão Integrada – SEGI, que tem função administrativa de gestão de licitações, contratos e pessoal.

No que diz respeito à SESP, seis subsecretarias estão subordinadas a mesma, dentre as quais a Subsecretária de Inteligência – SI, e a Subsecretária de Operações Integradas – SOPI, que possuem atribuições diretamente relacionadas à realização de eventos e manifestações populares na Capital Federal.

5.2.1 Da Subsecretaria de Inteligência – SI

Unidade orgânica de direção, planejamento, coordenação e supervisão, a Subsecretaria de Inteligência é uma das nove subsecretarias que compõe a estrutura da Secretária de Estado de Segurança Pública do DF.

Composta por integrantes das forças de segurança pública do Distrito Federal, a Subsecretaria de Inteligência conta para o desempenho de suas funções com uma Coordenação de Inteligência e suas gerências, com uma Coordenação de Contraineligência e suas gerências, e com uma Coordenação de Assuntos Institucionais e suas gerências.

Sendo essa a sua estrutura, estabelece o artigo 93 do Decreto nº 40.079 de 04 de setembro de 2019, as atribuições da SI, *in verbis*:

Art. 93. À Subsecretaria de Inteligência, unidade orgânica de direção, planejamento, coordenação e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, compete:

I - dirigir, planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades que lhes são subordinadas, em especial para a **produção e difusão de conhecimentos em nível institucional** sobre ameaças reais



ou potenciais na esfera de segurança pública, nas ações de prevenção e repressão, nos níveis estratégico, tático e operacional;

II - **assessorar** o processo decisório do Secretário de Estado de Segurança Pública, por meio de diagnósticos, prognósticos e apreciações de inteligência, na gestão de temas e atividades afetas à SSP e na elaboração e proposição de políticas e estratégias para a Segurança Pública do Distrito Federal;

III - **assessorar** as demais subsecretarias da SSP, por meio de informações, análises técnicas e apoios especializados de inteligência, conforme diretrizes definidas pelo Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal;

IV - **assessorar** o Secretário de Estado de Segurança Pública no planejamento, na elaboração e na execução de ações relacionadas ao Plano de Segurança Orgânica da SSP, sem prejuízo das atribuições das demais áreas envolvidas;

V - **assessorar** o Secretário de Estado de Segurança Pública nas questões relacionadas a segurança, gestão e tratamento de informações classificadas e de acesso restrito, sem prejuízo das atribuições das demais unidades da SSP;

VI - dirigir, coordenar e orientar a proposição, a elaboração e a atualização da doutrina de inteligência, bem como de normas, diretrizes, planos, planejamentos, protocolos, manuais e canal técnico de interesse da atividade de inteligência desenvolvida no âmbito desta Secretaria, respeitada a autonomia das demais agências;

VII - representar a SSP no Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e no órgão central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), com vistas à integração e ao fortalecimento da atividade de inteligência;

VIII - dirigir, planejar, coordenar, promover, orientar e supervisionar a coleta, a integração e o tratamento de dados e informações para fins de produção de análises, diagnósticos e prognósticos e apreciações criminais de inteligência;

IX - **fomentar a integração da atividade de inteligência**, na forma da legislação vigente, buscando, no que couber, a integração de dados e informações de interesse da segurança pública, **respeitada a autonomia das demais agências**;

X - dirigir, planejar, coordenar, orientar e apoiar, com a utilização de recursos, meios, técnicas e procedimentos aplicáveis à atividade de inteligência, ações e atividades integradas sob coordenação ou de interesse desta Secretaria;

XI - **assessorar** o Secretário de Estado de Segurança Pública na pesquisa; na avaliação; análise; no desenvolvimento; na prospecção; na aquisição; na contratação e na utilização de equipamentos, sistemas, ferramentas e soluções tecnológicas voltadas à atividade de inteligência;

XII - coordenar e definir diretrizes da administração de sistemas, soluções e tecnologias de inteligência, desta Secretaria ou de terceiros, gerenciando o credenciamento, as permissões e os níveis de acessos de usuários;

XIII - dirigir, planejar, coordenar, orientar e supervisionar eventos e ações de capacitação de interesse da atividade de inteligência, em articulação com



a Subsecretaria de Ensino e Valorização de Profissional (SEVAP) desta Secretaria;

XIV - propor e avaliar, sob o ponto de vista finalístico, a formalização e a execução de instrumentos de cooperação e ajustes em temas de interesse da atividade de inteligência; e

XV - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

Analisando as competências regimentais da SI, observa-se que a essência de suas atribuições é a produção de conhecimento, por meio de atividades de inteligência, que tem a finalidade, por sua vez, de assessorar o processo decisório do Secretário de Estado de Segurança Pública, assim como o das demais subsecretarias.

Em adição a isso, também é missão da Subsecretaria de Inteligência fomentar a integração da atividade de inteligência com as demais agências, na forma da legislação vigente, buscando, no que couber, a integração de dados e informações de interesse da segurança pública, respeitadas as respectivas autonomias.

No que concerne ao assessoramento das subsecretarias da SSP, compete destacar que é função da SI subsidiar a elaboração de diretrizes e de planos operacionais da Subsecretaria de Operações Integradas.

Tanto na tarefa de assessoramento, quanto na tarefa de integração, no que tange à atividade de inteligência, utiliza-se a Subsecretaria de Inteligência de “Relatórios de Inteligência” ou “Frações de Inteligência” para dialogar com as unidades, órgãos governamentais e autoridades.

O que distingue os Relatórios de Inteligência das Frações de Inteligência, é que o primeiro é o documento que, por excelência, traduz a atividade de inteligência na produção de conhecimento, possuindo, portanto, sistemática própria e padronização de regras da Doutrina Nacional de Inteligência e Segurança Pública – DNISP. Por conseguinte, é a peça informativa mais completa difundida por meio de canal técnico adequado aos tomadores de decisão que, sob juízo discricionário, determinam as providências pertinentes decorrentes da análise das informações.



Já as Frações de Inteligência, que não são consagradas na DNISP, mas de todo modo constituem-se em produção de conhecimento, são informações que visam reportar e atualizar os tomadores de decisão sobre cenários ou situações que, frequentemente, precisam de conhecimento imediato. Nesse sentido, são difundidas mediante aplicativos de mensagens, de modo que se conheça o emissor e o receptor da informação, o canal em que está sendo difundida, a data e o horário dos dados, constituindo-se por um conteúdo curto, objetivo e que evidencie a informação a ser passada.

5.2.2 Da Subsecretaria de Operações Integradas – SOPI

Unidade orgânica de comando e supervisão, a Subsecretaria de Operações Integradas é uma das nove subsecretarias que compõe a estrutura da Secretária de Estado de Segurança Pública do DF. Com características operacionais, compete à SOPI, de maneira geral, o apoio e complemento ao trabalho das forças de segurança, assim como o suporte direto ao desenvolvimento das políticas públicas de segurança no Distrito Federal.

Composta por integrantes das forças de segurança pública do Distrito Federal, a Subsecretaria de Operação Integradas conta, para o desempenho de suas funções, com uma Coordenação de Suporte e Apoio e suas gerências, com uma Coordenação de Eventos e Atividades Especiais e suas gerências, com uma Coordenação de Planejamento e suas gerências, além do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, unidade que reúne ações de 22 instituições, órgãos e agências do Distrito Federal, voltadas à segurança pública, mobilidade, fiscalização, serviço e saúde.

Sendo essa a sua estrutura, estabelece o artigo 114 do Decreto nº 40.079 de 04 de setembro de 2019, as atribuições da SOPI, *in verbis*:



Art. 114. À Subsecretaria de Operações Integradas, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Segurança Pública, compete:

I - no âmbito do sistema de segurança pública e segurança viária do Distrito Federal:

- a) implementar a política de segurança pública com **ações integradas** entre as Instituições, Organizações e Agências (IOAs), nos eixos de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos;
- b) elaborar normas e diretrizes específicas que orientem a **atuação integrada** dos órgãos de segurança pública com as IOAs;
- c) coordenar, supervisionar e avaliar a **atuação integrada**;
- d) desencadear e coordenar operações específicas; e
- e) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

II - no âmbito da Segurança Pública no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), compete:

- a) implementar a política de Segurança Pública em conjunto com as Secretarias de Estado de Segurança dos Estados de Goiás e Minas Gerais;
- b) planejar, em conjunto com os órgãos que compõem o sistema de segurança pública sediados na RIDE, **ações integradas** de segurança pública;
- c) operacionalizar a **integração e a articulação** dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública e de segurança viária com as IOAs do Distrito Federal, assim como com seus similares sediados nas cidades que compõem a RIDE; e
- d) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

III - no âmbito desta Secretaria:

- a) **elaborar o planejamento das ações integradas das IOAs**;
- b) avaliar a viabilidade legal e técnica de atendimento das solicitações de cadastramento de eventos;
- c) cadastrar, fiscalizar e controlar órgãos, entidades, estabelecimentos comerciais, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, cujas atividades estejam sujeitas ao controle ou fiscalização desta Secretaria;
- d) atender a comunidade nos assuntos relativos à segurança pública, promovendo a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal, por intermédio do Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB);
- e) promover a integração com os organismos de segurança pública de outras unidades da Federação e da União; e
- f) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.



Analisando as competências regimentais, observa-se de maneira muito clara que a SOPI, seja no âmbito do Sistema de Segurança Pública do DF, seja no âmbito da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – RIDE, seja no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, atua sobre um eixo operacional de integração entre as diversas Instituições, Órgãos e Agências – IOAs, orientando, dentro dessa dinâmica, o melhor emprego operacional das ações.

Por consequência, no que diz respeito a eventos e manifestações populares no Distrito Federal, derivam das atribuições legais da SOPI as atividades de planejamento das operações integradas, sendo que, para tanto, utiliza-se de metodologia voltada à resolução de problemas e atendimento de demandas, razão pela qual elabora protocolos decorrentes de acordos previamente firmados em reuniões de trabalho entre as IOAs, nos quais são pactuadas as respectivas responsabilidades.

Quanto aos protocolos formalizados pela SOPI, estes podem ser “Protocolos de Ações Integradas” – PAI, “Protocolos de Operações Integradas” – POI, e “Informações de Eventos” (este último usado nos casos de atos de baixa complexidade, pouco público e urgência de demanda), os quais, de maneira geral, visam integrar as ações entre as IOAs, respeitando as respectivas autonomias, competências e atribuições legais.

Semelhantes quanto à forma, o PAI e o POI diferenciam-se quanto ao contexto de utilização. O primeiro instrumentaliza o planejamento de ações integradas entre as IOAs interessadas para eventos não constantes do calendário oficial. O segundo instrumentaliza o planejamento operacional integrado entre as IOAs interessadas para eventos constantes do calendário oficial (Carnaval, Dia do Trabalhador, 7 de Setembro, Posse Presidencial e outros).

Insta esclarecer que antecede a elaboração dos protocolos o cadastramento do evento ou o conhecimento prévio, por qualquer forma, por parte da Secretaria de Segurança Pública do DF de sua realização. Assim, de posse das informações recebidas, monitoradas ou levantadas, a SOPI, através da sua Coordenação de



Eventos e Atividades Especiais, convida as IOAs para discussão dos aspectos relacionados ao movimento, construção da matriz de responsabilidades e demais questões pertinentes.

Alinhadas todas as situações, produz a SOPI o Protocolo de Ações Integradas ou Protocolo de Operações Integradas, os quais, assinados, ratificados e aprovados, passam a ser difundidos às IOAs para que estas, com base nesse documento, assim como em outros insumos disponíveis, tais como levantamento de inteligência, histórico de operações, análises de risco, passem a planejar suas ações, missões e recursos operacionais de modo mais pormenorizado possível.

É com essa sistemática de acordos e divisão de responsabilidades que a Subsecretaria de Operações Integradas executa o planejamento diário dos eventos que chegam ao conhecimento da Secretaria de Estado de Segurança Pública DF, respeitando sempre as atribuições das diversas IOAs.

5.3 Da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

A Polícia Militar do Distrito Federal, instituição permanente e organizada com base na hierarquia e disciplina, compete, consoante previsão constitucional, desenvolver atividades de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, de forma a resguardar os direitos e liberdades, assim como assegurar a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

O Decreto Federal nº 10.443/2020¹⁰, que organiza a Polícia Militar do Distrito Federal, estabelece, em seu artigo 3º, que a entidade possui a seguinte estrutura: “I – Comando-Geral”; “II – órgãos de apoio”; e “III – órgãos de execução”; cujas competências e particularidades são descritas no próprio regramento.

Com relação ao Comando-Geral, estabelece o artigo 7º do referido decreto ser ele composto da seguinte maneira:

¹⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10443.htm



Art. 7º O Comando-Geral compreende:

- I - o **Comandante-Geral** da Polícia Militar do Distrito Federal;
- II - o **Subcomandante-Geral** da Polícia Militar do Distrito Federal;
- III - o Estado-Maior;
- IV - os **Departamentos**, órgãos de direção-geral;
- V - as Diretorias, órgãos de direção setorial;
- VI - as Comissões; e
- VII - as Assessorias.

No que diz respeito aos órgãos de apoio, estabelece a Portaria PMDF nº 1.152/2021¹¹, ato administrativo que dispõe sobre o Regimento Interno Geral da Polícia Militar do Distrito Federal – RIG PMDF, o seguinte:

Art. 84. Os Órgãos de Apoio descritos neste artigo prestam assistência direta e imediata ao Comandante-Geral e ao Subcomandante-Geral, compreendendo:

- I - Gabinete do Comandante-Geral;
- II - Secretaria de Relações Institucionais;
- III - **Centro de Inteligência**;
- IV - Centro de Comunicação Social.

No que tange aos órgãos de execução, são separados em nível intermediário e nível operacional. Os primeiros são os Comandos de Policiamento Regional – CPRs; o Comando de Policiamento de Missões Especiais – CPME; o Comando de Policiamento Especializado – CPE; e o Comando de Policiamento de Trânsito – CPTRAN; enquanto os últimos são os diversos batalhões de polícia e regimento subordinados aos comandos de policiamento.

Em vista disso, fundamentado no Decreto Federal, destacam-se três informações importantes:

¹¹ Disponível em: <https://intranet.pm.df.gov.br/portaria/portaria-no-1152-2020/>



- Compete ao Comando-Geral administrar a PMDF, mas também coordenar, controlar e fiscalizar os órgãos de apoio e execução;
- Compete aos órgãos de apoio, em cumprimento às diretrizes e ordens do Comando-Geral, atender às necessidades de pessoal e material da PMDF; e
- Compete aos órgãos de execução, em cumprimento às diretrizes e ordens do Comando-Geral, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

5.3.1 Do Departamento de Operações – DOP

O Departamento de Operações é a unidade da Polícia Militar do Distrito Federal responsável pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública no DF. Compete-lhe, para além disso, a missão de planejar, coordenar, controlar, exercer e supervisionar os escalões diretamente subordinados, com vistas à manutenção da unidade de instrução, da disciplina e do emprego operacional da polícia (artigo 39 do Decreto Federal nº 10.443/2020 e artigo 74 do RIG PMDF).

Com esse desiderato, emprega a estrutura de 9 comandos de policiamento, 35 batalhões e 1 regimento (órgãos de execução intermediária e operacional), cujo efetivo, se somado, totaliza 7.643 Policiais Militares¹². Dispõe o artigo 125 do RIG PMDF.

Art. 125. Ao Departamento de Operações subordinam-se as seguintes Organizações Policiais Militares:

- I - 1º Comando de Policiamento Regional;
- II - 2º Comando de Policiamento Regional;
- III - 3º Comando de Policiamento Regional;
- IV - 4º Comando de Policiamento Regional;
- V - 5º Comando de Policiamento Regional;

¹² Ofício nº 967/2023 – PMDF/GCG/SAD/CH

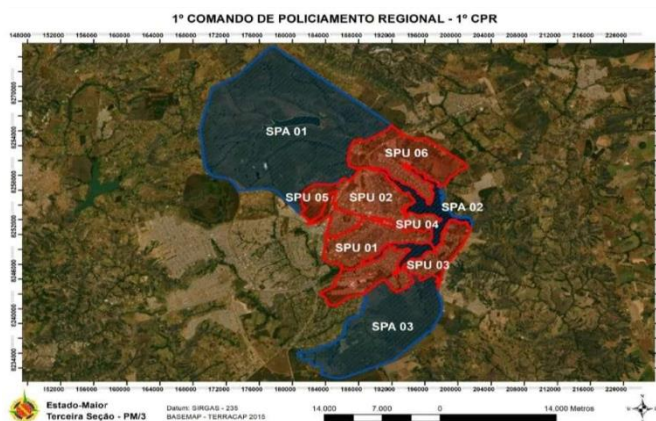


- VI - 6º Comando de Policiamento Regional;
- VII - Comando de Policiamento de Missões Especiais;
- VIII - Comando de Policiamento Especializado;
- IX - Comando de Policiamento de Trânsito.

Dentre os comandos de policiamento subordinados ao DOP, destaca-se o maior deles que é o 1º Comando de Policiamento Regional – 1º CPR, composto por 6 batalhões, cuja tropa alcança os 1.364 militares, responsável pelo policiamento ostensivo da região central do Distrito Federal. Artigo 129 do RIG PMDF.

Art. 129. Subordinam-se ao 1º Comando de Policiamento Regional os seguintes batalhões de Polícia Militar:

- I - 1º Batalhão de Polícia Militar (Batalhão Pioneiro);
- II - 3º Batalhão de Polícia Militar (Batalhão Juscelino Kubitschek);
- III - 5º Batalhão de Polícia Militar (Batalhão Rio Branco);
- IV - **6º Batalhão de Polícia Militar (Batalhão Esplanada);**
- V - 7º Batalhão de Polícia Militar;
- VI - 24º Batalhão de Polícia Militar.



Área do 1º CPR.¹³

Subordinado ao 1º Comando de Policiamento Regional, destaca-se o 6º Batalhão de Polícia Militar – 6º BPM, Batalhão Esplanada, maior entre todos os

¹³ Ofício nº 967/2023 – PMDF/GCG/SAD/CH



demais batalhões da PMDF, responsável pelo policiamento ostensivo da Esplanada dos Ministérios, Vila Planalto e Setor de Clubes Esportivos Norte, cujo efetivo é de 481 policiais.



Área do 6º BPM.¹⁴

No que se refere a sua estrutura, integram o Departamento de Operações: o Chefe do Departamento de Operações; o Subchefe do Departamento de Operações; a Chefia de Gabinete; e a Assessoria Técnico-Jurídica (artigo 75 do RIG PMDF).

Segundo o artigo 77 do RIG PMDF, a respeito das competências da Subchefia de Operações do DOP, previsão também constante do artigo 41 do Decreto Federal nº 10.443/2020, temos o seguinte:

Art. 77. À Subchefia de Operações, órgão de direção setorial do Departamento de Operações, compete:

- I - **planejar as grandes operações;**
- II - supervisionar o emprego do policiamento;
- III - coordenar a análise criminal, em nível tático.

¹⁴Ofício nº 967/2023 – PMDF/GCG/SAD/CH



5.3.2 Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF “Manifestações no DF”

Brasília tradicionalmente sempre recebeu grandes manifestações populares. Com efeito, é da natureza da Capital Federal, palco do poder central brasileiro, acomodar movimentos de cunho político, econômico, cultural e social. Constam da história da cidade eventos como os “Caras Pintadas” de 1992, o “Vem pra Rua” de 2013, bem como as manifestações de 2015 e 2016 que resultaram no impedimento da Ex-presidente Dilma Rousseff.

O desafio de receber, acompanhar e controlar as inúmeras manifestações populares em Brasília, face aos possíveis cenários adversos e aos múltiplos atores organizacionais, impuseram aos Governos Federal e Distrital a preocupação com um planejamento necessário à estruturação de um modelo próprio de segurança que propiciasse a integração entre as diversas instituições, órgãos e agências de segurança, defesa, inteligência e outros, respeitando as múltiplas competências e responsabilidades, e que pudesse garantir a segurança das pessoas e do patrimônio antes, durante e após a ocorrência de eventos na capital federal.

À vista disso, no ano de 2017, foi elaborado o Protocolo Tático Integrado de Segurança, de Defesa, de Inteligência e de Instituições/Órgãos/Agências Parceiras para Manifestações – PrTI MANIFESTAÇÕES (documento reservado), o qual estabeleceu um modelo de operação com coordenação integrada, respeitando as atribuições legais e as cadeias de comando de cada Instituição, Órgão e Agência – IOA, identificando as principais áreas da cidade que serão impactadas em razão das manifestações e as atividades que serão desenvolvidas por cada IOA, permitindo que os planejamentos operacionais sejam feitos a partir de uma visão integrada de operação, otimizando os meios e recursos e aumentando a capacidade de respostas das forças de segurança, de defesa, de inteligência e das IOAs Parceiras frente o desafio de promover um ambiente pacífico e seguro para realização de manifestações na capital federal.



Em apertada síntese, o PrTI MANIFESTAÇÕES traz definições básicas de operação integrada, indicando quais atividades, subatividades e responsabilidades serão desenvolvidas por cada IOA, assim como estabelece critérios para classificação das manifestações na capital federal.

No âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal encontra-se previsto o Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF “Manifestações no DF”, norma interna que replica e complementa o PrTI MANIFESTAÇÕES, onde, de maneira geral, descreve o referencial metodológico do planejamento das operações policiais militares na área central de Brasília.

O Plano de Operação nº 02/2020 estabelece uma classificação quanto às manifestações com base numa Avaliação de Risco de Manifestação – ARM, utilizando-se para tanto de uma correlação entre “Nível de Risco” e “Estimativa de Público”. Assim, na proporção em que o risco aumenta e/ou público envolvido, medidas de prevenção e repressão devem ser adotadas para manter ou restaurar a ordem pública.

Salienta-se que cinco são os “Níveis de Risco”, de “A” a “E”, e cinco são as “Estimativa de Público”, de “1” a “5”, previstas no Plano de Operação nº 02/2020, de modo que, ao final, dentre as várias combinações desse binômio, cria-se uma classificação alfanumérica com 25 hipóteses de cenários possíveis (A1-E5).

Nesse sentido:

I. Quanto aos Níveis de Risco:

A – Baixa probabilidade de ameaças de baixo impacto ou inexistência de ameaças de impacto superior;

B – Alta probabilidade de ameaças de baixo impacto;

C – Probabilidade mediana de ameaças de impacto mediano;

D – Baixa probabilidade de ameaças de alto impacto e alta probabilidade de ameaças de impacto mediano;

E – Alta probabilidade de ameaças de alto impacto;

II. Quanto a Estimativa de Público:



- 1 – Até 1.000 (mil) pessoas;
- 2 – Entre 1.000 (mil) e 8.000 (oito mil) pessoas;
- 3 – Entre 8.000 (oito mil) e 15.000 (quinze mil) pessoas;
- 4 – Entre 15.000 (quinze mil) e 30.000 (trinta mil) pessoas;
- 5 – Mais de 30.000 (trinta mil) pessoas;

Nessa esteira, cumpre destacar outras informações constantes do Protocolo de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF “Manifestações no DF”, as quais revelam-se importantes para compreender as ações da Polícia Militar do Distrito Federal nos atos do dia 08/01/2023:

c) Prescrições diversas

[...]

2. Em todas as hipóteses apresentadas, **via de regra**, caberá ao **Comando da área o planejamento do emprego e distribuição do efetivo no terreno**, devendo-se observar quanto à necessidade de reforço do policiamento ostensivo nos prédios públicos existentes na área (conforme o caso), bem como em outros pontos considerados sensíveis (por exemplo: sede dos ministérios e seus anexos, sede do Congresso Nacional, sede do Supremo Tribunal Federal, sede do Palácio do Planalto, Estação Rodoviária de Brasília, entre outros);

3. Em todas as hipóteses apresentadas se faz necessário o acompanhamento das agências de inteligência, em nível de Comandos Regionais e **Centro de Inteligência**, para a oportuna e tempestiva produção de conhecimento que possa subsidiar a tomada de decisão, por partes das respectivas autoridades envolvidas na gestão do evento;

[...]

d) Atribuições do DOP, dos Comandos e UPM's subordinadas

1. Departamento Operacional:

I – Determinar aos Comandos de Policiamento Regionais e Especializados, por intermédio de Ordens de Serviços, o emprego dos efetivos necessários e suficientes, **conforme solicitação do Comando de Policiamento responsável pela área onde estiver ocorrendo a manifestação** (será pautado no planejamento operacional específico realizado pelo Comando da área, referente a cada manifestação, considerando-se as várias hipóteses já mencionadas neste documento);

[...]

2. Comandos de Policiamento Regionais e Especializados:

I – O CPR deverá determinar as suas Unidades subordinadas para que permaneçam atentas aos movimentos e manifestações em suas áreas de



responsabilidade, obtendo e analisando informações **a fim de produzir planejamento específicos para cada evento**, considerando-se as várias hipóteses descritas anteriormente;

[...]

Registra-se, por fim, que o Plano de Operação nº 02/2020 estabelece os parâmetros necessários para uso gradativo da tropa frente às manifestações populares em Brasília. A ausência de um método de planejamento no emprego operacional para as manifestações, face o baixo efetivo da corporação, inviabilizaria o policiamento ostensivo nas demais áreas do Distrito Federal.

5.3.3 Da expertise da PMDF nos Atos Públicos no Distrito Federal

A Polícia Militar do Distrito Federal, em razão das suas competências constitucionais, exerce papel central nos eventos que ocorram na Capital Federal. Sendo a força responsável pelo policiamento ostensivo e pela garantia da ordem pública, é inerente à PMDF o protagonismo e maior responsabilidade nas ações que envolvam a realização de manifestações populares no Distrito Federal.

Posto isso, estabelece o Decreto Distrital nº 26.903/2006¹⁵, o qual aprova o regulamento das medidas operacionais e administrativas para assegurar o exercício do direito de manifestação e reunião na Capital Federal, as competências da PMDF, da seguinte forma:

Art. 10. Compete à PMDF, além das disposições anteriores:

I – **acompanhar a passeata ou carreata durante todo o itinerário** e nas reuniões nos locais de manifestação pública com o objetivo de manter a ordem e a segurança pública, tanto dos participantes da marcha e reunião como das pessoas da comunidade em geral, mantendo a incolumidade das pessoas e do patrimônio e evitando acidentes;

II – efetuar contato com a coordenação da manifestação ou reunião para o acerto do dispositivo da marcha e posicionamento nos locais de reunião, para a indicação dos locais de estacionamento dos veículos usados no transporte dos manifestantes e outros pormenores necessários para a

¹⁵ Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/53071/Decreto_26903_12_06_2006.html



organização do evento com o mínimo de transtorno para o trânsito das pessoas da comunidade;

III – avaliar, com a antecedência possível, o caráter e os números da manifestação para o emprego compatível dos meios;

IV – empregar policiamento ostensivo diante de monumentos e prédios públicos e privados sujeitos a ações de dano ou invasão, ao longo do percurso da carreato ou passeata e nos locais de reunião;

V – impedir que os manifestantes utilizem objetos, materiais ou substâncias capazes de produzir lesão ou causar dano;

VI – executar o policiamento ostensivo de trânsito de acordo com missão específica da SSPDS;

VII – efetuar interdições parciais ou totais das vias públicas, quando necessárias para a preservação da segurança dos participantes da passeata ou carreato e dos demais usuários;

VIII – ficar em condições de empregar tropa especializada em controle de distúrbio, no caso de perturbação da ordem.

Continuando, imperioso ressaltar que nos anos de 2021 e 2022, segundo informações prestadas pela Subsecretária de Operações Integradas, foram realizados em Brasília 1000 atos públicos, alguns com público superior ao do dia 08/01/2023, sem que houvesse qualquer anotação de violência ou vandalismo.

A título de ilustração, lista-se abaixo alguns eventos ocorridos no Distrito Federal no ano de 2022¹⁶, extraídos de tabela informativa da SOPI:

EVENTO	PROTOCOLO	LOCAL	DATA	PÚBLICO
- Ato Show: Ato pela Terra	PAI 21/22	Esplanada dos Ministérios	09/03/22	50.000
- Sociedade Civil Organizada - Acampamento Liberta Brasil - M. Dia do Trab.: Conservador - Dia D – Pela Liberdade - Liberta Brasil/S.O.	PAI 65/22	Esplanada dos Ministérios	30/04/22 e 01/05/22	25.000
- 23ª P. do orgulho LGBTQS de Brasília	PAI 109/22	Esplanada dos Ministérios	03/07/22	15.000 a 30.000
- Caminhada pela Liberdade	PAI 114/22	Esplanada dos Ministérios	09/07/22	20.000
- M. em def. da verdadeira democracia	PAI 179/22	Esplanada dos	01/10/22	170.000

¹⁶ Memorando nº 84/2023 – SSP/SESP/SOPI/CEATE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



- Moto carreata - Conc. de motociclista p/ motociata - Motociata Brasília nas ruas		Ministérios, imediações Palácio da Alvorada, Eixo Monumental, Via L4		
- Manifestações contra o resultado das eleições 2022	PAI 186/22	Todo DF	01/11/22	Não informado
- Manifestações na Avenida do Exército em decorrência do resultado do 2º turno das Eleições Presidenciais de 2022	PAI 188/22	Eixo Monumental, Avenida do Exército e adjacências da Praça dos Cristais	04/11/22	Não informado
- Manifestação Pública: Marcha da Liberdade, Supremo é o Povo	PAI 202/22	Eixo Monumental, Avenida José Sarney	30/11/22	10.000
- Manifestação Pública: Marcha pela Liberdade	PAI 208/22	Esplanada do Ministérios	10/12/22 e 11/12/22	Não informado
- Diplomação dos candidatos eleitos pelo TSE	POI 43/22	TSE	12/12/22	15.000 a 20.000
- Diplomação dos candidatos eleitos pelo TRE	POI 44/22	Centro de Convenções Ulisses Guimarães	19/12/22	20.000 a 25.000
- Ações de enfrentamento ao comércio irregular na Avenida do Exército e adjacências da Praça dos Cristais	PAI 215/22	Eixo Monumental, Avenida do Exército e Praça dos Cristais	29/12/22	Não informado
- Treinamento - Marcha dos Acampados - Inauguração de exposição de arte no Museu da República - Solenidade de Posse Presidencial 2023	POI 41/22	Esplanada dos Ministérios, Congresso Nacional e Praça dos Três Poderes	27/12/22 28/12/22 30/12/22 01/02/23 02/01/23	Não informado Não Informado 300.000

Esses registros revelam que os lastimáveis atos do dia 08 de janeiro de 2023 não servem para deslegitimar a atuação da Polícia Militar do Distrito Federal na missão honrosa de proteger e guardar a Capital Federal, pois, o histórico de ações exitosas por parte da corporação, inclusive em eventos de maior complexidade, demonstra sua capacidade técnica-operacional em face dos mais variados cenários.



Prova disso foram os inúmeros eventos ocorridos no Distrito Federal durante e após intervenção federal, que demonstraram o restabelecimento da normalidade e a propriedade da PMDF em estar à frente das mais variadas situações, a seguir enumerados:

- Solenidade de posse dos novos Congressistas e início das atividades do Poder Judiciário em 1º de fevereiro de 2023, conforme POI 06/2023;
- Realização de diversas partidas de futebol na ARENA BRB, que trouxe à Brasília várias agremiações de todo o Brasil, conforme POI 16/2023;
- Planejamento e execução dos eventos de carnaval em todas as Regiões Administrativas do DF, que resultou na elaboração de cinco protocolos regionalizados;
- Continuidade da desobstrução de espaços urbanos públicos ou de uso coletivo com acúmulo de resíduos no DF, conforme PAI 87/2021 e PAI 95/2022;
- Acompanhamento de autoridades estrangeiras que vieram à Brasília em visitas oficiais, como o Senhor Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, o Ministro das Relações Exteriores da Grécia e o Chanceler da República Federativa da Alemanha, todos a pedido do Ministério das Relações Exteriores; e
- Realização de eventos que contaram com a participação do Senhor Presidente da República, conforme PAI 18/2023, e do Senhor Vice-Presidente da República, conforme PAI 19/2023.

Ademais, o fim da Intervenção Federal na segurança pública do Distrito Federal, que durou apenas 23 dias, sepulta qualquer dúvida quanto ao restabelecimento da ordem pública e da estabilidade institucional das forças de segurança distritais, em especial da Polícia Militar do DF. Podendo-se concluir que a



situação ocorrida no dia 08/01/2023 foi excepcional e não representativa da usual efetividade destas forças.

6 DO ACAMPAMENTO EM FRENTE AO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO EM BRASÍLIA

Por ocasião das eleições presidenciais em 30 de outubro de 2022, as quais proclamaram como vencedor, com 50,9% dos votos válidos, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, milhares de pessoas, contrárias ao novo governo, passaram a protestar pelo país contra o resultado das urnas. As manifestações tornaram-se mais evidentes a partir do dia 31 quando grupos radicais, apoiadores do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, começaram a bloquear estradas e rodovias federais e também a acampar em frente às unidades militares do Exército Brasileiro.

Em Brasília, a partir do dia 1º de novembro de 2022, iniciou-se uma concentração de pessoas no Setor Militar Urbano – SMU, mais precisamente em frente ao Quartel-General do Exército – QGEx, que, em poucos dias, transformou-se num enorme acampamento montado na Praça dos Cristais, o qual passou a ser denominado como “QG Bolsonarista”.



Imagem 1. Início do acampamento no SMU em 01/11/2022.¹⁷

¹⁷ Relint nº 027/2023



Imagem 2. Acampamento no SMU em 15/11/2022.¹⁸

Os participantes do acampamento argumentavam que o movimento a que pertenciam era democrático e pacífico, porém, defendiam ideias como cassação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, com o fechamento da própria corte, e intervenção militar, com Bolsonaro no poder, o que, em outras palavras, significaria o retorno de uma Ditadura Militar.



Imagem 3 (frame). Faixa pedindo ao Ex-presidente Bolsonaro para usar as forças armadas com o fim de remover os Ministros do STF da corte.¹⁹

¹⁸ Relint nº 027/2023

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=itqI7JY0vao>



Imagem 4 (frame). Faixas pedindo intervenção militar.²⁰

Organizados em torno de pautas ideológicas, os integrantes do acampamento justificavam sua existência com base em discursos de defesa da pátria, defesa da família, defesa da religião e da liberdade de expressão, de maneira que se autointitulavam como “verdadeiros patriotas”.

Com um complexo e engenhoso arranjo, o acampamento persistiu em frente ao Quartel-General do Exército no Setor Militar Urbano de Brasília, por mais de dois meses, comportando, nesse período, milhares de manifestantes que, de maneira itinerante ou não, frequentavam o local. A título de exemplo, em 15 de novembro de 2022, data da Proclamação da República, ápice do movimento instalado na Praça dos Cristais, cerca de 100 mil pessoas estiveram no Setor Militar Urbano de Brasília.

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TanVRMnSdVI>



Imagem 5 (frame). Acampamento no SMU em 15/11/2022.²¹

As inúmeras tendas espalhadas pela Praça dos Cristais eram alocadas por setores, de forma a se identificar áreas de cozinha, alimentação, culto, reunião e descanso. Também havia banheiros químicos, geradores de energia, pontos de recarga de celular, caminhão palco montado em frente ao QG do Exército, além de um comércio informal variado, de comida à roupa, que supria boa parte das necessidades dos participantes do movimento.



Imagem 6 (frame). Uma das cozinhas do acampamento do SMU.²²

²¹ Vídeo cedido pelo Comando Militar do Planalto – CMP, à CPI dos Atos Antidemocráticos.

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=khwJ6tagX1g>



Imagem 7 (frame). Um dos locais de refeição acampamento no SMU.²³



Imagem 8 (frame). Local de culto no acampamento do SMU.²⁴

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=khwJ6tagX1g>

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=khwJ6tagX1g>



Imagem 9. Banheiros químicos no acampamento do SMU.²⁵



Imagem 10 (frame). Ponto de recarga de celular no acampamento do SMU.²⁶

²⁵ Relint nº 027/2023

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MxciQQRUMNk>



Imagem 11 (frame). Caminhão palco estacionado em frente ao QG do Exército.²⁷



Imagem 12 (frame). Ambulantes no acampamento do SMU.²⁸

²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oC0Hw490iUI>

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=khwJ6tagX1g>



A manutenção dessa estrutura era feita basicamente por meio de doações, especialmente financeiras, sendo comum encontrar no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército faixas e cartazes solicitando contribuições via Pix.



Imagem 15 (frame). Cartaz com pedido de Pix no acampamento do SMU.²⁹



TRANSPORTADORA LARANJA VERDE EIRELI ME

CNPJ/CEI 22545942000198	CNPJ Raiz 22545942	Natureza Jurídica EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)
Data de Abertura 27/05/2015	Data da Baixa N/I	Data de Encerramento N/I
CEI N/I	Tipo de Estabelecimento CNPJ	Participa do PAT Não pertence
Rais Negativa Não possui	Optante pelo Simples Optante	Tamanho Estabelecimento DE 5 A 9
Qtd Vínculos Ativos 5	Qtd Vínculos CLT 5	Qtd Vínculos Estatutários 0
Ind Atividade Ano Exerceu	IBGE Subsetor Transportes e comunicações	CNAE 2.0 Classe Transporte Rodoviário de Carga
CNAE 2.0 Subclasse Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional	Endereço ROD BR 251, N/I	Bairro ZONA RURAL
	Município - UF Unai - MG	CEP Estabelecimento 38610000
	Telefone 38036765252	E-mail DINAMICA.UNAI@HOTMAIL

²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oC0Hw490iUI>

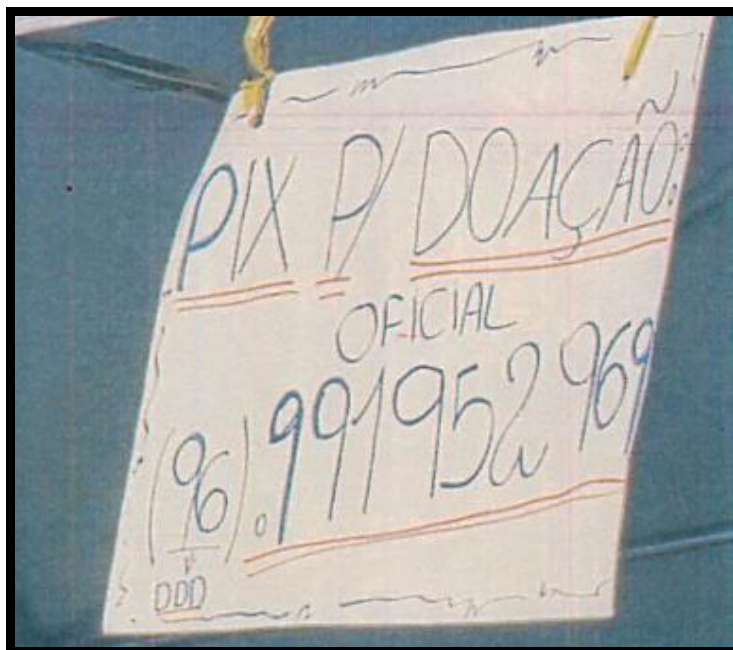


Imagem 16. Cartaz com pedido de Pix no acampamento do SMU.³⁰

Após diplomação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 12 de dezembro de 2022, ocorre uma mudança de perfil quanto ao movimento instalado no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, de forma a haver um recrudescimento das manifestações por parte dos seus participantes, materializadas com os atos do dia 12/12/2022, quando centenas de pessoas criaram caos na área central de Brasília, inclusive com a tentativa de invasão à sede da Polícia Federal e com a instalação de um dispositivo explosivo num caminhão tanque nas imediações do aeroporto de Brasília no dia 24/12/2022.

Concomitante a isso, aqueles que persistiram em ficar no acampamento após a diplomação do Presidente Lula, passaram a se articular e a se organizar de maneira a mostrar que o movimento permanecia vivo. Pregavam que, mesmo depois de muitas pessoas terem deixado o local, a intervenção militar viria, porquanto ainda acreditavam no apoio do Exército Brasileiro, face à inação da força no desmonte do acampamento.

³⁰ Relint nº 027/2023

Contudo, em 1º de janeiro de 2023, após a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o acampamento passa a esvaziar de modo que na data de 06 de janeiro de 2023, restassem no local cerca de 200 pessoas, muitas em condições de vulnerabilidade.



Imagem 17 (frame). Acampamento em frente ao Quartel-General do Exército em 04/01/2023.³¹

O acampamento finalmente é desfeito em 09 de janeiro de 2023, em cumprimento à decisão judicial do Ministro Alexandre de Moraes exarada nos autos Inquérito 4.879/DF. Segundo Relatório de Inteligência da Subsecretaria de Inteligência da SSP, desde a instalação até o dia da desmobilização, foram registradas 73 ocorrências criminais vinculadas ao acampamento, sendo 20 crimes contra a honra, 19 furtos, 13 lesões corporais e vias de fato, 6 danos, 3 acidentes de trânsito com vítima, 1 ato obsceno e 11 outros delitos.

³¹ Vídeo cedido pelo Comando Militar do Planalto – CMP, à CPI dos Atos Antidemocráticos.



6.1 Das ações para desmobilização do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército

Preliminarmente, cumpre contextualizar, ainda que em apertadas linhas, que o acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército no Setor Militar Urbano de Brasília, mais precisamente na Praça dos Cristais, ocupou área de responsabilidade do Exército Brasileiro.

Nesse sentido, estabelece o Decreto-Lei nº 3.437 de 17 de julho de 1941³², considerando o mister de precaver os interesses da defesa nacional, duas áreas de restrições em torno das fortificações castrenses, quais sejam, uma de 33 metros e outra de 1.320 metros. Trata-se, portanto, de modalidade de servidão que decorre diretamente da lei, nos seguintes termos:

Art. 1º Na 1ª zona de 15 braças (33 metros) em torno das fortificações. nenhum aforamento de terreno será concedido e nenhuma construção civil ou pública autorizada, considerando-se nulas as propriedades porventura existentes, sem onus para o Estado.

Art. 2º Na 2ª zona de 600 braças (1.320 metros) observar-se-á o seguinte:

- a) Nenhum novo aforamento de terreno será concedido;
- b) nenhuma construção ou reconstrução será permitida fora dos gabaritos determinados pelo Ministério da Guerra que poderá também promover a desapropriação do imóvel, se necessitar do terreno as obras da Organização da Defesa da Costa;
- c) qualquer construção ou reconstrução em andamento, ou já autorizada, será sustada, para cumprimento do disposto na letra anterior.

Para além dos elementos comuns a todos os tipos de servidões, pública ou privada, destaca-se na servidão militar a especificidade da relação de utilidade da coisa serviente para com a coisa dominante, que, no caso, é a necessidade crucial e constante de proteção, guarda e vigilância sobre os espaços extramuros dos quartéis, o que, em última instância, objetiva manter o regular funcionamento das instituições militares e o pronto emprego de suas tropas.

³² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3437.htm



Com esse desiderato surge para as administrações militares um poder-dever que, no espaço dos 1.320 metros após o término de suas edificações, lhes permite, dentre outras situações, conceder autorizações, controlar o tráfego de veículos e restringir o fluxo de pessoas.

Assim procedeu o Comando Militar do Planalto – CMP, desde o início do acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército no Setor Militar Urbano de Brasília, organizando, autorizando e solicitando as providências entendidas pertinentes aos órgãos competentes.

Dessa maneira, em 04 de novembro de 2022, por meio do Ofício nº 86 – COp/CMP, o Comando Militar do Planalto estabelece contato com o Governo do Distrito Federal, via Secretaria de Estado de Segurança Pública, para apresentar as seguintes solicitações:

- Gestão junto à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, para controle de ambulantes e barracas de ocupantes;
- Gestão junto ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, para manutenção, limpeza e recolhimento de lixo;
- Gestão junto ao Departamento de Trânsito – DETRAN, e Batalhão de Policiamento de Trânsito – BPTran, para aplicação de multas e reboque de veículos;
- Gestão junto à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, para policiamento ostensivo e coibição de crimes;
- Gestão junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, para atendimento de manifestantes;
- Informar que está autorizada a entrada do carro de som; e



- Informar sobre o local que será disponibilizado para estacionamento de caminhões.

Ao que consta, em atendimento a essa demanda, a Subsecretaria de Operações Integradas elaborou o Protocolo de Ações Integradas nº 188/2022, sendo que, na data de 12 de novembro de 2022, como desdobramento dos planejamentos, realizou-se operação no acampamento em frente ao QGEx objetivando inviabilizar o comércio irregular que havia no local, porém, por conta de hostilidades, as diligências tiveram que ser interrompidas.

Nesse ponto, vale destacar o que diz o despacho do DF-LEGAL/SUFAE/COFIS (100016378), assinado por Mireille Carvalho Medeiros Carvalho Branco, Coordenadora-Substituta SUFAE, sobre o assunto:

(...) no período vespertino alguns ambulantes e manifestantes hostilizaram a Equipe de Fiscalização desta especializada. Porém, **o fato mais relevante consistiu em não ter havido por parte da Polícia do Exército, a qual tinha sido destacada para guarnecer a integridade física dos nossos auditores em lugar da PMDF, mediante acordo firmado junto com a SSP, a devida intervenção no sentido de garantir a segurança dos auditores.**

Diante da iminência de risco à integridade física dos nossos agentes fiscais determinamos a imediata retirada deles do local, conforme revelam, inclusive, vídeos veiculados nas mídias sociais.

Em 06 de dezembro de 2022, através dos Ofícios nº 109 e 113, ambos do COp/CMP, o Comando Militar do Planalto, novamente via Secretaria de Estado de Segurança Pública e DF Legal, estabelece contato com o Governo do Distrito Federal para solicitar apoio de segurança e ordem pública no contexto das manifestações que ocorriam em frente ao Quartel-General do Exército. Na ocasião, solicita as seguintes providências:

- Apoio à Secretaria de Estado de Proteção e Ordem Urbanística e à Polícia Militar do Distrito Federal para retirada, no dia 07/12/2022, às 06h30, das



estruturas utilizadas pelos vendedores ambulantes instalados na região da Praça dos Cristais no Setor Militar Urbano; e

- Apoio para retirada de ligações irregulares de energia, água e internet existentes na Praça dos Cristais no Setor Militar Urbano.

Consoante Relatório de Assessoramento Técnico da SOPI, no dia 06/12/2022 houve reunião de trabalho no Comando Militar do Planalto a fim de tratar da operação agendada para o dia 07/12/2022, com o objetivo primeiro de coibir todo e qualquer comércio irregular no local, bem como retirada de barracas que estivessem desocupadas ou apenas ocupadas por materiais em seu interior, para, num segundo momento, ser retirada toda infraestrutura do acampamento. Contudo, ainda no dia 06, no período noturno, a Secretaria de Estado de Segurança Pública é informada pelo CMP do cancelamento da operação, não tendo havido, portanto, produção de protocolo.

O CMP também informou a Subsecretaria de Operações Integradas que no dia 29 de dezembro de 2022 estava programada ação de enfrentamento ao comércio irregular na Avenida do Exército e adjacências da Praça dos Cristais, cuja coordenação situacional, conforme definido em reunião preparatória, seria exercida pelo Comando Militar do Planalto, preferencialmente por Oficiais do Exército Brasileiro, tudo conforme Protocolo de Ações Integradas nº 215/2022, mas que o CMP, com as equipes em campo, cancelara a operação alegando falta de segurança.

Com relação a esse episódio, face à justificativa apresentada pelo Exército Brasileiro de falta de segurança para realização da operação, é oportuno trazer à luz os esclarecimentos prestados pela Polícia Militar do Distrito Federal no Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 1/2023, a qual, para essa missão, destacou cerca de 500 policiais militares, *in verbis*:

No dia 29 de dezembro de 2022, seriam realizadas ações de enfrentamento ao comércio irregular na avenida do Exército e adjacências da Praça dos Cristais, conforme Protocolo de Ações Integradas nº 215/2022 (SEI



103804433) e solicitação formalizada pelo próprio Exército Brasileiro, mediante Ofício nº 113-COP/CMP, datado de 06DEZ2022, e endereçado ao Secretário de Estado do DF Legal. Segundo o referido documento (PAI nº 215), o objetivo geral do protocolo era de que todos os órgãos envolvidos, observadas as respectivas competências legais e áreas de atuação, planejassem e executassem ações de segurança pública e de fiscalização, a fim de assegurar a proteção da ordem urbanística do DF, combatendo o comércio irregular no local descrito (Av. do Exército e adjacências da Praça dos Cristais no Setor Militar Urbano).

O supracitado documento definia, como coordenador situacional da operação, o Comando Militar do Planalto do Exército Brasileiro - CMP (demandante do apoio operacional), pontuando que a referida coordenação deveria ser exercida, preferencialmente, por Oficiais do Exército Brasileiro. Dentre outras, previa ainda que o referido órgão disponibilizasse recursos humanos e logísticos para apoio à execução da operação, veículos para transporte de materiais e prestasse informações de inteligência e apontamentos de questões de interesse operacional.

Face às ações atribuídas à PMDF, o Departamento de Operações, por meio de sua Subchefia de Operações, realizou reunião preparatória interna, para acertar os detalhes do planejamento, o qual culminou na confecção da ordem de serviço Gênese nº 2022.10060.0000235, que previu o emprego dos seguintes recursos operacionais:

- Efetivo de Choque;
- Efetivo de PATAMO (Patrulhamento Tático Móvel);
- Efetivo de Choque Montado;
- Efetivo da ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas);
- Efetivo do BPCães (Batalhão de Policiamento com Cães);
- Efetivo do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais);
- 03 (três) CIAs operacionais, sendo 01 (uma) do 1º CPR, 01 (uma) do 4º CPR e 01 (uma) do 5º CPR;
- Efetivo de 150 (cento e cinquenta) alunos do CFP IX, distribuídos na sede do Complexo da PCDF, na sede do Palácio do Buriti e nos setores hoteleiros norte e sul.

Esses recursos foram apresentados às 06h30 do dia 29DEZ2022, no local definido como ponto de reunião das tropas (estacionamento da Catedral Rainha da Paz). Cabe salientar, no entanto, que a despeito de todo o esforço e do aparato mobilizado pela Polícia Militar do Distrito Federal, face à demanda apresentada e ao apoio operacional solicitado pelo Exército Brasileiro, a referida Força, na ocasião, decidiu pela não realização da operação, possibilitando a permanência, continuidade e funcionamento do acampamento.

O acampamento no Setor Militar Urbano é finalmente desfeito no dia 09 de janeiro de 2023, em cumprimento à decisão judicial do Ministro Alexandre de Moraes, exarada nos autos do Inquérito 4.879/DF, a qual determinou, dentre outras



medidas, a desocupação e dissolução total do movimento no prazo de 24 horas, com a prisão em flagrante dos seus participantes pelos crimes tipificados nos artigos 2^a, 3^o, 5^o e 6^o (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei nº 13.260/2016, e nos artigos 288 (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito) e 359-M (golpe de Estado), 147 (ameaça), 147-A, § 1^o, III (perseguição), 286 (incitação ao crime), todos do Código Penal Brasileiro.

6.2 Dos atos e eventos vinculados ao acampamento em frente ao Quartel-General do Exército

Durante o período de tempo que o acampamento persistiu, diversos atos e eventos foram realizados por seus integrantes, tanto no espaço do Setor Militar Urbano, especificamente em frente ao Quartel-General do Exército, quanto em outras localidades do Distrito Federal como o Aeroporto Internacional de Brasília.

Destacam-se dentre esses as manifestações dos dias 02 e 15 de novembro de 2022, ocorridas na Praça dos Cristais, as quais concentraram milhares de pessoas no Setor Militar Urbano; as manifestações dos dias 02 e 05 de dezembro de 2022, ocasião em que grupos indígenas, respectivamente, invadiram área restrita do aeroporto de Brasília e protestaram em frente ao Hotel Meliá Brasil 21, local onde estava hospedado o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva; as manifestações do dia 08 de dezembro de 2022, ocasião em que integrantes do acampamento bloquearam as vias de acesso ao aeroporto de Brasília; os atos de vandalismo e tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal no dia 12 de dezembro de 2022; a instalação de uma bomba num caminhão tanque nas imediações do aeroporto de Brasília no dia 24 de dezembro de 2022; e, por fim, a invasão e depredação do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal no dia 08 de janeiro de 2023.

A ordem cronológica dos movimentos colocados, revelam de maneira clara um gradativo agravamento das ações dos participantes do acampamento no que se refere à ordem pública no Distrito Federal, destacando-se as situações dos dias 12 e



24 de dezembro 2022, as quais passaram a ser indicativas da real periculosidade e potencial lesivo daqueles que estavam e/ou frequentavam o acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército.

7 DOS ATOS DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Na escalada de violência dos atos e eventos associados aos participantes do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, o primeiro, em ordem cronológica, de maior gravidade e reflexos na Segurança Pública do Distrito Federal, foram os distúrbios, desordens e incivildades praticados por centenas de vândalos na área central de Brasília na noite do dia 12 de dezembro de 2022, quando ocorreram incêndios a diversos ônibus e veículos, depredação de prédios públicos, assim como tentativa de invasão à sede da Polícia Federal.

O fato gerador dos atos de vandalismo foi a prisão, pela Polícia Federal, nas imediações da Torre de TV, do Cacique José Acácio Serere Xavante, pessoa que exercia protagonismo no movimento instalado em frente ao QGEx. O Cacique Serere foi preso em decorrência de um mandado de prisão temporária expedido pelo Ministro Alexandre de Moraes, o qual, em linhas gerais, considerou que as condutas do indígena estavam revestidas de agudo grau de gravidade e que sua liberdade gerava riscos.

Instada a se manifestar sobre os atos do dia 12 de dezembro de 2022, a Subsecretaria de Operações Integradas, por meio da sua Coordenação de Eventos e Atividades Especiais, informou que *“não havia previsão de atos públicos e/ou manifestações para as proximidades do Setor Comercial Norte – SCN, Setor Hoteleiro Norte – SHN, ou sede da Polícia Federal (PF) e imediações (...)”*. Ainda sobre os atos de subversão da ordem pública no dia 12/12/2022, disse a SOPI *“entendendo ter-se tratado de fato isolado e sem relação ou motivação ligada a diplomação da chapa*



eleita, mas devido a cumprimento de mandado de prisão de líder indígena por parte da PF(...)"³³

Já a Polícia Militar do Distrito Federal, por meio do Ofício nº 113/2023 – PMDF/GCG/SAD/CH, prestou os seguintes esclarecimentos:

- No dia 12 de dezembro de 2022, havia um grande efetivo escalado para cerimônia de diplomação do candidato eleito Luiz Inácio Lula da Silva, evento considerado crítico (POI 43/2023);
- Que de forma súbita e inesperada tomaram conhecimento de que manifestantes estavam tentando invadir o prédio da Polícia Federal na Asa Norte em Brasília;
- Tão logo foi acionada, um efetivo da PMDF foi para o local onde encontrou uma situação completamente caótica, com indivíduos tentando adentrar a sede da PF e hostilizando os policiais federais com pedaços de madeira e pedras. Registraram que esses elementos incendiaram sete veículos, dos quais cinco eram ônibus. Acrescentaram que alguns carros nas imediações da Polícia Federal também foram danificados pelos vândalos;
- Ressaltaram que somente foi acionada quanto a crise já estava instalada, e que o fato gerador daquela situação teria sido a prisão do indígena José Acácio Serere Xavante por parte da Polícia Federal, situação da qual não tiveram conhecimento pretérito;
- Que a atuação da PMDF consistiu no acionamento imediato do serviço ordinário de policiais militares do Batalhões de diversas Regiões Administrativas do DF, assim como do Complexo Administrativo, além de tropas especializadas como BOPE, CHOQUE, CAVALARIA e ROTAM;

³³ Memorando nº 67/2023 – SSP/SESP/SOPI/CEATE



- Explicaram que o objetivo inicial da PMDF, face o cenário encontrado, foi proteger e resguardar a vida e integridade física das pessoas que transitavam pelo local, assim como dos próprios policiais federais. Registraram inclusive que fizeram a escolta de 150 crianças que estavam no Brasília Shopping até um ponto seguro;
- Que num segundo momento, garantida a vida e a integridade física das pessoas, o efetivo destacado no terreno passou a promover controle dos vândalos de forma a afastá-los da área central de Brasília. Consignaram que a prisão e a captura desses indivíduos foi procedimento que se tentou, mas que, os autores das depredações se evadiram; e
- Que a PMDF tomou conhecimento dos atos de vandalismo por volta das 19h30 do dia 12/12/2022, fazendo pronto emprego de 687 Policiais Militares, mas que, até o desfecho da situação foram utilizados 1.481 militares.

Muitos questionamentos surgiram quanto à atuação da Polícia Militar do Distrito Federal no dia 12 de dezembro de 2022, visto que a corporação não realizou qualquer prisão. Acerca disso, a PMDF prestou o seguinte esclarecimento:

- O efetivo que respondeu ao incidente foi a tropa de choque que por sua natureza é equipada com equipamentos pesados, capacete, escudo, munições químicas, armas de lançamento, e outras, e que a tropa que veio em reforço foi de policiais do serviço ordinário, os quais não tiveram condições de realizar buscas e capturas sem que houvesse risco de dano à integridade física e à vida dos perpetradores, da população em geral e dos próprios policiais militares.

Inobstante as explicações prestadas, ainda quanto à atuação da PMDF nos atos do dia 12 de dezembro de 2022, cumpre destacar algumas informações



constantes da denúncia GCAA/PGR nº 3475/2023 PET nº 11.008/DF, relacionadas à extração de dados de aparelhos celulares, tornada pública por meio de despacho do Ministro Alexandre de Moraes:

Ocorre que, conforme comprovam mensagens enviadas por **MARCELO CASIMIRO VASCONCELOS RODRIGUES** e por **JORGE EDUARDO BARRETO NAIME** a **FÁBIO AUGUSTO DA SILVA**, a PMDF teve claras oportunidades de efetuar a prisão em flagrante dos autores dos fatos. **Em momento preliminar, concomitantemente aos ataques, MARCELO CASIMIRO revelou que a Polícia Militar havia produzido informações de que os ônibus com os insurgentes partiram do acampamento em frente ao QG do Exército, em direção à sede da PF** (fl. 493 do Relatório de Extração – *Cellebrite Reports*, Conta: 556199029548@s.whatsapp.net - Fábio; Identificador: 556192264535@s.whatsapp.net – Casimiro CEL; anexo IX).

Encaminhado

From: 556192264535@s.whatsapp.net Casimiro CEL

Aprox 7 onibus saindo do QGex em direção à PF. Desses, 3 ja sairam. Com indigenas e não indigenas. Alem de algumas caminhonetes

Plataforma: Celular

Rótulo: Forwarded

12/12/2022 20:03:43(UTC-3)



Posteriormente aos atos, a **Agência Departamental de Inteligência do Departamento de Operações (DOP)**, então chefiado por **JORGE EDUARDO BARRETO NAIME**, produziu um informe, sintetizando que a **PMDF dialogou com os insurgentes nas imediações da sede da PF e permitiu que estes retornassem aos ônibus e, depois, ao acampamento em frente ao QG do Exército**, ajustando-se que os manifestantes retornariam após a audiência de custódia de SERERE:

Encaminhado

From: 556199354354@s.whatsapp.net Naime CEL PMDF

ADI/DOP

Setor Hoteleiro Norte / W3 Norte :

Atualização

LOCAL: Setor Hoteleiro Norte - W3 Norte

PÚBLICO: 150 pessoas

ÂNIMOS: Tranquilos

DESDOBRAMENTO:

- Em resumo o advogado passou a palavra para o indígena que relatou que o índio preso está bem e deu por encerrada a manifestação na data de hoje os manifestantes estão se dirigindo para os ônibus, que se dirigira para o QG, foi acertado que retornarão a este local às 16 horas, após a audiência de custódia.

Plataformac Celular

Rótulo: Forwarded

13/12/2022 07:45:35(UTC-3)

O que se constata dessas informações é que, de fato, grande parte dos vândalos, se não todos, saíram do acampamento em frente ao QGEx, e que a Polícia Militar do DF teve, ao menos em tese, oportunidades para prender em flagrante os perpetradores das desordens e incivildades ocorridas no centro de Brasília na data de 12 de dezembro de 2022.



No que tange à Polícia Civil do Distrito Federal, esta informou, por meio do Ofício nº 31/2023 – PCDF/DGPC/AAI, que em decorrência dos graves eventos ocorridos no dia 12 de dezembro de 2022, o Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado – DECOR/PCDF, instaurou Inquérito Policial nº 148/2022 – DECOR, com o fito de apurar, *in totum*, a autoria, a materialidade delitiva e as demais circunstâncias relacionadas ao ocorrido, ficando a cargo da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado – DRACO/DECOR, a responsabilidade da investigação.

A PCDF consignou que, já no início das investigações, identificaram 11 indivíduos envolvidos nos atos de vandalismo, de depredação e de tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal no dia 12, incluindo os responsáveis pela compra de combustível. Consignou, ainda, que na data de 15 de dezembro de 2022, a Autoridade Policial responsável pelas investigações protocolou representação policial junto ao Poder Judiciário solicitando a expedição de mandados de busca e apreensão e prisão. Informou também que, na sequência, identificaram outros 18 envolvidos nos atos do dia 12 de dezembro de 2022.

A PCDF informou, ainda, que no dia 28 de dezembro de 2022, como resultado das diligências levada a cabo pela Polícia Civil do Distrito Federal, deu cumprimento ao mandado de prisão de Klio Damião Hirano, e que, na data de 29 de dezembro de 2022, em conjunto com a Polícia Federal, deflagrou a “Operação Nero”, a qual consistiu no cumprimento de 32 mandados judiciais nos Estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins, São Paulo e Rio de Janeiro.

A despeito das informações prestadas pela PCDF, cabe esclarecer alguns pontos.

As investigações policiais relacionadas aos atos do dia 12 iniciaram-se na Polícia Civil do DF, a qual, de maneira muito rápida, identificou diversos envolvidos nos atos de vandalismo e depredação no centro de Brasília. Contudo, tão logo houve representação policial por parte do Delegado de Polícia da DRACO/DECOR, a qual solicitava buscas e prisões, o judiciário local declinou da competência ao Supremo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Tribunal Federal, que, de pronto, transferiu a continuidade do apuratório para a Polícia Federal (Pet 10.776/DF).

À vista disso, tramitando em sigilo referido expediente, não chegou ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito maiores informações sobre o atual estágio das investigação, razão pela qual deixa-se de anotar a relação das pessoas identificadas.

Por fim, como reforço argumentativo no sentido de que as pessoas envolvidas nos atos do dia 12/12/2022 eram oriundas do acampamento montado no Setor Militar Urbano de Brasília, destacam-se as informações prestadas quanto da prisão de Klio Damião Hirano. Conforme consignado abaixo, Klio Damião e seu companheiro Rodrigo Yassuo Faria Ikezili eram integrantes do acampamento e tinham participação ativa na dinâmica do movimento.

Reproduz-se, a seguir, lista de presença de Reunião de Trabalho da SOPI, realizada na data de 07 de setembro de 2022, na qual Klio Damião e seu companheiro participam, a qual deu origem ao PAI nº 208/2022, "MARCHA PELA LIBERDADE":

	INSTITUIÇÃO ÓRGÃO AGÊNCIA	SEÇÃO		(LETRA LEGÍVEL)	(LETRA LEGÍVEL)
Emerson Santos Colli	-	-	(93) 981106749	ACAMPAMENTO Q.G.X	Emerson S. Colli
Humberto M. Oliveira	SSP	CEAGE	3441-8692	-	
Burionia P. Barbosa	SP		19982680477		
Luizine Uchae Gomes	SSP-PI		1.195.496	Luizine Uchae Gomes	Luizine Uchae Gomes
Klio Damião Hirano	SSP-SP		11.94864644	ACAMPAMENTO Q. E. X	
ROBERTO JAEGER	ACAMPAMENTO Q. E. EXERCITO		54 491139777	ROBERTO JAEGER	
Rodrigo Yassuo Faria Ikezili	MAB		14.99195-0408	RODRIGO IKEZILI	RODRIGO IKEZILI
Fabio R. Michelin	SSP/DF	CIOB			
Paulo Henrique A. Almeida	PCDF	DALOP	-	-	
Ag. R. MORENO	DETRAN	UPOP			



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CPI dos Atos Antidemocráticos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Eventos e Atividades Especiais
Gerência de Eventos

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL nº208/2022
SSP / PMDF / PCDF / CBMDF / DETRAN-DF / DF-LEGAL / RA-PP / SLU / ASCOM-SSP / SI-SSP

De ordem do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal encaminho a presente, conforme as orientações adiante estabelecidas.

Base Legal: Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 5º, XVI);

Decreto nº 26.903, de 12 de junho de 2006;

Decreto nº 40.079, de 04 de setembro de 2019.

PROTOCOLO DE AÇÕES INTEGRADAS nº 208/2022

1. OBJETIVO GERAL

Planejar e executar ações de segurança pública a fim de assegurar o direito constitucional a livre MANIFESTAÇÃO PÚBLICA, na Esplanada dos Ministérios e área central de Brasília, conforme atribuições legais de cada Instituição, Órgão ou Agências (IOAs), e reunião de alinhamento da Operação, ocorrida na SSP, no dia 07 de dezembro de 2022, com as observações abaixo contidas.

Evento	MANIFESTAÇÃO PÚBLICA: MARCHA PELA LIBERDADE - ESPLANADA			
Data	10 e 11 de dezembro de 2022.			
Público	Não informado.			
Programação	CONCENTRAÇÃO - 08h00 TÉRMINO - 19h00 Os manifestantes realizarão deslocamento na Esplanada dos Ministérios entre a Via de Ligação da Catedral até a Avenida José Sarney, conforme definido em reunião.			
IOA's	Órgão/Seção	Ponto Focal	Função	Telefone
	SESP	Del DPF Milton Neves	Secretário Executivo	
	SOPI	CEL Cíntia	Subsecretária	
	CEATE/SOPI	TC Humberto	Assessor Especial	
	CIOB/SOPI	Del. Michelin	Coordenador	
	PMDF/DOP	CEL Naime	Chefe	
	PMDF/DOP	MAJ Leonardo	Seção Operacional	
	PCDF	Del. Paulo Henrique	DALOP/PCDF	
	CBMDF	TC Darlam	Cmt de Área I	
	DETRAN DF	Ag. R. Moreno	UPOP	
ORGANIZADOR	MANIFESTAÇÃO PELA LIBERDADE	Mauro Regis	Carro de som	---
		Mark de Aquino	---	
		Olavo das Neves	---	
		Emerson Santos	---	
		Louise Uchôa	---	
		Klio Damião	---	
		Roberto Jaeger	---	
		Rodrigo Yassuo	Tendas e banheiros químicos	



8 DOS ATOS DO DIA 24 DE DEZEMBRO DE 2022

Na escalada de violência dos atos e eventos ligados aos participantes do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, o segundo, em ordem cronológica, de maior gravidade e reflexos na Segurança Pública do Distrito Federal, foi a tentativa de explosão de um caminhão tanque abastecido com 60.000l de querosene de aviação nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília, por meio da instalação de um artefato explosivo em um de seus eixos.

Com relação a esse evento, insta fazer constar que no dia 24 de dezembro de 2022, por volta das 12h, equipe policial da 10ª Delegacia de Polícia foi acionada para checar a informação de localização de uma bomba na região do aeroporto de Brasília, oportunidade na qual, *in loco*, confirmaram a veracidade da alegação. Na oportunidade, equipes do esquadrão antibombas da Polícia Militar do Distrito Federal e a Polícia Federal adotavam as medidas de segurança pertinentes.

Os policiais civis descobriram que o artefato explosivo havia sido encontrado pelo motorista de um caminhão tanque, que não mais estava no Distrito Federal, instalado sobre um dos eixos do veículo. Esse condutor foi identificado e, tão logo entrevistado, explicou que por volta das 04h30 do dia 24/12/2022, durante *checklist* do caminhão, localizou uma caixa de papelão apoiada sobre o último eixo traseiro esquerdo do veículo, de forma que, ao abri-la, observou tratar-se de uma bomba. Por conta disso, colocou a caixa no chão e afastou o caminhão cerca de 500m, realizando nova vistoria no veículo.

Ainda no dia 24/12/2022, os investigadores receberam informações de inteligência dando conta que um dos envolvidos na tentativa de explosão do caminhão tanque seria pessoa de cor branca, estatura mediana, 50 anos de idade, condutor de uma caminhonete, oriundo do Estado do Pará, o qual estaria hospedado em um condomínio no Sudoeste. Ao que consta, durante conversa no condomínio, esse indivíduo teria revelado sua intenção de explodir uma bomba no estacionamento do aeroporto de Brasília.



Com base nessas informações e também levantamentos de campo, a equipe policial da 10ª Delegacia de Polícia encontrou o condomínio, qual seja, Saint Tropez no Sudoeste, onde o suspeito, qualificado como George Washington de Oliveira Sousa, proprietário de uma caminhonete vinculada a um Posto de Gasolina no Estado do Pará, possivelmente estaria hospedado.

Assim, por volta das 20h30 do dia 24/12/2022, os policiais civis conseguiram abordar George Washington, que, de pronto, avisou possuir armas de fogo, munições e explosivos. No carro e no apartamento em que George Washinton estava instalado foram localizados um fuzil, duas espingardas calibre 12, três pistolas 9mm, dois revólveres 357 Magnum, milhares de munições e emulsões explosivas.

Diante dos elementos de informação que apontavam para seu envolvimento na tentativa de explosão do caminhão tanque no aeroporto de Brasília na madrugada do dia 24 de dezembro de 2022, bem como por conta do arsenal bélico encontrado em seu poder, George Washington foi preso, na ocasião, em flagrante delito (APF 243/2022 – 10ª DP).

Interrogado sobre os fatos que lhes eram imputados, George Washington assim respondeu:

(...) Moro na cidade de Xinguá no estado do Pará e trabalho como gerente de posto de gasolina. Desde a eleição do Bolsonaro eu passei a apoiá-lo por acreditar que ele é um patriota e um homem honesto. E em outubro de 2021 eu tirei minhas licenças para adquirir armas (CR e CAC) e desde então gastei cerca de 160 mil reais na compra de pistolas, revólveres, fuzis, carabinas e munições. **O que me motivou a adquirir as armas foram as palavras do presidente Bolsonaro que sempre enfatizava a importância do armamento civil dizendo o seguinte: “Um povo armado jamais será escravizado”** e também a minha paixão por armas que tenho desde a juventude. Após o segundo turno das eleições eu passei a participar de protestos no Pará e no dia 12/11/2022 eu vim à Brasília com a minha caminhonete Mitsubishi Triton levando comigo duas escopetas calibres 12; dois revólveres calibre .357; três pistolas, sendo duas Glocks e uma CZ Shadow 2; um fuzil Springfield calibre .308; mais de mil munições de diversos calibres e cinco bananas de dinamite (emulsão). Desses itens, o único que eu não tinha licença para possuir eram as dinamites que eu comprei por R\$ 600,00 de um home do Pará que me trouxe os explosivos quando eu já estava em Brasília. Eu também não possuía a guia de transporte das armas e caso fosse parado pela polícia na estrada a minha ideia era acionar o Pró Armas para justificar a minha participação em



alguma competição de tiro. **A minha ida a até Brasília tinha como propósito participar dos protestos que ocorriam em frente ao QG do Exército e aguardar o acionamento das forças armadas para pegar em armas e derrubar o comunismo.** A minha ideia era repassar parte das minhas armas e munições a outros CACs que estavam acampados no QG do exército assim que fosse autorizado pelas forças armadas. Assim que cheguei em Brasília eu fiquei hospedado no Econotel e depois aluguei dois apartamentos no Sudoeste pelo Airbnb. Durante o período em que frequentei o acampamento montado em frente ao QG do Exército eu percebi que havia vários petistas infiltrados entre os ambulantes que passaram a envenenar os alimentos vendidos aos bolsonaristas com a intenção de desmobilizar os manifestantes, além de provocar tumultos e desordem entre as pessoas. Em posse dessas informações, há três semanas eu entrei em contato com um importante general do exército e reportei a ele tudo sobre os infiltrados petistas no acampamento e disse que em breve poderia haver um grande derramamento de sangue se nada fosse feito. No dia seguinte os militares do exército expulsaram todos os ambulantes do acampamento. **No dia 12/12/2022 houve o protesto contra a prisão do índio onde eu conversei com os PMs e o Bombeiros responsáveis por conter os manifestantes que me disseram que não iriam coibir a destruição e o vandalismo desde que os envolvidos não agredissem os policiais. Ali ficou claro para mim que a PM e o Bombeiro estavam ao lado do presidente e que em breve seria decretada a intervenção as forças armadas.** Porém, ultrapassados quase um mês nada aconteceu e então eu resolvi elaborar um plano com os manifestantes do QG do Exército para provocar a intervenção das forças armadas e a decretação de estado de sítio para impedir instauração do comunismo Brasil. No dia 22/12/2022 vários manifestantes do acampamento conversaram comigo e sugeriram que explodíssemos uma bomba no estacionamento do Aeroporto de Brasília durante a madrugada e em seguida fizessemos denúncia anônima sobre a presença de outras duas bombas no interior da área de embarque. E no dia seguinte, (23/12/2022) uma mulher desconhecida sugeriu aos manifestantes do QG que fosse instalada uma bomba na subestação de energia em Taguatinga para provocar a falta de eletricidade e dar início ao caos que levaria a decretação do estado de sítio. Eu fui ao local apontado pela mulher em Taguatinga em um Ford Ranger branca de uma dos manifestantes do acampamento, mas o plano não evoluiu porque ela não apresentou o carro para levar a bomba até a transmissora de energia. Ao contrário da mulher, **um homem chamado Alan que eu já tinha visto algumas vezes no acampamento se mostrou mais disposto e se voluntariou para instalar a bomba nos postes que transmissão de energia que ficam próximos à subestação como foi pensado originalmente.** Eu disse aos manifestantes que tinha a dinamite, mas que precisava da espoleta e do detonador para fabricar a bomba. No dia 12/12/2022, por volta das 11h:30, um manifestante desconhecido que estava acampado no QG me entregou um controle remoto e quatro acionadores. Em posse dos dispositivos, eu fabriquei a bomba colocando uma banana de dinamite conectada a um acionador dentro de uma caixa de papelão que poderia ser disparada pelo controle remoto a 50 a 60 metros de distância. **Eu entreguei o artefato ao Alan e insisti que ele instalasse em um posto de energia para interromper o fornecimento de eletricidade, porque eu não concordei com a ideias de explodi-la no estacionamento do**



aeroporto. Porém, no dia 23/12/2022 eu soube pela TV que a polícia tinha apreendido a bomba no aeroporto e que o Alan não tinha seguido o plano original. Ontem, dia 24/12/2022 eu observei durante a tarde uma movimentação de pessoas estranhas nas redondezas do prédio onde eu estava hospedado e desconfiei que fosse policiais. Então eu arrumei as malas e coloquei as armas na caminhonete para ir embora na manhã do dia 12/12/2022. No dia 24/12/2022, por volta das 19h:00, policiais civis me abordaram embaixo do prédio e confessei a posse das armas e dos explosivos.(...)

Em razão da gravidade da situação, após prisão em flagrante de George Washington por policiais civis da 10ª Delegacia de Polícia, as investigações policiais foram transferidas para equipe especializada do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado - DECOR, cuja missão era identificar os demais envolvidos no crime.

Em diligências complementares, os investigadores do DECOR identificaram as pessoas de Alan Diego dos Santos Rodrigues e Wellington Macedo de Souza como sendo os comparsas na tentativa de explosão da bomba no Aeroporto Internacional de Brasília, os quais, na empreitada criminosa, ficaram responsáveis por transportar e instalar o artefato explosivo no caminhão tanque.

Para além das informações prestadas por George Washington em seu interrogatório, ocasião na qual declinou o nome da pessoa para quem havia entregado a bomba, foi encontrado em seu aparelho celular, após perícia de extração de dados no Instituto de Criminalística da PCDF, informações que comprovavam a participação de Alan Diego no ocorrido³⁴. Nessa mesma linha investigativa, localizou-se também fragmento de impressão papiloscópica de Alan Diego na maçaneta interna da caminhonete de George Washington³⁵, o que estabeleceu por vez o vínculo entre eles.

³⁴ Laudo de Perícia Criminal 51.525

³⁵ Laudo de Perícia Papiloscópica 37.798



Brasília, do acompanhamento do Sistema de Monitoramento de Trânsito do DF, e de informações recebidas da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal – SEAPE, relacionadas à sua tornozeleira eletrônica, colocá-lo na data, hora e local do crime.



Câmara de monitoramento V12 PRIME – 03h15 do dia 24/12/2022



Câmara frontal do caminhão tanque, veículo em que o artefato explosivo foi instalado



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

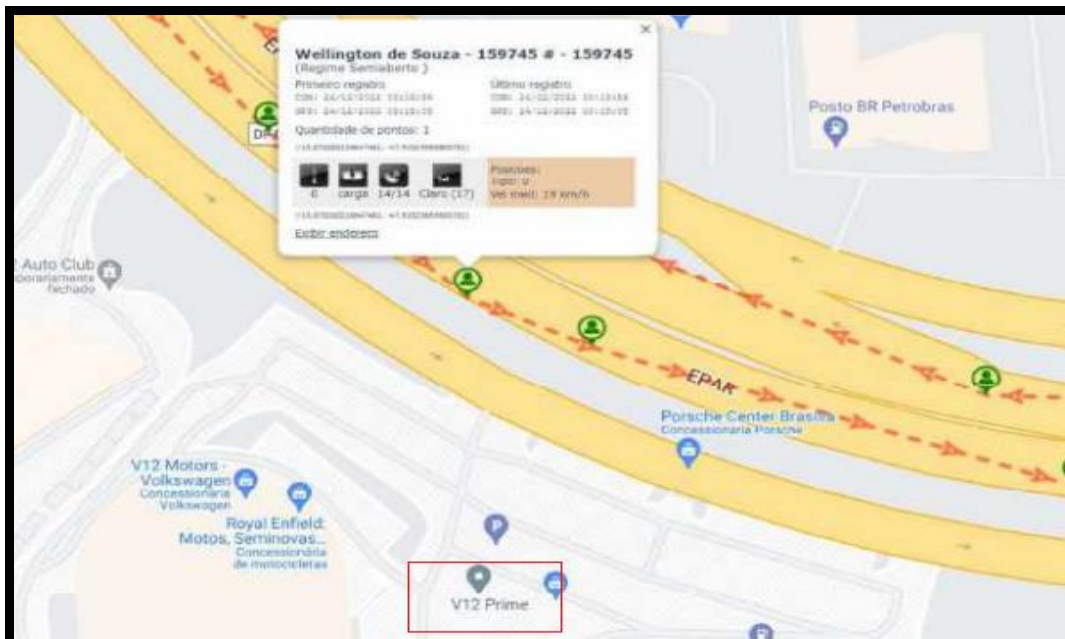
CPI dos Atos Antidemocráticos



Placa pesquisada: 06W7035

Data	Máquina	Destinação	Placa	Ano	Marca/Modelo	Cor	Imagem	Proximidade
24/12/2022 13:07:53	019	DF - 002 EIXO SUL KM 8,5 SENTIDO RODOVIARIA - DER020	06W7035					📍
24/12/2022 13:06:57	022	DF - 002 EIXO SUL KM19 SENTIDO RODOVIARIA - DER023	06W7035					📍
24/12/2022 13:30:45	023	DF - 003 EIXO SUL KM8,8 SENT. AEROPORTO - DER024	06W7035					📍
24/12/2022 12:29:42	016	DF - 002 EIXO SUL KM 8,5 SENTIDO AEROPORTO - DER019	06W7035					📍
24/12/2022 05:45:46	019	DF - 002 EIXO SUL KM 8,5 SENTIDO RODOVIARIA - DER020	06W7035					📍
24/12/2022 05:44:22	022	DF - 002 EIXO SUL KM19 SENTIDO RODOVIARIA - DER023	06W7035					📍
24/12/2022 05:29:47	023	DF - 003 EIXO SUL KM8,8 SENT. AEROPORTO - DER024	06W7035					📍
24/12/2022 05:27:37	016	DF - 002 EIXO SUL KM 8,5 SENTIDO AEROPORTO - DER019	06W7035					📍
24/12/2022 06:41:36	340	DF-002 KM 7,4 ENTRADA BURACO TATU SENTIDO NORTE - DER603	06W7035					📍
24/12/2022 06:38:55	022	DF - 002 EIXO SUL KM19 SENTIDO RODOVIARIA - DER023	06W7035					📍
24/12/2022 03:50:46	019	DF - 002 EIXO SUL KM 8,5 SENTIDO RODOVIARIA - DER020	06W7035					📍
24/12/2022 03:49:14	022	DF - 002 EIXO SUL KM19 SENTIDO RODOVIARIA - DER023	06W7035					📍
24/12/2022 02:42:08	019	DF - 002 EIXO SUL KM 8,5 SENTIDO RODOVIARIA - DER020	06W7035					📍
24/12/2022 02:40:07	022	DF - 002 EIXO SUL KM19 SENTIDO RODOVIARIA - DER023	06W7035					📍
24/12/2022 01:42:48	156	DF-004 EPIA KM18,4 SENTIDO NORTE: SUL (SEMAFORO PROIBIÇÃO A EMBAIXADA DO IRAQUE) - DER285	06W7035					📍
24/12/2022 00:36:05	249	DF-011(EPTG) KM 3,6 SENT. EPTG/EIXO MONUM (PROX. POSTO GASOLINA) - DER454	06W7035					📍
24/12/2022 00:34:27	243	DF-011 (EPTG) KM 0,5 SENT. EPTG/EIXO MONUM (PROX. PASS. OBTÓGONO) - DER447	06W7035					📍
24/12/2022 00:31:44	269	DF-065(EPTG) KM 1,8 SENTIDO DF-068(PLANO PILOTO) - DER482	06W7035					📍
24/12/2022 00:29:17	276	DF-065(EPTG) KM 3,8 SENTIDO DF-003(PILOTO) - DER486	06W7035					📍
24/12/2022 00:26:12	436	DF-065 (EPTG) KM 6,5 VIA PRINCIPAL SENTIDO DF-010 (EPIA) - DER649	06W7035					📍
24/12/2022 00:18:18	114	DF-001(EPC) KM 77,4 (POSTO NORTE) SENTIDO DF-075(EPNB) - PROX. VIA: EPTS - DER007	06W7035					📍
24/12/2022 00:16:01	120	DF-001 (EPC) KM 78,9 (POSTO NORTE) SENTIDO DF-075 (EPNB) - DER011	06W7035					📍
24/12/2022 00:09:00	305	DF-095(EPL) KM 10,3 SENTIDO DF-001(EPC) TAGUATINGA - DER284	06W7035					📍
24/12/2022 00:04:59	221	DF-095 (EPL) ESTRUTURAL KM 8,8 SENTIDO BI-DIRECIONAL RISTA NORTE - DER281	06W7035					📍
24/12/2022 19:08:36	018	DF - 002 EIXO SUL KM 8,5 SENTIDO RODOVIARIA - DER020	06W7035					📍

Sistema OCR DER registra movimentação do carro de Wellington



Tornezeira eletrônica de Wellington às 03h15m05 em 24/12/2023

Preso e interrogado sobre os fatos que lhes eram imputados, Alan Diego dos Santos Rodrigues assim respondeu:

(...) veio para Brasília em novembro de 2022, junto com outros colegas de sua cidade, Comodoro/MT, para **manifestar contra as eleições de 2022 e tentar receber o código fonte das urnas**; Que chegando ao Distrito



Federal, **ficou no acampamento do QG do Exército** junto com os demais. Que quando seu pessoal foi embora, passou a se hospeder na pousada "Casa Claus", na Vila Planalto, e frequentemente **passava o dia no QG do Exército**, junto com outros manifestantes; Que dentre outras pessoas, **conheceu George** Washinton, pessoa que figura como réu na mesma ação penal responde no Distrito Federal; Que não tinha muito contato com Washington porque ele aparecia, depois sumia do QG, por uma semana, e aparecia novamente; **Que desde que chegou ao acampamento, sempre ouvia conversas de explosões pelos manifestantes, sobre explodir algumas coisas como se fosse a solução para a intervenção;** Questionado, que respondeu que **os explosivos que de fato chegaram ao DF vieram do estado do Pará, encomendados por George Washington;** **Que sabe que quem fabricou o artefato explosivo do dia 24/12/2022,** foi George, que lhe disse ter feito cursos em Brasília para aprender a fabricar artefatos explosivos; **Que sobre os fatos, no início da noite do dia 24/12/2022, por volta de meia noite e meia, recebeu de George Washinton o artefato explosivo montado dentro de uma caixa de papelão.** Ele teria lhe entregado essa caixa dentro do carro dele, uma caminhonete L-200 Triton que estava estacionada dentro do QG. Que olhou dentro da caixa e viu um relógio tipo display e uma bisnaga de explosivo parecendo um salame dobrado; Que recebeu a orientação de Washington para colocar o artefato dentro do aeroporto, na área de embarque, mas que preferiu não fazer; Que então, **chamou o jornalista Wellington para lhe buscar no QG e lhe levar até o aeroporto, para colocação do artefato;** Que Wellington lhe levou até as imediações do aeroporto em uma carro branco Hyundai/Creta; Que não achou correto colocar o artefato dentro do aeroporto. Então, mudou o plano e, **entre as 03h00 e 04h00 da madrugada, passou lentamente ao lado de uma caminhão-tanque que estava estacionado na via, de frente para a V12-motors, e colocou a caixa no paralama traseiro do caminhão;** Que Wellington não chegou a parar o veículo, tendo o depoente colocado a caixa pela janela; Que acredita que Wellington não sabia do que se tratava o artefato; Questionado sobre o detonador, respondeu que não sabe dizer quem estava com ele; Que então, deixaram o local e ficaram rodando por Brasília; Que quando sua "ficha caiu", resolveu procurar um telefone público para comunicar à polícia sobre a colocação do artefato; Que então, acharam um orelhão (telefone público) próximo à Rodoviária do Plano Piloto e ligou para o número 190, mas o atendente não acreditou no comunicado; Que ficou com medo e deixou o lugar mas depois de dar algumas voltas, inclusive tendo ido novamente ao caminhão-tanque; Em seguida, retornaram ao mesmo telefone público e ligaram dessa vez para o Corpo de Bombeiros, que disse que não tinha nada a ver com aquela ligação e que o depoente deveria ligar para a polícia militar; Que após, como ninguém acreditou na sua ligação, voltaram novamente ao lugar de colocação do artefato. Chegando lá, o artefato já estava no chão e o caminhão não estava mais no local; Que fez algumas imagens do local, do artefato, utilizando-se do telefone do Wellington. Em seguida, mandou para o seu próprio celular, para e para outros vários grupos, tentando que alguém acreditasse; **Que quando George Washington ligou para o interrogando, este enviou as fotografias do artefato no chão;** Que em seguida, Wellington deixou o interrogado de volta em sua pousada "Casa Claus", na Vila Planalto; Que mais tarde, **ainda do dia 24/12, voltou ao QG do Exército, participou da Ceia de Natal com os demais manifestantes** e, em seguida,



resolveu voltar para sua casa, no Mato Grosso; Que então, voltou à pousada, fechou a conta e pegou um Uber até Goiânia/GO. De lá, pegou um ônibus para o Cuiabá/MT e outro para Cárceres/MS e, depois, voltou para Comodora; Que por fim, respondeu que os manifestantes do QG acreditavam que a explosão atrairia a atenção do Bolsonaro para invocar “o art. 142” e fazer a intervenção.(...)

Há de se destacar que a bomba, montada por George Washington e instalada por Alan Diego e Wellington, foi acionada, mas que, por conta de um defeito na montagem do dispositivo não chegou a explodir. Nos termos do Laudo Pericial Criminal nº 408/2023, “o sistema de iniciação do artefato foi ativado/acionado/utilizado, antes do início da Operação Petardo”, porém, “a maneira como o artefato fora montado indicam ineficácia para acionamento/ativação da carga explosiva, ou seja, não havia energia suficiente (ou adequada) para detornar a Emulsão Explosiva”.

Por conta desses crimes, George Washington e Alan Diego foram condenados a, respectivamente, 09 anos e 04 meses de reclusão e 05 anos e 04 meses de reclusão. Com relação à Wellington Macedo de Souza, esse teve seu processo desmembrado, porquanto encontrava-se foragida da justiça.

Cabe destacar algumas informações constantes do Exame de Informática do aparelho celular de George Washington (Laudo de Perícia Criminal 51.525/2023), as quais reforçam o argumento de que os envolvidos, nos atos do dia 12 de dezembro de 2023, realmente saíram do acampamento em frente ao Quartel General do Exército.

559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0416.opus Transcrição: “Boa noite, nego duro. Por onde o senhor anda? Sumiu? O que que o senhor me fala? Já tá sabendo aí que raptaram ou prenderam o Tserere com a família? Agora eu acho que a gente vai ter que começar a engrossar. A gente vai falando.”	12/12/2022 19:56:06
--	--	---	------------------------

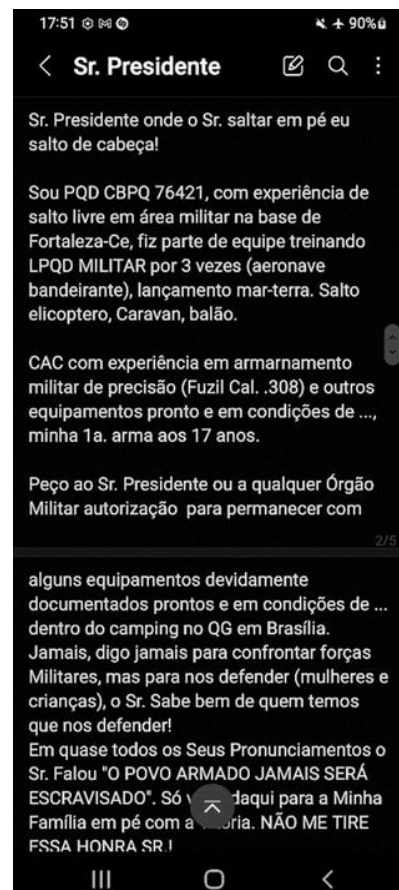


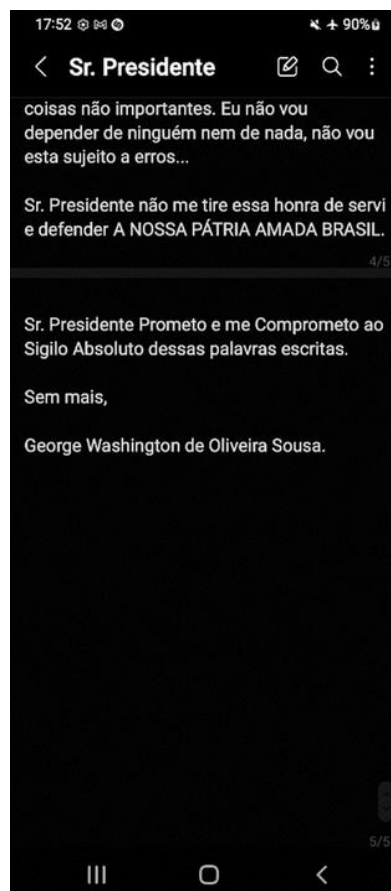
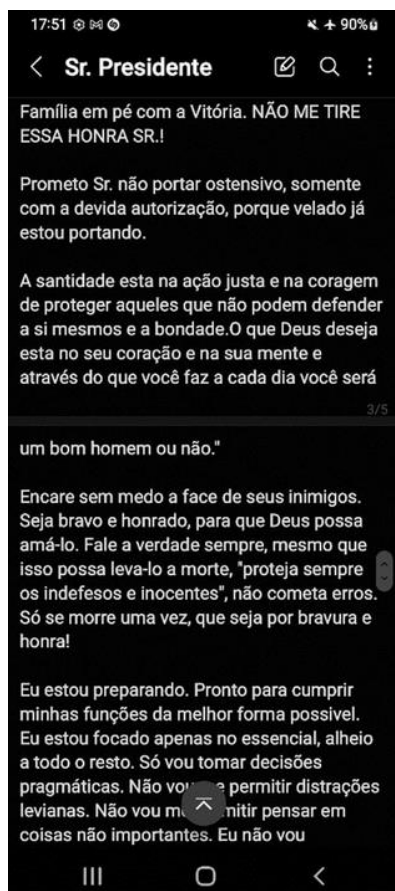
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0507.opus Transcrição: "Nós temos que ir lá para Federal, lá para delegacia. Estamos aqui caçando ônibus para levar o povo e os miserável não quer levar. Motorista de outras rotas, porque os nossos não sabe nem onde é que tá."	12/12/2022 20:30:51
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0568.opus Transcrição: "Nós estamos indo para a Federal, Washington. Chega junto com nós."	12/12/2022 21:07:28
559499274315 5 George Wash Boltruyahu	559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	PTT-20221212-WA0646.opus Transcrição: "Meu irmão, eu tô aqui. Já tem mais de uma hora e meia que eu tô nessa porra aqui. Vocês já chegaram aqui nesse caralho?"	12/12/2022 22:25:55

Também no aparelho celular de George Washington, no aplicativo Samsung Notes, foi encontrado um texto, cujo interesse investigativo, justifica colagem abaixo:





9 DOS ATOS DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2023

Na escalada de violência dos atos e eventos relacionados aos participantes do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, o terceiro, em ordem cronológica, de maior gravidade e reflexos na Segurança Pública do Distrito Federal, foram as invasões e depredação aos prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023.

Esses atos criminosos, diferentemente daqueles ocorridos nos dias 12 e 24 de dezembro de 2022, contavam com alta previsibilidade, uma vez que a organização de uma suposta manifestação ocorrera de maneira prévia e notória, com diversos chamamentos nas redes sociais para participação de um movimento, que, batizado então de "Tomada do Poder", indicava sua intenção e preludiava o que iria acontecer.



Nesse sentido, tinha a Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF, como gestora/articuladora, e as Forças de Segurança, como executoras, as condições necessárias para planejamento e execução operacional adequados, capazes de impedir os desprezíveis ataques aos Três Poderes da República.

Sem embargo, o que se viu no dia 08 de janeiro de 2023 foi um policiamento em número absolutamente incompatível frente aos criminosos e incapaz de garantir a ordem e proteger o patrimônio público. Tal situação só encontra explicação no erro, na omissão ou na conivência daqueles que podiam e deviam ter feito algo para impedir ou frear os intentos antidemocráticos dos que atacaram as Instituições Democráticas.

Exatamente porque houve inúmeros chamamentos nas redes sociais, com aumento no fluxo de informações na internet nos dias que antecederam o 08/01/2023, com folderes de convocação para manifestações em todo país e com possibilidade de realização de evento em Brasília, a Subsecretária de Operações Integradas, no exercício de suas competências, convocou reunião de trabalho para às 10h da manhã do dia 06 de janeiro de 2023 na sala de Gestão Estratégica da SSP/DF, objetivando discutir as ações integradas a serem desencadeadas por cada IOA no caso de manifestações nos dias 07, 08 e 09 de janeiro de 2023.

Participaram dessa reunião o Delegado Fernando, Ex-secretário Executivo SSP/DF; Coronel Cintia, Subsecretária de Operações Integradas SSP/DF; Tenente Coronel Rosivan, Coordenador do CEATE/SOPI; Major Figueiredo, Gerente SOPI; Coronel Casimiro, Comandante do 1º CPR/PMDF; Major Leonardo, Seção de Planejamento DOP/PMDF; Delegado Paulo Henrique, DALOP/PCDF; Tenente Coronel Rangel, Chefe de Operações CBMDF; Agente Souto, COPOL/DETRAN/DF; Vilson Edson, Auditor Fiscal DF-Legal; Wesley Corrêa, Senado Federal; Gabriel Dias, Chefe SPOL/SF; Hipólito Cardoso, Coordenador de Segurança do STF; Igor Alves, Supervisor Segurança MRE; e Vicente Oliveira, Chefe Segurança MRE.

Segundo consta da “Memória de Reunião de Trabalho”, documento que registra o extrato das tratativas realizadas pelos representantes de cada Instituição,



Orgão e Agência parceira, a reunião do dia 06 de janeiro de 2023, foi inicialmente presidida pelo Tenente Coronel Rosivan Correa de Souza, o qual, ao final, foi substituído pela Coronel Cintia Queiroz de Castro e pelo Delegado Fernando de Sousa Oliveira. Desse documento extrai-se o seguinte:

- O TC Rosivan observou que, inicialmente, o evento tinha baixa adesão, mas que não havia certeza que não ocorreria, motivo pelo qual era necessário prever os procedimentos de cada IOA para não serem surpreendidos. Que no caso de manifestação, deveria haver o fechamento imediato da Praça dos Três Poderes e não autorização de acesso de caravanas na Esplanada dos Ministérios. Informou que houve uma diminuição do número de pessoas no acampamento em frente ao QGEx, mas que não era possível determinar o alcance do movimento. Registrou, por fim, que seria construído um Protocolo de Ações Integradas no mesmo padrão dos demais eventos e que as IOAs deveriam permanecer atentas à qualquer nova movimentação;
- O representante do Senado, Sr. Gabriel Dias, disse que não havia confirmação de deslocamento das caravanas dos estados;
- O Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, comandante do 1º CPR, falou sobre o monitoramento constante da inteligência da PMDF e que não havia informações concretas com relação aos movimentos. Que a Polícia Militar, de início, usaria os efetivos das unidades próximas da Esplanada dos Ministérios e do Comando Regional da área. Que também haveria efetivo do DOP nas proximidades, assim como das especializadas. Anotou que no acampamento em frente ao QGEx havia somente cerca de 200 pessoas e que nas redes sociais existiam áudios dando conta da invasão aos prédio públicos, o que não podia ser descartado, motivo pelo qual era preciso ficar atento aos eventos. Informou também que não havia consenso dentro do acampamento no SMU sobre as próximas ações



do movimento, que não havia previsão quanto à quantidade de manifestantes e que era preciso fazer o acompanhamento 24h dos ônibus;

- O representante do STF, Sr. Hipólito, relatou preocupação quanto à realização de atos isolados ou manifestações inopinadas, sem qualquer previsibilidade;
- A Coronel Cintia anotou que estava em contato com a ANTT e que não havia registro de ônibus com destino à Brasília. Que as inteligências dos Estados informaram sobre mobilizações nas redes sociais, porém, não confirmadas. Falou sobre o desembarque e estacionamento dos ônibus que chegassem ao Setor Militar Urbano, sobre a PMDF estar no terreno, bem como sobre o fechamento da Esplanada do Ministérios na altura da Alça Leste e sobre o fechamento da Praça dos Três Poderes. Disse também sobre o acionamento do grupo de aplicativo de mensagem instantânea WhatsApp “Perímetro de Segurança”; e
- O Secretário Executivo Fernando encerrou a reunião externando preocupação quanto à manifestação, e agradeceu a todos pela presença, participação e empenho nas missões.

O que se vê da análise da “Memória de Reunião de Trabalho” é que, de maneira geral, face às informações existentes até aquele momento, quais sejam, reduzido público no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército no Setor Militar Urbano de Brasília, e nenhum registro de ônibus pela Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, com destino a Brasília, o entedimento era o de que a manifestação teria baixa adesão e que poderia vir a ocorrer nos dias 07, 08 e 09 de janeiro de 2023. Nesse contexto é que foi produzido o Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023. Para ilustrar, seguem imagens do acampamento no Setor Militar Urbano nos dias 05 e 06 de janeiro de 2023:



Imagem 18. Estacionamento de terra no SMU em 05/01/2023.³⁶

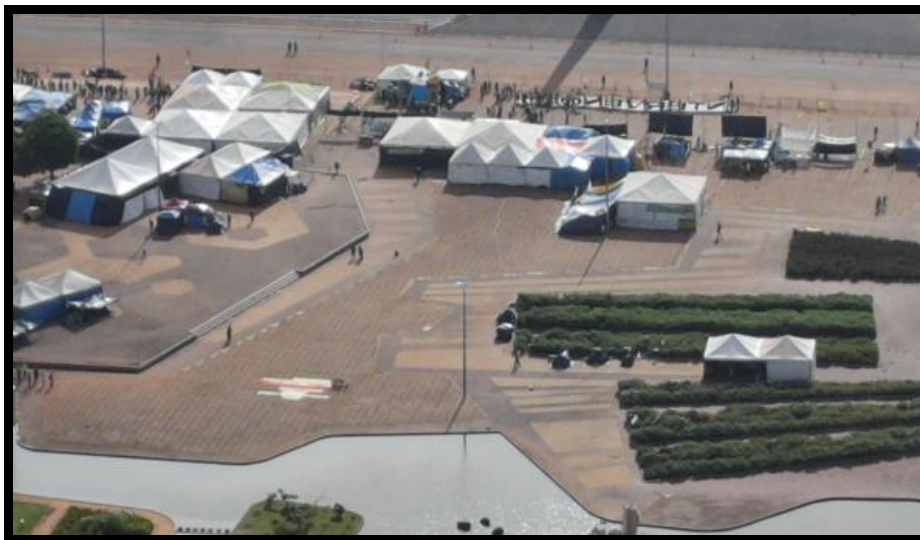


Imagem 19. Acampamento no SMU em 06/01/2022.³⁷

Consoante “Memória de Reunião de Trabalho”, o PAI nº 02/2023 foi confeccionado no mesmo molde de eventos anteriores, pactuado pelas Instituições, Órgãos e Agências presentes na reunião do dia 06/01/2023, com direcionamento a todas as IOAs envolvidas, para que estas, com base em planejamento próprio, empregassem os recursos e efetivos adequados.

³⁶ Imagem cedida pelo Comando Militar do Planalto – CMP, à CPI dos Atos Antidemocráticos

³⁷ Imagem cedida pelo Comando Militar do Planalto – CMP, à CPI dos Atos Antidemocráticos



Referido documento foi assinado às 14h11 do dia 06/01/2023 pela Coronel Cintia Queiroz de Castro, Subsecretaria de Operações Integradas; ratificado às 15h15 do mesmo dia pelo Delegado Fernando de Sousa Oliveira, Ex-secretário Executivo de Segurança Pública; e aprovado às 15h28 pelo Delegado Anderson Gustavo Torres, Ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

À vista disso, compete evidenciar no relatório algumas informações constantes do PAI nº 02/2023:

- INFORMAÇÕES GERAIS: I - Com o objetivo de monitorar a chegada e permanência de manifestantes motorizados no Distrito Federal, com destino à Esplanada dos Ministérios, será realizado o monitoramento das Rodovias Federais e Distritais para acionamento de perímetros de segurança; II - Caso haja presença de manifestantes no Distrito Federal, poderá ser acionado o **Fechamento da Esplanada dos Ministérios**, mediante acionamento da SSP, realizando o **fechamento do trânsito de veículos na Esplanada dos Ministérios**, na via S1 na altura da Alça Leste até a Via L4 Norte impedindo o acesso às Vias N1 e S1; III - Os manifestantes poderão realizar o desembarque de pessoas no Setor Militar Urbano. Devendo ser designado como local de estacionamento dos ônibus o estacionamento externo da Granja do Torto; e IV - não será permitido o acesso de manifestantes à Praça dos Três Poderes, conforme acordado em reunião no dia 06 de janeiro de 2023 na SSP;
- ATRIBUIÇÕES PMDF: I - Caso seja acionado, realizar o **fechamento do trânsito de veículos na Esplanada dos Ministérios**, nas Vias S1 e N1, entre a Alça Leste e a Via L4 Norte; II - Planejar e executar ações de policiamento ostensivo, com objetivo de manter e preservar a ordem pública durante a realização do evento, **empregando para esse fim efetivos e meios necessários, conforme planejamento próprio da Instituição** e o acordado em reunião na SSP no dia 06 de janeiro de



2023;

III - Executar policiamento e monitoramento nas rodovias distritais e de acesso no DF, com objetivo de prevenir trânsito de veículos de manifestantes para a área central de Brasília, direcionando as caravanas identificadas para estacionamento na Granja do Torto; IV - Reforçar o policiamento ostensivo nas imediações das centrais de distribuição de combustíveis no SIA; V - Executar o policiamento ostensivo de trânsito no deslocamento dos manifestantes, conforme planejamento próprio; VI - Acompanhar o ato durante todo o itinerário com o objetivo de manter a ordem e a segurança pública, tanto dos participantes da manifestação como das pessoas da comunidade em geral, mantendo a incolumidade das pessoas e do patrimônio e evitando acidentes; VII - Impedir que os manifestantes utilizem objetos, materiais ou substâncias capazes de produzir lesão ou causar dano durante a marcha; VIII - **Ficar em condições de empregar tropa especializada em controle de distúrbio, no caso de perturbação da ordem**; IX - Não permitir acesso de pessoas e veículos à Praça dos Três Poderes, conforme tratado em reunião e Protocolo de Ações; X - Efetuar interdições parciais ou totais das vias públicas, quando necessárias para a preservação da segurança dos participantes da manifestação e dos demais usuários; XI - Manter reforço de efetivo nas adjacências/perímetro interno dos prédios públicos de toda extensão da Esplanada dos Ministérios, Congresso Nacional e Praça dos Três Poderes, bem como na Estação Rodoviária de Brasília.

Consideradas as atribuições descritas no aludido Protocolo de Ações Integradas, bem como as informações discutidas em reunião de trabalho, as quais apontavam para uma baixa adesão e pouco engajamento e sugeriam reduzida expectativa de público, a Subchefia de Operações do DOP confeccionou, na data de 06/01/2023, a Circular nº 13/2023 – PMDF/DOP/DO, solicitando aos 1º CPR, 2º CPR, CPME e CPTRAN atenção às providências pertinentes à Polícia Militar do Distrito



Federal, face à possibilidade de realização de manifestações nos dias 07, 08 e 09 de janeiro de 2023.

A partir dessa circular foram adotadas as seguintes providências:

- Emissão do Memorando nº 11/2023 - PMDF/CPME/SPOI, pelo Comandante em exercício do CPME aos Comandantes do BPCHOQUE e ROTAM, determinando, respectivamente, que mantivessem efetivo de CDC em condições de atuação, no caso de acionamento, e a realização de patrulhamento na área central de Brasília, nos dias 07, 08 e 09 janeiro de 2023, face às prováveis manifestações e possíveis bloqueios de vias;
- Elaboração de Ordem de Serviço Gênesis nº 2023.00675.0000005, pelo 6º BPM/PMDF, determinando o emprego de três viaturas por turno, de 07h00 às 15h00 e de 15h00 às 23h00, em PB Fixo no Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, bem como uma em patrulhamento somente na área da Esplanada dos Ministérios; emprego de duas equipes de GTO, em horário diferenciado, 12h00 às 20h00, para reforço na área central e resposta de nível 2, em caso de necessidade; emprego de duas viaturas e o efetivo do GPE fixos na Praça dos Três Poderes, de 08h00 às 16h00.

Para além disso, o Chefe do DOP em exercício decidiu:

- Determinar a elaboração da Ordem de Serviço Gênesis nº 2023.10060.0000002, confeccionada pela Subchefia de Operações, prevendo o emprego de efetivo do Complexo Administrativo da Corporação em reforço de policiamento no Hotel Meliá, diuturnamente, com o emprego de onze policiais militares por turno, de 07h00 às 15h00 e de 13h00 às 21h00;



- Retomar a Operação Centúria (O.S. Gênese nº 2023.10060.0000003), a partir do dia 07 de janeiro de 2023, face ao término da Operação PIN 2022 (em 06/01/2023), com emprego do efetivo do Complexo Administrativo da Corporação na área central de Brasília, nos turnos de 05h00 às 13h00 e 13h00 às 21h00 (aos sábados), e no período de 10h00 às 18h00 (emprego excepcional no dia 08/01/2023);
- Determinar ao CPESP e 1º CPR que empregassem, a partir das 07h00 do dia 08/01/2023, na Esplanada dos Ministérios (proximidades do Palácio do Itamaraty), os efetivos das CIAs de Pronto Emprego, conforme definido na Circular n.º 320/2022 - PMDF/DOP (SEI 102654217), para que estivessem em condições no terreno, face à dimensão que o evento poderia tomar, no tocante ao número de participantes; e
- Determinar ao CPME e CPTRAN, que mobilizassem os recursos especializados disponíveis e os direcionassem para emprego na Esplanada dos Ministérios, a partir das 07h00 do dia 08/01/2023, conforme as especificidades de cada Comando, para as demandas de controle de distúrbios civis, bem como para ações e intervenções devidas de trânsito, respectivamente;
- Solicitar à APMB o emprego de cerca de duzentos alunos do Curso de Formação de Praças (CFP IX) na Esplanada dos Ministérios, a partir das 07h00 do dia 08 de janeiro de 2023, para reforçar a presença policial em toda a área. Além disso, solicitou-se também que o restante do efetivo de alunos disponível, cerca de cem, fossem alocados na mesma área, no período vespertino, por volta das 15h00.

Ainda no dia 06 de janeiro de 2023, por volta das 17h40, o Coronel Jorge Henrique da Silva Pinto, Coordenador de Assuntos Institucionais da SI, compareceu à Subsecretaria de Operações Integradas para entregar envelope lacrado da Subsecretaria de Inteligência que continha Relatório de Inteligência nº 06/2023. Ao



que consta, referido envelope foi deixado na mesa da titular da pasta, Coronel Cintia, a qual não se encontrava, porém, foi avisada da entrega do documento.

No que tange ao Relatório de Inteligência nº 06/2023, o qual foi difundido ao Gabinete da SSP/DF, bem como, conforme dito, à SOPI/SSP, mencionado relatório trouxe indícios de que a manifestação viria efetivamente a ocorrer. O documento apresentou, ainda, de maneira expresa, elementos de informação que indicavam a possibilidade de invasão de prédios públicos situados na Praça dos Três Poderes, o envolvimento de Caçadores, Atiradores e Colecionadores – CACs, a convocação de caravanas, entre outros elementos.

Por possuir caráter de acesso restrito, não é possível transcrever a íntegra do documento, porém, em razão da importância das informações, convém destacar alguns pontos importantes para fins de entendimento:

As divulgações apresentam-se de forma alarmante, dada a afirmação de que a “tomada de poder” ocorreria, principalmente com a invasão ao Congresso Nacional.

[...]

Importa destacar que em transmissão realizada ao vivo, em rede social, houve destaque para manifestações a partir do dia 07JAN23, com participação de milhares de pessoas e vinda de caravanas.

Assinala-se ainda grupo de mensagem, no qual os integrantes seria pessoas conhecidas por CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores) e com postagens sobre “sitiar Brasília” e que denotam a intenção de prática de atos de violência no dia 08JAN23.

Por meio de grupos de aplicativo de mensagem, constata-se a intenção de organização de caravanas oriundas de outros Estados com destino a Brasília para participação dos referidos atos. Há orientação de que os participantes sejam adultos em boa condição física, sendo vedado a participação de crianças e daqueles que apresentam dificuldade de locomoção.

Por sua vez, na tarde do dia 07 de janeiro de 2023, após provocação da Polícia Federal, realizou-se reunião na sede da Secretaria de Estado e Segurança Pública do Distrito Federal, da qual participaram o então Secretário Executivo de Segurança Pública, Fernando de Souza Oliveira, a Subsecretária de Operações Integradas, Coronel Cintia Queiroz de Castro, o Diretor Geral da PF, Andrei Augusto



Passos Rodrigues, o Coordenador-Geral de Contrainstigência da PF, Thiago Severo de Rezende, e o então chefe do Comando de Operações Táticas – COT.³⁸

Na ocasião a Polícia Federal externou preocupação quanto ao deslocamento de pessoas para Brasília por conta das manifestações que ocorreriam no dia seguinte, cujo objetivo era ocupar a Esplanada dos Ministérios para contestar o resultado das urnas eleitorais. Na oportunidade, os representantes da Secretaria de Segurança Pública do DF informaram estarem cientes do fato e que haviam se planejado adequadamente para manter a segurança do evento anunciado.

Também nessa reunião, o Diretor Geral da PF ressaltou o elevado grau de ameaça à segurança da Esplanada dos Ministérios, assim como destacou que aquela movimentação, por si só, seria criminosa, pois atentaria contra o Estado Democrático de Direito, conforme legislação de regência, no que foi rebatido pelos representantes da Secretaria de Segurança Pública que tinham entendimento diverso, tratando o evento como pacífico.

Esse encontro ensejou a confecção do Ofício nº 5/2023/GAB/PF, assinado às **18h23** do dia 07/01/2023, destinado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, no qual a Polícia Federal informa sobre a reunião acima tratada, bem como registra as seguintes informações:

(...) Foi constatada pela Polícia Federal, nos últimos dias, intensa movimentação em todo o país de pessoas que, inconformadas com o resultado das Eleições 2022 e com o novo Governo Federal que tomou posse em 1º de janeiro de 2023, estão organizando caravanas de ônibus para se deslocarem até Brasília/DF. O objetivo dessas pessoas seria reunir na capital federal grande quantidade de manifestantes que, dentre outras ações, teriam a intenção de “tomar o poder”, de “impedir a instalação do comunismo no Brasil”, sem determinarem, especificamente, quais ações adotariam ao chegar a esta capital federal para atingirem o seu intento.

Constatou-se na data de hoje, de fato, a chegada de dezenas de ônibus oriundos de estados como São Paulo, Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais e do próprio Distrito Federal, sendo que deles desembarcaram milhares de pessoas trazendo consigo bandeiras, hastes, mantimentos, água etc. A maioria desses manifestantes encontra-se concentrada próximo ao Quartel General do Exército, no Setor Militar de Brasília, e há informações de que

³⁸ Ofício nº 154/2023/GAB/PF



teriam a intenção de se deslocar até a Esplanada dos Ministérios entre hoje (07/01/2023) e amanhã (08/01/2023) e lá prosseguir com os atos antidemocráticos. Pelas informações coletadas até o momento, o grupo pretende promover ações hostis e danos contra os prédios dos Ministérios, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e, possivelmente, de outros órgãos como o Tribunal Superior Eleitoral. Há informações, inclusive, de indivíduos armados fazendo a “segurança” dos manifestantes, bem como inúmeros indivíduos dispostos a enfrentar as Forças de Segurança para tentarem, como vêm dizendo em redes sociais e aplicativos de mensagens, “tomar o poder” nesta capital federal.

[...]

Parte dos integrantes das caravanas demonstram, em especial em redes sociais e aplicativos de mensagem, a clara intenção de confrontar as Forças de Segurança da capital da República, o que acende um alerta para a possibilidade de recrudescimento dos atos e comprometimento da estabilidade na segurança pública do Distrito Federal.

[...]

Por conseguinte, às **19h11** do dia 07/01/2023, o Ministro da Justiça Flávio Dino assina a Portaria nº 272/2023, autorizando o emprego da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP, para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes no Distrito Federal. Ademais, por meio do Ofício nº 48/2023/GM, assinado às **19h58** do mesmo dia, solicita ao Governo do Distrito Federal o bloqueio da passagem de ônibus de turismo no perímetro compreendido entre a Torre de TV e a Praça dos Três Poderes, nos dias 08 e 09 de janeiro de 2023, assim como coloca à disposição, caso fosse necessário, as forças federais.

Também no dia 07 de janeiro de 2023, a Subsecretaria de Inteligência da SSP aciona a Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública – CIISP, objetivando aumentar o fluxo e compartilhamento de informações relacionadas ao evento, no qual participaram 35 profissionais de inteligência, representantes de 17 agências, quais sejam: inteligência SSP; inteligência PMDF; inteligência PCDF; inteligência CBMDF; inteligência DETRAN; inteligência SEAPE; inteligência PF/DIP; inteligência PF/SIP; inteligência DPRF; inteligência GSI; ABIN; inteligência CMP; inteligência MJSP; inteligência SF; inteligência STF; inteligência TJDF; e inteligência MPDFT.



Era por meio da CIISP que as frações de inteligência que contextualizavam a situação de momento no acampamento em frente ao Quartel General do Exército, como número de público, chegada de caravanas/ônibus, ânimos dos participantes, fechamento de vias, cogitações sobre marchas e saída antecipada dos integrantes eram informadas, para que estas chegassem ao conhecimento dos respectivos tomadores de decisão.

A Subsecretaria de inteligência, das 08h10 do dia 06 às 23h20 do dia 08/01/2023, produziu 70 frações de inteligência relacionadas à mobilização denominada "Tomada de Poder". Destacam-se, para fins de conhecimento, somente algumas:

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO ATUAL GOVERNO FEDERAL

SI/SSP

17h40, 06/01/2023

Acampamento no SMU

- Estacionamento de terra totalmente desocupado, destacando que ontem, 05JN23, havia 25 veículos e 04 tendas;
- Público de aproximadamente 300 pessoas;
- Acesso ao QGEx/SMU bloqueado;
- Não há presença de ônibus ou caravanas no local.

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO ATUAL GOVERNO FEDERAL

SI/SSP

09h30,07/01/2023

Há uma convocação, a nível nacional, para que simpatizantes do movimento patriota se desloquem para Brasília com a intenção de compor o movimento "Tomada do Poder" durante os dias 07 e 08 de janeiro de 2023.

PANORAMA ATUAL

De acordo com um informe da ANTT há a expectativa de chegada de 43 ônibus interestaduais com 1622 passageiros no decorrer do dia. Já foi constatada a presença de alguns ônibus na Granja do Torto.

Acampamento no SMU

- Acesso ao QGEx/SMU bloqueado;



- Identificada a chegada de 14 ônibus com aproximadamente 500 manifestantes;
- Percebe-se uma movimentação de pessoas chegando ao acampamento;
- Movimentação na tenda de mantimentos. Estaria planejando a transferência de água potável para a Esplanada dos Ministérios.

ESPLANDA DOS MINISTÉRIOS

- Via S1 está bloqueada para veículos na altura da Biblioteca Nacional;
- PMDF na Praça dos Três Poderes;
- Congresso, Ministério da Justiça e Itamaraty sem alterações;
- Sem a presença de manifestantes.

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO ATUAL GOVERNO FEDERAL

SI/SSP

14h50, 07/01/2023

Há uma convocação, a nível nacional, para que simpatizantes do movimento patriota se desloquem para Brasília com a intenção de compor o movimento "Tomada do Poder" durante os dias 07 e 08 de janeiro de 2023.

PANORAMA ATUAL

De acordo com um informe da ANTT há a expectativa de chegada de 105 ônibus interestaduais com 4951 passageiros no decorrer do dia. Já foi constatada a chegada de 50 ônibus em Brasília para compor o movimento de "resistência patriótica".

Acampamento no SMU

- Teria sido anunciado aos manifestantes concentrados que haveria uma marcha saindo do QGEx em direção à Esplanada às 15h.
- Presença de, aproximadamente, 1800 manifestantes no momento;
- Há uma percepção de que os manifestantes que chegaram em caravana estariam com ânimos mais exaltados e dispostos, inclusive, a confronto com as forças de segurança.

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

- Via S1 está bloqueada para veículos na altura da Biblioteca Nacional;
- Via N1 está bloqueada para veículos na altura do Palácio da Justiça;
- PMDF na Praça dos Três Poderes;
- Congresso, Ministério da Justiça e Itamaraty sem alterações;
- Gradis sendo instalados entre o Itamaraty e o Ministério da Justiça;



- Foi identificado um pequeno grupo de pessoas próximo ao Ministério da Saúde.

[...]

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

SI/SSP

17h15, 07/01/2023

Mobilização denominada de “Tomada de Poder” prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

Última atualização aponta presença de 60 ônibus interestaduais relacionados ao evento.

SITUAÇÃO ATUAL

Acampamento no SMU e QGEx

- Com o início da chuva, ocorreu dispersão de alguns manifestantes, porém, muitos permanecem debaixo das tendas;

- Registra-se que foi observado falas de incitação para práticas de ações adversas como ocupações de prédios públicos, todavia sem uma coordenação efetiva.

[...]

MANIFESTAÇÃO DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

21h55, 07/01/2023

Mobilização denominada de “Tomada de Poder” prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

Última atualização aponta presença de 80 ônibus interestaduais relacionados ao evento.

PANORAMA

Acampamento no SMU/QGEx

- Público oriundo das caravanas em torno de 2.500 pessoas;

- Verificou-se chegada de mantimentos (alimentos, água, material de higiene e instalação de diversas barracas de camping e lona;

- Situação tranquila, no momento.

[...]



MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

10h45, 08/01/2023

Mobilização denominada de "Tomade de Poder" prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

Foi identificada a chegada de 120 ônibus, dos quais desembarcou um total aproximado de 3500 pessoas na área do SMU.

Estima-se que o público em toda a extensão da Praça dos Cristais, neste momento, está entre 3800 e 4000 pessoas.

SITUAÇÃO ATUAL

Esplanada dos Ministérios

- Pequenos grupos espalhados e próximos aos gradis instalados na área da Esplanada;
- Alameda das Bandeiras com grupo portando faixas.

Museu da República

- Nota-se concentração de pessoas relacionadas a um provável evento de atividade física.

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

11h20, 08/01/2023

Mobilização denominada de "Tomada de Poder" prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

- Última atualização aponta presença de 121 ônibus interestaduais relacionados ao evento.

SITUAÇÃO ATUAL

Acampamento no SMU e QGEx

- Em reunião em carro de som, manifestantes teria decidido deslocarem-se para a Esplanada dos Ministérios por volta das 13h

[...]

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP



14H15, 08/01/2023

Mobilização denominada de "Tomada de Poder" prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravans oriundas de outros Estados.

SITUAÇÃO ATUAL

- Pequenos grupos de manifestantes que se deslocaram mais cedo para a Esplanada dos Ministérios estão improvisando barracas e coberturas com material que está no gramado central da Esplanada.

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

15h30, 08/01/2023

Mobilização denominada de "Tomada de Poder" prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

SITUAÇÃO ATUAL

- No QGEx, haveria um grupo que estaria sendo orientado por supostos professores de curso de sobrevivência. A estratégia seria causar uma segunda onda de manifestações para intensificar os atos. A orientação seria de que esse grupo permanecesse unido e não se envolvesse com o grupo que se deslocou na frente.

- Haveria indivíduos em meio aos manifestantes mencionando o possível uso de coquetéis molotov.

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

16h15, 08/01/2023

Mobilização denominada de "Tomada de Poder" prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

SITUAÇÃO ATUAL

- Manifestantes ocupam completamente o STF. Estão depredando o segundo andar do prédio;

- São muitos manifestantes no local. As forças de choque da PMDF estão rodeados pela multidão;

- Manifestantes indo em direção ao prédio anexo ao STF;

- O prédio do STF foi pichado com a frase "perdeu mané".



MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

16h55, 08/01/2023

Mobilização denominada de "Tomada de Poder" prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravans oriundas de outros Estados.

SITUAÇÃO ATUAL NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

- Centuriom e tropas PMDF posicionadas na Esplanada;
- Prédio do STF foi desocupado, a polícia faz a segurança local para a não reocupação;
- Manifestantes nas ruas da Esplanada juntando gradis com intuito de fazer barreiras físicas;
- Uma faixa com a inscrição "Intervenção" foi estendida no Palácio do Planalto;
- Grande concentração de público próximo a Praça dos Três Poderes;
- Manifestantes tomam o salão azul do Congresso Nacional.

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

17h57, 08/01/2023

Mobilização denominada de "Tomada de Poder" prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

SITUAÇÃO ATUAL NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

- Praça dos Três Poderes sob controle das forças de segurança pública;
- Todas as linhas de ônibus suspensas no momento;
- Manifestantes em deslocamento para o Congresso Nacional;
- Decretada Intervenção Federal no DF.

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

22h23. 08/01/2023

Mobilização denominada de "Tomada de Poder" prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.



SITUAÇÃO ATUAL NA ÁREA CENTRAL DE BRASÍLIA

- Batalhão de Choque no QG para realizar a desmobilização dos manifestantes;
- Foi formada uma linha de contenção pelos militares do EB, que impede a entrada da PMDF.

Avançando para o dia 08 de janeiro de 2023, data dos fatídicos episódios de invasão e depredação dos prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal, consoante as determinações acima constantes e nos termos das informações prestadas no Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023 da Polícia Militar do Distrito Federal, às 13h45 desse dia o efetivo da PMDF estava distribuído no terreno da seguinte forma: 30 Policiais Militares na linha de revista S1; 40 Policiais Militares na linha de revista N1; 45 Policiais Militares nas 15 escadarias da S2 e N2; 56 Policiais Militares em duplas entre os prédios dos Ministérios; 120 Policiais Militares na linha da Avenida das Bandeiras; 20 Policiais Militares em frente ao prédio do Itamaraty; 20 Policiais Militares em frente ao Ministério da Justiça; 01 pelotão de PATAMO (18 PMs), nas proximidades do Hotel Meliá; 01 pelotão de PATAMO (18 PMs), entre as linhas de revista S1 e N1; e 01 pelotão de CHOQUE (18 PMs) nas proximidades do Congresso Nacional.

Observa-se, considerando os números expostos, um total de 385 Policiais Militares alocados na Explanada dos Ministérios e proximidades da Praça dos Três Poderes imediatamente antes dos atos de vandalismo do dia 08.

A despeito desses números, cumpre registrar que no Relatório Circunstanciado de Operações de lavra do Major PMDF Flávio Silvestre de Alencar, documento requisitado pela CPI, foi consignado que somente 331 Policiais Militares foram disponibilizados para os atos do dia 08 de janeiro de 2023.

3. CONCLUSÃO

Diante dos fatos narrados, fica a seguintes sugestões para as próximas manifestações:



- Emprego de maior efetivo para futuras manifestações com a possibilidade de confronto (pelo menos 16 Cias Operacionais). Na manifestação em questão havia 331 (trezentos e trinta e um) policiais militares;

[...]

Quanto à dinâmica do movimento, explicou a Polícia Militar do Distrito Federal, também no Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023, por meio de uma síntese dos fatos, que no dia 08/01/2023 os manifestantes, por volta das 13h, iniciaram marcha do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército para a Esplanada dos Ministérios pela via N1. Consignou que durante o trajeto, em que pese algumas detenções pontuais por conta de pessoas que portavam rojões, estilingues e outro objetos de risco à incolumidade física das pessoas, o grupo se comportou de maneira ordeira e pacífica.

Todavia, por volta das 14h30, ao se aproximarem da linha de revista montada na altura do Bloco J da via N1, em cima do Buraco do Tatu, a qual, ao que consta do Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023, contava com a presença de 40 Policiais Militares, os manifestantes, gritando palavras de ordem, transpuseram, mediante emprego de força e em poucos segundos, o bloqueio montado pela PMDF.



Imagem 20 (frame). Manifestantes se aproximando da linha de revista às 14h25 em 08/01/2023.³⁹

³⁹ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9lzbv87zXdtIEF8E>



Imagem 21 (frame). Manifestantes forçando a passagem pela linha de revista.⁴⁰

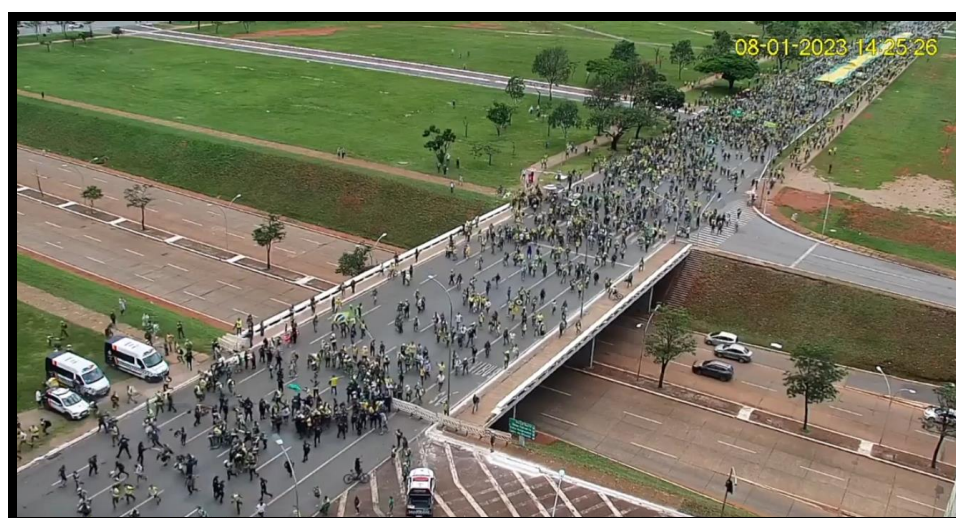


Imagem 22 (frame). Manifestantes atravessam a linha de revista.⁴¹

Ainda segundo a Polícia Militar do DF, após esse fato, houve uma mudança no ânimo dos participantes do movimento, de modo que, ato contínuo, romperam a linha de contenção montada em frente ao Ministério Justiça na via N1, a qual, ao que consta do relatório anteriormente referido, contava com 20 Policias Militares. Há de se registrar que ao lado dessa linha de contenção, na Avenida das Bandeiras, ligando

⁴⁰ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>

⁴¹ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>

a linha de contenção disposta em frente ao Ministério das Relações Exteriores na via S1, havia 120 Policiais Militares.



Imagem 23 (frame). Manifestantes se aproximando da linha de contenção às 14h43 em 08/01/2023.⁴²



Imagem 24 (frame). Manifestantes forçam passagem pela linha de contenção ao mesmo tempo que, num movimento coordenado, arrastam para trás os gradis montados em frente à Av. das Bandeiras.⁴³

⁴² Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>

⁴³ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>



Imagem 25 (frame). Manifestantes vencem as forças policiais e avançam rumo ao Congresso.⁴⁴



Imagem 26 (frame). Manifestantes iniciam invasão ao Congresso Nacional.⁴⁵

⁴⁴ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>

⁴⁵ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>



Imagem 27 (frame). Manifestantes iniciam invasão ao Palácio do Planalto.⁴⁶



Imagem 28 (frame). Manifestantes iniciam invasão ao Supremo Tribunal Federal.⁴⁷

⁴⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dlsQRn-53qQ>

⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lwiCAcTLL2s>



Constatados os atos de vandalismos e depredação dos prédios públicos na Esplanada dos Ministérios, o então Secretário Executivo de Segurança Pública expede a Circular nº 20/2023 – SSP/GAB, convocando todas as Forças de Segurança Pública do Distrito Federal para o Gabinete de Crise instalado no Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB. Em seguida, expede a Circular nº 2/2023 – SSP/DF, solicitando às Forças de Segurança o emprego de todo efetivo necessário, em prontidão, para restabelecimento da ordem.

Por volta das 16h50 do dia 08/01/2023, por meio do reforço do seu efetivo que estava de sobreaviso e com a chegada das tropas especializadas, a Polícia Militar do Distrito Federal inicia a retirada dos manifestantes dos prédios do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, conseguindo, cerca de duas horas depois, retomar todos os edifícios.

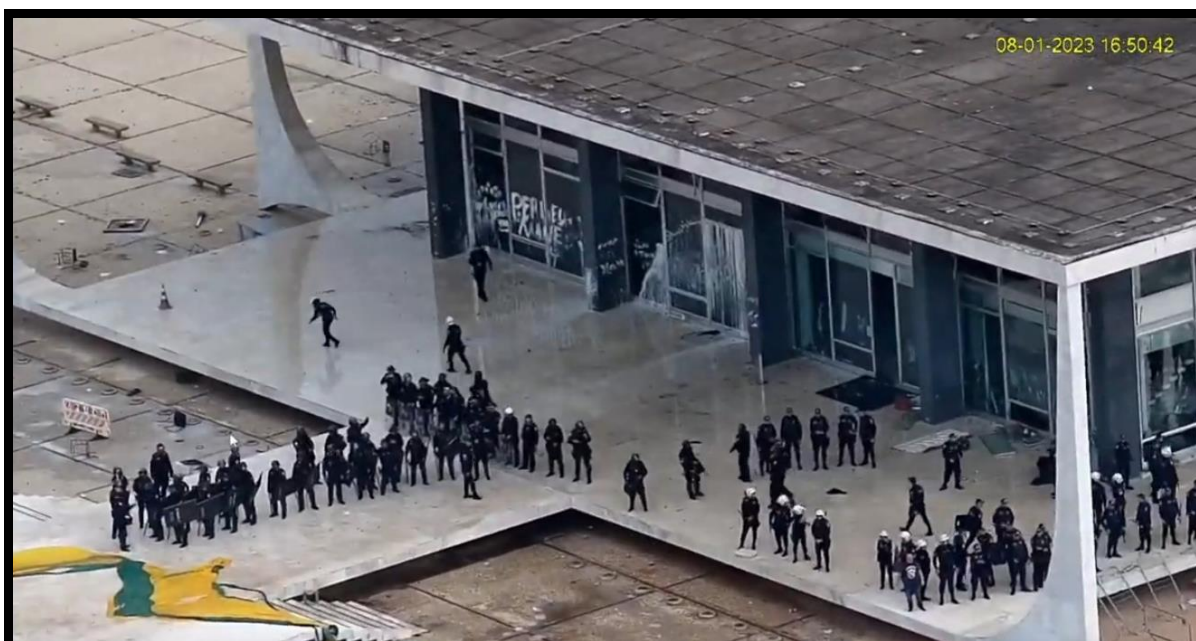


Imagem 29. Retomada do prédio do Supremo Tribunal Federal.⁴⁸

⁴⁸ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>



Imagem 30. Tropa de Choque avançando pela via N1 após retomada do Palácio do Planalto.⁴⁹



Imagem 31. Retomada do Congresso Nacional.⁵⁰

⁴⁹ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>

⁵⁰ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>



Imagem 32. Tropa de Choque avançando pela via N1.⁵¹

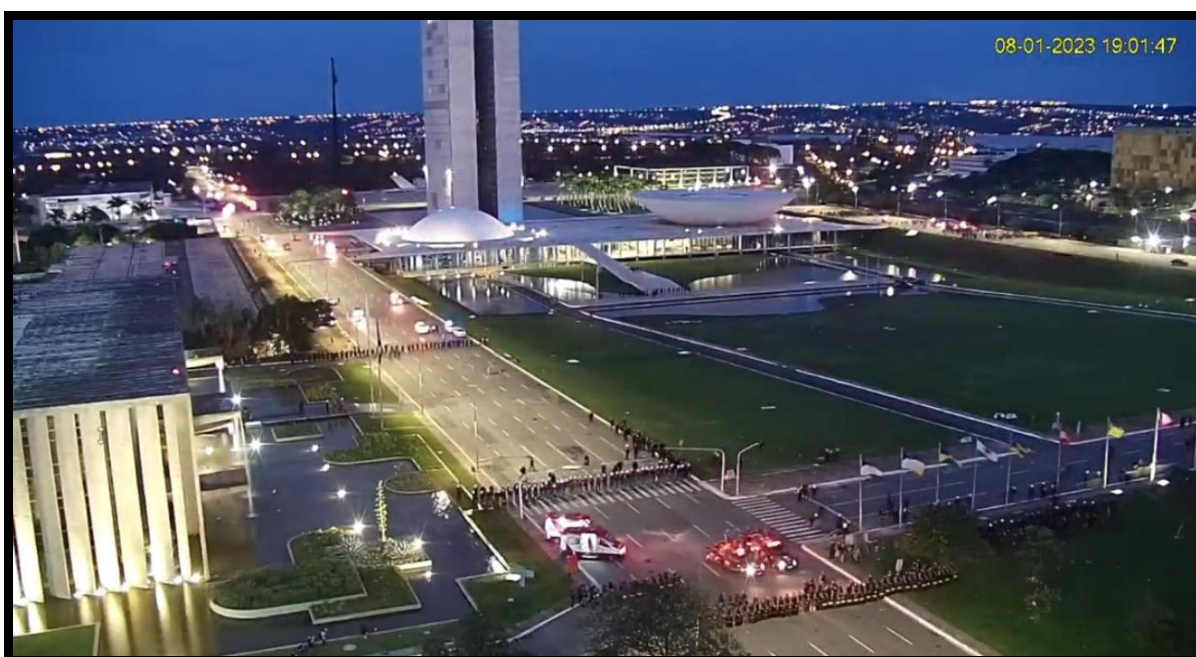


Imagem 33. PMDF retoma os prédios do Três Poderes da República.⁵²

⁵¹ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>

⁵² Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18SBiMWbzdVbDucrR9Izbv87zXdtIEF8E>



Em resposta às invasões e depredações ocorridas no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto e no Supremo Tribunal Federal, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por volta das 18h do dia 08/01/2023, assina o Decreto nº 11.377⁵³ estabelecendo a Intervenção Federal na Segurança Pública do Distrito Federal até 31 de janeiro de 2023. Para tanto, designa como interventor o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Garcia Cappelli.

Tão logo decretada a Intervenção Federal, a qual foi necessária para conter o grave comprometimento da ordem pública no Distrito Federal, o interventor designado desloca-se até o CIOB, na sede da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, onde toma conhecimento das ações até então realizadas em face dos atos ocorridos naquele dia. Na oportunidade, determina aos chefes das Forças de Segurança a mobilização das tropas disponíveis e a convocação de todo efetivo existente para atuar na Esplanada dos Ministérios.

Em campo, o interventor encontra a situação na Praça dos Três Poderes controlada, com a Polícia Militar do Distrito Federal fazendo uma linha de contenção na altura da Avenida das Bandeiras em frente ao Congresso Nacional, no que, então, determina o avanço das tropas com o fito de empurrar os manifestantes para fora da Esplanada dos Ministérios, bem como o de realizar prisões.

Na companhia do interventor, os policiais militares avançam até o Setor Militar Urbano onde então é determinado ao Comandante-Geral da PMDF a prisão daqueles que estavam no acampamento em frente ao QGEx. Contudo, tal ação foi cancelada em face da intervenção do General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, então Comandante do Comando Militar do Planalto, o qual intercedeu para que as ações ocorressem na manhã do dia seguinte.

Segundo informações prestadas pela Polícia Militar do Distrito Federal por meio do Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 1/2023, a corporação deteve, na dia 08 de janeiro de 2023, cerca de 450 manifestantes que foram apresentados no Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal no Setor Policial de Brasília.

⁵³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11377.htm



A Polícia Civil do DF, por sua vez, anotou por meio do Informativo Criminal nº 01/2023, que, no dia 08 de janeiro de 2023, 206 pessoas foram autuadas em flagrante delito e que 157 foram conduzidas a unidades policiais, totalizando 363 envolvidos, dos quais 18% eram idosos (pessoas com 60 anos ou mais na data dos fatos). Esclareceu que, dos autuados e conduzidos, 69% eram do sexo masculino e 31% do sexo feminino.

Registrou também que o indiciamento mais recorrente se deu pelo artigo 359-M do Código Penal (golpe de Estado), de competência da Justiça Federal, o qual figurou em 17 procedimentos, seguido do artigo 359-L do Código Penal (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), também da competência da Justiça Federal, que figurou em 03 Autos de Prisão em Flagrante.

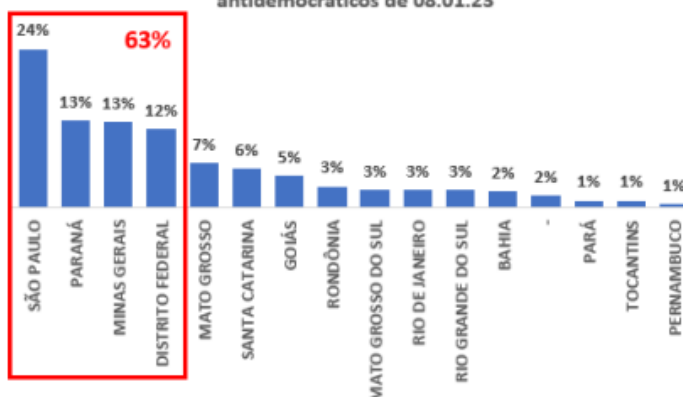
Acrescentou que na esfera da Justiça do Distrito Federal o indiciamento mais comum se deu pelo Porte de Arma Branca, previsto no artigo 19 do Decreto-Lei nº 3.688/41 (Lei de Contravenções Penais). Destacou, por fim, que houve indiciamentos por resistência, desobediência, desacato e corrupção ativa, todos previstos no Código Penal.

COMPETÊNCIA	TIPO PENAL	ARTIGO	QUANTIDADE
Justiça Federal	Golpe de Estado	Art. 359-M do Código Penal	17
	Abolição violenta do Estado Democrático de Direito	Art. 359-L do Código Penal	3
Justiça Distrital	Porte de arma branca	Art. 19 do Dec. Lei 3688/41	3
	Resistência	Art. 329 do Código Penal	1
	Desobediência	Art. 330 do Código Penal	2
	Desacato	Art. 331 do Código Penal	1
	Corrupção Ativa	Art. 333 do Código Penal	1

Segundo dados da PCDF, 63% dos autuados e conduzidos pelos atos de vandalismo e depredação no dia 08 de janeiro de 2023 eram do Estado de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal.



Estados onde residem os envolvidos nos atos
antidemocráticos de 08.01.23



Dentre as várias prisões realizadas no dia 08 de janeiro de 2023, merece destaque a de Armando Valentin Settin Lopes de Andrade⁵⁴, pois, assim como George Washington de Oliveira Sousa e Alan Diego dos Santos Rodrigues, autores da tentativa de explosão do caminhão tanque no Aeroporto Internacional de Brasília, Armando apresentou elementos caracterizadores do acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército. Questionado sobre os fatos que lhe foi imputado, artigo 359-M do Código Penal, respondeu Armando Valentin:

Que foi informado de seus direitos constitucionais, inclusive de permanecer em silêncio. Que não possui advogado. Que o declarante reside no Distrito Federal, há 18 anos. Que foi informado que estava sendo preso pelos fatos que se amoldam ao artigo 359-M, do Código Penal. Que manifesta interesse em responder voluntariamente ao que lhe for indagado. Que trabalha com compra e venda de veículos. Que os veículos que o declarante adquire para vender, ele deixa em lojas, garagens de veículos consignado. Que tem vende uma média de 3 veículos por mês. Que o declarante já foi dono da loja de veículos CAPITAL VEÍCULOS, situada na Cidade do Automóvel, mas isto há mais de 10 anos. Que no ano de 2022, o declarante começou a participar de uns 3 ou 4 grupos bolsonaristas, no aplicativo de mensagens Whatsapp. Que nestes grupos recebia constantemente vídeos sobre fraudes nas eleições, questionamentos envolvendo a atuação do Ministro Alexandre de Moraes. **Que o declarante quer Intervenção Militar no Brasil, que é sua única esperança para o Brasil.** Que não sabe precisar a data, mas **há cerca de 40 dias começou a frequentar diariamente o acampamento montado no QG do Exército, indo para lá e retornando para casa todos os dias.** Que o declarante começou a participar mais dos grupos de whatsapp encaminhando vídeos sobre a situação no acampamento. Que o declarante começou a conhecer inúmeras

⁵⁴ Auto de Prisão em Flagrante nº 4/2023 – DECOR



pessoas no acampamento. **Que o declarante começou a perceber quem eram os organizadores do acampamento, que o declarante sabe citar apenas o Cacique (índio) que foi preso como urn dos organizadores do acampamento.** Que nao se recorda dos nomes dos demais organizadores, mas que estes sempre citavam o "AGRO" como organizador. Que acrescenta que se recorda fisicamente de um dos organizadores que Ihe chamou muita atenção, pois era muito "sanguinário". Que tal homem dizia que tinha uma missão pra fazer. Que o declarante era muito frouxo. Que se recorda que tal organizador "sanguinário" parecia um modelo, alto, magro e forte, andava de roupa militar ou preta, que tinha o cabelo comprido, no meio da cabeça, as vezes prendido de rabo, sendo que nas duas laterais da cabeça o cabelo era raspado, que tinha olhos escuros. Que não se recorda de nome ou mais detalhes. Que teve COVID e desde então ficou com a memória ruim. Que se recorda que conseguiu participar de 3 reuniões, em razão de já ter a confiança de organizadores. **Que no acampamento vários organizadores sugeriam colocar bombas para derrubar a ponte da rodoviária de Brasília, que também sugeriam incendiar veículos em estações de energia de Brasília.** Que muitas pessoas do acampamento passavam a comentar sobre esses atos mais extremos, sobre a possibilidade de efetivar tais. Que o declarante não se interessou pela prática de atos extremos como colocar bombas e incendiar veículos. Que o declarante chegou a ser convidado, assim como um grupinho de pessoas que estavam no local, as quais o declarante não conhece, para fazer coisas erradas, em especial incendiar veículos. Que não se recorda da data do convite e nem do nome das pessoas que chamaram o declarante para incendiar veículos, nao sabe dar as descrições de tais pessoas, mas que se ver tais pessoas se recordará delas. Que o declarante nunca concordou em incendiar veículo. Que o declarante de tanto frequentar o acampamento, começou a ganhar a confiança dos organizadores. Que na data de hoje, 08/01/2023, por volta de 13:00 ou 14:00, não sabe precisar, o declarante buscou, em seu veículo PRIUS, de cor branca, ana 2018, não sabe a placa, sua namorada ELYANE e se dirigiu com o seu veículo para a casa de seu irmão, situada na Estrutural. Que nao sabe o endereço completo. Que o declarante pediu para que seu irmão o deixasse na Rodoviária de Brasília, juntamente de sua namorada, onde conseguiria encontrar o pessoal que estava indo do acampamento do QG para a Esplanada. Que o irmão do declarante apenas o deixou no local juntamente de ELYANE e retornou no veículo do declarante para a casa dele. Que o declarante estava com uma blusa de moletom, cor preta e amarela, com o desenho de um leão e calça preta. Que o declarante passou a caminhar com o pessoal, que descia do acampamento do QG. Que se recorda que ultrapassou uma primeira barreira de policiais da PMDF, quase em frente ao Congresso. Que eram policiais do bem. **Que tais policiais da PMDF falavam "estamos com vocês, mas fiquem de boa". Que ficou com orgulho do apoio dos Policiais militares da barreira.** Que o declarante estava apenas protestando como cidadão de bem, desarmado e patriota e os policiais militares demonstravam entender esse direito do declarante. Que o declarante percebeu que alguns manifestantes começaram a ficar muito estressados e nervosos. Que em algum momento, alguns dos policiais da barreira começaram a não gostar dos manifestantes mais revoltados e então começaram a soltar gás. Que o declarante ficou em pânico por causa do gás, sentou na grama, com sua namorada. Que o pessoal continuou avançando. Que quando o declarante se recuperou do gás, o declarante seguiu para o Congresso, subiu a grama e entrou lá dentro. Que o



declarante alega que não quebrou nada lá dentro. Que o declarante saiu do Congresso e na rampa do Congresso fez um vídeo. Que o declarante então seguiu para o Palácio do Planalto, o qual já tinha sido invadido. Que o declarante subiu a rampa do Palácio do Planalto, mas que percebeu que haviam vários policiais lá dentro expulsando as pessoas. Que o declarante então resolveu sair de lá e descer a rampa do Palácio do Planalto. **Que o objetivo do declarante nesses atos, entrando nesses locais, era conseguir uma Intervenção Militar, chamar a atenção para a necessidade de uma intervenção militar, única esperança de salvar o país.** Que a todo tempo esteve acompanhado de sua namorada ELYANE. Que o declarante por volta de 20:00h, pediu uma carona para um desconhecido até a Cidade Estrutural onde estava o carro do declarante. Que não sabe qual o nome dessa pessoa que lhe deu carona, apenas lembrando que o veículo era um Peugeot. Que o declarante chegou na Cidade Estrutural, não se recorda o horário exato, juntamente de sua namorada. Que o declarante esteve a todo o tempo com uma mochila preta, com objetos diversos. Que o declarante pegou as chaves de seu veículo PRIUS com seu irmão, pela grade do portão da casa dele. Que o veículo PRIUS, de cor branca, estava estacionado no meio da rua. Que o declarante entrou em seu veículo acompanhado de sua namorada ELYANE. Que começou a dirigir para sair da Cidade Estrutural e objetivando pegar a avenida estrutural. Que afirma que foi abordado por policiais civis. Que na sequência foi conduzido para a delegacia de polícia. **Que ao lhe ser mostrada as fotos de ALAN DIEGO DOS SANTOS RODRIGUES, o reconhece como sendo um dos organizadores de uma 1 das reuniões que o declarante participou. Que se recorda que ALAN DIEGO era uma das pessoas que dizia que deveriam fazer barulho, chamar atenção, no sentido de atos mais extremos como produzir incêndios.** Que quer acrescentar que é trabalhador, que tem referências de pessoas de bem, que tem residência própria, que ajuda pessoas, até mesmo em Hospitais e que ama Brasília.

No dia 09 de janeiro de 2023, cumprindo determinação do Ministro Alexandre de Moraes, o qual, nos autos do inquérito 4879/DF, determinou a desocupação e dissolução total, no prazo de 24h, do acampamento nas imediações do Quartel-General do Exército, assim como a prisão em flagrante de seus participantes pelos crimes de terrorismo (inclusive atos preparatórios), associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, ameaça e incitação ao crime, as Forças de Segurança do Distrito Federal, junto com o Exército Brasileiro, procederam ao desmonte e à prisão daqueles que estavam em frente ao QGEx.



Imagem 34 (frame). Desmorte acampamento no SMU em 09/01/2023.⁵⁵



Imagem 35 (frame). Desmorte acampamento no SMU em 09/01/2023.⁵⁶

Em razão disso mais de 1.500 pessoas, em 55 ônibus, foram apresentadas na Academia Nacional de Polícia Federal – ANP, para adoção dos procedimentos criminais.

⁵⁵ Imagem cedida pelo Comando Militar do Planalto – CMP, à CPI dos Atos Antidemocráticos

⁵⁶ Imagem cedida pelo Comando Militar do Planalto – CMP, à CPI dos Atos Antidemocráticos



A Polícia Federal, por meio do Ofício nº 154/2023/GAB/PF, disse ter adotado os procedimentos de polícia judiciária - Autos de Prisão em Flagrante -, após apresentação, por parte da PMDF, dos manifestantes que se encontravam acampados nas imediações do Quartel-General do Exército.

Informou que as prisões ocorridas se deram nos exatos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual foram fundamentadas nos artigos 2ª, 3º, 5º e 6º da Lei nº 13.260/2016 (atos terroristas, inclusive preparatórios), e nos artigos 288 (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 147 (ameaça), 147-A, § 1º, III (perseguição), 286 (incitação ao crime), todos do Código Penal.

Esclareceu ter realizado uma triagem e tão logo idosos, enfermos, gestantes e menores de idade foram identificados, esses foram liberados, o que totalizou 775 pessoas.

Segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, relativas aos atos de vandalismo e depredação aos prédios dos Três Poderes da República, 1.398 pessoas foram encaminhadas ao Sistema Penitenciário do Distrito Federal.⁵⁷

10 DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS DA CPI

No curso dos trabalhos investigativos da Comissão Parlamentar de Inquérito foram adotadas e realizadas inúmeras diligências objetivando encontrar elementos de informação aptos e necessários ao esclarecimento, em sua totalidade, dos atos de desordem, de incivilidade e de vandalismo dos dias 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, buscando com isso a identificação de responsabilidades, inclusive por erros e omissões, e no mesmo propósito, a individualização de condutas.

⁵⁷ Ofício nº 165/2023 – SEAPE/GAB



Nesse sentido foram requisitados documentos, dados e informações; entrevistadas pessoas diversas; realizado levantamentos de campo; analisadas medidas cautelares de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico; e solicitado compartilhamento de provas tanto com o Supremo Tribunal Federal quanto com a CPMI do Congresso Nacional.

Dessa forma, procede-se a seguir com o detalhamento dos procedimentos investigativos adotados no bojo do CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

10.1 Dos depoimentos e declarações

No total, foram apresentados 212 requerimentos, dos quais 151 foram aprovados. Destes, 60 diziam respeito à convocação ou convite para prestar esclarecimentos. Foram convocados ou convidados a depor Generais do Exército Brasileiro, Coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal, Delegados de Polícia, servidores e ex-servidores da Secretaria de Segurança Pública do DF, empresários e participantes do acampamento instalado em frente ao QGEx, pessoas que, direta ou indiretamente, matinham relação, conhecimento ou capacidade funcional para intervir nos atos objeto de investigação.

Abaixo, destaca-se, naquilo que foi reputado importante para relatória, em apertada síntese, as informações constantes das oitivas formalizadas na CPI dos Atos Antidemocráticos.

10.1.1 Fernando de Souza Oliveira

Na data de 02 de março de 2023, na 2ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 01/2023, de autoria dos Deputados Chico Vigilante e Pastor Daniel de Castro, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Fernando de



Souza Oliveira, Ex-secretário Executivo da Secretaria de Segurança Pública do DF, pessoa que na data de 08 de janeiro de 2023, respondia pela pasta.



Fernando de Souza Oliveira, Ex-secretário Executivo SSP.⁵⁸

Em suas declarações Fernando informou ter tomado posse como Secretário Executivo da Secretária de Segurança Pública do DF em 03 de janeiro de 2023, a pedido de Anderson Gustavo Torres, pessoa que conheceu em 2012, o qual lhe convidou para ocupar o cargo em razão do seu perfil operacional.

Disse ter tomado conhecimento da viagem de Anderson Torres para fora do Brasil no fim do dia 05/01/2023, quando também foi avisado sobre o PAI 02/2023, que seria aprovado no dia seguinte. Explicou ter tido contato com a Coronel Cintia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas da SSP/DF, a qual falou que o PAI 02/2023 seria feito nos mesmos moldes de eventos anteriores. Registrou que no final da reunião de trabalho do dia 06/01/2023, preparatória do PAI 02/2023, a Polícia Militar do Distrito Federal, na pessoa do Coronel Casimiro, teria dito que não economizaria tropa, porquanto havia informações de que o evento poderia ter intercorrências.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/pmdf-nao-cumpriu-atribuicoes-estabelecidas-no-planejamento-afirma-fernando-souza-oliveira-em-depoimento-a-cpi>



Fernando esclareceu que, no sábado do dia 07/01/2023, foi acionado por Anderson Torres para se reportar diretamente ao governador. Com isso, estabeleceu contato telefônico com Ibaneis Rocha, o qual solicitou quatro relatórios diários da situação, o que, no seu entender, demonstrou a preocupação do governador para com os atos.

Afirmou, ainda, que também no sábado dia 07, participou de uma reunião – sem informar seu local ou seus participantes - para tratar da preocupação do Ministério da Justiça com as manifestações. Alegou ter, ainda no dia 07, questionado a respeito da operação, no que o Comandante do 1º CPR à época, Coronel Casimiro, e outros policiais, informaram estar tudo tranquilo e que o alto comando da PMDF já havia tomado todas as providências.

Em sua oitiva na CPI, o Ex-secretário Executivo da SSP relatou a existência de dois grupos de WhatsApp denominados “Difusão” e “Perímetro de Segurança”. Tais grupos, dos quais faziam parte ele, o Ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres, o Ex-comandante da PMDF Fábio Augusto, e outros, serviria para informar, em tempo real, sobre os acontecimentos no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército (caravanas que chegavam, quantidade de pessoas, ânimo dos manifestantes e possíveis movimentações).

De acordo com Fernando, a maioria das informações de inteligência prestadas nesses grupos davam conta de uma situação tranquila e sem alterações e que, por conta desses informes, enviou áudio ao governador no dia 08/01/2023 relatando que estava tudo pacífico no deslocamento dos manifestantes para a Praça dos Três Poderes. Disse que no domingo, dia 08/01/2023, foi informado pela Coronel Cintia que a Polícia Militar do Distrito Federal havia disponibilizado um efetivo de 600 policiais.

Explicou que tão logo houve o rompimento da linha de contenção por parte dos manifestantes, deslocou-se à Secretaria de Segurança Pública, onde convocou todos os chefes das forças de segurança, instalou o Gabinete de Crise e determinou o emprego de todo efetivo de sobreaviso na Esplanada dos Ministérios, no que o



Governador Ibaneis Rocha determinou o emprego de toda a tropa nas ruas bem como a prisão de todos aqueles que estivessem em situação de flagrante delito.

Registrou o declarante que no final do dia 08/01/2023 não foi permitida a prisão dos manifestantes que estavam no Setor Militar Urbano de Brasília e que havia uma linha de blindados na entrada do QGEx, não sabendo dizer de quem ou de onde havia partido tal ordem. Esclareceu que sua última conversa com Anderson Torres ocorreu por volta das 23h do dia 09 de janeiro de 2023, quando perguntou o motivo pelo qual a Polícia Militar do Distrito Federal não havia executado o plano de contenção.

10.1.2 Marília Ferreira Alencar

Na data de 09 de março de 2023, na 3ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 05/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Marília Ferreira Alencar, Ex-subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do DF, pessoa que na data de 08 de janeiro de 2023 respondia pela pasta.



Marília Ferreira Alencar, Ex-subsecretária de Inteligência SSP.⁵⁹

⁵⁹ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/subsecretaria-de-inteligencia-diz-a-cpi-que-alertou-gestores-sobre-o-risco-dos-atos-antidemocratico>



Questionada sobre os fatos investigados, Marília respondeu ser Delegada de Polícia da Polícia Federal e que assumiu o cargo de Subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do DF em 04/01/2023, a pedido de Anderson Gustavo Torres. Informou que, no seu entender, o convite para assumir a nova pasta se deu porque já exercia o trabalho de Chefe da Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ou seja, porque já trabalhava com Anderson Torres.

Explicou que ao chegar à SSP/DF, o responsável pela área repassou que a SI acompanhava o acampamento no Setor Militar Urbano, e que naquela semana havia um movimento de desocupação da área. Que no dia 5 de janeiro de 2023 perguntou ao coordenador da SI que acompanhava a situação das manifestações se realmente estavam havendo convocações e como estava a situação, o qual confirmou que sim e fez uma pequena fração de inteligência explicando sobre o movimento. Disse que sob seu comando a Subsecretaria de Inteligência, na tarde da sexta-feira do dia 06/01/2023, produziu um relatório de inteligência com base nas alarmantes convocações que ocorriam nas redes sociais, mas que, até então, não havia certeza de que os atos ocorreriam.

Acrescentou que a SI produzia frações de inteligências com todas as informações que recebia e coletava, inclusive das polícias, e que com isso pode-se acompanhar desde a chegada do primeiro ônibus até o fim de todo evento. Registrou que as informações foram repassadas ao grupo de todos os tomadores de decisão, no qual estava, inclusive, o Comandante da PMDF.

Perguntada sobre o grupo de WhatsApp "Difusão", esclareceu que era o local onde as frações de inteligência eram repassadas, e que no dia 07/01/2023, várias frações de inteligência davam conta sobre ânimos exaltados dos manifestantes. Relatou que estava presente nos grupos de WhatsApp "Perímetro" e "Difusão", sendo o primeiro mais voltado para a área operacional, enquanto o segundo era um grupo de inteligência criado para subsidiar a tomada de decisão dos gestores.



Continuando, consignou que no sábado à noite chegaram informações de que o acampamento estava tranquilo e de que não havia certeza de que os manifestantes desceriam para a Esplanada dos Ministérios. Informou que no domingo pela manhã o primeiro informe foi no sentido de ânimos pacíficos, e que por volta das 09h surgiu a informação de que os manifestantes desceriam para a esplanada. Informou, ainda, que havia informantes da PMDF no meio dos manifestantes, e que tudo foi monitorado o tempo todo, inclusive a descida para a esplanada.

Marília defendeu que não houve falhas de inteligência e que nem a viagem de Anderson Torres, nem a troca da cúpula da Secretaria de Segurança Pública influenciaram os atos do dia 08/01/2023, pois toda a equipe subordinada a ela e ao Ex-secretária Executivo Fernando foram mantidas, de forma a dar continuidade ao trabalho.

Disse também que Anderson Torres estava no grupo de WhatsApp onde foram postadas as mensagens (frações de inteligência), mas que não saberia informar se o mesmo as havia lido. Acrescentou que à época somente se reportou a seu chefe imediato, o Ex-secretário Executivo Fernando.

Com relação às informações passadas pela ANTT, registrou que toda SSP/DF passou a acompanhar a chegada dos ônibus e dos manifestantes, e que todas as informações foram repassadas aos gestores.

Terminou esclarecendo que a Subsecretaria de Inteligência tem várias atribuições, dentre as quais o assessoramento estratégico ao Secretário de Segurança Pública do DF e a integração das agências de inteligência para facilitar o fluxo de informações de segurança pública no DF.

10.1.3 Jorge Eduardo Naime Barreto

Na data de 16 de março de 2023, na 4ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 16/2023, de autoria do Deputado Fábio Felix, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Jorge Eduardo Naime Barreto, Ex-chefe do Departamento Operacional da PMDF.



Jorge Eduardo Naime Barreto, Ex-chefe do DOP PMDF.⁶⁰

Jorge Eduardo iniciou suas declarações informando ser Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, e que na data de 08 de janeiro de 2023 estava afastado por licença regulamentar publicada em boletim, sendo substituído pelo Coronel Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra. Explicou que por motivos de saúde e familiares, além do grande peso de suas atribuições à frente da PMDF, prorrogou suas férias de dezembro de 2022 para janeiro de 2023. Por conta disso não participou do planejamento operacional para os atos do dia 08.

Disse que o Departamento de Operações é o maior departamento da PMDF e que tinha 13 coronéis subordinados à sua pessoa. Que o DOP possui uma Subchefia de Operações, responsável pelo planejamento operacional de grandes eventos, uma vez que o policiamento de área, isoladamente, não tem condições de realizar suas

⁶⁰ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/cpi-ex-comandante-diz-que-efetivo-nao-seguiu-padrao-e-que-pm-nao-tinha-informacoes-sobre-os-riscos>



funções. Contudo, acrescentou que na “Memória de Reunião de Trabalho” do dia 06/01/2023, preparatória do PAI nº 02/2023, constava que as manifestações do fim de semana seriam de ânimos tranquilos e de baixa adesão, documento que foi assinado pelo Ex-secretário Executivo Fernando.

Registrou que houve várias tentativas de retirar o acampamento do QGEx, inclusive com a disposição do efetivo da PMDF ao Exército Brasileiro, porém, essas foram infrutíferas. Informou, também, que esteve pessoalmente com o General Dutra, comandante do Comando Militar do Planalto, a fim de tratar de ações a serem tomadas em relação ao acampamento no Setor Militar Urbano. Esclareceu que havia denúncias de aluguel/vendas de tendas e que tinha conhecimento da “Máfia do Pix”. Que tanto a PMDF quanto o Exército Brasileiro possuíam membros infiltrados no acampamento para levantar informações.

Relatou que esteve no acampamento do QGEx a trabalho e que lá descobriu que seus participantes não enxergavam o que acontecia fora daquele lugar, que pareciam estar em uma seita. Relatou, ainda, que sempre teve a opinião de que o acampamento era um local perigoso, tendo informações de que nele ocorriam tráfico de drogas, prostituição e outras ilegalidades. Por conta disso, tem a certeza da contribuição do acampamento para os atos do dia 08/01/2023. Consignou em suas declarações que não fazia parte dos grupos de WhatsApp “Perímetro” e “Difusão”.

Informou que a PMDF tem atribuição de proteger as vias do DF, porém, não tem competência para agir em nenhum dos prédios dos Três Poderes, sendo jurisdição de suas próprias polícias. Informou, ademais, que nunca viu ocorrer uma invasão aos prédios dos Três Poderes de forma tão fácil. Anotou que a PMDF teve sua parcela de culpa, mas que se os órgãos federais houvessem oferecido uma resistência mínima talvez tivesse sido evitado o pior. Afirmou, ainda, que quem salvou o STF foi o COT/PF e não os policiais do STF, e que se houvesse uma mínima resistência na entrada dos prédios, haveria existido tempo para a polícia se reorganizar e agir de forma eficiente.



O Ex-chefe do DOP explicou que no dia 08/01/2023 recebeu uma ligação do gabinete do governador, ocasião em que lhe perguntaram o que estava acontecendo em Brasília/DF. Ao responder que estava de férias, segundo afirma, a pessoa teria desligado. Disse ter feito algumas ligações para outros representantes da PMDF para se inteirar do assunto. Disse, ainda, que recebeu uma nova ligação do gabinete do governador e foi orientado a comparecer imediatamente ao local da crise, chegando por volta das 17h40. Alegou que chegou à sede do Ministério da Justiça por volta das 18h. Nesse momento assumiu as linhas de choque e passou a organizá-las para ir à campo a fim de conter a crise.

Registrou que seguiu com as tropas especializadas, não tendo contato com as tropas regulares. Fez constar que a tropa de choque estava na via N1 na altura do Museu da República, sentido QGEx, sempre combatendo os manifestantes durante o percurso, ocasião em que se apresentou um pelotão de choque da Força Nacional. Registrou, ainda, que foi colocada uma formação de tropas do tipo “Martelo” e “Bigorna”, que havia muitos manifestantes e que embarcou as tropas e foi para a área da Catedral Rainha da Paz, sendo que, durante o percurso, prenderam diversos vândalos.

Esclareceu que já tinha ordem de entrar no acampamento e prender a todos; que encontrou o Major Cunha e determinou que se fizesse uma linha para deter aqueles que tentassem entrar no acampamento; que nesse momento um tenente do Exército Brasileiro apareceu gritando com o Major Cunha dizendo que aquela área era do exército; que falou ao Major Cunha para fazer o que foi determinado, no que então prenderam cerca de 50 pessoas; que o Major Da Silva alertou o declarante sobre uma linha do Choque do Exército Brasileiro, com blindados, virados para a equipe da PMDF e não para o acampamento; que o General Dutra não permitiu que fossem feitas as prisões dentro do acampamento; que o General Dutra chamou o Coronel Fábio, Ex-comandante da PMDF, e o Coronel Klepter, Ex-subcomandante da PMDF, para uma reunião e que nessa ficou decidido que as tropas retornariam às 06h da manhã do dia seguinte.



Perguntado sobre eventual retardamento da tropa no dia 08/01/2023, consignou que agiu de forma técnica e não com a intenção de retardar a ação da polícia; que por questões técnicas, inclusive quanto ao armamento, o avanço acabava sendo retardado; que ao usar munição de elastômero ela suja o cano da arma, sendo necessário um disparo de munição de chumbo para limpar o cano, porém, não havia um local seguro para isso; que a quantidade dessas munições de elastômetro e outros itens não letais eram limitadas, então tinham que aguardar a chegada de mais insumos para garantir a segurança dos policiais e de todos que estavam ali na rua; e que isso retardava o avanço das tropas, mas por uma motivação técnica.

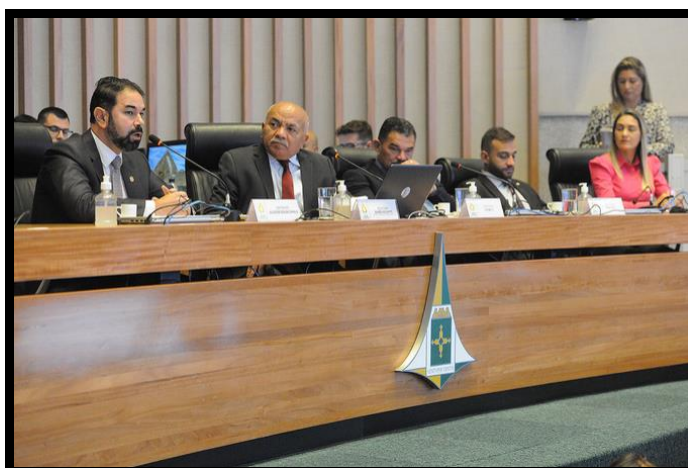
Questionado sobre os atos do dia 12 de dezembro de 2022, informou que a PMDF não foi notificada da prisão do Cacique Serere Xavante; que a prisão foi realizada durante o deslocamento do comboio pela via S1; que a Polícia Federal abordou o ônibus em que estava o indígena e o prendeu; que recebeu pelo 190 uma informação de que estava tendo um tumulto próximo ao prédio da Polícia Federal; que mandou mais efetivo para PF, mesmo os que não estavam preparados para contenção de crise; que também solicitou as unidades preparadas para contenção de crise, porém, quando chegaram a situação já estava fora de controle; que ficou admirado com a destreza dos manifestantes em combater a polícia. Explicou que após dispersão, foi demandada às viaturas de GTOP para que realizassem prisões, porém, os manifestantes sumiram das ruas. Informou que teria ficado sabendo, depois, que os indivíduos estavam em hotéis, por isso saíram das ruas. Além disso, que obteve a informação de que as pessoas do acampamento eram pagas, mas quem orquestrava estava hospedado nos hotéis na área central de Brasília.

Disse que ninguém foi preso no dia 12/12/2022 porque não houve informação de que haveria uma prisão naquelas condições e que a tropa de choque que chegou para dispersar não tinha condições de entrar em embate corporal para efetuar as detenções. Acrescentou que não podia colocar policiais sem equipamento de proteção para enfrentar vândalos que estavam dispostos a enfrentar e até ceifar a vida dos policiais. Registrou que as pessoas que se manifestaram e realizaram atos

de vandalismo no dia 12/12/2022 estavam hospedadas nos hotéis da cidade, conforme informações levantadas posteriormente aos fatos ocorridos naquele dia.

10.1.4 Júlio Danilo Souza Ferreira

Na data de 23 de março de 2023, na 5ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 14/2023, de autoria do Deputado Fábio Felix, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Júlio Danilo Souza Ferreira, Ex-secretário de Segurança Pública do DF.



Júlio Danilo Souza Ferreira, Ex-secretário de Segurança Pública do DF.⁶¹

Indagado sobre os fatos objeto de investigação da CPI, respondeu Júlio Danilo ser Delegado da Polícia Federal e que na data de 08 de janeiro de 2023 já havia sido exonerado do cargo de Secretário de Segurança Pública do DF, não tendo, portanto, participado de qualquer planejamento.

Quanto aos atos do dia 12 de dezembro de 2022, esclareceu que entre o final da tarde e o início da noite recebeu informação sobre a prisão de um indígena que estava à frente de alguns atos que teriam gerado transtornos no Distrito

⁶¹ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/ex-secretario-de-seguranca-diz-a-cpi-que-nao-podia-combatercrimes-no-acampamento-do-qg-mas-gdf-deu-apoio-a-pedido-do-exercito>



Federal. Relatou que logo em seguida foi informado sobre um princípio de confusão na área central de Brasília, no que então fez contato com o Comandante da PMDF, à época Coronel Fábio, o qual afirmou ter ciência da situação.

Consignou que a tropa da Polícia Militar foi convocada para intervir e dispersar os manifestantes que estavam mais exaltados; que após reforço do policiamento, o depoente foi até a área central de Brasília, acompanhado do Coronel Fábio, onde constatou certo tumulto com vias fechadas e pontos de incêndio; e que então foi solicitado mais reforço policial.

Informou que da sua parte e também do Governador Ibaneis Rocha, com relação aos atos do dia 12/12/2022, a ordem era prender os vândalos; que as primeiras equipes policiais a chegarem realizaram a contenção e dispersão por conta do distúrbio civil; e que, após isso, a polícia continuou agindo, porém, não logrou prender ninguém.

No que tange ao acampamento montado no Setor Militar Urbano de Brasília, registrou que o mesmo estava em área militar e que qualquer ação dependia dos militares e que toda atuação da SSP/DF junto ao acampamento sempre foi feita em companhia da Polícia do Exército. Esclareceu que o Comando Militar do Planalto solicitou apoio do SLU e da organização de trânsito e solicitou outros pedidos que foram atendidos pela SSP/DF. Esclareceu, também, que a SSP/DF, a pedido do Governador Ibaneis Rocha, colocou um grande efetivo do DF Legal e da PMDF para retirada do acampamento, porém, foram impedidos pelo General Dutra, o qual disse que iria fazer a desocupação à sua maneira.

Relatou que quando o acampamento começou, a previsão era que fosse uma manifestação como outras, ou seja, iniciando, evoluindo e finalizando. Contudo, ao contrário do previsto, o acampamento perdurou, no que então foram realizadas ações para dissipá-lo. Consignou que houve demanda ao GDF e à Secretaria de Segurança Pública para tal fim e que inclusive essa ação era parte do protocolo da SSP. Destacou que a diferença do acampamento em frente ao QGEx para os outros



realizados no DF, os quais, rapidamente são dispersados, é que o mesmo ocorreu em área militar de responsabilidade das Forças Armadas.

Informou que após os atos do dia 12/12/2022, o Governador do DF determinou que fossem realizados todos os esforços para retirar o acampamento do Setor Militar Urbano e que, salvo engano, foram realizadas duas tentativas ostensivas com aparato do GDF, porém, no local foram impedidos pelo Comando Militar do Planalto que dizia que realizaria suas próprias tratativas com os presentes para desmobilização do acampamento.

10.1.5 Jorge Henrique da Silva Pinto

Na data de 30 de março de 2023, na 6ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 23/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Jorge Henrique da Silva Pinto, Ex-coordenador de Assuntos Institucionais da Subsecretaria de Inteligência da SSP.



Jorge Henrique da Silva Pinto, Ex-coordenador de Assuntos Institucionais da SI da SSP.⁶²

⁶² Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/cpi-ex-coordenador-de-inteligencia-diz-que-gestores-e-orgaos-sabiam-dos-riscos>



Iniciou informando ser Coronel da PMDF e que no dia 08 de janeiro de 2023 ocupava o cargo de Coordenador de Assuntos Institucionais da Subsecretaria de Inteligência da SSP/DF. Explicou que a atividade de inteligência funciona como uma ferramenta que auxilia o processo de tomada de decisão. Nesse sentido, reforçou que a função da inteligência é assessorar o tomador de decisão para a melhor resposta ao problema apresentado.

Disse que produzir um conhecimento é um trabalho complexo, significa receber uma informação ou dado e tratá-lo a fim de confirmar não apenas se determinada situação vai ocorrer ou não, mas verificar se essas informações e dados estão alcançando um grande número de pessoas, se essas estão os repassando e outras ações. Por isso só conseguiram finalizar um relatório de inteligência no dia 06/01/2023, após toda análise das informações e dados recebidos.

Acrescentou que a atividade de inteligência trabalhou desde o dia 03/01/2023, quando verificaram por meio das redes sociais que haveria um ato nos dias 07 e 08 de janeiro de 2023, chamado "Tomada do Poder" e que a partir do dia 09/01/2023 seria chamado de "Greve Geral". Que no dia 05/01/2023 recebeu um único documento do Ministério da Justiça sobre a possibilidade de uma "Tomada do Poder", porém, não havia informações sobre quantidade de pessoas envolvidas, quem seriam os líderes e se estavam em Brasília. Acrescentou, além disso, que a SI tratou essas informações incessantemente até a elaboração do relatório de inteligência do dia 06/01/2023.

Registrou que entregou pessoalmente o relatório de inteligência ao Tenente Coronel Rosivan, pois a Subsecretária de Operações Integradas, Coronel Cintia, não estava presente, informando acreditar que ele tenha entregue o documento a ela posteriormente.

Esclareceu que participava dos grupos de WhatsApp "Difusão" e "Perímetro"; que criou o grupo "Difusão"; e que desse último grupo participavam as pessoas de Anderson Torres, do Comandante da PMDF, da Delegada Marília e do chefe de



gabinete do Ex-secretário de Segurança Pública. Quanto ao grupo “Perímetro”, informou não se recordar dos seus integrantes.

Consignou que o grupo de WhatsApp “Difusão” foi criado para assessoramento do Secretário de Segurança Pública do DF; que emitiu diversos alertas nesse grupo; e que esses alertas eram feitos para aprimorar o fluxo de informações aos tomadores de decisões. Jorge Henrique informou que quanto aos alertas no grupo de WhatsApp “Difusão”, se os mesmos tivessem sido levados a sério, os atos do dia 08/01/2023 teriam sido evitados.

Explicou que não houve apagão na atividade de inteligência, que todas as informações chegaram aos profissionais de inteligência e provavelmente tenham chegado aos tomadores de decisão e que a atividade de inteligência gerou o conhecimento e o difundiu, fazendo todo o trabalho necessário.

Disse que houve dois momentos de repasses de informações: o primeiro ocorrido com o relatório de inteligência, documento mais completo e de rito próprio; o segundo ocorrido com os grupos de WhatsApp, onde foram reportados fragmentos de fatos para subsidiar a tomada de decisão, as chamadas “células de inteligência”.

Acrescentou que mesmo no dia 08/01/2023, mais precisamente no momento das invasões, a atividade de inteligência permaneceu em pleno funcionamento; que manteve o acompanhamento a fim de criar uma “fotografia” do que estava acontecendo e repassar para os órgãos operacionais; e que a inteligência permaneceu executando seus serviços normalmente, a fim de subsidiar a área operacional e os tomadores de decisões.

Registrou que a segurança pública do Distrito Federal vinha atuando com uma carga elevada de trabalho desde o dia 7 de setembro de 2022, devido a diversos eventos ocorridos na Capital Federal (eleições, diplomação, fim de ano, posse e outros); que essas condições não podem ser desprezadas; e que pode ter ocorrido um relaxamento após a posse do presidente no dia 01/01/2023.

10.1.6 Joveci Xavier de Andrade

Na data de 13 de abril de 2023, na 7ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 42/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Joveci Xavier de Andrade, empresário do ramo atacadista no Distrito Federal.



Joveci Xavier de Andrade, empresário do ramo atacadista no DF.⁶³

Esclareceu ser um homem de 54 anos de idade, empresário há 27 anos, sócio de Aauto Lúcio de Mesquita em 4 empresas, quais sejam: Melhor Atacadista, Garra Distribuição, Canal Distribuição e Marcas Premium. Relatou que sua vida pessoal e de seu sócio não se misturam e que não entregou nenhum centavo para a campanha política do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Consignou não ter participado de nenhum ato antidemocrático (12/12/2022 e 08/01/2023) e que foi ao acampamento em frente ao Quartel-General do Exército três vezes.

Informou que não participou da contratação do trio elétrico que foi utilizado no acampamento em frente ao Quartel General do Exército. Explicou que no Setor Militar Urbano havia uma equipe do exército brasileiro, fardada, que fazia a segurança do local. Quanto aos atos do dia 08/01/2023, disse que saiu de casa por

⁶³ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/empresario-diz-a-cpi-que-nao-ajudou-a-financiar-atos-antidemocraticos>



volta das 16h. Acrescentou que chegou no centro de Brasília por volta das 17h. Registrou que quando chegou o quebra-quebra já havia ocorrido. Esclareceu que não entrou em nenhum prédio público.

Relatou que não participou de nenhum tipo de patrocínio ao acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, seja em dinheiro ou PIX, e que não tem conhecimento se saiu algum recurso de suas empresas para o acampamento.

10.1.7 Cíntia Queiroz de Castro

Na data de 27 de abril de 2023, na 9ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento aos Requerimentos nº 54, 57 e 100/2023, de autoria, respectivamente, dos Deputados Hermeto, Chico Vigilante e Pastor Daniel de Castro, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Cíntia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas da SSP.



Cíntia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas SSP.⁶⁴

Perguntada sobre os fatos investigados, Cíntia consignou ser Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, que ocupa o cargo de Subsecretária de Operações

⁶⁴ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/coronel-cintia-afirma-a-cpi-que-nao-houve-falha-no-planejamento-mas-sim-na-execucao>



Integradas da SSP, e que possui 29 anos de trabalho na polícia. Informou que participou da reunião que formalizou o PAI para os dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023, e que dessa reunião participaram representantes de diversos órgãos, tanto distritais quanto federais, a qual foi conduzida pelo Tenente Coronel Rosivam.

Disse que a SOPI faz o planejamento operacional reunindo todos os órgãos para discutir a informação e assim cada um define suas ações a serem executadas e que após isso é formalizado o Protocolo de Ações Integradas. Acrescentou que em todos os protocolos de PAI não consta número de efetivo dos órgãos, que a SOPI faz um planejamento geral e que cada órgão faz seu planejamento operacional. Registrou que a SOPI nunca definiu efetivo em nenhum planejamento.

Esclareceu que na quinta-feira, dia 05/01/2023, por volta das 20h ou 21h, tomou conhecimento de que várias caravanas estariam vindo para o DF por conta de uma manifestação e que fez contato com o Tenente Coronel Rosivam solicitando uma reunião para o dia seguinte. Afirmou que, quando há uma notícia de manifestação muito "em cima da hora", o protocolo adotado é manter contato com os pontos focais, o que foi feito. Consignou que os pontos focais do GSI e da Câmara dos Deputados não compareceram à reunião convocada.

Relatou que tinham informações de que manifestantes viriam para o DF cometer atos de vandalismo, e que caravanas estavam em deslocamento para o DF, porém, sem confirmação. Diante disso confeccionaram um PAI com previsão de todos os cenários possíveis.

A Coronel Cíntia falou sobre a existência de dois grupos de WhatsApp, quais sejam: "Perímetro de Segurança" e "Difusão". Falou, ainda, que somente fazia parte do primeiro, no qual eram definidas articulações quanto às caravanas que chegavam no Distrito Federal. Disse também que desde 19 de março de 2021 não existe mais obrigatoriedade de comunicação prévia à Secretaria de Segurança Pública das manifestações no Distrito Federal.

Ainda em suas declarações acrescentou: que no dia 08/01/2023 não recebeu informações de inteligência; que na manhã do dia 08 fez contato com o Coronel



Casimiro; que até então não havia previsão de descida por parte dos manifestantes para Esplanada dos Ministérios; que não sabia o porquê da redução do número de policiais da manhã para a tarde do dia 08; que o Coronel Fábio, Ex-comandante da PMDF, solicitou por diversas vezes reforço do efetivo; que atribui essa demora ao fato dos policiais estarem de sobreaviso e não prontidão; e que houve falha na execução do planejamento por parte da PMDF.

Registrou que quando as tropas da Polícia Militar estavam se deslocando, a mando do interventor Cappelli, para o Setor Militar Urbano havia blindados apontados para a equipe da PMDF que estava ali para realizar a prisão de todos os presentes no acampamento, tendo sido impedidos de cumprir a ordem do interventor.

Esclareceu que mesmo não tendo lido o relatório de inteligência da Subsecretaria de Inteligência da SSP, pois foi entregue no fim da sexta-feira dia 06/01/2023, tratou o Protocolo de Ações Integradas com nível máximo de alerta.

Quanto ao acampamento em frente ao QGEx, relatou que o primeiro PAI para aquele local foi o de número 188/22; que chegavam vários pedidos para entrada de carro de som dentro do SMU; que fazia contato com o Comando Militar do Planalto, sendo orientada a autorizar somente os veículos que fossem indicados por eles; que não é comum o exército intermediar autorização de carro de som, mas, como era uma área militar, somente eles poderiam deixar; e que a maioria das manifestações em frente ao QGEx contava com a presença de carro de som.

Consignou que o Comando Militar do Planalto convocava reuniões, as quais a SSP acreditava ser para tratar da retirada do acampamento, porém, as pautas eram sempre a remoção do comércio ambulante; que na primeira vez, em 12 de novembro de 2022, houve uma tentativa de remover os vendedores ambulantes, mas o pessoal do DF Legal foi hostilizado quase no fim da retirada; que em 6 de dezembro de 2022 houve outra reunião, mas o Comando Militar do Planalto mais uma vez tratou apenas da retirada dos comerciantes ilegais; e que a operação teria sido marcada para o dia 7, mas cancelada no mesmo dia, uma vez que o exército não permitia que a PMDF



desse apoio ao DF Legal. Informou que no dia 29/12/2022 foi tentada outra operação para retirada do comércio ilegal do acampamento em frente ao QGEx, tendo sido impedida a ação, e que o Comando Militar do Planalto nunca demandou uma reunião para tratar da desocupação do acampamento.

De acordo com a Coronel Cíntia, houve determinação do Governador Ibaneis e da SSP para retirada do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, porém, por se tratar de uma área militar, a PMDF não poderia agir ali sem a autorização do Exército.

10.1.8 Adauto Lúcio de Mesquita

Na data de 04 de maio de 2023, na 10ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 42/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi realizado no Plenário da CLDF a oitiva de Adauto Lúcio de Mesquita, empresário do ramo atacadista no Distrito Federal.



Adauto Lúcio de Mesquita, empresário do ramo atacadista no DF.⁶⁵

⁶⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/04/empresario-bolsonarista-admite-ter-financiado-acampamento-golpista-no-df>



Começou explicando que doou R\$ 10.000,00 para a campanha do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Disse que esteve no Quartel-General do Exército por umas três ou quatro vezes, que não patrocinou tendas diretamente, que nunca levou alimento para os acampados, mas que fez pequenas doações. Acrescentou que não contratou qualquer trio elétrico, que não contratou outdoors, nem criou grupos de WhatsApp e ou pagou qualquer valor para algum grupo; que nem sua empresa nem seus sócios financiaram o acampamento; e que possui 1539 funcionários.

Esclareceu que no dia 08 de janeiro de 2023 chegou à Esplanada dos Ministérios por volta das 16h50 e que não imaginou que a manifestação deixaria de ser pacífica e que haveria invasão a prédios públicos. Relatou que não entrou e nem fomentou a invasão aos prédios do Três Poderes.

10.1.9 Fábio Augusto Vieira

Na data de 11 de maio de 2023, na 11ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 03/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Fábio Augusto Vieira, Ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.



Fábio Augusto Vieira, Ex-comandante da PMDF.⁶⁶

⁶⁶ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/presidente-da-cpi-diz-que-ex-comandante-da-pmdf-foi-traido>



Preliminarmente, relatou que em 08 de janeiro de 2023 exercia o cargo de Comandante-Geral da PMDF, sendo o gestor político e estratégico da instituição, estando dentro das suas atribuições representar a Polícia Militar, bem como apresentar e aprovar normativos que regulamentem as atividades policiais. Relatou, ainda, que assumiu o cargo em 1º de abril de 2022 e que comandava uma tropa de 10.780 policiais militares.

Consignou que a responsabilidade pelo planejamento das operações é do Chefe do Departamento de Operações, à época Coronel Naime, o qual estava afastado e era substituído pelo Coronel Paulo José. Informou que tomou conhecimento, após o relatório do interventor, que não foi feito um planejamento escrito, um plano de operações, e que o normal e necessário era ter sido feito um documento desse após a reunião do dia 06/01/2023 (PAI Nº 02/2023).

O Coronel Fábio explicou ter recebido informações no sentido de que todas as providências haviam sido tomadas e que o efetivo adequado havia sido empregado. Nesse sentido, disse que o Coronel Casimiro retornou da reunião do PAI 02/2023, realizada em 06/01/2023, retratando que o movimento do dia 08 seria de invasão, mas que todas as providências já estavam sendo tomadas.

Acrescentou que a inteligência da PMDF informava sobre chamamentos para invasão dos prédios públicos, porém, inicialmente a adesão estava sendo baixa, aumentando no dia 07/01/2023 o número de ônibus chegando à Brasília/DF. Acrescentou, além disso, que na noite do dia 07 pediu o aumento do efetivo para o dia seguinte. Que na manhã do dia 08/01/2023, por volta das 08h30, presenciou as tropas de choque no local e que perguntou sobre o reforço de efetivo ao Chefe do DOP e 1º CPR, solicitado na noite anterior, oportunidade na qual lhe foi respondido que estavam providenciando.

Esclareceu que às 11h do dia 08 não havia previsão de descida dos manifestantes para a Esplanada dos Ministérios; que até aquele momento o efetivo era suficiente; que os manifestantes decidiram descer para a esplanada por volta das 13h; que o Coronel CASEMIRO relatou que o efetivo extra, solicitado por ele, estava



chegando, motivo pelo qual ficou mais calmo; e que não sabe dizer se o efetivo de apoio chegou e onde chegou.

Consignou ter ficado consternado com os atos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023; que presenciou policiais sendo combativos; que viu pessoalmente o Choque no local, mas em número insuficiente dado o tamanho e viés que tomou a manifestação; e que, posteriormente, tomou conhecimento que a cavalaria não foi acionada, apesar de ter solicitado todas as tropas especializadas.

Segundo o depoente, a falha foi a falta de planejamento operacional por parte do DOP, que estava sob comando do Coronel Paulo José. Quanto ao sobreaviso, explicou que foi uma prevenção do Subcomandante da PMDF em face do fato de o DOP não ter solicitado efetivo de prontidão.

Disse que no dia 08/01/2023 recebeu uma ligação do General Dutra questionado sobre a movimentação de Policiais Militares próximo ao Quartel-General do Exército, no que respondeu ao mesmo ser uma determinação do interventor Cappelli, e que então foi solicitada uma reunião em frente à Catedral Militar Rainha da Paz.

Acrescentou que o acampamento em frente ao QGEx, apesar de ser uma área pública, é de responsabilidade do Exército Brasília, e que a Polícia Militar tentou por diversas vezes retirar o acampamento, sendo impedida pelo Exército, o qual afirmava que faria acordo com suas próprias diretrizes. Registrou não se recordar de qualquer reunião da Coronel Cíntia com a Polícia Federal.

Com relação ao dia 12/12/2022 e os atos de vandalismo ocorridos no centro de Brasília, esclareceu que por volta das 19h a Polícia Federal resolveu cumprir um mandado de prisão sem informar às forças de segurança do DF. Diante disso, informou que se instalou um caos no centro de Brasília e que, inicialmente, houve uma informação de que existia um tumulto na Superintendência da Polícia Federal no Setor Policial Sul, porém, quando a PMDF chegou no local não encontrou nada. Informou que se verificou, então, que os atos de desordem eram na sede da PF na Asa Norte e que a tropa se agrupou próximo à torre de TV.



Relatou que, inicialmente, a missão era reestabelecer a ordem pública e garantir a segurança dos transeuntes; que os primeiros policiais que chegaram ao local não possuíam condições de agir e nem tinham EPIs necessários para garantir sua própria segurança; e que em seguida foram empregadas as tropas especializadas, Choque e Bope, as quais não tinham condições de efetuar prisões em razão de seus equipamentos, por isso essas não foram realizadas por mencionadas tropas. Consignou que só posteriormente houve tentativa de realizar prisões, porém, sem sucesso, fato que estava sendo apurado por procedimentos administrativos dentro da PMDF.

10.1.10 Gustavo Henrique Dutra de Menezes

Na data de 18 de maio de 2023, na 12ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 118/2023, de autoria do Deputado Hermeto, foi realizada no Plenário da CLDF a oitiva de Gustavo Henrique Dutra de Menezes, Ex-comandante do Comando Militar do Planalto.



Gustavo Henrique Dutra de Menezes, Ex-comandante do CMP.⁶⁷

⁶⁷ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/general-dutra-nega-que-o-exercito-teria-impedido-desmonte-do-acampamento-em-frente-ao-qg>



Indagado a respeito dos fatos objeto da CPI, informou ser General de Divisão do Exército Brasileiro e que na data de 08 de janeiro de 2023 ocupava o cargo de Comandante Militar do Planalto – CMP, cargo que ocupou desde de 08 de abril de 2022.

Explicou conhecer o General Heleno, o General Braga Neto e também o Ex-presidente Bolsonaro, não tendo, com eles, contato pessoal, apenas profissional. Disse ter tido conhecimento, por meio da imprensa, das conversas do Coronel Mauro Cid sobre o possível “golpe”.

Fez constar que a área ocupada pelo acampamento em frente ao Quartel-General do Exército é uma área de servidão militar. Acrescentou que o Comando Militar do Planalto tentou desde o início desmotivar o acampamento; que nenhuma instituição o declarou como ilegal; que desde o início estabeleceram regras, limitando os acessos e organizando a ocupação; e que o CMP sempre tentou manter a integridade do patrimônio público, pois o Setor Militar Urbano possui cerca de 10 mil moradores.

Registrou que nunca deram “vida fácil” aos manifestantes, mas sempre prestaram muita atenção à preservação da vida e da dignidade humana. Esclareceu que o exército usou uma estratégia indireta para desmobilizar o acampamento, consistente em cansar os manifestantes, a qual, segundo suas alegações, poderia ser mais longa, porém, mais segura para os presentes e para os agentes envolvidos. Registrou, ainda, que uma estratégia direta poderia causar enfrentamento e resultar em atos violentos.

De acordo com o General Dutra, o protocolo de desocupação é feito em três fases. A primeira consiste no isolamento da área; a segunda diz respeito à negociação; e a terceira e última é a fase denominada de “investimento”, reservada para o caso de a fase de negociação não surtir efeito.

Perguntado sobre o dia 29 de dezembro de 2022, consignou que a operação não era de desocupação do acampamento, de acordo com o PAI nº 215/2022, mas sim de combate ao comércio ilegal, tanto que o DF Legal estava à frente da situação.



Informou que a operação do dia 29 não ocorreu completamente porque houve um acirramento dos ânimos contra os representantes do DF Legal, e que os militares do Exército Brasileiro tiveram que intervir na defesa dos representantes estatais.

Quanto aos atos do dia 08 de janeiro de 2023, explicou que na semana do dia 09, o acampamento acabaria naturalmente sem nenhuma pessoa ferida. Com relação à noite do dia 08, disse que não houve qualquer impedimento, por parte do Exército, de ações judiciais ou policiais. Informou que o que houve, na realidade, é que no dia 06 de janeiro de 2023 a Praça dos Cristais estava com menos de 200 pessoas, mas que no dia 07, chegaram cerca de 120 ônibus em Brasília, cujos passageiros se dirigiram ao acampamento. Que após os atos de vandalismo as pessoas se deslocaram para Praça dos Cristais e que o Setor Militar Urbano já estava fechado desde a manhã do dia 08. Acrescentou que por volta das 20h recebeu uma ligação do Coronel Fábio, Ex-comandante da PMDF, afirmando que estava com o interventor Ricardo Cappelli, e que iriam se deslocar até a Praça dos Cristais para prender a todos.

Fez constar que se encontrou com o interventor e com o Coronel Fábio; que lhes informou que a Praça dos Cristais era muito perigosa para realização de uma operação à noite, pois não havia iluminação adequada; que havia risco por conta do lago, de pedras e até de utensílios de churrasco; que a operação não poderia ser feita no período noturno sem planejamento por conta dos riscos de graves danos, inclusive morte; que enquanto falava com o interventor foi passado o telefone para o Presidente Lula que dizia a todo momento que todos deveriam ser presos; que esclareceu ao Presidente sobre o risco de pessoas morrerem, o qual afirmou que seria uma tragédia e então determinou que fosse feito o isolamento e prisões no dia seguinte.

Quanto às prisões no dia 09 de janeiro de 2023, relatou o General Dutra que todos entraram nos ônibus sabendo para onde estavam sendo levados.

No que diz respeito ao Palácio do Planalto, consignou que a segurança compete ao GSI e que o Comando Militar do Planalto envia tropas mediante



requisição. Consignou, ainda, que a segurança do Palácio do Planalto é feita por meio de um plano realizado entre o GSI e o CMP, o qual determina que o levantamento do efetivo necessário é feito pelo GSI, ao passo que o CMP cumpre o solicitado enviando o efetivo pedido, ficando este sob o controle, para fins de emprego, do GSI.

Informou que na manhã do dia 08 de janeiro de 2023 não foi verificada a necessidade de reforço no efetivo; que ordinariamente são cerca de 36 homens que fazem a segurança no local, juntamente com cerca de 15 homens do GSI; que no início da tarde do dia 08, o GSI viu o aumento do número de manifestantes na Esplanada dos Ministérios e solicitou um pelotão para reforço na segurança, sendo prontamente atendido; que por volta das 14h30 houve um confronto entre a polícia e os manifestantes perto da rodoviária; que então determinou o envio da tropa de prontidão que estava no SMU para o Palácio do Planalto; que foi informado que não poderia enviá-la porque não havia o pedido formal pelo GSI; que então disse para enviá-la, pois iria providenciar o pedido junto ao GSI; que isso foi feito e a tropa foi enviada; que essa chegou ao Palácio do Planalto junto com o Coronel Fernandes, onde passou a atuar de acordo com as ordens recebidas.

10.1.11 Augusto Heleno Ribeiro Pereira

Na data de 1º de junho de 2023, na 14ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento aos Requerimentos nº 104/2023 e 145/2023, de autoria, respectivamente, dos Deputados Fábio Felix e Chico Vigilante, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ex-ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.



Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ex-ministro Chefe GSI.⁶⁸

Começou informando ser General do Exército Brasileiro e Ex-ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI, e que foi a todo tempo leal ao Ex-presidente Bolsonaro, o qual aceitou o resultado das eleições.

Explicou não ter conhecimento sobre qualquer tentativa de pressionar o comandante do Exército, Freire Gomes, para uma tentativa de golpe. Disse que para haver um golpe precisa-se de um líder, algo difícil num país como o Brasil; que o termo golpe está sendo usado de forma vulgar; que as manifestações e ações ocorridas no Brasil, como as do dia 12/12/2022, não podem ser chamadas de golpe; e que para um golpe acontecer, esse deve ser planejado, o que é um processo diferente de sair às ruas e manifestar.

Acrescentou que não tem conhecimento e nem participou de reuniões sobre prisão de ministros do STF ou sobre outras tentativas de atentado ao Estado democrático de direito. Informou que o Ex-presidente Bolsonaro sempre o orientou a atuar “dentro das quatro linhas da Constituição Federal”. Sobre a minuta do golpe, registrou que nunca viu o documento ou participou de reuniões com Bolsonaro sobre tal documento.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/general-heleno-nega-a-cpi-dos-atos-antidemocraticos-ter-planejado-golpe-de-estado>



A respeito do áudio apresentado em plenário, onde fala sobre tomar “lexotan na veia para não fazer o então presidente a tomar atitudes mais drásticas”, esclareceu que essas atitudes drásticas seriam declarar um rompimento com o STF. Acrescentou que sempre tentava atuar como agente apaziguador por ser responsável pela segurança institucional e que pela sua posição, idade e experiência, seu conselho era para que não houvesse um rompimento com o STF, causando assim um mal-estar institucional.

Relatou que ao sair do GSI deixou o órgão em perfeitas condições, tendo sido passado tudo que precisava para seu sucessor; que a transição foi feita de forma exemplar; que deixou claro para seu sucessor que poderia trocar quem quer que estivesse ali no GSI durante sua gestão; que o GSI tinha atribuições de garantir a segurança institucional da Presidência da República, de coordenar as atividades nucleares, espaciais, de exploração de minério, de combate ao terrorismo, de acompanhamento de estruturas críticas para evitar acidentes, dentre outras; e que por isso o GSI não teria tempo para participar de uma tentativa de golpe, sendo essa hipótese completamente fora de cogitação

Consignou não ter opinião formada sobre o que aconteceria se Bolsonaro tivesse feito o reconhecimento público da vitória do Presidente Lula, mas que tinha o pressentimento de que o Ex-presidente aceitou a derrota e saiu de cena. Consignou, também, que a avaliação dessas questões é pessoal e intransferível, não podendo emitir juízo de valor em nome de Bolsonaro.

No que tange ao acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, disse nunca ter frequentado o mesmo, só conhecendo por fotografia, mas acreditava que era um local sadio onde havia muitas orações e conversas políticas. Informou que não sabia sobre a organização do mesmo, acreditando que foi uma atividade que durou muito tempo sem ocorrência de grandes incidentes, sendo uma organização ordeira e disciplinada.

Sobre a politização das Forças Armadas, informou considerar essa uma expressão não fundamentada, uma vez que o que aconteceu foi que no governo do



Ex-presidente houve um aproveitamento dos militares nos mais diversos postos da estrutura governamental, diferente do que ocorria antes. Argumentou, ainda, que o fato de Bolsonaro apoiar os militares, colocando-os em alguns cargos estratégicos, pode ser considerada uma ação inteligente. Acrescentou que os militares dedicam a vida ao país, estudando problemas estratégicos, e que seu aproveitamento em cargos civis dentro da estrutura do país é de certa forma estratégia inteligente.

Registrou que não presenciou incitamento por parte do Ex-presidente Bolsonaro ao golpe, o qual, segundo afirma, nunca falou de golpe ou mesmo de “virar a mesa”.

10.1.12 Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues

Na data de 05 de junho de 2023, na 15ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 117/2023, de autoria do Deputado Fábio Felix, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, Ex-comandante da 1º Comando de Policiamento Regional – 1º CPR/PMDF.



Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, Ex-comandante 1º CPR/PMDF.⁶⁹

⁶⁹ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/ex-comandante-da-pm-diz-que-nao-recebeu-nenhum-relatorio-de-inteligencia-antes-do-8-1>



Esclareceu ser Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, e que na data de 08 de janeiro de 2023, ocupava o cargo de comandante do 1º Comando de Policiamento Regional – 1º CPR, o qual é composto por 06 batalhões e cerca de 900 Policiais Militares, subordinado ao Departamento Operacional - DOP. Relatou que o DOP, na pessoa do Coronel Paulo José, era o responsável por escalar o efetivo para os atos do dia 08, e que o Major Flávio Alencar era o comandante da operação. Consignou que sua função era apenas coordenar e supervisionar.

Fez constar que havia ciúmes em razão do cargo que ocupava e possivelmente alguém possa ter tentado prejudicá-lo.

Ainda sobre o 08 de janeiro de 2023, informou que não possuía informações para a tomada de decisão; que consta de documento que no dia 08 havia 580 policiais escalados; e que foi o Coronel Paulo José quem ordenou abrir a Esplanada dos Ministérios para os manifestantes.

Explicou ter recebido vários folders pelas redes sociais sobre manifestações e que, embora não fosse o responsável pelo planejamento, acreditava que as postagens nas redes sociais não davam base para saber como seriam os desdobramentos do dia 08, pois circulavam muitas “fake news” no período.

Disse não ter recebido qualquer relatório de inteligência; que participava de diversos grupos de WhatsApp, porém, não era responsável por tomar decisões em “nível macro”; que participava do grupo “Perímetro”; que não participou do grupo “Oficiais PMDF”; e que não viu nenhuma mensagem com alusão a deixar os manifestantes invadirem os prédios públicos. Acrescentou não saber o motivo de não ter sido elaborado um plano operacional para o dia 08 de janeiro de 2023.

Registrou que ao saber das invasões na esplanada esteve no local e combateu os manifestantes; que às 18h do dia 08 de janeiro de 2023 a PMDF já havia resgatado os prédios públicos; e que quando chegou ao local dos fatos os prédios públicos já estavam sendo atacados

Esclareceu respeitar todos os policiais militares, mas na sua análise após os fatos, acredita que faltou efetivo. Disse, ainda, que o DOP é quem tem o poder de



mobilizar toda Polícia Militar para determinada situação e que a operação não era responsabilidade do 1º CPR, e sim um evento de Brasília.

Relatou não se recordar de uma ligação do coronel Paulo José, alegadamente ocorrida no dia 08 de janeiro de 2023, perguntando se o efetivo escalado era suficiente.

Consignou que após verificar os fatos é notório que o correto seria ter deixado a tropa de prontidão e não de sobreaviso; que foi o Subcomandante Geral da PMDF quem decidiu deixar as tropas de sobreaviso; e que, no momento da tomada de decisão de deixar a tropa de sobreaviso (sábado), o cenário era diferente daquele do dia 08 de janeiro de 2023 (domingo).

Informou não se recordar de ter deixado sua tropa em situação de sobreaviso quando esteve no comando de ações anteriores relacionadas a manifestações. Informou, ainda, que teria deixado a tropa a pronto emprego caso estivesse no comando da operação do dia 08 de janeiro de 2023, já que sempre atuou desta maneira, e que acredita que o efetivo de policiais militares designado para o dia 08 de janeiro de 2023 foi adequado no momento em que foi escalado e de acordo/compatível com as informações do momento.

Sobre os atos do dia 12 de dezembro de 2022, disse que não foram presos manifestantes, porque a prioridade era retomar a ordem pública e por conta, também, da dificuldade de efetuar prisões com equipamento de choque. Acrescentou que esteve em campo e que houve confronto com os manifestantes, os quais portavam estilingues e atearam fogo em veículos.

10.1.13 Klepter Rosa Gonçalves

Na data de 15 de junho de 2023, na 16ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 147/2023, de autoria do Deputada Hermeto, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Klepter Rosa Gonçalves, Ex-subcomandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.



Klepter Rosa Gonçalves, Ex-subcomandante da PMDF.⁷⁰

Registrou de início ser Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, e que em 08 de janeiro de 2023 ocupava o cargo de Subcomandante-Geral da PMDF, tendo sido nomeado para tal cargo em meados de outubro de 2022. Afirmou que tinha como atribuições substituir o Comandante Geral, assessorá-lo, além de gerenciar e coordenar as rotinas administrativas da corporação.

Esclareceu que após as eleições de 2022, sugeriu ao comando da PMDF que reservasse o maior número possível de efetivo para a virada do ano, pois ocorreria a posse presidencial que demandaria uma grande quantidade de policiais. Esclareceu, também, que solicitou, então, que não fossem tirados abonos e que as férias de janeiro de 2023 começassem apenas na segunda semana do mês, após os grandes eventos previstos.

Com relação às atividades operacionais, relatou que as atribuições do setor na PMDF são feitas pelo Departamento de Operações – DOP. Quanto ao planejamento do efetivo para o dia 08/01/2023, consignou que houve a reunião do dia 06, na qual o comandante do 1º CPR compareceu e onde se estipulou que, caso ele necessitasse de mais efetivo, deveria solicitar ao DOP para que essa demanda

⁷⁰ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/comandante-geral-da-pmdf-responsabiliza-coronel-paulo-jose-pelo-baixo-efetivo-no-8/1>



fosse suprida. Consignou, ainda, que tanto o Coronel Paulo José quanto o Coronel Casimiro, informaram que o efetivo era suficiente.

Informou que a missão operacional se inicia pelo comando do batalhão da área e, não havendo recursos humanos e materiais suficientes, solicita-se primeiro ao Comando de Policiamento Regional – CPR, o qual, não tendo mais recurso, requer ao DOP que, por sua vez, é responsável por fazer esse aporte de apoio operacional para cumprir a missão. Explicou que em grandes eventos existe a previsão de que o DOP avoque o planejamento completo da operação, o qual passa a ser construído em conjunto com o comando e o batalhão da área.

Disse que no dia 07/01/2023, por meio do setor de inteligência, obteve a informação da chegada de ônibus ao acampamento em Brasília, ocasião em que perguntou ao Coronel Paulo José se estava acompanhando a chegada desses veículos com manifestantes, obtendo resposta afirmativa. Disse, ainda: que perguntou se já havia sido feito o necessário levantamento de efetivo, sendo respondido pelo Coronel Paulo José que estava fazendo isso junto com Coronel Casimiro, e que precisava do reforço dos policiais do Curso de Formação de Praças – CFP; que pediu para ser empregado o melhor efetivo possível; que fez contato com o DEC e foi informado que não poderia empregar o efetivo do CFP, pois os praças teriam prova na segunda-feira seguinte; que determinou que fosse apresentado o maior efetivo disponível do CFP ao DOP e que fosse acertado com o departamento o horário e local de apresentação; que o DEC informou que apresentaria cerca de 200 policiais do CFP, pois os outros estariam entrando ou saindo de outros serviços.

Acrescentou que, inicialmente, o Coronel Paulo José falou que no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército não havia informações de que os manifestantes desceriam para Esplanada dos Ministérios e que, caso isso acontecesse, ainda era desconhecido o horário em que isso poderia vir a ocorrer.

Registrou que manteve contato com o então Comandante-Geral da PMDF, Coronel Fábio Augusto, para falar sobre o que estava acontecendo, ocasião em que descobriu que o Comandante-Geral já havia feito contato com os Coronéis Casimiro e



Paulo José, os quais informaram que estavam acompanhando as movimentações dos manifestantes.

Fez constar que questionou quem estava à frente do comando no dia 08/01/2023 se o efetivo estava adequado, tendo recebido resposta afirmativa tanto do DOP quanto do 1º CPR; que perguntou ao Coronel Fábio Augusto, no dia 07/01/2023, se poderia deixar a tropa de sobreaviso, uma vez que havia a possibilidade de haver a manifestação no dia 08/01/2023, mas o DOP não sabia do horário específico de sua ocorrência nem se precisaria de mais efetivo, e que as tropas deveriam estar cientes que poderiam ser acionadas para se apresentarem a partir das 07h do dia 08; que o Coronel Fábio Augusto disse ao depoente para que colocasse a tropa de sobreaviso, inclusive o restante dos alunos; e que desta forma o sobreaviso foi determinado e informado aos coronéis mediante mensagem.

Esclareceu que o emprego das tropas é feito de acordo com o progresso da situação; que, segundo Paulo José e Casimiro, não havia informações mais precisas sobre a manifestação; que o DOP já havia feito a previsão das tropas; e que o Comando de Policiamento Regional já havia dito que a previsão era o suficiente

Relatou que na manhã de domingo, dia 08, fez contato com o Coronel Paulo José que informou estar tudo tranquilo até aquele momento; que o Coronel Fábio Augusto pediu para alocar mais efetivo, tendo o depoente acionado mais companhias do sobreaviso; que no dia 08, por volta das 14h50, seu celular começou a “apitar” com mensagens sobre as manifestações em Brasília; que viu em imagens manifestantes em cima da rampa do Congresso Nacional, no que imediatamente entrou em contato com o Coronel Fábio Augusto para saber se poderia acionar todo o efetivo de sobreaviso; e que, então, determinou que todos os comandantes apresentassem seus policiais, e, junto com eles, comparecessem à Academia da PMDF para serem empregados de acordo com as necessidades visando reestabelecer a ordem pública.

Relatou que, à medida em que as tropas iam chegando na Academia da PMDF, eram encaminhadas para a esplanada onde se apresentavam ao Coronel



Paulo José; e que durante essa organização recebeu informação que estava sendo instaurada a Sala de Crise da SSP/DF e que deveria representar a PMDF, pois o Coronel Fábio Augusto estava em campo.

Consignou que a comunicação era difícil, sendo orientado pelo Coronel Fábio Augusto para encaminhar tropas para outros locais que também estavam sendo invadidos.

Fez constar que chegou a informação da decretação da Intervenção Federal; que o Dr. Ricardo Cappelli foi informado que estava sendo realizada a desocupação do Palácio do Planalto e que estavam sendo efetuadas prisões; que o interventor pediu ao depoente que o acompanhasse até a Esplanada dos Ministérios pois queria ver de perto a situação; que ao chegarem, os prédios do Três Poderes já estavam desocupados e a tropa posicionada em frente ao Congresso Nacional, com as tropas especializadas à frente combatendo os manifestantes; que o ambiente era tenso, com o uso de gás, sendo necessário também o uso de munições não letais, mas que, por outro lado, todos os prédios públicos já estavam desocupados; que, segundo o Coronel Fábio Augusto, a estratégia era que os manifestantes fossem empurrados para uma área onde fosse possível minimizar os atos de vandalismo e realizar a maior quantidade de prisões possíveis; e que foi determinado pelo interventor que isso fosse feito.

Informou que o Coronel Fábio Augusto entrou em contato para dizer que o General Dutra estava aguardando em um local para encontrar com o interventor; que o General Dutra solicitou ao interventor que a entrada no acampamento do QGEx fosse realizada apenas na manhã do dia seguinte; que após isso, recebeu a informação que às 06h do dia seguinte seria realizada uma operação para desmobilização e prisão dos manifestantes que estavam no Setor Militar Urbano; e que não participou dessa reunião.

10.1.14 Marco Edson Gonçalves Dias

Na data de 22 de junho de 2023, na 17ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 145/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Marco Edson Gonçalves Dias, Ex-ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Palácio do Planalto.



Marco Edson Gonçalves Dias, Ex-ministro Chefe GSI.⁷¹

Informou ser General de Divisão da reserva do Exército Brasileiro e que entre os anos de 2003 e 2010 coordenou a segurança do Presidente da República. Informou também que em 1º de janeiro de 2023 assumiu o comando do Gabinete de Segurança Institucional – GSI, tendo saído de tal posto em 19 de abril de 2023, após publicação de vídeos pela imprensa contendo informações imprecisas.

Explicou que na data de 6 de janeiro de 2023, quando deixou o expediente no Palácio do Planalto, todos os alertas apontavam para um clima tranquilo e um esvaziamento do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. Ressaltou as afirmações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal no sentido de

⁷¹ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/general-g.-dias-nega-ter-sido-conivente-com-invasores-do-palacio-do-plana>



que a situação estava sob controle e de que todas as medidas de segurança estavam sendo executadas.

Disse ter assistido toda a movimentação dos manifestantes que acessavam a Praça dos Três Poderes do térreo do Palácio do Planalto, informando, porém, que não possuía condições, inclusive no que se refere aos equipamentos disponíveis, de enfrentar os manifestantes que adentraram no Palácio do Planalto. Disse, também: que tentou colocar os manifestantes para fora do Palácio do Planalto de cima para baixo, do 4º andar para os andares inferiores; que o 4º andar foi protegido, sendo que as prisões deveriam ser feitas no 2º andar, local mais amplo; que as prisões foram efetuadas em cumprimento a sua determinação; e que após as prisões, o Ministro Flávio Dino entrou em contato e pediu ao depoente que comparecesse no Ministério da Justiça, onde foi informado que Ricardo Cappelli seria o interventor da Segurança Pública do DF.

Acrescentou que não teve contato com o General Heleno; que não houve nenhuma transição; que essa transição seria extremamente importante; e que no dia 1º de janeiro 2023 optou por exonerar alguns assessores do antigo Ministro do GSI, porém, conservou as secretarias, como por exemplo o Secretário Executivo General Penteado, e o Secretário de Coordenação de Sistemas Silva Gomes.

No que tange à reunião do dia 06/01/2023, na qual foi aprovado o PAI nº 02/2023, e onde foram objeto de discussão as ações integradas dos órgãos de segurança e inteligência, registrou que o GSI não foi convidado. Registrou também que pode ter havido algum fato, por ser a primeira semana, que resultou com que o convite não tenha chegado ao GSI.

Esclareceu não ter participado de nenhum grupo de WhatsApp, tendo sido feito contato apenas com o Diretor Adjunto da ABIN, Senhor Saulo; que nos dias 6, 7 e 8 de janeiro de 2023 havia 49 homens de segurança de instalações, 46 homens do regimento de cavalaria e 38 homens no RCG; e que tinha condições de escalar mais 3 companhias para tais dias.



Relatou que não adulterou ou fraudou qualquer documento; que na manhã do dia 08 de janeiro de 2023, telefonou para Coronel Cintia da PMDF, a qual falou que estava tudo calmo; que ligou para Saulo, Diretor Adjunto da ABIN, o qual estava um pouco preocupado; que por volta das 14h30 chegou ao Planalto; e que de lá observou ser rompido o bloqueio que havia ali e pediu apoio ao General Dutra.

Consignou que a responsabilidade de proteger o Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro de 2023 era do Secretário Executivo do GSI; que pelo relatório de criticidade a manifestação do dia 08 era de baixa adesão e baixo risco; e que se houvesse as contenções na Esplanada dos Ministérios, possivelmente o reflexo na Praça dos Três Poderes seriam consideravelmente mitigados.

Quanto aos relatórios da ABIN, informou que estão sob sigilo e devem ser analisados para se chegar à uma conclusão, mas confirma que tomou conhecimento de tais relatórios. Em relação a esses, explicou que consistiam em compilados de mensagens/informações.

Disse não ter dispensado o batalhão que fazia a guarda do Palácio do Planalto no dia 08/01/2023. Ressaltou que, na verdade, não se tratava de um batalhão, mas sim de um pelotão que estava de prontidão no quartel durante uma troca de serviço. Acrescentou que esteve em contato com Saulo e recebeu algumas informações sobre a manifestação do dia 8 de janeiro de 2023, as quais foram repassadas para o General Feitosa e General Penteadó.

No que diz respeito ao Protocolo Operacional Escudo do Palácio do Planalto, registrou que é um plano com tropas em prontidão permanente, o qual aumenta ou diminui de acordo com o cálculo de criticidade do movimento, e que esse protocolo faz parte do contexto de segurança de toda a Esplanada.



10.1.15 Alan Diego dos S. Rodrigues e George Washinton de Oliveira Sousa

Na data de 29 de junho de 2023, na 18ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento aos Requerimento nº 47/2023 e 51/2023, ambos de autoria do Deputado Chico Vigilante, foram realizadas no plenário da CLDF as oitivas de Alan Diego dos Santos Rodrigues e George Washington de Oliveira Sousa, responsáveis por tentar explodir um caminhão tanque com 60.000 litros de querosene de aviação nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília.



Alan Diego dos Santos Rodrigues, autor da tentativa de explosão de caminhão tanque.⁷²

Cientificado dos fatos investigados, Alan Diego esclareceu que não estava em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023; que veio para Brasília de carona, no início do mês de novembro, mas que não sabia quem havia patrocinado sua caravana; que ficou no acampamento aproximadamente 30 dias; que enquanto esteve em Brasília não gastou dinheiro, tendo alimentação, água, tudo pago; que havia o anúncio do número de várias chaves para depósito Pix nas barracas montadas no acampamento; e que pessoas de todo o país doavam dinheiro para sustentarem o movimento em frente ao Quartel-General do Exército.

⁷² Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/vim-pra-brasilia-fazer-turismo-diz-alan-dos-santos-condenado-por-ataque-a-bomba-no-df>



Fez constar que ao chegar no acampamento no SMU verificou existir várias pautas, dentre elas intervenção militar, intervenção federal e outros defendendo “o quebra-quebra”.

Relatou que conheceu o Cacique Tserere, preso em Brasília no dia 12/12/2022, no acampamento do QGEx; e que conheceu Renan Sena no presídio e Soraya durante sua estadia em Brasília.

Perguntado sobre a bomba, consignou que o artefato foi colocado nas proximidades do aeroporto de Brasília, mediante orientação de George Washington, o qual fabricou a bomba; que assume ter levado o artefato até um caminhão nas proximidades do aeroporto de Brasília; e que prefere ficar em silêncio sobre quem determinou e/ou patrocinou a colocação da bomba.

Informou que havia muitos discursos sobre explosão e “quebra-quebra” no ambiente do acampamento do QGEx, sendo que a maioria das pessoas que falavam sobre isso eram de Brasília.

Explicou que conversou com os delegados que investigam o caso sobre a forma e motivação para levar o artefato explosivo até o aeroporto; que a ideia era causar uma intervenção militar com a bomba; que a ideia, também, era só chamar atenção e não causar efetivamente uma explosão, pelo menos de sua parte; e que se arrependeu de ter colocado o artefato explosivo.

Disse que Wellington, motorista, não tinha ligação com a bomba, pois só pediu carona ao mesmo; que o depoente ligou para polícia para avisar da bomba, vez que já havia cumprido sua parte do plano; e que conheceu Wellington no acampamento.

Informou que as falas do Ex-presidente Bolsonaro divulgadas na mídia o fizeram acreditar que as urnas poderiam ser fraudadas.

Quanto aos atos do dia 12 de dezembro de 2022, acrescentou que nesse dia entrou em um ônibus e ajudou a retirar os passageiros, no que, logo depois, outras pessoas atearam fogo no veículo; que naquele mesmo dia os manifestantes que



depredaram Brasília estavam no Palácio da Alvorada, mas que antes estavam no acampamento; que estava no Palácio da Alvorada; que um ônibus foi até o local para levar os manifestantes de volta ao acampamento; que, no entanto, no caminho, foi efetuada a prisão do Cacique Tserere; e que o ônibus seguiu o veículo onde o indígena estava até o prédio da Polícia Federal.



George Washington de Oliveira Sousa, autor da tentativa de explosão de caminhão tanque.⁷³

Inquirido sobre os fatos objeto de investigação da CPI, George Washington optou por fazer uso do seu direito constitucional de permanecer silente com relação à maioria das perguntas que lhe foram formuladas.

Dito isso esclareceu que veio para Brasília em 12 de novembro de 2022, e que pretendia passar o final do ano em Goiânia. Relatou não ter vindo para nenhum ato específico, apenas para participar do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército e que conhecia umas duas pessoas que já estavam lá.

Fez constar que todo seu armamento era registrado; que toda a documentação necessária para o transporte e aquisição estavam em conformidade com a lei; e que não entregou suas armas para ninguém.

⁷³ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/condenado-por-tentar-explodir-bomba-no-aeroporto-fica-calado-em-depoimento-a-cpi-dos-atos-antidemocraticos>



Consignou não saber quanto ao funcionamento da parte econômica do acampamento no QGEx, e por isso nada pôde falar. Consignou, além disso, que chegou a se alimentar no acampamento, porém, não sabia dizer de onde vinham os recursos para proporcionar a alimentação dos acampados.

Informou que nunca participou de nenhuma reunião no acampamento e que nada sabia sobre máfia do Pix ou regras de hierarquia no local. Acreditava que a estrutura do acampamento era mantida por meio de doações.

Explicou que poucas vezes teve contato com Alan dos Santos, tendo-o encontrado por volta de cinco vezes e o conhecido no acampamento, não chegando a estabelecer com ele relação de amizade. Disse não conhecer Wellington.

Quanto aos atos do dia 12 de dezembro de 2022, acrescentou que estava em Brasília; que não participou de qualquer ato de vandalismo durante as manifestações; que sua participação foi de passar pelo Eixo Monumental, após os atos já terem iniciados; e que conversou com a tropa de choque, oportunidade na qual perguntou se poderia intervir para apaziguar a situação.

Que nesse dia estava no Palácio da Alvorada e que depois foi para uma churrasceria, chegando ao Eixo Monumental bem após o início das incivildades e desordens.

Registrou que ao chegar em Brasília acampou em frente ao QGEx, mas que também se hospedou em outros lugares.

10.1.16 Flávio Silvestre de Alencar

Na data de 03 de agosto de 2023, na 19ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 159/2023, de autoria do Deputado Fábio Félix, foi realizado no Plenário da CLDF a oitiva de Flavio Silvestre de Alencar, Ex-subcomandante do 6º BPM/1º CPR/PMDF.



Flávio Silvestre de Alencar, Ex-subcomandante do 6º BPM.⁷⁴

Começou relatando que em 08 de janeiro de 2023 ocupava o cargo de Subcomandante do 6º Batalhão de Polícia Militar da PMDF (Batalhão Esplanada); que no dia 04/01/2023 recebeu um folder do Coronel Casimiro sobre uma possível tomada de poder; e que na data de 07/01/2023 foi escalado, por telefone, pelo Coronel Casemiro, Comandante do 1º CPR, para distribuir o efetivo da Polícia Militar na Esplanada dos Ministérios no dia 08/01/2023.

Fez constar que na manhã do dia 08 recebeu um efetivo muito pequeno para comandar, cerca de 311 Policiais Militares, sendo 43 policiais do 1º CPR, 57 dos batalhões especializados e, posteriormente, por volta das 13h, 70 do 2º CPR; e que o Coronel Casimiro informou que chegaria 178 alunos do CPF para compor o efetivo.

Consignou que não estavam presentes no local o BPCães, o BPChoque, o BOPE e outras tropas especializadas.

Informou que não estava comandando a operação, sendo ela comandada pelo Coronel Casimiro, o qual, conforme dito, demandou que o depoente distribuisse o policiamento na manhã do dia 08, o qual também teria dito que chegaria no terreno por volta das 13h para acompanhar a marcha dos manifestantes, o que de fato aconteceu.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/major-da-pm-presos-pelos-atos-de-8-de-janeiro-nega-acusacoes-narrativa-inveridica>



Disse que as manifestações são de responsabilidade dos Comandos de Policiamento Regionais, no caso, o 1º CPR; que na PMDF existe o DOP, uma grande estrutura dentro da polícia com várias subestruturas; que os batalhões operacionais são parte do DOP; e que o DOP é um elo de ligação, uma vez que os CPRs informam ao DOP o planejamento com o efetivo e o material de que precisam, ao passo que o departamento os providencia e apresenta.

Acrescentou que os grupos táticos estavam de sobreaviso, juntamente com todo o restante das tropas. Registrou que não teve gerência sobre seu efetivo, sendo que inicialmente escalou o GPE, Grupo de Pronto Emprego, das 07h às 19h, mas que o Coronel Casimiro determinou que esse fosse escalado a partir das 15h, o que foi acatado. Esclareceu que o GPE é uma tropa intermediária entre a convencional e a tropa especializada, a qual, no 6º Batalhão de Polícia Militar, está acostumada a lidar com manifestações. Alegou que talvez esse reforço de efetivo, de cerca de 20 policiais, poderia ter contribuído para controlar os invasores na linha de revista.

Relatou ainda que, no dia 08/01/2023, o choque montado chegou no local somente por volta das 17h30; que viu o Coronel Fábio Augusto por volta das 09h/10h da manhã; e que o Comandante-Geral é a última instância da PMDF. Consignou não concordar com a fala do Coronel Casimiro de que o depoente era o comandante da operação, mesmo porque não havia nenhum documento oficial assinado determinando isso.

Questionado sobre o Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF “Manifestações no DF”, respondeu saber de sua existência, porém não tinha muitas informações sobre o seu conteúdo.

Fez constar que as manifestações do dia 08/01/2023 não foram consideradas como de alto risco.

Quanto às imagens divulgadas pela imprensa, as quais mostravam a retirada de viaturas que protegiam o Supremo Tribunal Federal, informou que foi criada uma narrativa inverídica, no sentido de que a retirada delas possibilitara a invasão do Supremo Tribunal Federal. Informou que antes da retirada das viaturas, estava ali



combatendo os manifestantes até que, em determinado momento, um sargento lhe informou que as munições de baixa letalidade estavam acabando; que foi até a via do outro lado para tentar conseguir mais munições para guarnecer os policiais que estavam enfrentando os manifestantes; que quando encontrou a outra equipe para pedir mais munições não letais, descobriu que ali também elas estavam acabando; e que, nesse momento, foi informado que o Comandante-Geral da PMDF, Coronel Fábio Augusto, estava cercado e sendo agredido dentro do Congresso Nacional, razão pela qual demandou que as viaturas que ali estavam, cujos policiais não estavam sendo utilizados por falta de munição não letal, fossem até o congresso resgatar o comandante e os demais policiais que estavam cercados e sendo agredidos.

Explicou que ao entrar no Congresso Nacional e tentar subir as escadas para resgatar o Comandante-Geral, os manifestantes que estavam nas escadarias agiram de forma hostil, não permitindo sua subida.

Confirmou a mensagem enviada num grupo de WhatsApp sobre deixar invadir o Congresso Nacional, porém, argumentou que foi uma mensagem infeliz. Afirmou que o grupo onde foi postada a mensagem não era um grupo institucional, mas sim local onde eram debatidos assuntos aleatórios; que a postagem foi anterior ao dia 08/01/2023, quando nem se imaginava o que iria acontecer; que foi uma mensagem em tom de brincadeira, tanto que havia um “kkkkk” em seguida; que a mensagem foi em uma discussão sobre o Fundo Constitucional do Distrito Federal; que acredita que tudo não passa de um mal-entendido; e que o comentário não reflete suas ações dentro da PMDF.

10.1.17 Anderson Gustavo Torres

Na data de 10 de agosto de 2023, na 20ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento aos Requerimentos nº 06/2023 e 13/2023, de autoria, respectivamente, dos Deputados Joaquim Roriz Neto e Fábio Félix, foi realizada no



plenário da CLDF a oitiva de Anderson Gustavo Torres, Delegado da Polícia Federal e Ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.



Anderson Gustavo Torres, Ex-secretário de Segurança Pública do DF.⁷⁵

Entrevistado, disse ser Delegado de Polícia da Polícia Federal, Ex-ministro da Justiça e Segurança Pública e Ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

No que diz respeito ao acampamento montado no Setor Militar Urbano de Brasília, explicou que no dia 06/01/2023 se reuniu com o General Dutra para tratar da desmobilização do acampamento em frente ao QGEx, oportunidade em que foi marcada uma operação para o dia 10/01/2023. Explicou, ainda, que o General Dutra lhe mostrou fotos do acampamento tiradas com um mês de antecedência, bem como fotos tiradas naquela data, ocasião em que se pôde verificar que o acampamento estava praticamente desmobilizado.

Reforçou que não tinha interesse em manter o acampamento e que, conforme dito, havia o planejamento de uma operação para a sua retirada, sendo esse um dos seus primeiros atos ao assumir a Secretaria de Segurança Pública do DF. Destacou que aquela área era afeta ao Exército Brasileiro e que o próprio exército não permitiu a retirada do acampamento, chegando inclusive a impedir a

⁷⁵ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/torres-a-cpi-houve-falha-na-execucao-do-protocolo-de-acoas>



atuação da PMDF que chegou a colocar à disposição cerca de 500 militares para retirar os acampados.

Fez constar que não havia autorização judicial para desmobilizar o acampamento para a operação do dia 10/01/2023, e que, na visão do depoente, não havia necessidade para que isso ocorresse, pois as pessoas lá estavam acampando e não morando.

Sobre as trocas de cargos na SSP/DF entre o Dr. Fernando e a Dra. Marília, informou que tinha 10 subsecretarias para mudar; que modificou apenas duas; que escolheu o Dr. Fernando e a Dra. Marília pelo currículo e competência já conhecida dos dois; e que é normal haver mudanças quando se assume um cargo, ressaltando que fez apenas essas duas alterações.

Em relação à apresentação do Dr. Fernando ao Governador e aos comandos das forças de segurança, consignou que passou o telefone do Governador para ele e o dele para o Governador, além de ter passado por toda a SSP/DF com o mesmo; que, estando o depoente ausente, o Dr. Fernando estava devidamente empossado no cargo; que pelas normas, não há necessidade de haver atos para nomear o substituto; que em momento algum a SSP/DF ficou acéfala, ficando o Subsecretário Executivo à frente; que são normas da administração que demandam que, em sua ausência, o substituto assume o cargo; e que passou o mês inteiro de dezembro planejando as ações da Secretaria de Segurança Pública, fazendo a transição junto com o Dr. Fernando.

Quanto aos atos do dia 08/01/2023, respondeu que no dia 06 recebeu informações sobre as manifestações, as quais seriam de baixa adesão e sem indicação de atos violentos; que as informações começaram a chegar a partir do dia 07, quando já estava viajando; que as pessoas que ficaram na SSP tinham total condições de tomar decisões pela pasta; que o Protocolo de Ações Integradas previa o fechamento da Esplanada dos Ministérios e isolamento da Praça dos Três Poderes; que não havia necessidade de se refazer o PAI, mas apenas de cumpri-lo; que cada força sabia das suas atribuições e era responsável por seu próprio planejamento para



atender o acordado no PAI; e que o PAI do dia 08 foi um dos mais completos já executados no Distrito Federal.

Relatou que antes da sua viagem, não havia informação de ônibus chegando à Brasília/DF.

No que concerne ao fechamento da Esplanada dos Ministérios, esclareceu tratar-se de um fechamento para veículos e que nunca foi tratado o fechamento para pedestres/manifestantes, alegando, porém, que o isolamento da Praça dos Três Poderes deveria ter ocorrido.

Disse que havia uma célula de inteligência montada com representantes de diversos órgãos e que a Subsecretaria de Inteligência da SSP/DF, era o órgão central que recebia o conhecimento e o difundia para as forças de segurança.

Reforçou que o PAI era adequado e se fosse cumprido à risca teria evitado muitos dos problemas ocorridos em 08/01/2023. Ressaltou que era um PAI bem complexo, o qual previu ações para uma grande manifestação não só na área central de Brasília, mas também em outros pontos sensíveis, como, por exemplo, nos tanques de abastecimento do SIA. Ressaltou também que o órgão responsável por coordenar as operações no âmbito da SSP/DF é a Subsecretaria de Operações Integradas, vinculada ao Secretário Executivo.

Afirmou não ter recebido informações da Coronel Cintia, no dia 07/01/2023, no sentido de que os atos previstos para o dia 08 estavam escalando no nível de risco, pois já estava viajando, e que soube disso durante as investigações da CPMI (Congresso Nacional) e da CPI (CLDF).

Perguntado sobre sua viagem para fora do Brasil, consignou que iniciou férias em 22 de dezembro de 2022; que teve que interromper para assumir o cargo de Secretário de Segurança Pública do DF; que suas férias foram publicadas no Diário Oficial; que comprou as passagens para os EUA em 21 de novembro de 2022, tendo toda a documentação comprobatória; que embarcou para sua viagem próximo de meia noite do dia 06/01/2023, após o expediente; que até por volta das 18h do dia 06, quando encerrou o expediente junto à SSP/DF, não recebeu nenhuma



informação ou alerta sobre a possibilidade de invasão a prédios na área central de Brasília; e que avisou ao Governador Ibaneis sobre sua viagem por duas ocasiões, uma delas na semana que antecedeu sua viagem.

Questionado sobre o Palácio do Planalto e a Força Nacional, informou que esta última precisa de autorização do Governador para atuar e que o Palácio do Planalto é um caso à parte, sendo considerado pelo depoente como o prédio mais seguro do Brasil, existindo um procedimento próprio de segurança feito e organizado pelo GSI, não havendo, nele, interferência do DF.

10.1.18 Leonardo de Castro Cardoso

Na data de 17 de agosto de 2023, na 21ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 164/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Leonardo de Castro Cardoso, Delegado da Polícia Civil e Diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado.



Leonardo de Castro Cardoso, Diretor DECOR/PCDF.⁷⁶

⁷⁶ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/diretor-da-policia-civil-diz-a-cpi-que-presos-do-8/1-foram-autuados-por-tentativa-de-golpe-de-estado>



Iniciou seu depoimento informando ser Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal e Diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal – DECOR/PCDF, e que seu departamento atuou nos três procedimentos relacionados aos fatos ocorridos no final de 2022 e início de 2023, quais sejam: tentativa de invasão a Sede da Polícia Federal no dia 12/12/2022; tentativa de explosão, na data de 24/12/2022, do caminhão tanque nas imediações do aeroporto de Brasília; e atos de vandalismo e invasão dos prédios dos Três Poderes no dia 08/01/2023.

Esclareceu, quanto aos atos do dia 08, que seu departamento realizou 155 prisões, sendo a grande maioria das autuações pelo crime de golpe de estado (artigo 359-M do Código Penal). Consignou que desses 155 presos, 153 foram detidas nas dependências do Palácio do Planalto.

Registrou ter tido acesso aos depoimentos realizados no dia 08, e que em alguns constavam os motivos das pessoas estarem nas manifestações. Registrou que alguns disseram não aceitar o resultado das eleições, ao passo que outros defendiam uma intervenção militar e outros, por sua vez, falaram que um governo corrupto não poderia assumir o comando do país. Disse que, ao analisar os interrogatórios, observou que várias pessoas citaram estar no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, algumas chegando no dia anterior ou até no mesmo dia da manifestação.

O depoente destacou uma situação particular, referente a uma denúncia anônima no sentido de que pessoas pretendiam colocar explosivos em locais diversos do DF, inclusive na subestação de energia de Taguatinga. Com efeito, através de uma investigação preliminar, chegaram até a pessoa de Armando Valentin, o qual passou a ser monitorado por sua equipe. O depoente afirmou que no dia 08/01/2023, acompanhando Armando, o qual participou dos ataques na Praça dos Três Poderes no dia 08, prenderam-no na Cidade Estrutural.

Disse que Armando Valetin confirmou ter participado das manifestações, que confirmou também: que frequentou o acampamento em frente ao QGEx; que Alan



Diego era um dos organizadores do movimento; que entrou em dois prédios públicos nas manifestações do dia 08; que no acampamento ouviu por diversas vezes as pessoas falarem sobre a colocação de explosivos em áreas de Brasília; e que confirmou sua intenção de impedir que o governo eleito assumisse e que tivesse outras eleições. O depoente ressaltou que essa conversa sobre explosivos em Brasília e incêndio a veículos também constou das oitivas de George Washington e Alan Diego, autores da tentativa de explosão da bomba no aeroporto de Brasília.

Perguntado sobre os atos do dia 12/12/2022, explicou que as investigações se iniciaram na 5ª DP, por ser a delegacia da área, mas que no dia seguinte houve uma reunião no qual ficou decidido que o DECOR assumiria as apurações. Explicou também que realizaram inúmeras diligências, inclusive com o apoio da Divisão de Inteligência da Polícia Civil – DIPO/PCDF, no que, em pouco tempo, identificaram 02 indivíduos envolvidos nos atos de vandalismo, sendo pedida as suas prisões.

Relatou que com a representação policial por prisões, houve o declínio de competência para Justiça Federal, mas que seu departamento continuou a investigar de forma a identificar mais 18 criminosos, sendo individualizada a conduta de 11 destes; que iriam protocolar mais pedidos de prisão, porém, foram informados pela Polícia Federal que o Supremo Tribunal Federal não receberia as representações, haja vista que as investigações teriam sido transferidas para a PF; que, por conta disso, passaram as informações à PF, a qual protocolou os pedidos junto ao Judiciário Federal; e que, dias depois, foram informados pela Polícia Federal que os pedidos haviam sido deferidos, no que o DECOR foi convidado a participar do cumprimento dos mandados em conjunto com a PF.

Destacou que dentre os indivíduos identificados nos atos do dia 12, estavam Alan Diego e Wellington Macedo, autores da tentativa de explosão da bomba no aeroporto de Brasília no dia 24/12/2022, cujas prisões foram solicitadas ao Poder Judiciário em 19/12/2022, mas não saíram a tempo.

Quanto as investigações do dia 24/12/2022, atentado a bomba, esclareceu que George Washington foi preso em flagrante no mesmo dia pela equipe da 10ª



Delegacia de Polícia, sendo as investigações, na manhã do dia 26, transferidas para o DECOR, o qual as assumiu; e que identificaram os outros dois autores, quais sejam, Alan Diego e Wellington Macedo, conseguindo coloca-los na data, hora e local do crime.

10.1.19 José Acácio Serere Xavante e Armando Valentin Settin Lopes de Andrade

Na data de 31 de agosto de 2023, na 23ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento aos Requerimentos nº 48 e 178/2023, ambos de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de José Acácio Serere Xavante, líder indígena Xavante da Terra Indígena Parabubure, e Armando Valentin Settin Lopes de Andrade, pessoa presa no dia 08 de janeiro de 2023.



José Acácio Serere Xavante, líder indígena Xavante da Terra Indígena Parabubure.⁷⁷

Respondeu ser indígena da tribo Xavante em Mato Grosso, Vale do Araguaia, na cidade de Campinópolis. Disse, também, que é o líder de seu povo e que veio para Brasília por volta do dia 13 de novembro de 2022, para acampar em frente ao Quartel-General do Exército Brasileiro, local onde ficou por cerca de 01 mês.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/gravado-ameacando-moraes-cacique-serere-diz-que-manifestacoes-eram-pacificas>



Justificou ter vindo para Brasília por acreditar no seu direito de manifestação, além do desejo de estar presente em uma manifestação cívica e pacífica juntamente com muitos brasileiros.

Informou ser filiado ao Partido Patriota e que já disputou como candidato político em Campinápolis/MT, para o cargo de prefeito. Continuando, registrou não acreditar na urna eletrônica, porque, no seu entender, existem muitos testes e informações da mídia mostrando não serem confiáveis, inclusive, com informações do Ministério das Forças Armadas dizendo que elas são fáceis de serem "*hackeadas*". Inobstante isso, afirmou acreditar na justiça eleitoral.

Ainda sobre sua vinda para Brasília, disse ter vindo sozinho e que arcou com os custos da viagem de ônibus. Disse, ademais, que no tempo em que ficou acampado no Setor Militar Urbano, não recebeu qualquer ajuda financeira, porém, no acampamento havia comida pronta para aqueles que lá estavam. Acrescentou não saber informar quem pagava por essa alimentação.

Esclareceu o depoente que durante a pandemia, o Ex-presidente Bolsonaro enviou para sua terra indígena mais de cinco milhões de reais, além das Forças Armadas para vacinar os índios e salvá-los da Covid-19. Informou que foi vacinado e que não segue Bolsonaro, mas suas próprias convicções.

Quanto à sua prisão, respondeu ter sido preso em 12 de dezembro de 2022, e que está sendo acusado do crime previsto no artigo 286 do Código Penal (incitação ao crime). Esclareceu que no dia 12, após sair do Palácio da Alvorada, próximo ao Hotel Brasil 21, foi abordado por Policiais Federais, que ordenaram que o depoente ficasse de joelhos no chão, o qual não ofereceu resistência à prisão.

Consignou que no acampamento não se preocupou em pegar os nomes das pessoas que se diziam líderes, pois estava lá apenas para participar das manifestações. Consignou não conhecer as pessoas que colocaram a bomba nas proximidades do aeroporto de Brasília, tendo-os visto na prisão.

Questionado sobre o fazendeiro "Didi Pimenta", afirmou que não o conhece e que não sabe quem financiou o transporte dos integrantes de sua tribo para Brasília.



Sobre intervenção militar, manifestou o desejo de exercer seu direito ao silêncio. Sobre coordenar algum grupo no acampamento em frente ao QG do Exército Brasileiro, também exerceu seu direito de permanecer calado.

Perguntado sobre a pauta do acampamento, informou não estar essa limitada à questão das eleições e que havia outros tópicos que desagradavam o povo brasileiro. Registrou ter visto algumas faixas no acampamento com dizeres de “intervenção militar”.

Afirmou, por fim, que tudo que disse na CPI é verdade.



Armando Valentin Settin Lopes de Andrade, pessoa presa no dia 08 de janeiro de 2023.⁷⁸

Registra-se que no início do interrogatório de Armando Valentin Settin Lopes de Andrade, foi lido seu interrogatório prestado perante a Polícia Civil do DF na data de 08/01/2023, vinculado ao APF 004/2023 – DECOR, oportunidade na qual o depoente reconheceu ter prestado informações, mas alegou que estava sem óculos e assinou referido documento apenas porque desejava ir embora no dia.

Esclareceu que nesse dia foi abordado por 03 viaturas descaracterizadas e que ficou “em choque”, tendo sido levado para a Delegacia de Polícia. Afirmou

⁷⁸ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/participante-dos-ataques-de-8/1-diz-a-cpi-que-so-entrou-no-congresso-para-usar-o-banheiro>



desacreditar em tudo o que está escrito no documento, apesar de reconhecer sua assinatura.

Informou que frequentou o acampamento por sentir necessidade de estar lá, indo, portanto, quase todos os dias ao local; que a seu ver, não havia organizadores do movimento, motivo pelo qual não sabia dizer nomes de lideranças; que havia uma grande estrutura de alimentação e banheiros, mas desconhecia a origem dos recursos para tanto; que não sabia da organização do acampamento; e que havia duas barracas “pedindo Pix”.

Disse que estava preocupado com o Brasil, pois preza pela igreja e pelos bons costumes. Conforme notícias veiculadas pela mídia, informou que teve medo de que alguém tomasse um quarto de sua casa, pois, quando a Dilma era a Presidente, quem tinha uma casa com 3 ou 4 quartos teria que ceder um quarto para quem fosse “sem teto”.

Consignou desconhecer que os manifestantes quisessem explodir equipamento para causar uma intervenção militar; que havia cartazes no acampamento pedindo a intervenção militar; que chegou a pedir pela intervenção também, porém, não sabia exatamente do que se tratava; que a Polícia do Exército mantinha a ordem no local, para não haver brigas ou discussões, porque havia divergência de ideais entre os integrantes do movimento, composto, segundo ele, tanto por extremistas quanto por pessoas pacíficas; e que ouviu falar de pessoas querendo praticar atos extremistas, como incêndios a veículos e explosões.

Registrou desconhecer o motivo pelo qual as pessoas foram acampar justamente em frente ao Quartel-General do Exército. Disse que depois do dia 1º de janeiro de 2023, começaram a aparecer pessoas no acampamento que incitavam atos violentos e extremos.

No que se refere às manifestações do dia 08/01/2023, explicou que chegou a entrar nos prédios públicos, mas que foi por conta de necessidades fisiológicas de sua namorada Eliane.



Acrescentou conhecer de vista o Major “Claudio Santa Cruz”, assim como Ana Priscila Azevedo, a qual apareceu no acampamento incitando atos extremistas, mas foi rechaçada pelos manifestantes pacíficos que lá estavam.

10.1.20 Carlos José Russo Assumpção Penteadado

Na data de 04 de setembro de 2023, na 24ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento aos Requerimentos nº 113/2023, 166/2023 e 167/2023, de autoria, respectivamente, dos Deputados Pastor Daniel de Castro, Hermeto e Fábio Felix, foi realizada no Plenário da CLDF a oitiva de Carlos José Russo Assumpção Penteadado, Ex-secretário Executivo do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.



Carlos José Russo Assumpção Penteadado, Ex-secretário Executivo do GSI.⁷⁹

Disse que sua função no GSI era de natureza militar, não havendo, portanto, interferência política. Informou ter sido convidado pelo Ministro G. Dias a permanecer no GSI, e que aceitou porque acreditou que podia contribuir com sua experiência para um bom exercício das funções inerentes ao GSI, as quais são mais extensas do que apenas fazer a segurança dos prédios públicos.

⁷⁹ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/general-g.-diaz-nao-informou-sobre-alertas-da-abin-diz-penteadado>



Sobre o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, explicou que não era atribuição do GSI atuar para encerrá-lo. Registrou que, conforme informações públicas, o acampamento, no início de janeiro deste ano, estava esvaziado.

Perguntado sobre o “Plano Escudo”, esclareceu que se trata de um plano “de prateleira” e preventivo, ficando em estado latente; que a dosagem de tropas depende da análise de informações; e que mencionado plano foi ativado para o dia 08 de janeiro de 2023, tanto que havia tropa no Palácio do Planalto desde o dia 06/01/2023, sendo executado, porém, de acordo com o alerta de risco de criticidade que até então se possuía.

Respondeu que os alertas da ABIN não chegaram ao seu conhecimento, tampouco aos responsáveis pela execução do “Plano Escudo”. Informou que, justamente por não ter recebido essas informações, manteve o alerta de risco de criticidade no nível laranja. Ressaltou que os atos do dia 08/01/2023 poderiam ter sido evitados caso as informações tivessem chegado aos responsáveis por colocar o plano em prática.

Argumentou que olhando para trás, pode-se dizer que houve falha do GSI, porém, não de planejamento, mas no fluxo de informações. Destacou que houve uma quebra no fluxo de informações que levou a um planejamento do “Plano Escudo” com efetivo abaixo do necessário, insuficiente.

Esclareceu que a gestão de informações de inteligência do Palácio do Planalto fica a cargo da ABIN. Esclareceu também que como Secretário Executivo do GSI recebia informações pelos seguintes meios: relatórios que vinham do SISBIN, pelo aplicativo WhatsApp (Grupo Petit Comitê), traziam informações quase em tempo real (informações correntes, ou seja, avisos que não podem ser chamados de informações, sendo classificados como “informes”); e aplicativo da ABIN, o qual foi descontinuado em outubro de 2022 ou antes. Acrescentou que, salvo engano, o citado grupo de WhatsApp também foi descontinuado em dezembro de 2022 e que o



fluxo de informações ficou entre os sensores, decisores e atuadores, sendo que qualquer quebra nesse fluxo pode acarretar em uma atuação ineficiente.

Continuou dizendo que no fluxo da informação dentro do GSI o sensor é a ABIN, sendo o Ministro G. DIAS o decisor e que, dessa forma, o decisor deveria passar as informações recebidas pelo sensor até o atuador, o que não foi feito em relação aos atos do dia 08/01/2023. Afirmou que se as informações tivessem chegado aos atuadores, a invasão do Palácio do Planalto poderia ter sido impedida com emprego de mais força; que, se tivessem recebido as informações, o alerta teria sido mudado; e que, dentro do "Plano de Escudo", a dosagem de tropa teria sido bem maior do que a que foi empregado inicialmente no dia 08/01/2023.

Fez constar que a retenção de informação fez com que não fosse realizada a modificação da matriz de criticidade, resultando no emprego insuficiente de tropas.

Consignou que a ABIN é ligada diretamente ao Ministro Chefe do GSI. Afirmou não ter tido acesso aos alertas da ABIN que chegaram ao General G. Dias. Informou que se qualquer um dos integrantes da gestão do GSI tivesse recebido os alertas da ABIN, teriam atuado para adequar os meios e impedir a invasão do Palácio do Planalto do Planalto.

Registrou que no Palácio do Planalto há diariamente cerca de 45 seguranças de instalações e um pelotão com 46 militares do Comando Militar do Planalto; que no dia 08/01/2023 houve um incremento do Comando Militar do Planalto, chegando a um total de 133 militares até as 14h20; e que após as invasões e visando a retomada do Palácio do Planalto, esse número foi reforçado, chegando ao total de cerca de 450 militares empregados no dia 08/01/2023.

10.1.21 Walter Delgatti Neto

Na data de 14 de setembro de 2023, na 25ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 198/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno,



foi realizada no plenário da CLDF, por video conferência, a oitiva de Walter Delgatti Neto, denominado "hacker de Araraquara".



Walter Delgatti Neto, hacker de Araraquara.⁸⁰

O depoente começou fazendo uma apresentação no que registrou ter descortinado o maior escândalo de corrupção do Poder Judiciário e que por conta disso foi tratado como um leproso. Afirmou que foi cooptado pela Deputada Federal Carla Zambelli para cometer irregularidades. Afirmou também ter sido cooptado pela Ex-presidente em propostas semelhantes às da deputada. Confessou ter invadido o CNJ e o Telegram e que fez provas dos envolvidos. Pediu aos membros da CPI que solicitassem seus depoimentos já prestados, pois nada mais tinha a esclarecer e não podia mais produzir provas contra si mesmo.

Em razão disso, por vários momentos, o depoente fez uso do seu direito constitucional de permanecer silente.

Inobstante isso, confirmou que o Ex-presidente Bolsonaro tinha conhecimento do plano de desmoralizar a justiça brasileira por meio da inclusão de um documento falso no sistema do Conselho Nacional de Justiça. Que para esse serviço recebeu a importância de R\$ 40.000,00 de Carla Zambelli.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/a-ideia-dele-bolsonaro-era-implantar-o-caos-em-caso-de-derrota-diz-o-hacker-delgatti-a-cpi>



Registrou ter recebido carta branca de Bolsonaro e do Ministério da Defesa para provar as supostas vulnerabilidades das urnas eletrônicas. Que essa carta branca foi dada tacitamente no Palácio da Alvorá e depois de forma expressa num encontro realizado em um posto de gasolina.

Disse que o Ex-presidente, Carla Zambelli e os militares solicitaram que ele invadisse as urnas, e que o Tenente-Coronel Cid participou dessas reuniões, o qual é testemunha.

Esclareceu que durante uma reunião do Partido Liberal em 2022, a Deputada Federal Carla Zambelli e o marqueteiro do partido, Duda Lima, pediram que ele produzisse um código falso que seria inserido numa urna eletrônica emprestada, a qual seria exibida no 7 de setembro de 2022, como forma de fazer uma propaganda de que as mesmas poderiam ser violadas, mas que o plano não deu certo em razão deles não terem conseguido a urna.

Questionado sobre as circunstâncias do encontro com o Ex-presidente Bolsonaro, afirmou que foi a Carla Zambelli que arranjou.

Explicou que depois de 2018 o TSE isolou o código fonte em uma sala-cofre que não tem acesso à internet, sendo, portanto, seguras de ataques externos.

Perguntado sobre como conseguir invadir os sistemas do Conselho Nacional de Justiça, disse existir uma plataforma chamada GitHub, onde os controladores do mundo todo, inclusive de bancos, usam para hospedar o código e, em equipe, alteraram o mesmo. Que conseguiu invadir a plataforma GitHub e lá pegou as chaves secretas do CNJ. Que acessou o CNJ e lá ficou por 4 meses mapeando e conhecendo as ferramentas, até o momento de conseguir expedir o mandado de prisão do Ministro Alexandre de Moraes.

Anotou que a ideia de expedir um mandado de prisão em desfavor do Ministro Alexandre de Moraes foi sua, mas que o texto do documento recebeu de Zambelli.



Afirmou que o Ex-presidente elogiou o fato dele ter desmascarado a Operação Lava jato, e que ele tinha uma missão que era salvar a liberdade do povo. Que ouviu de Bolsonaro que iam implantar o comunismo no Brasil, que a China teria territórios no país, além de outras coisas. Que também escutou do Ex-presidente que se não tivesse a impressão dos votos ele seria derrotado.

Consignou que conversou por meses com uma pessoa chamada Marcelo Jesus, o qual seria um interlocutor do General Freire Gomes, Ex-comandante do Exército Brasileiro. Que conheceu Marcelo Jesus por meio do marido da Deputada Federal Carla Zambelli, Coronel Aginaldo da Polícia Militar do Ceará, com o qual, inclusive, possui fotos.

Fez constar que seu último encontro com a Deputada Federal Carla Zambelli foi após a publicação de uma matéria na Revista Veja, onde dizia que o depoente havia invadido o CNJ. Após isso, todos eles se afastaram. Que depois disso ainda conversou com Carla Zambelli, a qual, no seu entender, falava com o depoente por medo.

Acrescentou que no 2º turno das eleições, recebeu uma ligação de Carla Zambelli perguntando se o depoente conseguia atacar o DDoS para derrubar o sistema que enviava votos naquele dia. Que respondeu a deputada que em cima da hora não teria condições, pois não tinha máquinas ou ferramentas para isso.

Ao final foi perguntado se o depoente confirmava tudo que havia falado, no que respondeu que sim.

10.1.22 Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra

Na data de 21 de setembro de 2023, na 26ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento aos Requerimentos nº 36/2023 e 152/2023, de autoria, respectivamente, dos Deputado Pastor Daniel de Castro e Fábio Félix, foi realizada no Plenário da CLDF a oitiva de Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra, Ex-subchefe do Departamento de Operações da PMDF.



Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra, Ex-subchefe do DOP/PMDF.⁸¹

Preliminarmente, o Coronel Paulo José fez extensa e importante apresentação sobre os fatos, atribuições e responsabilidades, concernentes a Polícia Militar do DF, envolvendo os atos do dia 08 de janeiro de 2023.

Após isso esclareceu ter ficado no Departamento de Operações de julho de 2022 a 08 de janeiro de 2023, data em que foi exonerado. Disse ter ido para o Departamento de Operações para cuidar da parte administrativa, inclusive por conta de estar sem porte de arma. Registrou que tirou férias regulamentares do dia 21/11/2022 a 19/12/2022, mas que o Coronel Cleber, Chefe da Subchefia de Operações do DOP, quando do seu retorno, lhe falou para voltar no dia 02 de janeiro de 2023, após a posse presidencial. Quando voltou encontrou todo núcleo operacional do DOP ausente, Coronel Naime, Coronel Cleber e Tenente-Coronel Condi.

Perguntado se os afastamentos dos diversos Coronéis do DOP no mês de janeiro, antes do dia 08/01/2023, foram intencionais, afirmou acreditar que não. Registrou que havia uma preocupação muito grande dentro da PMDF com o 1º de janeiro de 2023, e que férias nesse período são normais. Afirmou também não enxergar relação com os atos do dia 08.

⁸¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/09/21/cpi-dos-atos-antidemocraticos-pm-acusado-de-nao-cumprir-plano-de-seguranca-diz-que-nao-era-responsavel-por-planejamento-contra-manifestacao.ghtml>



Citou que as atribuições do DOP são manutenção e preservação da ordem pública por meio do policiamento ostensivo, assim como, também, o planejamento de grandes eventos. Que era o Subchefe do Departamento de Operações à época dos fatos, o qual tem todas as atribuições do Chefe do DOP nas ausências deste. Disse que o Subcomandante-Geral é o chefe operacional de toda corporação, o qual, inclusive, deu a ordem de sobreaviso no sábado à noite.

Informou que durante todo final de semana do dia 08, não recebeu nenhuma ligação da Coronel Cintia, a qual, pelo que soube posteriormente, se comunicava diretamente com o Coronel Casimiro. Que o Coronel Casimiro era o responsável pelo planejamento, tanto que ele envia ao DOP ofício solicitando o efetivo de 2 Companhias Operacionais. Fez constar que o Coronel Casimiro mentiu, inclusive quando disse ter sido o depoente o responsável por mandar abrir a Esplanada dos Ministérios.

Explicou que no sábado à noite, dia 07/01/2023, recebeu dois áudios do Coronel Fábio Augusto, Comandante da PMDF à época, o qual pede o remanejamento de policiais (CFP), das 15h para às 08h da manhã, assim como 2 Companhias Operacionais. Que no dia seguinte, às 12h53, perguntou ao Coronel Casimiro se o efetivo era suficiente, o qual respondeu que por enquanto sim. Na sequência o Coronel Casimiro pede que acione alguém para deixar uma companhia aquartelada às 16h, para o caso do movimento se estender até a noite.

Lembrou que na sexta-feira dia 06/01/2023, o expediente administrativo da PMDF acabou às 13h, e que o PAI nº 02/2023 foi encaminhado primeiramente ao celular do Major Leonardo Santos, às 14h40. Que o depoente só recebeu o Protocolo de Ações Integradas às 17h40 desse dia. Pelo que se entende do depoimento, às 18h do dia 06, o depoente foi orientado pela equipe do DOP de tão somente encaminhar o PAI as unidades envolvidas, quais sejam, 2º e 3º CPR (unidades de responsabilidade de área); e CPME.

Fez constar que não participava dos grupos de WhatsApp "Perímetro de Segurança" e "Difusão". Que participava dos grupos "ADI/DOP" e "Prioridade 1".



Disse que o primeiro era um grupo de inteligência, no qual participavam todos os oficiais do Departamento de Operações e acredita que o Comandante e Subcomandante da PMDF. Que foi incluído no grupo "Prioridade 1" quando precisou substituir o Coronel Naime (4 dias), o qual era formado por inúmeras pessoas, dentre elas o Coronel Fábio Augusto e a Coronel Cíntia.

Afirmou que não houve qualquer reunião na cúpula da PMDF para definir que o DOP seria o responsável pelo planejamento. Acrescentou que se as IOAs tivessem tido acesso as informações do relatório de inteligência da Subsecretaria de Inteligência, Relint nº 06/2023, e também das informações da reunião com o pessoal da Polícia Federal no dia 07/01/2023, os atos do dia 08 não teriam acontecido.

Questionado se a Circular nº 13/2023 – PMDF/DOP/DO foi emitida "de ordem" do Coronel Naime, afirmou que isso foi uma falha administrativa do departamento, que o documento deveria ter sido assinado pelo depoente como chefe em exercício. Possivelmente porque não havia expediente na parte da tarde do dia 06/01/2023, pegaram/aproveitaram um documento e disponibilizaram na sua caixa SEI, sendo, portanto, assinado dessa forma.

Inquirido sobre mensagens de WhatsApp trocadas com o Coronel Casimiro, em específico uma que o depoente encaminha *"Agora eu vou falar, Paulo, eles vieram preparados para guerra. Pelo menos é o que vi. Não vão ceder de forma alguma"*, e o Coronel Casimiro responde: *"Vai dar certo"*, vindo na sequência o depoente escrever *"Risos, Risos, vai sim"*, afirmou ser uma mensagem retirada de todo um contexto, mas que seria uma mensagem de preocupação, de colocar mais efetivos ou não.

10.1.23 Ana Priscila Silva de Azevedo

Na data de 28 de setembro de 2023, na 27ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 142/2023, de autoria da Deputada Paula



Belmonte, foi realizada no Plenário da CLDF a oitiva de Ana Priscila Silva de Azevedo, participante dos atos do dia 08 de janeiro de 2023.



Ana Priscila Silva de Azevedo, participante dos atos do dia 08/01/2023.⁸²

Após apresentação de um texto, a depoente respondeu ser moradora de Taguatinga/DF, que participou do acampamento montado em frente ao Comando Militar do Sudeste, pois foi visitar uma amiga em São Paulo, e que pisou no acampamento em frente ao QGEx apenas no dia 05 de janeiro de 2023. Disse que os manifestantes foram recorrer à instituição que goza da maior credibilidade junto à sociedade, e que talvez por esse motivo os acampamentos tenham sido montados em frente aos quartéis do Exército Brasileiro.

Disse acreditar que as lideranças do exército apoiaram os acampamentos, pois pessoas que estavam no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército informaram que o exército ajudava com questões de segurança por exemplo.

Explicou que não trabalhou com política e que desenvolvia atividades sociais. Falou que sempre trabalhou com atividades de vendas, o que gerava renda para seu sustento. Que também desenvolvia um jornalismo crítico, mas não vinculado à

⁸² Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/ana-azevedo-diz-que-manifestantes-acampados-tiveram-apoio-do-exercito>



política. Que seu canal no Telegram tinha cerca de seis mil pessoas, tendo um aumento de seguidores em novembro do ano passado. Já seu canal no Youtube contava com cerca de quatro a seis mil seguidores. Que recebeu doações por meio dos seus canais.

Perguntada sobre as urnas eletrônicas, afirmou acreditar no TSE, mas que tem o direito de duvidar de um voto que não pode ser auditado. Que só exerceu seu direito ao voto uma vez na vida, nas eleições de 2018, haja vista não crer no processo eleitoral. Que não afirma que houve fraude nas eleições, porém, tem o direito de duvidar.

Nesse sentido, afirmou que durante todo ano de 2022, havia multidões de brasileiros nas ruas do país acompanhando o Ex-presidente Bolsonaro, enquanto o atual Presidente não conseguia arregimentar uma quantidade razoável de pessoas. Registrou que o resultado das urnas não batia com a realidade que tinham na cabeça.

Quanto aos atos do dia 08 de janeiro de 2023, consignou que não havia intenção de golpe, que queria apenas o código fonte das urnas eletrônicas. Que o relatório das Forças Armadas não excluiu a possibilidade de fraude e os técnicos não deram total acesso ao código fonte, por isso fizeram a manifestação em busca do acesso ao tal código fonte.

Fez constar que em nenhum momento defendeu depredação, que apenas queria "cercar" para pedir o código fonte. Que não queria tomar o poder ao dizer sitiar. Que não comemorou a destruição de uma viatura policial. Que os patriotas não queriam entrar nos prédios públicos. Do seu ponto de vista, chamou os manifestantes para acampar e fazer um movimento de resistência, a fim de forçar a entrega do código fonte por meio de uma repercussão internacional.

Registrou que os patriotas estavam tomados pela emoção, e os infiltrados sabiam que estavam lidando com pessoas machucadas e emocionalmente abaladas, sendo que a dor bloqueia o raciocínio. Que os infiltrados levaram os patriotas à uma cilada para tirar a legitimidade de uma manifestação pacífica.



Continuando, esclareceu que no dia 08/01/2023, fugindo das bombas que eram lançadas pelo helicóptero, se refugiou no Palácio do Planalto, onde não havia nenhuma polícia em solo. Que não quebrou ou tocou em nada, apenas sentou. Que não entrou no Congresso Nacional. Que estava tomada pela emoção, triste, abatida, sendo que a dor bloqueou o raciocínio. Que não agiu de forma violenta, pois não quebrou nada. Que naquele momento estava emocionada.

Pedi para deixar claro que foi lá apenas para se manifestar de maneira pacífica e que os patriotas não participaram do quebra-quebra, sendo os atos de vandalismo praticados com certeza por infiltrados. Que no dia 08/01/2013 foi utilizado o mesmo *modus operandi* dos "Black Blocs".

Questionada sobre um vídeo apresentado, no qual aparece a expressão "*missão dada é missão cumprida*", afirmou não saber precisar o horário, mas que, com toda certeza, era depois das 16h30. Que é apenas um jargão militar, sendo, inclusive, utilizado na política. Que não recebeu missão nenhuma, sendo que várias pessoas se manifestaram utilizando tal frase, inclusive na diplomação no TSE.

Negou ter fugido para não ser presa após os atos do dia 08/01/2023. Esclareceu que o proprietário de um carro onde havia patriotas foi preso e que por esse motivo foi umas pessoas em Luziânia/GO. Que o patriota dono dessa casa se chamava "Junior", cujo endereço não soube declinar, porém, afirmou saber chegar no local. Por estar cansada, acabou dormindo no local. Que foi presa no dia 10/01/2023 em Luziânia/GO.

Consignou que alguns representantes do Exército Brasileiro, após os atos do dia 08/01/2023, cujos nomes não soube indicar, avisaram aos presentes no acampamento em frente ao QGEx que se permanecessem ali poderiam ser presos.

Quanto a ser uma infiltrada, fez constar que algumas pessoas pensam isso em razão da depoente já ter feito críticas contra o Ex-presidente Bolsonaro.

Sobre os atos do dia 12/12/2023, data da diplomação do Presidente Lula, foi a pessoa que mais condenou àqueles atos em seu canal. Que todas as pessoas que



acompanhavam seu canal foram testemunhas que a depoente era contra o que foi feito naquele dia 12/12/2022.

10.1.24 Wellington Macedo de Souza

Na data de 05 de outubro de 2023, na 28ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 46/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi realizada no plenário da CLDF, a oitiva de Wellington Macedo de Souza, elemento responsável por tentar explodir um caminhão tanque com 60.000 litros de querosene de aviação nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília.



Wellington Macedo de Souza, autor da tentativa de explosão caminhão tanque.⁸³

Disse ser estudante de direito e jornalista investigativo desde 2016, sendo filiado ao PTB. Que foi nomeado em 18 de fevereiro de 2019 para o cargo de Assessor da Diretoria da Secretaria Nacional da Criança e dos Adolescentes, cuja remuneração era cerca de R\$ 10.000,00. Que foi nomeado por critérios técnicos, devido sua experiência no combate contra a pedofilia no estado do Ceará, mas que foi exonerado em 18 de outubro do mesmo ano.

⁸³ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/sou-vitima-de-uma-trama-diabolica-diz-condenado-por-ataque-a-bomba-a-cpi>



Explicou que como jornalista investigativo, cobria fatos políticos tanto em Brasília quanto no Ceará, tendo em 2020 feito um contrato com a Folha de São Paulo para trabalhar como correspondente. Que sua presença em frente ao Quartel-General do Exército sempre foi de um cunho profissional, ou seja, fazer cobertura para a Folha Press e para outros veículos de comunicação. QUE prestava serviços para quase todos os jornais e revistas (VEJA, IstoÉ, Estadão e outros), porém, com estes, sem vínculo.

Informou que nunca esteve com a pessoa de George Washington, mas que Alan Diego o viu no acampamento em frente ao QGEx, durante as coberturas que fez em algumas barracas que ficavam na Praça dos Cristais.

Quanto aos atos do dia 24/12/2022, consignou ser vítima de uma trama criminoso e diabólica de dois homens que não conhecia e não tinha qualquer ligação, mas que, por ter um coração bom, acabou sendo envolvido. Informou que nesse dia Alan Diego ligou pedindo para levá-lo até o aeroporto de Brasília. Que respondeu ao mesmo que não poderia ajudá-lo, haja vista que havia acabado de chegar do aeroporto, onde deixou sua esposa. Que então sugeriu que Alan Diego pedisse um carro de aplicativo, no que o mesmo insistiu para que o depoente o levasse. Que carregou sua tornozeleira e foi até o acampamento encontrar Alan Diego, o qual colocou uma mochila, uma sacola de feira e uma sombrinha no banco traseiro do seu veículo.

Esclareceu que ao chegar no aeroporto com Alan Diego o mesmo não quis desembarcar e pediu para retornar ao acampamento. Que insistiu para Alan Diego descer do seu carro, porém o mesmo não atendia. Que Alan Diego conversa muito no celular, mas não sabe com quem. Que então percebeu que havia algo de estranho, no que falou para Alan Diego chamar um carro de aplicativo. Que saíram do aeroporto e foram até Taguatinga/DF. Que Alan Diego também pediu para que o depoente passasse pela Rodoviária de Brasília após saírem a primeira vez do aeroporto. Ao chegarem em Taguatinga, Alan Diego pediu que o aguardasse



enquanto ele desembarcava, sendo que o depoente não aceitou, no que então Alan Diego desistiu de descer do carro.

Registrou que naquela noite foi ao aeroporto de Brasília por duas ou três vezes. Que em nenhum momento Alan Diego falou que estava com artefatos explosivos. Que Alan Diego somente desceu do seu veículo quando foi colocar o artefato explosivo no caminhão nas proximidades do aeroporto. Que isso aconteceu na madrugada, quando já estavam pela terceira vez no aeroporto. Que parou em frente ao caminhão por acreditar que Alan Diego fosse alugar um veículo em uma locadora que havia perto do local. Que viu Alan Diego pegando os objetos que estavam no banco traseiro de seu veículo e colocando uma caixa no para-lamas do caminhão.

Após isso, viu na mão de Alan Diego um controle e perguntou o que era aquilo. Que Alan Diego falou para sair dali porque iria explodir o caminhão. Que ficou avisou a Alan Diego que estava sendo monitorado por tornozeleira eletrônica e que todo o percurso estava sendo gravado junto ao CIME. Que discutiu muito com Alan Diego. Que sem perguntar nada ao mesmo decidiu retornar, no que cruzaram com uma viatura da polícia por volta das 4h da manhã. Que deu sinal de luz várias vezes para a viatura, mas como estavam indo atender uma ocorrência, não surtiu efeito.

Após a colocação da bomba disse para Alan Diego que ele era um louco e que iria matar o motorista do caminhão. Nisso Alan Diego pediu para que parasse em um telefone público na Asa Norte. Que Alan Diego desceu, mas deixou a sacola no carro e levou o controle na mão.

Fez constar que por ser jornalista não era bem visto no acampamento, tendo sido agredido enquanto estava fazendo seu trabalho no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército.

Consignou que não trabalhava apenas para Folha de São Paulo, tendo trabalhos publicados em diversos canais da imprensa. Disse que não é uma radical.

Perguntado sobre a decretação de sua prisão por conta dos atos do dia 24/12/2022, falou que fugiu para o Paraguai porque acreditava que estaria seguro lá



enquanto os advogados resolviam sua situação. Acrescentou que nunca ficou acampado em frente ao QGEx, mas que conhecia bem a rotina do local. Que nunca ouviu falar sobre bombas enquanto esteve frequentando o acampamento. Que não vê motivos para desacreditar nas urnas eletrônicas. Que não militava, apenas acompanhava as manifestações, não tendo nunca pedido intervenção militar.

Respondeu também que só esteve com o Ex-presidente Bolsonaro em local público, enquanto fazia suas coberturas jornalísticas. Que não conhece nenhum general do exército pessoalmente. Confirmou que pediu Pix no acampamento para sustentar seu trabalho profissional, tendo recebido algum dinheiro que foi usado para realizar seu trabalho. Que não recebeu nenhum apoio financeiro para fugir para fora do Brasil.

Quanto aos atos do dia 12/12/2022, informou que estava chegando em sua residência quando percebeu uma movimentação nas ruas e fez contato com alguns jornalistas e avisou que faria e enviaria material jornalístico sobre o que estava acontecendo nas imediações da sede da Polícia Federal. Que fez algumas imagens, mas quando viu se tratar de um ato violento retornou para casa, a qual ficava próximo à sede da PF. Afirmou que foi um momento tenso, fazendo-o temer por sua segurança e se recolher até sua residência.

10.1.25 José Eduardo Natale de Paula Pereira

Na data de 09 de outubro de 2023, na 29ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 173/2023, de autoria dos Deputados Pastor Daniel de Castro e Chico Vigilante, foi realizada no Plenário da CLDF a oitiva de José Eduardo Natale de Paula Pereira, Major do Exército Brasileiro, lotado no Gabinete de Segurança Institucional à época dos fatos apurados.



José Eduardo Natale de Paula Pereira, Major EB lotado no GSI à época dos fatos apurados.⁸⁴

Iniciou esclarecendo que ingressou no Exército Brasileiro no ano de 2004, e que nesse tempo acumulou conhecimentos que o levaram a ser integrado nos quadros do Gabinete de Segurança Institucional. Informou ter entrado no GSI em janeiro 2021, onde permaneceu no cargo de Supervisor de Segurança Presidencial até o dia 13/01/2023. Que atuava na segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e como Coordenador de Segurança das Instalações.

Afirmou não ter recebido qualquer alerta da ABIN sobre os atos do dia 08/01/2023, e que também não sabia quem os teria recebido. Disse que sua função não era de inteligência ou planejamento, mas apenas de receber a tropa que iria atuar no dia 08. Registrou que a classificação de risco influencia no quantitativo de efetivo a ser disponibilizado, tendo a manifestação do dia 08/01/2023, recebido classificação laranja, para qual foi utilizado o efetivo adequado. Que não cabia a sua pessoa definir a classificação de risco, que era apenas um executor.

Disse que no dia 08 de janeiro de 2023, foi escalado para o serviço de Coordenador de Segurança de Instalações, cuja função seria colocar em prática as ordens recebidas. Que o coordenador é um executor intermediário, sempre orientado pelo escalão superior. Explicou que dentre os invasores do Palácio do Planalto, haviam alguns bem agressivos, os quais tentaram agredir o depoente de forma

⁸⁴ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/natale-diz-que-agiu-para-conter-os-animos-e-preservar-vidas>



verbal e física. Consignou que atuou de acordo com as técnicas de gerenciamento de crise e negociação, a fim de fazer com que os ânimos não se exaltassem ainda mais e conter os danos ao patrimônio público.

Esclareceu que não entregou água aos manifestantes e que foram os mesmos, por conta própria, que pegaram. Disse não ter impedido o ato porque, na sua avaliação, permitir que eles pegassem uma garrafa de água, atendendo a exigência de um manifestante mais exaltado, evitaria uma escalada da violência no local. Que seu esforço foi para diminuir os ânimos, já que os invasores estavam próximo à sala presidencial, centro de gravidade do Palácio do Planalto, e que tinha receio que eles pudessem tentar forçar a entrada na sala.

Fez constar que não foram, em nenhum momento, coniventes com os atos dos invasores dos prédios públicos. Que todos os esforços foram feitos, que não houve facilitação, que todas as ações possíveis foram tomadas para que a ordem fosse reestabelecida, preservando o patrimônio público e as vidas.

Respondeu ter presenciado, dentro do GSI, uma discussão entre Coronel Fernandes e um Major da PMDF, mas que, após o Major da PMDF explicar para o Coronel Fernandes que os ali presentes seriam presos, houve o entendimento da situação e as coisas prosseguiram normalmente com a desocupação e prisão dos responsáveis pelos danos públicos.

Quanto às imagens de segurança do Gabinete de Segurança Institucional, informou existir uma coordenadoria dentro da estrutura do GSI que cuida das mesmas, as quais ficam em uma sala segura, mas que não tinha condições de dizer quem teve acesso a elas.

Por fim, questionado sobre a conduta dos manifestantes que invadiram o Palácio do Planalto no dia 08 de janeiro de 2023, informou que alguns estavam depredando, outros nada faziam, e que parte deles limpavam e tentavam impedir os atos de vandalismo.



10.1.26 Saulo Moura da Cunha

Na data de 26 de outubro de 2023, na 31ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento aos Requerimentos nº 170/2023, de autoria dos Deputados Hermeto e Pastor Daniel de Castro, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Saulo Moura da Cunha, Ex-diretor Geral Adjunto da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.



Saulo Moura da Cunha, Ex-diretor Adjunto da ABIN.⁸⁵

O depoente informou ser Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência desde 1999, e que já ocupou os cargos de Superintendente da ABIN em Mato Grosso do Sul, Diretor de integração do Sistema Brasileiro de Inteligência, Diretor do Departamento de Contra Terrorismo da ABIN, Adido de Inteligência na embaixada brasileira em Tóquio, e, por último, Diretor Geral Adjunto da ABIN, cargo no qual permaneceu até março de 2023. Que este último cargo ocupou a convite do General G. Dias.

Esclareceu que a ABIN recebeu diversas informações antes do dia 08 de janeiro de 2023, e, por conta disso, desde o dia 02 de janeiro, emitiu diversos alertas de inteligência, num total de 33. Consignou que tais informações foram destinadas,

⁸⁵ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/ex-diretor-da-abin-reafirma-que-agencia-alertou-orgaos-sobre-os-ataques>



inicialmente, para os Centros de Inteligências das Forças Armadas, para a Secretaria de Segurança Institucional do Ministério da Justiça, para o Gabinete de Segurança Institucional – GSI, e para a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT. Posteriormente as informações foram enviadas para inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, para inteligência da Polícia Civil do Distrito Federal, para Polícia Federal, polícias legislativas, Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça, para a ADINT e outros órgãos.

Confirmou ter enviado de seu celular os alertas de inteligência ao General G. Dias antes do dia 08/01/2023, juntamente com outras informações recebidas/produzidas das células de inteligência. Consignou que os alertas de inteligência informavam: 1º sobre uma convocação para uma manifestação; 2º sobre o nível de adesão à manifestação; 3º sobre a qualidade da adesão; 4º sobre a possibilidade de ações violentas na manifestação. Consignou, também, que no 07 de janeiro de 2023 já havia informações dando conta da intenção dos manifestantes de praticarem atos violentos, e que no dia 08, antes dos manifestantes iniciarem deslocamento, existiam informações sobre possibilidade de depredação e atos violentos em Brasília.

Disse que na manhã do dia 08/01/2023, enviou mensagens ao General G. Dias informando da adesão de cerca de 100 ônibus que estavam chegando à Brasília, e que o General G. Dias interagiu com o depoente. Disse que por volta das 13h fez contato com General G. Dias para externar sua preocupação, pois, no seu entender, a manifestação estava caminhando para um desfecho violento. Que o General G. Dias informou ao depoente que iria avaliar a situação, porém, não mais interagiu com o depoente. Explicou que estava passando as informações ao General G. Dias em razão da ABIN ser subordinada ao GSI. Ressaltou que estava passando as informações para a mais alta autoridade decisória na escala hierárquica da ABIN.

Perguntado sobre a falsificação de documentos e relatórios da ABIN, registrou que, após os acontecimentos do dia 08/01/2023, foi solicitado à ABIN, pelo Congresso Nacional, o encaminhamento dos alertas de inteligência, assim como seus



destinatários. Por conta disso teria feito uma planilha contendo todos os alertas de inteligência, inclusive aqueles que o depoente encaminhou de seu número particular para o General G. Dias. Após isso, houve o pedido para que fossem encaminhados apenas os alertas institucionais e, por isso, o depoente retirou as informações que havia passado diretamente ao Ministro do GSI. Fez constar que a primeira planilha foi arquivada e que a segunda foi encaminhada ao General G. Dias, que a encaminhou ao Congresso Nacional. Que é o Ministro do GSI quem define o que será apresentado pela ABIN. Que na sua avaliação, não é uma ordem manifestamente ilegal refazer uma planilha apenas com os alertas institucionais para apresentação pelo GSI.

Afirmou que todas as informações recebidas e produzidas pela ABIN sobre o dia 08/01/2023, e dias anteriores, foram compartilhadas com as forças de segurança e, na sua visão, a ABIN não colaborou para os acontecimentos do dia 08/01/2023, não falhando, portanto, em suas atribuições. Que os relatórios da ABIN deixavam claro a evolução dos fatos, desde o dia 02/01/2023, sendo que no dia 04 tinha-se informações de poucos ônibus chegando ao DF; no dia 06, ainda havia uma perspectiva de manifestação com baixa adesão; e que, a partir desse dia, o cenário muda e há uma previsão de vários ônibus vindo para o DF; no dia 07 iniciou com a perspectiva de mais ônibus chegando para os atos no DF e a expectativa de uma manifestação de médio para grande porte. Que que todas essas informações foram repassadas aos tomadores de decisões de diversos órgãos.

10.1.27 Claudio Mendes dos Santos

Na data de 09 de novembro de 2023, na 32ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 121/2023, de autoria do Deputado Fábio Felix, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Cláudio Mendes dos Santos, Major da Reserva da Polícia Militar do Distrito Federal, participante do acampamento montado em frente ao QGEx.



Cláudio Mendes dos Santos, Major da reserva PMDF.⁸⁶

Iniciou fazendo um pronunciamento no qual registrou ter sido policial militar por 30 anos em Brasília e que, após ter entrado na reserva, tornou-se pastor evangélico. Consignou que os fatos como apresentados não são verdadeiros, porque no dia 08 de janeiro de 2023 não estava em Brasília. Que também não participou dos atos do dia 12 de dezembro de 2022. Registrou que o acampamento ficava em frente ao Quartel-General do Exército e que, por conta disso, diariamente, havia 90 policiais do exército. Que tudo era por autorização do Exército Brasileiro, o qual dava segurança ao local, não permitindo bebidas alcoólicas, drogas e prostituição. Que só conversavam com os oficiais de dia do Exército Brasileiro.

Explicou que muitas das faixas com incitação a uma possível intervenção militar eram colocadas durante à noite, porém, eram retiradas durante o dia.

Afirmou que não era uma liderança e não sabe de onde surgiu essa informação. Que não fundou o acampamento e que as pessoas foram para lá de maneira espontânea.

Disse que sua ex-esposa fez uma denúncia na imprensa dizendo que o depoente ensinava táticas de guerrilha no acampamento, o que não era verdade,

⁸⁶ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/major-nega-mafia-do-pix-e-fala-em-cd-que-provaria-fraude-nas-urnas>



pois nenhum Policial Militar recebe esse tipo de treinamento. Que o Policial Militar só apreende a defender pessoas. Nesse sentido, também afirmou não ter orientado qualquer pessoa sobre como se proteger de uma ação da polícia, dando-lhes dicas ou ensinando técnicas sobre os meios normalmente empregados pela Polícia Militar

Sobre a máfia do Pix, esclareceu nada ter haver com isso. Que a Polícia Federal rastreou tudo que tinha e que seus gastos e ganhos nunca passaram dos movimentos normais dos seu salário. Fez constar acreditar nas urnas eletrônicas, no Ministro Alexandre de Moraes, no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral.

Perguntado se o Exército Brasileiro foi conivente com o acampamento montado na Praça dos Cristais, respondeu que o mesmo seguiu exatamente o que estava na Constituição Federal, já que era pacífico. Informou que se qualquer parlamentar ou general tivessem aparecido no acampamento e pedido para as pessoas irem embora, todos teriam saído.

Nesse contexto, respondeu que se o Presidente Bolsonaro tivesse ido uma vez no acampamento e pedido às pessoas que fossem embora, todo teriam obedecido. Defendeu a continuidade do acampamento por tanto tempo devido à confiança nas palavras do Ex-presidente, que frequentemente afirmava agir “dentro das quatro linhas”. Por conta disso, não imaginava que pudesse haver alguma ilegalidade.

Informou não conhecer pessoalmente o Ex-presidente Bolsonaro, e que entrou no movimento após saber que igrejas evangélicas seriam fechadas caso o Presidente Lula fosse eleito. Que o relatório do exército despertou dúvidas sobre a lisura das eleições. Disse ser conservador e não “bolsonarista”, e que as narrativas levam as pessoas a caminhos que nem sempre são verdadeiros. Que acreditava que novas eleições pudessem ocorrer.

Registrou que dentro o acampamento no Setor Militar Urbano de Brasília, havia um grupo “intervencionista”, o qual não era bem visto pelos demais frequentadores do local. Acrescentou que o vídeo de um argentino falando sobre as



urnas acendeu novamente o acampamento. Questionado sobre o Cacique Serere, afirmou que o indígena era complicado, uma pessoa radical, o qual não se dava bem nem com outros indígenas que estavam no acampamento em frente ao QGEx.

Afirmou que após saber da viagem do Ex-presidente Bolsonaro, decidiu não mais pregar no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, e que por isso foi hostilizado.

10.1.28 Reginaldo de Souza Leitão

Na data de 16 de novembro de 2023, na 33ª Reunião Ordinária da CPI, em cumprimento ao Requerimento nº 28/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel, foi realizada no plenário da CLDF a oitiva de Reginaldo de Souza Leitão, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Ex-chefe da inteligência da PMDF.



Reginaldo de Souza Leitão, Ex-chefe de inteligência da PMDF.⁸⁷

Iniciou informando que atualmente está na DINFRA, mas que, à época dos fatos, era Chefe de Inteligência da PM. QUE o assunto inteligência não é um tema de conhecimento de todos, ficando restrito, até mesmo dentro das organizações. Que o Centro de Inteligência – CI, é um órgão de controle, mas que as agências têm suas independências.

⁸⁷ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/inicio>



Explicou que a Subsecretaria de Inteligência da SSP/DF, coordena todas as agências de inteligência do DF. Que o CI é coordenado pela Subsecretaria, porém, não depende dela para funcionar. Que as informações levantadas pelo CI não são determinantes para tomada de decisão dos comandantes, que se apoiam nas informações, mas que também recebem informações de outros órgãos.

Disse que a PMDF não tem a competência para ter agentes infiltrados, porque esse tipo de situação exige decisão judicial. Que, porém, a PMDF tinha agentes de inteligência nas áreas próximas, e eventualmente faziam aproximações ao local, mas não havia policiais infiltrados. Que acompanhavam diariamente a movimentação do acampamento.

Que todas as informações recolhidas pelo CI foram repassadas para os responsáveis para que providências fossem adotadas. Que as informações se processam muito rápido e não dá tempo de elaborar relatórios muito rapidamente. Que a inteligência utilizada nos fatos foi a inteligência corrente, por intermédio do WhatsApp.

Com relação ao dia 12/12/2022, respondeu que o SICOM acompanhou a todo o movimento daquele dia, devido à diplomação do presidente LULA. Que a PMDF tinha uma preocupação constante com os acontecimentos. Que houve um descontrole na área central, e uma preocupação do setor de inteligências quanto as áreas muito sensíveis da área central de Brasília.

Esclareceu que todos estavam preocupados com o dia 1º/01/2023, que transcorreu de maneira tranquila, apesar das "Fake News". Que conseguiram assessorar o comando e ter sucesso no dia 1º, sendo que a partir de então o acampamento em frente ao QGEx esvaziou quase completamente após a posse do Presidente Lula, mantendo cerca de 150 pessoas.

Afirmou que no dia 04/01/2023, a PMDF, por meio do CI, manteve contato com a ANTT para que fosse informado acerca de caravanas em direção ao DF. Que até quinta-feira não tinham informações de ônibus vindo ao DF, somente a partir de sexta-feira começaram a receber informações sobre ônibus que se dirigiam ao DF,



mas que recebiam essas informações pouco a pouco. Que no sábado pela manhã haviam chegado em torno de 20 ônibus, sendo que o número aumentou muito até o final do dia. Que nesse dia houve o confronto dos manifestantes contra o exército, sendo que a PMDF teve que apoiar para evitar o confronto. Perceberam, então, um movimento diferente dos manifestantes, não tendo maiores dados do que viria a acontecer no dia seguinte. Que ao longo do dia foram identificadas falas mais agressivas e uma tentativa de bloquear o trânsito na via S1, um fato que não era muito comum em outros eventos na área central.

Quanto ao dia 08/01/2023, parte da manhã, registrou que a princípio a situação estava tranquila, mas durante o dia, agentes do SICOM começaram a verificar pequenos grupos com discursos mais agressivo.

Fez constar não ter havido apagão de inteligência. Que ficaram muito tristes, enquanto PMDF, com o que aconteceu, mas a inteligência trabalhou efetivamente, sendo que o trabalho foi feito com muito esmero para subsidiar os tomadores de decisão.

10.2 Dos requerimentos

Conforme já citado, no decorrer das apurações atinentes à CPI dos Atos Antidemocráticos, visando subsidiar os trabalhos da comissão, foram apresentados 212 requerimentos, dos quais 151 foram aprovados. Desses, 60 foram de convocação ou convite de testemunhas ou envolvidos para prestarem esclarecimentos perante a comissão, e outros 64 foram requerimentos com pedidos de informações, 21 de quebras de sigilo e 6 de assuntos diversos.

Nessa esteira, passa-se a destacar os seguintes pontos:



10.2.1 Dos contratantes das tendas, toldos e banheiros químicos

Por meio do Requerimento Administrativo nº 163/2023, de autoria do Deputado Fábio Felix, aprovado em 22 de junho de 2023, foram expedidas intimações as diversas empresas sediadas no Distrito Federal, responsáveis pela locação e venda de banheiros químicos, tendas, toldos, containers, dentre outros, para prestarem informações quanto aos contratantes dos seus serviços durante o período de 30/11/2022 a 09/01/2023.

Para tanto, justificou-se que as diligências encetadas na CPI, assim como por outros órgãos competentes, mostravam que os atos ocorridos no dia 12/12/2022, tentativa de invasão à Sede da Polícia Federal e desordens na área central de Brasília, e 08/01/2023, invasão e depredação dos prédios do Três Poderes da República, estavam intimamente ligados ao acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército, e que, por conta disso, imperioso se tornava conhecer as pessoas que financiaram/contribuíram com a manutenção e estrutura do local.

Como resultado da medida logrou-se identificar as seguintes pessoas:

CONTRATANTE	CPF/CNPJ	NASCIMENTO	ESTADO
CAMILA SACAL FERREIRA DE LIMA	00x.9xx.49x-17	20/01/1986	MT
WANDERLEY AMARO CALIXTO	04x.0xx.36x-97	03/11/1981	MG
PAULO PESQUERO PONCE SILVA	82x.6xx.16x-34	19/11/1981	TO
VALTER DA ROCHA NOGUEIRA JUNIOR	06x.1xx.32x-37	26/08/1974	TO
ALCEU MOGNON	55x.9xx.28x-04	17/01/1966	MT
JOSÉ CARLOS AVANCINI	09x.0xx.50x-06	22/03/1958	PA
JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA	79x.1xx.48x-53	19/03/1975	GO
RENAN DO NASCIMENTO MELO	10x.0xx.62x-00	30/04/1984	RJ
VIVALDO DE OLIVEIRA PAULO	01x.6xx.67x-54	26/07/1986	MT

Tendas. Tok de Festa, CNPJ 72.615.776/0001-27.⁸⁸

CONTRATANTE	CPF/CNPJ	NASCIMENTO	ESTADO
-------------	----------	------------	--------

⁸⁸ Relatório Informativo nº 009/2023 - PCDF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



DANIEL AUGUSTO RIZZI	99x.3xx.86x-00	25/03/1983	DF
ELISVALDO MARTINS DE LIMA	02x.7xx.40x-65	11/03/1994	RO
JAKS LUCIANO DE OLIVEIRA	00x.3xx.78x-52	11/08/1985	GO

Tendas. Capital Toldos Locações, Qd 03, Lt 37, Setor Industrial Ceilândia/DF.⁸⁹

CONTRATANTE	CPF/CNPJ	NASCIMENTO	ESTADO
DEBORA OLIVEIRA DOS SANTOS	97x.6xx.20x-34	16/07/1980	BA
PAULO SÉRGIO OLSEN	31x.7xx.83x-36	24/01/1982	SP
DELVAIR CECCONI	02x.4xx.61x-00	09/01/1961	SP
MARINHO&ANDRADE CHURRASCARIA LTDA <u>RESPONSÁVEL: LUCIANO SOUZA ANDRADE</u>	10.666.483/0001-11 <u>70x.1xx.69x-20</u>	<u>31/08/1977</u>	BA
GIANCARLOS BAVARESCO	73x.0xx.67x-34	21/08/1977	MT
ELEANDRO LUEDKE	89x.3xx.26x-87	21/01/1980	MT
GEIZA LAMEL LUEDKE	89x.7xx.76x-72	02/03/1982	MT
JOSÉ ANTÔNIO BASILIO	26x.8xx.43x-87	06/10/1958	MG
MERABE MUNIZ DINIZ CABRAL	02x.0xx.85x-26	17/11/1989	SP
CCLA DO CENTRO SUL RONDONIENSE/AVIMAD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA LTDA <u>RESPONSÁVEL: LECIR SALETE LOPES</u>	03.942.969/0001-70 <u>86x.1xx.52x-68</u>	<u>17/09/1976</u>	MT
RUBENS ALVES DE ABREU	05x.1xx.58x-53	01/12/1946	MT
JORACI SCHEIN SOUSA	82x.4xx.78x-49	31/01/1975	MT

Banheiros químicos. Pipeasy Locações e Serviços Ltda, CNPJ 30.459.180/0001-35.⁹⁰

CONTRATANTE	CPF/CNPJ	NASCIMENTO	ESTADO
TIAGO JOSÉ DA ROCHA CONTI	062x1xx.13x-46	18/09/1987	MS
CLELIA DE MACEDO ROCHA GOMES	97x.9xx.47x-20	14/02/1947	BA
JOSÉ OSTROWSKI	28x.7xx.82x-53	24/06/1971	RO

Banheiros químicos. Sani Mix.⁹¹

Necessário esclarecer que diversas empresas oficiadas, como é o caso da Multi Tendas, CNPJ 09.529.152/0001-50, e UFA Produções e Locações, CNPJ

⁸⁹ Relatório Informativo nº 009/2023 - PCDF

⁹⁰ Relatório Informativo nº 011/2023 - PCDF

⁹¹ Relatório Informativo nº 011/2023 - PCDF



12.001.082/0001/78, informaram terem prestado serviços de aluguel e montagem, nos meses de novembro e dezembro de 2022, de tendas e banheiros químicos a diversos manifestantes acampados em frente ao QG do Exército, mas que, por não terem celebrado contratos e receberem os pagamentos mediante Pix, não conseguiam declinar a qualificação dos contratantes.

Nesse sentido, conforme explicado pelo representante da empresa Tok de Festa, ao entregar os documentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, os participantes do acampamento se recusavam a assinar contratos de aluguel dos equipamentos, e que, quando compareciam no Setor Militar Urbano de Brasília para retirar as tendas, eram impedidos, de forma que, nessas ocasiões, sempre aparecia alguém que se dispunha a pagar pelo aluguel do material locado, sem que houvesse, contudo, a celebração de contratos.

10.2.2 Dos contratantes dos ônibus fretados para o Distrito Federal

Através do Requerimento nº 126/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, foi solicitado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, informações acerca dos ônibus e passageiros que chegaram em Brasília entre os dias 01 e 08 de janeiro de 2023.

Para tanto, justificou-se que um dos eixos de investigação da CPI dos Atos Antidemocráticos seria a apuração de fatos que, eventualmente, pudessem levar aos esclarecimentos buscados pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com base nas informações prestadas pela ANTT, após análise individualizada de todos os veículos que chegaram em Brasília no período retromencionado, logrou-se especificar aqueles que tiveram passageiros presos por envolvimento nos atos do dia 08 de janeiro de 2023, o que, por conseguinte, permitiu identificar os ônibus e respectivos proprietários, assim como os contratantes dos serviços.



- CONTRATANTES DOS ÔNIBUS COM DESTINO A BRASÍLIA.
- PASSAGEIROS PRESOS PELOS ATOS DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2023.

BAHIA

Autorização ANTT: 0006217192

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: DUDA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA			CNPJ: 21223238000156	
Placa Veículo: MQY4072				
Contratante				
Razão Social: DELZUITO SILVA GOMES			CNPJ: 734.391.265-87	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 29/12/2022	Número: 104	Nº de Série: NSFE	UF: BA	Valor em R\$: 500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas : 02 - Total de passageiros 47				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	BA	TEIXEIRA DE FREITAS	CENTRO		29/12/2022 12:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	CENTRO	30/12/2022 15:00	01/01/2023 12:00
BRASIL	BA	TEIXEIRA DE FREITAS	CENTRO	02/01/2023 15:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
10	LUCIANA FASKOMY DOREA	0361972890	SSPBA	
16	TADEU RIBEIRO DOS SANTOS	32978953810	SSPSP	

Autorização ANTT: 0006218025

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: CANTELLETUR TURISMO LTDA.			CNPJ: 01693660000168	
Placa Veículo: PJA0899				
Contratante				
Razão Social: RONEI DE JESUS PEREIRA			CNPJ: 870.064.566-49	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 29/12/2022	Número: 395	Nº de Série: 2	UF: BA	Valor em R\$: 2.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 43				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	BA	BARREIRAS	CENTRO		29/12/2022 20:30
BRASIL	BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	CENTRO	29/12/2022 22:00	29/12/2022 22:30
BRASIL	DF	BRASÍLIA	CENTRO	30/12/2022 08:30	01/01/2023 20:30
BRASIL	BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	CENTRO	02/01/2023 06:30	02/01/2023 07:00
BRASIL	BA	BARREIRAS	CENTRO	02/01/2023 08:30	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
16	GIBRAIL PEREIRA DE SOUZA	713594	SSPDF
31	NILMA LACERDA ALVES	1013062701	SSPBA

Autorização ANTT: 0006235201

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: MONTES CLAROS SERVICOS DE TRANSPORTE EIRELI			CNPJ: 07185582000177	
Placa Veículo: PLK9C37				
Contratante				
Razão Social: WAGNER FREIRE FERREIRA FILHO			CNPJ: 017.083.555-37	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 2023460	Nº de Série: 001	UF: BA	Valor em R\$: 5.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 09 - Total de passageiros 41				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	BA	SALVADOR	MOURARIA		07/01/2023 05:00
BRASIL	BA	ITABERABA	CENTRO	07/01/2023 09:30	07/01/2023 10:00
BRASIL	BA	IBOTIRAMA	CENTRO	07/01/2023 16:20	07/01/2023 16:50
BRASIL	BA	BARREIRAS	CENTRO	07/01/2023 20:00	07/01/2023 20:20
BRASIL	BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	CENTRO	07/01/2023 23:00	07/01/2023 23:20
BRASIL	GO	FORMOSA	CENTRO	08/01/2023 07:00	08/01/2023 07:20
BRASIL	DF	BRASÍLIA	CENTRO	08/01/2023 08:35	14/01/2023 05:00
BRASIL	GO	FORMOSA	CENTRO	14/01/2023 06:20	14/01/2023 06:40
BRASIL	BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	CENTRO	14/01/2023 14:00	14/01/2023 14:20
BRASIL	BA	BARREIRAS	CENTRO	14/01/2023 15:50	14/01/2023 16:10
BRASIL	BA	IBOTIRAMA	CENTRO	14/01/2023 19:30	14/01/2023 19:50
BRASIL	BA	ITABERABA	CENTRO	15/01/2023 02:00	15/01/2023 02:20
BRASIL	BA	SALVADOR	MOURARIA	15/01/2023 06:50	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	NOME	Nº Documento	Órgão Expedidor
11	ELISEU SANTOS DE JESUS	452809	SSP
13	GILVAN ESTRELA DA SILVA	1514278952	SSP
14	JHON MANOEL OLIVEIRA	2035898668	SSP
17	JOSE FELISBERTO DA SILVA CONCEIÇÃO	0343293900	SSP
19	JOSILDO DE OLIVEIRA LACERDA	0245080392	SSP
25	MARIA VIRGINIA DE SOUZA AGUIAR	299571416	SSP
28	NOELZA SOARES BRAGA LIMA	0321635256	SSP
29	RAFAEL BENFICA	0935783938	SSP
38	ROSILDO FRANCISCO DE JESUS SANTOS REI	0518289362	SSP

Autorização ANTT: 0006236060

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM	
Empresa	
Razão Social: CEZAR C DE FARIAS EIRELI	CNPJ: 08820401000108
Placa Veículo: MRR5I95	
Contratante	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Razão Social: FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS FETRAM				CNPJ: 23.374.531/0001-40	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 175	Nº de Série: NFE	UF: BA	Valor em R\$: 500,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 05 - Total de passageiros 42					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	BA	BARREIRAS	CENTRO		07/01/2023 22:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 10:00	10/01/2023 20:00
BRASIL	BA	BARREIRAS	GARAGEM	11/01/2023 07:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	CHARLES MARQUES VICENTINI	0817473300	SSP BA	
10	GIBRAIL PEREIRA DE SOUZA	713594	SSP DF	
36	ROSARIO LUCAS PEREIRA	5696973	DGPC GO	
40	VANCLEIA LIMA DE OLIVEIRA	0857087800	SSP BA	
42	WEMERSON ALVES DE SOUZA	1013811402	SSP BALUIZ BRAND	

CEARÁ

Autorização ANTT: 0006233726

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: TITAN TURISMO EIRELI				CNPJ: 26607469000187	
Placa Veículo: OSQ3I60					
Contratante					
Razão Social: IBUS TRANSPORTES LTDA				CNPJ: 42.446.805/0001-03	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 1357	Nº de Série: 1	UF: CE	Valor em R\$: 1.000,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 17 - Total de passageiros 45					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	CE	FORTALEZA	GARAGEM IBUS		06/01/2023 09:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 21:00	10/01/2023 20:00
BRASIL	CE	FORTALEZA	CENTRO	12/01/2023 07:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	BERNARDO OLIVEIRA ANDRADE	99010102948	SSP - CE	
6	CARLOS DANIEL ARAGÃO DE ARAÚJO	139.75671.19-9	SSP - CE	
7	CECILIA BARROSO DA COSTA	2004009129018	SSP - CE	
10	EDISLANE ALVES PEREIRA	2001010536344	SSP - CE	
13	FRANCISCO IDEVAN RODRIGUES	2000002154286	SSP - CE	
15	JOSENETH SOUSA DO NASCIMENTO	98023024519	SSP - CE	
18	LINCOLN DA SILVA EUGENIO	96010030144	SSP - CE	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



19	LUIZ LIMA COELHO	1790804-3	SSP - CE	
25	MARIA VITÓRIA MESQUITA DA COSTA	20079430176	SSP - CE	
29	PAULO JORGE GOMES	94006017078	SSP - CE	
30	PEDRO ROBERTO NUNES CAMPOS	90002167242	SSP - CE	
32	REGINA MARIA DE AZEVEDO	93002274817	SSP - Ce	
33	REINALDO PEREIRA DA SILVA	200109955146	SSP - CE	
34	RENATA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA	2002010293156	SSP - CE	
35	ROMÁRIO GARCIA RODRIGUES	2006010116206	SSP - CE	
36	SEBASTIÃO JOSÉ BEZERRA NETO	136 390 687	SSP - CE	
42	TIAGO PEREIRA DO NASCIMENTO	2006009224122	SSP - CE	

ESPÍRITO SANTO

Autorização ANTT: 0006234466

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: VIACAO AGUIA BRANCA S A			CNPJ: 27486182000109	
Placa Veículo: QRD0J86				
Contratante				
Razão Social: SQUAD VIAGENS E TURISMO LTDA			CNPJ: 03.971.539/0001-86	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 5420	Nº de Série: 1	UF: ES	Valor em R\$: 12.825,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 - Total de passageiros 45				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	ES	VILA VELHA	CENTRO		06/01/2023 16:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 22:00	13/01/2023 23:00
BRASIL	ES	VILA VELHA	CENTRO	14/01/2023 20:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	ANA MARIA RAMOS LUBASE	1.922.539	SSP-ES	
6	ARTHUR SANTOS DE SOUZA	2.160.878	SSP-ES	
10	CLAUDIO FERNANDO GONÇALVES	964.974	SSP-ES	
37	RAPHAEL SOUZA LOPES DE ABREU	1.893.270	SSP-ES	
40	SANTA DA SILVA	1.165.345	SSP-ES	
41	SAULO SANTOS OLIVEIRA	3.124.035	SSP-ES	
43	TEREZINHA LOCATELI	827 398	SSP-ES	



MINAS GERAIS

Autorização ANTT: 0006218126

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ARAXA BRASIL TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME			CNPJ: 18712862000102	
Placa Veículo: IOS7986				
Contratante				
Razão Social: MARIA BATISTA OLIVEIRA			CNPJ: 320.697.156-04	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 29/12/2022	Número: 1158	Nº de Série: 0	UF: MG	Valor em R\$: 1.400,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 44				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	ARAXA	EST. FAUSTO ALVIM		29/12/2022 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	ESTACIONAMENTO	30/12/2022 06:00	01/01/2023 05:00
BRASIL	MG	ARAXA	EST. FAUSTO ALVIM	01/01/2023 15:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
22	KARINA ROSA DOS REIS	11.637.412	SSP MG	
24	LILIA CRISTINA DE REZENDE	10.906.123	SSP MG	

Autorização ANTT: 0006219165

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: PORTTARE VIAGENS E LOCADORA DE VEICULOS LTDA			CNPJ: 20392367000105	
Placa Veículo: AMF0368				
Contratante				
Razão Social: GRAN BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA			CNPJ: 07.109.246/0001-45	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 29/12/2022	Número: 000963	Nº de Série: 001	UF: MG	Valor em R\$: 700,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 42				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	FRUTAL	PORTTARE VIAGENS		30/12/2022 17:30
BRASIL	SP	BARRETOS	POSTO SANTA ROSA	30/12/2022 19:00	30/12/2022 19:10
BRASIL	SP	BEBEDOURO	TIRO DE QUERRA	30/12/2022 20:10	30/12/2022 20:15
BRASIL	SP	RIBEIRAO PRETO	LOJAS HAVAN	30/12/2022 21:40	30/12/2022 21:45
BRASIL	DF	BRASILIA	CONCENTRAÇÃO MANIFESTANTES	31/12/2022 09:00	01/01/2023 18:00
BRASIL	SP	RIBEIRAO PRETO	LOJAS HAVAN	02/01/2023 06:00	02/01/2023 06:10
BRASIL	SP	BEBEDOURO	TIRO DE GUERRA	02/01/2023 08:00	02/01/2023 08:10
BRASIL	MG	FRUTAL	PORTTARE VIAGENS	02/01/2023 10:20	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
5	ANA PAULA DE MEDEIROS VIEIRA TRONCO	10.036.833	SSP-SP	
37	REGINA TEIXEIRA DE CARVALHO	20.298.001-7	SSP-SP	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006234868

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: RCTUR TURISMO EIRELI			CNPJ: 33079134000107	
Placa Veículo: KRJ8346				
Contratante				
Razão Social: CLAUDIA REIS DE ANDRADE			CNPJ: 975.599.036-49	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 227	Nº de Série: 1	UF: MG	Valor em R\$: 2.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 50				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	JUIZ DE FORA	CENTRO		06/01/2023 17:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 10:00	10/01/2023 18:00
BRASIL	MG	JUIZ DE FORA	CENTRO	11/01/2023 10:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
20	JOANITA DE ALMEIDA	00244952918	SSPMG	
42	ROBSON VICTOR DE SOUZA	02668927258	SSPMG	

Autorização ANTT: 0006234895

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: LAS-CASAS TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 20235950000102	
Placa Veículo: CPG3C95				
Contratante				
Razão Social: Patrícia dos Santos Alberto Lima			CNPJ: 058.201.926-56	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 26	Nº de Série: PADRAO	UF: MG	Valor em R\$: 1.400,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiro 38				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	BRUMADINHO	CENTRO		06/01/2023 18:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 06:00	08/01/2023 18:00
BRASIL	MG	BRUMADINHO	CENTRO	09/01/2023 06:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
16	FERNANDO VIEIRA PINTO COELHO	M4.838.286	SSP MG	
27	MACDAIWIS ALVARENGA ALMEIDA	MG10.346.498	SSP MG	
31	PATRICIA DOS SANTOS ALBERTO LIMA	MG13.241.683	SSP MG	
32	RAQUEL MARTINS DOS SANTOS	MG8.781.738	SSP MG	
35	SEBASTIÃO DAMASCENA MAIA	MG 6.415.567	SSP MGh	
36	VANESSA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO	MG13.528.341	SSP MG	
38	WELLINGTON DA SILVA NUNES	AL 35511117	SSP MG	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006234675

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: UNITRANS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA				CNPJ: 32711524000187	
Placa Veículo: CVN7984					
Contratante					
Razão Social: FRANCISMAR APARECIDO SILVA				CNPJ: 030.142.296-60	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 674	Nº de Série: 1	UF: MG	Valor em R\$: 1.500,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 05 – Total de passageiros 43					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	ITAJUBA	CENTRO		06/01/2023 18:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 14:30	10/01/2023 18:30
BRASIL	MG	ITAJUBA	CENTRO	11/01/2023 14:30	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
13	FRANCISMAR APARECIDO SILVA	03014229660	MG/SSP	
15	GILCEMAR FARIA DE OLIVEIRA	7373527	MG/SSP	
17	HILDBRAND SANTIAGO DA SILVA	18049332	MG/SSP	
18	JOÃO MARCELO DA ROSA	33634885	MG/SSP	
31	MATHEUS SILVA FARIA DE OLIVEIRA	20818461	MG/SSP	

Autorização ANTT: 0006235116

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: CATLLEYA TURISMO LTDA				CNPJ: 42418078000170	
Placa Veículo: IJG1G07					
Contratante					
Razão Social: BRUNO MARCOS DE SOUZA CAMPOS				CNPJ: 093.100.726-79	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 102	Nº de Série: 01	UF: MG	Valor em R\$: 1.000,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 49					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	BELO HORIZONTE	RUA JOEL JOSE DE CARVALHO, 192-NOVO DAS INDUSTRIA		06/01/2023 19:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 09:00	08/01/2023 18:00
BRASIL	MG	BELO HORIZONTE	RUA JOEL JOSE DE CARVALHO, 192-NOVODAS INDUSTRIA	09/01/2023 08:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
6	CRISTINA MOURA DUARTE	M5969045	SSPMG	
26	JOAO MARCIANO DE OLIVEIRA	MG-6.354.718	SSPMG	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006235120

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: PORTTARE VIAGENS E LOCADORA DE VEICULOS LTDA			CNPJ: 20392367000105	
Placa Veículo: AMF0368				
Contratante				
Razão Social: GRAN BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA			CNPJ: 07.109.246/0001-45	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 000965	Nº de Série: 001	UF: MG	Valor em R\$: 700,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 33				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	FRUTAL	PORTTARE VIAGENS		06/01/2023 19:00
BRASIL	SP	BARRETOS	POSTO SANTA ROSA	06/01/2023 20:15	06/01/2023 20:20
BRASIL	SP	MONTE AZUL PAULISTA	TIRO DE GUERRA	06/01/2023 21:25	06/01/2023 21:30
BRASIL	SP	RIBEIRAO PRETO	LOJAS HAVAN	06/01/2023 23:15	06/01/2023 23:25
BRASIL	DF	BRASILIA	CONCENTRAÇÃO MANIFESTANTES	07/01/2023 11:00	07/01/2023 13:00
BRASIL	MG	FRUTAL	PORTTARE VIAGENS	07/01/2023 23:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
7	EDGARD OSMAR BENTO	32.896.329-x	SSP-SP	
26	REGINA TEIXEIRA DE CARVALHO	202.980.001-7	SSP-SP	

Autorização ANTT: 0006235253

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: MINASUL TRANSPORTE E TURISMO LTDA			CNPJ: 32517338000101	
Placa Veículo: EOF6D24				
Contratante				
Razão Social: GILMAR AMARAL DINIZ			CNPJ: 070.217.656-73	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 869	Nº de Série: 0	UF: MG	Valor em R\$: 2.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 38				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	ITAMONTE	CENTRO		06/01/2023 19:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 11:00	08/01/2023 17:00
BRASIL	MG	ITAMONTE	CENTRO	09/01/2023 10:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
15	FRANKLIN GUERRA LAMOGLIA	8191342	SSPMG	
35	ROMILDE ROSA FERREIRA	4417367	SSPMG	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006235169

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: CARVALHO E OLIVEIRA TRANSPORTE E TURISMO LTDA				CNPJ: 45053883000136	
Placa Veículo: BUS5B85					
Contratante					
Razão Social: MARINA APARECIDA DE OLIVEIRA				CNPJ: 072.954.596-26	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 76	Nº de Série: 1	UF: MG	Valor em R\$: 1.500,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 23					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	ALFENAS	ALFENAS		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 12:00	07/01/2023 22:00
BRASIL	MG	ALFENAS	ALFENAS	08/01/2023 13:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
4	CLAUDETE APARECIDA TRISTÃO	239358569	MG	

Autorização ANTT: 0006234988

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: CIDADE DAS AGUAS TRANSPORTES EIRELI				CNPJ: 00747689000112	
Placa Veículo: HET5I98					
Contratante					
Razão Social: FERNANDES BATISTA RAMOS				CNPJ: 787.587.346-00	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 101	Nº de Série: UNICA	UF: MG	Valor em R\$: 4.000,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 28					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	ARAXA	ARAXA-MG		06/01/2023 21:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA-DF	07/01/2023 07:00	08/01/2023 17:00
BRASIL	MG	ARAXA	ARAXA-MG	09/01/2023 05:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
3	BRUNO GUERRA PEDRON	281457876	SSPMG	

Autorização ANTT: 0006235283

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Razão Social: EL SHADAI TOUR EIRELI		CNPJ: 25528474000131	
Placa Veículo: CPJ2393			
Contratante			
Razão Social: PABLO HENRIQUE DA SILVA SANTOS		CNPJ: 108.043.166-78	
Dados da Nota Fiscal			
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 175	Nº de Série: 1	UF: MG Valor em R\$: 2.000,00
Outras Informações			
Nº de Pessoas detidas: 05 – Total de passageiros 54			

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	BELO HORIZONTE	Av. Raja Gabágliã - Gutierrez		06/01/2023 21h
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 09:00	09/01/2023 18h
BRASIL	MG	BELO HORIZONTE	Av. Raja Gabágliã - Gutierrez	10/01/2023 06:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	AMAURI SILVA	M4.069.920	SSPMG	
10	DAVI JESSE DA SILVA	M5680066	SSPMG	
16	GABRIEL LUCAS LOTT PEREIRA	M20.918.694	SSPMG	
18	GUTEMBERG MOZART MIRANDA	MG4645238	SSPMG	
43	RICARDO FERNANDES DA SILVA	MG 6702170	SSPMG	

Autorização ANTT: 0006235282

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM			
Empresa			
Razão Social: CLAUDIO DIAS FERREIRA NOVA TURISMO EIRELI		CNPJ: 24437275000155	
Placa Veículo: AKW2608			
Contratante			
Razão Social: FRANCIELY SULAMITA DE FARIA		CNPJ: 076.480.296-85	
Dados da Nota Fiscal			
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 314	Nº de Série: 1	UF: MG Valor em R\$: 400,00
Outras Informações			
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 36			

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	NOVA PONTE	Praça		06/01/2023 22:00
BRASIL	MG	UBERLANDIA	Terminal central	06/01/2023 23:30	06/01/2023 23:50
BRASIL	DF	BRASILIA	QGEX	07/01/2023 09:00	08/01/2023 22:00
BRASIL	MG	UBERLANDIA	Terminal central	09/01/2023 08:00	09/01/2023 08:30
BRASIL	MG	NOVA PONTE	Praça	09/01/2023 10:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
11	EVANDRO ERICSON VIEIRA DE MEDEIROS	529996649	SSPMG	
15	KEITYANE DA COSTA PIMENTA	1170204240	SSPMG	
18	LILIA CRISTINA DE REZENDE	10906123	SSPMG	

Autorização ANTT: 0006235361

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM			
--	--	--	--



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Empresa				
Razão Social: COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR E DE PESSOAL DE MINAS GERAIS -CTESPMG			CNPJ: 07492727000182	
Placa Veículo: CYB3674				
Contratante				
Razão Social: PABLO HENRIQUE DA SILVA SANTOS			CNPJ: 108.043.166-78	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 5367	Nº de Série: 1	UF: MG	Valor em R\$: 700,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 33				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	BELO HORIZONTE	Av: Silva lobo		06/01/2023 22:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 11:00	08/01/2023 19:00
BRASIL	MG	BELO HORIZONTE	Av: Silva lobo	09/01/2023 07:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	CLEITON CORDEIRO GOUVEA SOUZA	MG13366439	SSPMG	
15	JOSE CEZAR DUARTE CARLOS	MG 16650564	SSPMG	
28	SILVIO SEMPRINI	14.042.622	SSP	

Autorização ANTT: 0006167496

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: J M R CORDEIRO EIRELI			CNPJ: 34524286000126	
Placa Veículo: BXG0J75				
Contratante				
Razão Social: ALVES TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 42.509.085/0001-88	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 000.000.448	Nº de Série: 001	UF: MG	Valor em R\$: 1.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 05 – Total de passageiros 32				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	PATOS DE MINAS	RUA VEIGA JARDIM TRAVESSA GETULIOVARGAS		06/01/2023 23:45
BRASIL	DF	BRASILIA	ESPLANADA DOS 3 PODERES	07/01/2023 10:00	09/01/2023 18:00
BRASIL	MG	PATOS DE MINAS	RUA VEIGA JARDIM TRAVESSA GETULIOVARGAS	10/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ANA PAULA BERNARDES	19588371	19588371	
5	BARBARA ANGELICA SILVA	14675193	14675193	
18	LUIZ ADRIAN DE MORAES PAZ	00046341	00046341	
23	ORLANDO PEREIRA DOS SANTOS	321404534	321404534	
32	VANDERLEI RODRIGUES ROSA	5437408	5437408	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006234912

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: J M R CORDEIRO EIRELI			CNPJ: 34524286000126	
Placa Veículo: BXG0J75				
Contratante				
Razão Social: ALVES TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 42.509.085/0001-88	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 000.000.448	Nº de Série: 001	UF: MG	Valor em R\$: 1.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 32				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	PATOS DE MINAS	RUA VEIGA JARDIM TRAVESSA GETULIOVARGAS		06/01/2023 23:45
BRASIL	DF	BRASILIA	ESPLANADA DOS 3 PODERES	07/01/2023 10:00	09/01/2023 18:00
BRASIL	MG	PATOS DE MINAS	RUA VEIGA JARDIM TRAVESSA GETULIOVARGAS	10/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ANA PAULA BERNARDES	19588371	19588371	
13	ETELMA NAZARIO ROSA	10785506	10785506	
17	JULIANA APARECIDA GUIMARAES COIMBRA	13031429	13031429	
32	VANDERLEI RODRIGUES ROSA	5437408	5437408	

Autorização ANTT: 0006235124

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: JFR TUR TURISMO LTDA			CNPJ: 46325762000169	
Placa Veículo: QGC5F98				
Contratante				
Razão Social: JASSON FERREIRA LIMA			CNPJ: 526.651.276-87	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 54	Nº de Série: 0001	UF: MG	Valor em R\$: 600,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 19				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	PARACATU	CENTRO		07/01/2023 06:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 10:00	07/01/2023 18:00
BRASIL	MG	PARACATU	CENTRO	07/01/2023 22:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	ARILSON LUIZ XAVIER	7172274	SSP/MG	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006235519

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: SANTOS TURISMO LTDA - ME			CNPJ: 10280179000131		
Placa Veículo: PXM1759					
Contratante					
Razão Social: JOSE MARCIO DE SIMONI SILVEIRA			CNPJ: 327.157.496-00		
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 1642	Nº de Série: 1	UF: MG	Valor em R\$: 2.000,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 26					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	Sao Sebastiao do Paraíso	VALE WAY SERVICE		07/01/2023 15:30
BRASIL	MG	PASSOS	ANTIGO MERCADAO	07/01/2023 17:00	07/01/2023 17:30
BRASIL	DF	BRASILIA	HOTEL	08/01/2023 05:30	09/01/2023 18:00
BRASIL	MG	PASSOS	ANTIGO MERCADAO	10/01/2023 06:00	10/01/2023 06:30
BRASIL	MG	Sao Sebastiao do Paraíso	VALE WAY SERVICE	10/01/2023 08:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
4	CLEBER PEREIRA DA SILVA	MG-10.503.326	SSP MG	
21	PATRICIA FERNANDA FRANCO VIEIRA	MG-13.465.413	SSP MG	

Autorização ANTT: 0006235627

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: GONCALVES VIAGENS E LOGISTICA LTDA			CNPJ: 46614496000194		
Placa Veículo: DBC3D06					
Contratante					
Razão Social: FERNANDO HENRIQUE ALMEIDA VALADARES			CNPJ: 059.152.116-40		
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 06	Nº de Série: TCE OS	UF: MG	Valor em R\$: 1.000,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 59					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	IPATINGA	CENTRO		07/01/2023 16:00
BRASIL	DF	BRASILIA	PLANALTO CENTRAL	08/01/2023 13:00	10/01/2023 16:00
BRASIL	MG	IPATINGA	CENTRO	11/01/2023 11:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
22	GILMAR VIEIRA DA SILVA	M 3.871.207	SSP MG	
25	JACIRA DOS REIS MARTINS	6.503.430	SSP MG	
39	MARCIO VIEIRA MOREIRA	Mg12793566	SSP MG	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006235939

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: EUMARTUR LTDA			CNPJ: 04736704000188	
Placa Veículo: PVS5910				
Contratante				
Razão Social: MAGDA ELIANA LIMA			CNPJ: 122.471.158-02	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2022	Número: 594	Nº de Série: 1	UF: MG	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 12 – Total de passageiros 50				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	DIVINOPOLIS	DIVINOPOLIS		07/01/2023 18:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	08/01/2023 08:00	10/01/2023 17:00
BRASIL	MG	DIVINOPOLIS	DIVINOPOLIS	11/01/2023 08:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
3	ANDREIA MARIA MACIEL ROCHA MACHADO	MG7655226	SSPMG	
17	ELY GREGO	MG3476031	SSPMG	
19	EVANDRA DO ROSARIO SOUZA	MG6222825	SSPMG	
20	EZEQUIEL DE OLIVEIRA SOUZA	MG2242451	SSPMG	
33	MAGDA ELIANA LIMA	MG21444379	SSPMG	
34	MARCIO RODRIGUES DE MELO	MG18255902	SSPMG	
38	ODICEIA ANDRADE CAMPOS	MG10375069	SSPMG	
41	PAULO ROBERTO DE SOUZA	MG10332566	SSPMG	
43	RENATO RODRIGUES DE MELO	MG12768774	SSPMG	
46	SIRLEI APARECIDA ALVES	MG7265782	SSPMG	
48	VANDER ALVES DIAS	MG6516142	SSPMG	
50	WILLIAN FONSECA AMORIM	M8141845	SSPMG	

Autorização ANTT: 0006235999

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ZUCO TRANSPORTE E TURISMO LTDA			CNPJ: 09303311000102	
Placa Veículo: GVQ8D69				
Contratante				
Razão Social: ELAINE FRANCE SILVA DOANDA FRANÇA			CNPJ: 029.884.476-16	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 350	Nº de Série: 1	UF: MG	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 50				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	PEDRO LEOPOLDO	CENTRO		07/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 09:00	09/01/2023 19:00
BRASIL	MG	PEDRO LEOPOLDO	CENTRO	10/01/2023 08:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



18	GABRIEL CORGOSINHO NOGUEIRA	MG-11.325.649	SSP/MG
----	-----------------------------	---------------	--------

Autorização ANTT: 0006236085

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: DANTUR TRANSPORTES EIRELI			CNPJ: 33500143000111	
Placa Veículo: CZB0D64				
Contratante				
Razão Social: CRISTIANE APARECIDA MACHADO DA SILVA			CNPJ: 057.406.296-32	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 403	Nº de Série: 1	UF: MG	Valor em R\$: 400,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 08 – Total de passageiros 30				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	UBERABA	CENTRO		07/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 10:00	11/01/2023 17:00
BRASIL	MG	UBERABA	CENTRO	12/01/2023 15:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	APOLO CARVALHO DA SILVA	19578511	SSPMG	
9	FRANCISCO DE ASSIS PIMENTA	4583331	SSPMG	
22	OLCIONE ARANTES LOPES	10794262	SSPMG	
24	ROBSON RODRIGUES BAHIENSE	4882806	SSPMG	
25	RODRIGO VERANEZ VIEIRA	253758403	SSPMG	
26	ROSANGELA VIEIRA VERANEZ	257120269	SSPMG	
27	VERA LUCIA DE OLIVEIRA	3810841	SSPMG	
28	VERA MARIA DE FÁTIMA CAETANO	4581070	SSPMG	

Autorização ANTT: 0006235977

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: PAULO SERGIO BATISTA EIRELI			CNPJ: 12059213000178	
Placa Veículo: IKU5312				
Contratante				
Razão Social: WANDERLEI DE ABREL FREIRE			CNPJ: 46.718.404/0001-16	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 000.000.420.	Nº de Série: 01	UF: MG	Valor em R\$: 500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 27				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MG	ALFENAS	CENTRO		07/01/2023 23:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 16:00	09/01/2023 20:00
BRASIL	MG	ALFENAS	CENTRO	17/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



2	ALEXSANDRA APARECIDA DA SILVA	15.180.167	SSPMG
17	MARCELO HENRIQUE DA SILVA	14.368.426	SSPMG
21	ROSELI APARECIDA DE ARAUJO	6.140.693	SSPMG
24	THAISE APARECIDA RIBEIRO	16.425.128	SSPMG

MATO GROSSO DO SUL

Autorização ANTT: 0006234425

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSCOLITA TURISMO LTDA			CNPJ: 00586938000135	
Placa Veículo: QAO9497				
Contratante				
Razão Social: ADOILTO FERNANDES CORONEL			CNPJ: 607.765.441-87	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 293	Nº de Série: 1	UF: MS	Valor em R\$: 6.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 05 – Total de passageiros 56				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MS	MARACAJU	MARACAJU		06/01/2023 18:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 15:00	09/01/2023 20:00
BRASIL	MS	MARACAJU	MARACAJU	10/01/2023 16:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
16	DJALMA SALVINO DOS REIS	828.473	SSP MS	
25	IVAIR TIAGO DE ALMEIDA	329948088	SSP SP	
32	LUIZ CARLOS ALVES	8.868.405	SSP MG	
35	MARA FILOMENA TELO CASAGRANDA	1.001.811	SSP MS	
45	PATRICIA DOS SANTOS SALLES PEREIRA	841.016	SSP MS	

Autorização ANTT: 0006235414

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: AGUIA DO SUL TRANSPORTADORA TURISTICA EIRELI			CNPJ: 19534019000146	
Placa Veículo: MBT6D48				
Contratante				
Razão Social: CAMILA COLMAN GONÇALO			CNPJ: 025.470.041-19	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 548	Nº de Série: 1	UF: MS	Valor em R\$: 1.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidos: 01 – Total de Passageiros 46				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MS	CORUMBA	R. Cáceres, 425 - Centro, Corumbá -MS, 79304-040		07/01/2023 01:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 17:00	09/01/2023 20:00
BRASIL	MS	CORUMBA	R. Cáceres, 425 - Centro, Corumbá -MS, 79304-040	10/01/2023 23:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
38	RICARDO MOURA CHICRALA	00782578160	SSP	

Autorização ANTT: 0006235733

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: CARRASCO & AZEVEDO LTDA			CNPJ: 03683902000168	
Placa Veículo: BCM8344				
Contratante				
Razão Social: NIVEA ALVES C. AZEVEDO			CNPJ: 117.279.788-97	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 347	Nº de Série: 67	UF: MS	Valor em R\$: 1.900,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidos: 04 – Total de passageiros 15				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MS	CHAPADAO DO SUL	AV. GOIAS, 945		07/01/2023 13:00
BRASIL	DF	BRASILIA	POUSADA DF	08/01/2023 11:00	10/01/2023 16:30
BRASIL	MS	CHAPADAO DO SUL	AV. GOIAS, 945	11/01/2023 09:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
1	ALEXANDRE HENRIQUE KESSLER	690637	SSPMS	
2	ALTINO PEREIRA BISPO	1012235	SSPPI	
4	JOSE CARLOS NOGUEIRA ALVES	21960848	SSPSP	
5	MARIA EUNICE DE CARVALHO	204112230	SSPSP	

Autorização ANTT: 0006235860

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM	
Empresa	
Razão Social: LORD TRANSPORTE RODOVIARIO EIRELI	CNPJ: 11672044000184



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Placa Veículo: LVH9450				
Contratante				
Razão Social: RODRIGO DE SOUZA LINS			CNPJ: 004.231.641-39	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2022	Número: 075	Nº de Série: 0	UF: MS	Valor em R\$: 1.200,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 43				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MS	CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE		07/01/2023 16:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	08/01/2023 18:00	12/01/2023 18:00
BRASIL	MS	CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE	13/01/2023 20:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
8	DANIEL RODRIGUES MACHADO	807381	SSPMS	
15	FRANCELI SOARES	2337029	SSPMS	
22	JOCY CONEGONES	754938	SSPMS	
43	ZILDA APARECIDA CORREA	931323	SSPMS	

MATO GROSSO

Autorização ANTT: 0006215405

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Razão Social: LC TRANSPORTES E TURISMO EIRELI			CNPJ: 37763111000160	
Placa Veículo: OAZ1H91				
Contratante				
Razão Social: EMERSON VIOLADA			CNPJ: 027.224.052-45	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 27/12/2022	Número: 00428	Nº de Série: 1	UF: MT	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 29				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MT	JUARA	CENTRO		27/12/2022 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CAPITAL	29/12/2022 06:00	01/01/2023 06:00
BRASIL	MT	JUARA	CENTRO	02/01/2023 23:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ANTONIO VALDENIR CALIARE	2157449	MT	
12	LEANDRO FUHR	20774656	SSPMT	
22	RENATA DIAS FUHR	19645775	SSPMT	
29	VANESSA DA SILVA SANTOS	25182641	SSPMT	



Autorização ANTT: 0006216267

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: NOVA OESTE - AGENCIA DE VIAGENS, TRANSPORTE E TURISMOLTA			CNPJ: 17360151000153	
Placa Veículo: RRP5C09				
Contratante				
Razão Social: ELONI CARLOS MARIANI			CNPJ: 490.148.381-15	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 27/12/2022	Número: 16	Nº de Série: 2	UF: MT	Valor em R\$: 1.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 32				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MT	SORRISO	CENTRO		28/12/2022 15:15
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	29/12/2022 20:00	02/01/2023 14:00
BRASIL	MT	SORRISO	CENTRO	03/01/2023 20:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
14	EZEQUIEL NOGUEIRA GOMES	26953021	SESPMT	974.089.569-72
20	MARCIA ROSA VIEIRA	19216440	SSPMT	018.859.711-50
24	MARILETE PIRES CABREIRA	33176671	SESPMT	707.264.181-53

Autorização ANTT: 0006215951

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: MARIANYY TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI - ME			CNPJ: 04441166000102	
Placa Veículo: RAR1E95				
Contratante				
Razão Social: CAMILA SACAL FERREIRA DE LIMA			CNPJ: 006.961.491-17	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 28/12/2022	Número: 414	Nº de Série: UNICA	UF: MT	Valor em R\$: 3.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas Detidas: 02 – Total de passageiros 35				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MT	CUIABA	Ginásio Verdinho, R. Alenquer - CpaI, Morada da Serra		28/12/2022 17:00
BRASIL	MT	PRIMAVERA DO LESTE	CENTRO	28/12/2022 21:00	28/12/2022 21:30
BRASIL	MT	BARRA DO GARÇAS	CENTRO	29/12/2022 02:30	29/12/2022 03:00



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



BRASIL	GO	GOIAS	CENTRO	29/12/2022 07:00	29/12/2022 07:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	29/12/2022 11:30	02/01/2023 19:00
BRASIL	MT	CUIABA	CENTRO	03/01/2023 15:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
5	CLAUDINEY ASSUNÇÃO ALBUQUERQUE	572216	SSP/MT	
19	LOURIVAL DA CONCEIÇÃO	282580	SSP/Mt	

Autorização ANTT: 0006216320

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: MARIANY TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI - ME			CNPJ: 04441166000102	
Placa Veículo: RAR1G15				
Contratante				
Razão Social: CAMILA SACAL FERREIRA DE LIMA			CNPJ: 006.961.491-17	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 28/12/2022	Número: 415	Nº de Série: UNICA	UF: MT	Valor em R\$: 3.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas Detidos: 03 - Total de passageiros 30				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MT	CUIABA	GinÁsio Verdinho, R. Alenquer - CpaI, Morada da Serra		28/12/2022 17:00
BRASIL	MT	PRIMAVERA DO LESTE	CENTRO	28/12/2022 21:00	28/12/2022 21:30
BRASIL	MT	BARRA DO GARÇAS	CENTRO	29/12/2022 02:30	29/12/2022 03:00
BRASIL	GO	GOIAS	CENTRO	29/12/2022 07:00	29/12/2022 07:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	29/12/2022 11:30	02/01/2023 19:00
BRASIL	MT	CUIABA	CENTRO	03/01/2023 15:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
1	ABIGAIL NUNES DA COSTA	10937811	SJ/MT	
17	MICHEL VIEIRA DE FREITAS	29442249	SSP/MT	
24	RILDO ALVES DOS SANTOS	11468149	SSP/MT	

Autorização ANTT: 0006217468

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: MARIANY TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI - ME			CNPJ: 04441166000102	
Placa Veículo: OYI9567				
Contratante				
Razão Social: SILVANA SOUZA DE ALMEIDA			CNPJ: 630.415.881-53	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 29/12/2022	Número: 416	Nº de Série: UNICA	UF: MT	Valor em R\$: 3.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 44				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MT	CUIABA	CENTRO		29/12/2022 14:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	30/12/2022 10:00	01/01/2023 20:00
BRASIL	MT	CUIABA	CENTRO	02/01/2023 16:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
16	FRANCICLEIDE DE PAULA SOARES MENEZES	1534011-2	SSP/MT	
33	MATHEUS DA SILVA GOMES	2167275-0	SSP/MT	
35	MIRAMAR FERREIRA CAMARA	956.554	SSP/MT	
38	ROMEU ALVES DA SILVA	62397354187	SSP/MT	

Autorização ANTT: 0006233985

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ROTA BRASIL TRANSPORTE E FRETAMENTO EIRELI			CNPJ: 29645073000112	
Placa Veículo: LRR4456				
Contratante				
Razão Social: VANDERSON ALVES NUNES			CNPJ: 059.420.341-41	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 5256	Nº de Série: 1	UF: MT	Valor em R\$: 3.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 10 – Total de passageiros 50				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MT	CUIABA	CENTRO		06/01/2023 17:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 12:00	10/01/2023 17:00
BRASIL	MT	CUIABA	CENTRO	11/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
4	ALCEBIADES FERREIRA DA SILVA	4149653		
12	EDILAINE CATARINA RONDON	11944668		
14	ELIETE FERREIRA DE MORAES	469.093.621.87		
17	FRANCISMAR VIEIRA BEZERRA DA CRUZ	1142857-0		
18	GESILANE DA SILVA BORGES	1100715-0		
21	JACIRA MARIA DA COSTA SILVA	35363975149		
30	JOSIMARA RODRIGUES DE BRITO	10722670		
39	NOEMY CRISTALDO LEITE JANSONS	353680981-20		



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



42	REGINALDO SILVEIRA	50279270100		
48	VANDERSON ALVES NUNES	059.420.341.41		

Autorização ANTT: 0006235214

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TITAN TURISMO EIRELI			CNPJ: 26607469000187	
Placa Veículo: AUM3J92				
Contratante				
Razão Social: PRIMAVERA TUR TRANSPORTE EIRELI			CNPJ: 29.646.682/0001-96	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 1363	Nº de Série: UNICA	UF: MT	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07- Total de passageiros 46				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MT	RONDONOPOLIS	CENTRO		06/01/2023 19:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 09:00	09/01/2023 18:00
BRASIL	MT	RONDONOPOLIS	CENTRO	10/01/2023 08:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	ALEXANDRE LOPES RODRIGUES	14639530	MT	
8	APARECIDO JULIO OLIVEIRA	515221	MS	
9	BRUNA CRISTINA ZARAMELLA	1382560-7	MT	
23	GERSON APARECIDO GOMES	568.840.601.15	MTERSON LUI	
27	JOSIVAL FERREIRA DE REZENDE	302.466.95	SE	
28	JULIANA RAMIRA MARTINS SILVA	1973281-3	MT	
30	LAURO HENRIQUE	435688-3	SP	

Autorização ANTT: 0006235311

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: AM TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME			CNPJ: 21193084000105	
Placa Veículo: PBX0J19				
Contratante				
Razão Social: JOSIANY SIMAS			CNPJ: 673.174.481-68	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 57	Nº de Série: 01	UF: MT	Valor em R\$: 5.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas Detidas: 11 – Total de passageiros 49				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	MT	CUIABA	CENTRO		06/01/2023 21:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 14:00	10/01/2023 18:00
BRASIL	MT	CUIABA	CENTRO	11/01/2023 10:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ALAN VICTOR CHAVES PEDROSO	04387500123	SSP/MT	
10	EDUARDO LINS	01820470164	SSP/MT	
17	HUGO KENJI PRADO	0543215200	SSP/MT	
18	ILVANA FRANCISCASILVA	6294410130	SSP/MT	
19	IVETE MICUANSKI SATURNINO	94672563120	SSP/MT	
25	JOSEGLEY PERES DE BRITO	05230047	SSP/MT	
27	JUCELAINE CUNHA	84084600997	SSP/MT	
29	LINDALVA CESARIA DE CAMPOS	06554311106	SSP/MT	
35	MADALENA SEVERO DOS SANTOS	78586062120	SSP/MT	
36	MARCIO GOMES DE OLIVEIRA	65981072982	SSP/MT	
37	MARCO AURELIO GONÇALVES	47258373934	SSP/MT	
47	ROBSON MAIKON	00740073192	SSP/MT	

PARAÍBA

Autorização ANTT: 0006234358

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ELISETE CUNHA DE OLIVEIRA EIRELI			CNPJ: 05249046000162	
Placa Veículo: IJY7A15				
Contratante				
Razão Social: BIANCA DA COSTA JOAQUIM			CNPJ: 015.150.824-07	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 835	Nº de Série: A	UF: PB	Valor em R\$: 6.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas Detidas: 12 – Total de passageiros 34				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PB	JOAO PESSOA	EPITÁCIO PESSOA		06/01/2023 14:00
BRASIL	PE	CARUARU	CARUARU - BR 232	06/01/2023 18:00	06/01/2023 18:45
BRASIL	BA	FEIRA DE SANTANA	FEIRA DE SANTANA BR-116	07/01/2023 05:30	07/01/2023 06:15
BRASIL	BA	SEABRA	SEABRA - BR242	07/01/2023 12:00	07/01/2023 13:00
BRASIL	GO	FORMOSA	FORMOSA - BR242	08/01/2023 04:00	08/01/2023 05:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASÍLIA - CENTRO	08/01/2023 07:00	11/01/2023 20:00
BRASIL	BA	SEABRA	SEABRA - BR242	12/01/2023 12:00	12/01/2023 13:30
BRASIL	BA	FEIRA DE SANTANA	FEIRA DE SANTANA BR-116	12/01/2023 19:00	12/01/2023 20:00
BRASIL	PE	CARUARU	CARUARU - BR 232	13/01/2023 07:30	13/01/2023 08:30
BRASIL	PB	JOAO PESSOA	EPITÁCIO PESSOA	13/01/2023 12:30	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
1	ANDERSON NOVAIS DE PAULA	3072310	SSP/PB	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



3	CLAUDIANE PEREIRA DA CONCEIÇÃO	042242974	SSP/PB	
10	GIUSEPPE ALBUQUERQUE DOS SANTOS	886125	SSP/PB	
12	JAMES MIRANDA LEMOS	1381834	SSP/PB	
16	JOSEILTON ALVES DE LIMA	4521226	SSP/PB	
17	LUCIMAR FRANKLIN SOARES DE SIQUEIRA	996802020	SSP/PB	
22	MARINALDO ADRIANO L. SILVA	4419255	SSP/PB	
23	MAURICIO DO NASCIMENTO BATISTA	1282408	SSP/PB	
24	MERCIA CRUZ MESQUITA	1601213	SSP/PB	
25	ONILDA PATRICIA MEDEIROS	132800	SSP/PB	
30	RILVA CRISTINA O. FERNANDES	1223810	SSP/PB	
33	VERÔNICA AVELINO C. MARQUES	2966523	SSP/PB	

PARANÁ

Autorização ANTT: 0006233590

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: BITUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA			CNPJ: 00579954000109	
Placa Veículo: BDD9A05				
Contratante				
Razão Social: AMIR ROBERTO EL DINE			CNPJ: 673.625.409-49	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 7119	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 10.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 39				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	UNIAO DA VITORIA	CENTRO		06/01/2023 04:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 03:00	13/01/2023 19:00
BRASIL	PR	UNIAO DA VITORIA	CENTRO	14/01/2023 18:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
19	GISELE DO ROCIO BEJES	5.381.066-7	SESP PR	

Autorização ANTT: 0006233615

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ITALIANINHA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA			CNPJ: 01665323000167	
Placa Veículo: BCG6736				
Contratante				
Razão Social: ADRIANO LUIZ CANSI			CNPJ: 029.959.429-70	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 26214	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 10.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 46				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	CASCADEL	CASCADEL		06/01/2023 06:00



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 17:00	15/01/2023 07:00
BRASIL	PR	CASCADEL	CASCADEL	16/01/2023 18:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
23	JOCIMAR DOS SANTOS	93369777	SSP PR	

Autorização ANTT: 0006233716

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ITALIANINHA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA			CNPJ: 01665323000167	
Placa Veículo: BCQ2F70				
Contratante				
Razão Social: MARCELO PANHO			CNPJ: 025.740.759-60	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 26216	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 10.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 32				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	CASCADEL	CASCADEL PR		06/01/2023 06:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 17:00	15/01/2023 07:00
BRASIL	PR	CASCADEL	CASCADEL	16/01/2023 18:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
16	JAIRO ALOISIO DE FRANÇA	43426273	SSP PR	

Autorização ANTT: 0006233930

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ITALIANINHA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA			CNPJ: 01665323000167	
Placa Veículo: BDK3C59				
Contratante				
Razão Social: MARCELO PANHO			CNPJ: 025.740.759-60	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 26217	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 10.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 41				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	MATELANDIA	MATELANDIA		06/01/2023 08:30
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 19:00	15/01/2023 07:00
BRASIL	PR	MATELANDIA	MATELANDIA	16/01/2023 21:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
6	DELIA DE OLIVEIRA GALLI	75632886	SSP PR	
7	EDU MARCOS CORONEL	68186200	SSP PR	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



12	GUILHERME MARIANELLI	163855550	SSP PR	
19	LEONICE CAMARGO DE SOUZA	101640388	SSP PR	
20	LEONIRIA CAMARGO	101640345	SSP PR	
25	MARIA ALICE DE MATOS SILVA	360884749	SSP PR	
33	SUZANA ROLD	67818091	SSP PR	

Autorização ANTT: 0006234235

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSGIRO TURISMO E VIAGENS LTDA			CNPJ: 00252663000101	
Placa Veículo: JAE5C39				
Contratante				
Razão Social: ADEMIR LUIS GRAEFF			CNPJ: 015.341.049-33	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 7310	Nº de Série: 001	UF: PR	Valor em R\$: 15.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 05 – Total de passageiros 40				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	CENTRO		06/01/2023 12:00
BRASIL	PR	GUAIRA	CENTRO	06/01/2023 13:00	06/01/2023 13:05
BRASIL	MS	MUNDO NOVO	CENTRO	06/01/2023 13:30	06/01/2023 13:35
BRASIL	MS	ELDORADO	CENTRO	06/01/2023 14:00	06/01/2023 14:05
BRASIL	MS	IGUATEMI	CENTRO	06/01/2023 14:40	06/01/2023 14:45
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 12:00	15/01/2023 14:00
BRASIL	MS	IGUATEMI	CENTRO	16/01/2023 12:00	16/01/2023 12:05
BRASIL	MS	ELDORADO	CENTRO	16/01/2023 12:40	16/01/2023 12:45
BRASIL	MS	MUNDO NOVO	CENTRO	16/01/2023 13:10	16/01/2023 13:15
BRASIL	PR	GUAIRA	CENTRO	16/01/2023 13:45	16/01/2023 13:50
BRASIL	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	CENTRO	16/01/2023 15:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ANGELA MARIA CORREIA NUNES	44473372	PR	
13	GLEICIANY DIOGO DE SOUZA	1724492	MS	
29	REGINA MARIA FIDELIS DA SILVA DOS SANTOS	00898331	MS	
33	SILVIA ADRIANA NOGUEIRA DOS SANTOS	38954226X	SP	
38	VALERIA ARRUDA GIL	001527543	MS	

Autorização ANTT: 0006234173

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: SEBASTIAO FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS & CIA LTDA.			CNPJ: 36506102000120	
Placa Veículo: MBX0F89				
Contratante				
Razão Social: LEOMAR SCHINEMANN			CNPJ: 083.625.979-33	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 33	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 1.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de Passageiros 29				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	GUARAPUAVA	RODOVIARIA		06/01/2023 14:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	BRASÍLIA	07/01/2023 16:00	17/01/2023 07:00
BRASIL	PR	GUARAPUAVA	RODOVIARIA	18/01/2023 09:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
25	RODRIGO PEREIRA SANTIAGO	145714834	SESP PR	

Autorização ANTT: 0006234645

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: VIAÇÃO GARCIA LTDA			CNPJ: 78586674000107	
Placa Veículo: BBN4963				
Contratante				
Razão Social: PEDRO LUIS KURUNCZI			CNPJ: 455.742.359-00	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 7184	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 14.800,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas Detidas: 01 – Total de passageiros 44				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	LONDRINA	AV SALGADO FILHO 1334		06/01/2023 15:30
BRASIL	DF	BRASÍLIA	PRAÇA DOS 3 PODERES	07/01/2023 11:00	11/01/2023 15:00
BRASIL	PR	LONDRINA	AV SALGADO FILHO 1334	12/01/2023 11:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
36	ORLANDO RIBEIRO JUNIOR	5.419.337-8	SSP	

Autorização ANTT: 0006235032

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ITALIANINHA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA			CNPJ: 01665323000167	
Placa Veículo: AZZ1590				
Contratante				
Razão Social: JOSE ROBERTO BACARIN			CNPJ: 052.329.268-61	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 26225	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 10.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 10 – Total de passageiros 41				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	ASSIS CHATEAUBRIAND		06/01/2023 17:30
BRASIL	DF	BRASÍLIA	BRASÍLIA	07/01/2023 21:00	15/01/2023 07:00
BRASIL	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	ASSIS CHATEAUBRAND	16/01/2023 12:00	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
7	CANDIDA MOREIRA BORGES FILIPAK	54794959	SSPPR
9	CLODOALDO HENRIQUE	44391180	SSPPR
10	DANIEL LUCIANO BRESSAN	10.513.499-1	SSPPR
14	ERIVELTON APARECIDO CANOVA	57921838	SSPPR
16	GISLAINE DA COSTA CRUZ MEDEIROS	RG 19572210	SSPPR
29	REBECA SILVEIRA MOLINA DE OLIVEIR	13711106-3	SSPPR
34	SEBASTIÃO HOBOLD	53095054	SSPPR
35	SHAINÉ PALMA SILVA	8664915-2	SSPPR
38	VIVIANE SILVA DE OLIVEIRA	89888778	SSPPR
39	WALACE DA SILVA MEDEIROS	13199367	SSPMG

Autorização ANTT: 0006234264

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: VIACAO JMC EIRELI			CNPJ: 41173835000120	
Placa Veículo: AJO9G41				
Contratante				
Razão Social: ADAILTON GOMES VIDAL			CNPJ: 36.988.055/0001-07	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 1	Nº de Série: 154	UF: PR	Valor em R\$: 2.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 43				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	PARANAGUA	CENTRO		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 20:00	10/01/2023 18:00
BRASIL	PR	PARANAGUA	CENTRO	11/01/2023 18:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
12	DAVID MICHEL MENDES	104268900	PR

Autorização ANTT: 0006235247

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: C C BATISTA TURISMO EIRELI			CNPJ: 29775941000189	
Placa Veículo: GUO9C40				
Contratante				
Razão Social: ARÃO CANDIDO DA SILVA			CNPJ: 734.553.932-68	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 196	Nº de Série: IJQP360D	UF: PR	Valor em R\$: 200,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 41				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	CURITIBA	RUA MOREIRA SALLES 480		06/01/2023 20:00
BRASIL	SC	JARAGUA DO SUL	AGUA VERDE S/N	06/01/2023 23:00	06/01/2023 23:30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



BRASIL	DF	BRASILIA	VILA PLANALTO ACAMP RABELO	07/01/2023 23:30	10/01/2023 17:00
BRASIL	SC	JARAGUA DO SUL	AGUA VERDE S/N	11/01/2023 17:00	11/01/2023 17:30
BRASIL	PR	CURITIBA	MOREIRA SALLES 480	11/01/2023 20:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS					
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor		
3	ANDREA ALVES BERNARDO RONCHI	2279538	SSP SC		
6	CARLOS GASPARIN	2996480	SSP SC		
8	CLAUDIA DELANI PONIKIERSKI BECHER	3229650	SSP SC		
9	CLAUDIR GASPARIN	2859233	SSP SC		
21	IRACI GASPARINI	12542547	SSP SC		
26	JOSE MOTTER	1470262	SSP SC		
30	JUCELIO GORGES	1860957	SSP SC		
36	RAQUEL DE SOUZA LOPES	2841244	SSP SC		

Autorização ANTT: 0006235064

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: DANILO BONIFACIO TRANSPORTES & NEGOCIOS LTDA			CNPJ: 29432753000158		
Placa Veículo: KZS5D91					
Contratante					
Razão Social: RUTI MACHADO DA SILVA			CNPJ: 273.897.298-56		
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 108	Nº de Série: 67	UF: PR	Valor em R\$: 15.000,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 05 – Total de passageiros 29					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	LOANDA	CENTRO		06/01/2023 21:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 21:00	16/01/2023 14:00
BRASIL	PR	LOANDA	LOANDA	19/01/2023 10:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS					
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor		
10	DEVAIR HENRIQUE DE FREIRIAS	54989830	SESP PR		
12	IVANILDO DE FREITAS	52347250-X	SESP PR		
15	JOSDELEINE NONATO PESSOA	49289790	SESP PR		
20	MARGARETH MELLA MARINHO	4 211.105.8	SESP PR		
22	NADIR GONCALVES MARTINS	41522402	SESP PR		

Autorização ANTT: 0006235323

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: BITUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA			CNPJ: 00579954000109		
Placa Veículo: BDD9A03					
Contratante					
Razão Social: JOSEFINA TAVARES			CNPJ: 623.568.289-15		
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 7131	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 10.000,00	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Outras Informações

Nº de Pessoas detidas: 05 – Total de passageiros 43

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM

País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	CURITIBA	CENTRO		06/01/2023 22:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 19:00	11/01/2023 17:00
BRASIL	PR	CURITIBA	CENTRO	12/01/2023 14:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS

Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
15	JAIR NORBERTO CENEDESI	40566678	PR
27	MILTON MARTINS CENEDESI	34150888	PR
28	NADER LUIS MARTINS	052258617	.
31	PAULO SERGIO DOS REIS	3.908.051-6	PR
38	SILVANA CATAO DE PAULA	4.133857	MG

Autorização ANTT: 0006235376

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM

Empresa				
Razão Social: MONTANA TURISMO LTDA			CNPJ: 78172756000105	
Placa Veículo: BCJ2151				
Contratante				
Razão Social: SINDICATO RURAL DE CASTRO			CNPJ: 76.110.394/0001-00	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 2674	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 20.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 67				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM

País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	CASTRO	PRACA DUQUE DE CAXIAS		06/01/2023 23:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 19:00	12/01/2023 23:00
BRASIL	PR	CASTRO	PRAÇA DUQUE DE CAXIAS	13/01/2023 18:30	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS

Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
6	ANTÔNIO SCHARF FILHO	3.468.510-0	SSP
37	MÁRCIA FÉLIX SCHARF	5.228.217-9	SSP
59	SÉRGIO KENJI FURUKITA	3.964.551-3	SSP

Autorização ANTT: 0006235421

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM

Empresa				
Razão Social: ZAPVAN LOCADORA DE VANS E ONIBUS LTDA - ME			CNPJ: 14626417000179	
Placa Veículo: EHT2250				
Contratante				
Razão Social: JOSE CARLOS PIMENTEL			CNPJ: 003.203.648-52	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 285	Nº de Série: UNICA	UF: PR	Valor em R\$: 700,00
Informações do Início da Viagem				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Outras Informações	
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 36	

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	CURITIBA	CENTRO		07/01/2023 06:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 10:00	10/01/2023 14:00
BRASIL	PR	CURITIBA	CENTRO	11/01/2023 18:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
31	SONIA TERESINHA POSSA	33425264915	SSP	

Autorização ANTT: 0006234955

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: VIAÇÃO GARCIA LTDA			CNPJ: 78586674000107	
Placa Veículo: BBS3038				
Contratante				
Razão Social: ARIADNE COUTINHO MELLER			CNPJ: 686.807.919-20	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 04/01/2023	Número: 7178	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 16.800,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 42				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	MARINGA	RUA OCTAVIO PERIOTO 264		07/01/2023 11:30
BRASIL	DF	BRASILIA	PRAÇA DOS CRISTAIS	08/01/2023 07:00	11/01/2023 16:00
BRASIL	PR	MARINGA	RUA OCTAVIO PERIOTO 264	12/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
17	LESLIE GAUNA	45861708	SSP	
26	MAURICIO ALEXANDRE MARIM GAONTA	41568607	SSP	

Autorização ANTT: 0006235669

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: EMPRESA DE ÔNIBUS TRANSGIRO LTDA - EPP			CNPJ: 76879170000150	
Placa Veículo: OOM9E56				
Contratante				
Razão Social: JORGINHO CARDOSO DE ZEVEDO			CNPJ: 616.286.549-53	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 1891	Nº de Série: 001	UF: PR	Valor em R\$: 28.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidos: 01 – Total de passageiros 38				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	SAO MIGUEL DO IGUAÇU	CENTRO		07/01/2023 13:00



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



BRASIL	GO	LUZIANIA	CENTRO	08/01/2023 12:00	08/01/2023 13:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 14:00	11/01/2023 16:00
BRASIL	PR	SAO MIGUEL DO IGUAÇU	CENTRO	12/01/2023 18:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
17	JORGINHO CARDOSO DE AZEVEDO	3277240	PR	

Autorização ANTT: 0006235743

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSGIRO TURISMO E VIAGENS LTDA			CNPJ: 00252663000101	
Placa Veículo: ATR3J10				
Contratante				
Razão Social: SIDERIO INACIO RAMBO			CNPJ: 627.516.469-72	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 7319	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 10.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 26				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	AV RIO GRANDE DO SUL		07/01/2023 13:00
BRASIL	GO	PLANALTINA	CENTRO	08/01/2023 13:00	08/01/2023 15:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 16:30	11/01/2023 18:00
BRASIL	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	AV RIO GRANDE DO SUL	12/01/2023 18:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	CHASTINE JOSE FURTADO NOBRE	42423130	SESPPRITER	

Autorização ANTT: 0006235763

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSGIRO TURISMO E VIAGENS LTDA			CNPJ: 00252663000101	
Placa Veículo: BCH8879				
Contratante				
Razão Social: SIDNEIA BRABDT			CNPJ: 005.882.919-94	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 7320	Nº de Série: 001	UF: PR	Valor em R\$: 10.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 35				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	CENTRO		07/01/2023 13:00
BRASIL	GO	PLANALTINA	CENTRO	08/01/2023 13:00	08/01/2023 15:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 16:30	11/01/2023 18:00
BRASIL	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	CENTRO	12/01/2023 18:00	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
22	NELCI S PREUSSLER	45713903	PR	

Autorização ANTT: 0006235945

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ALIANÇA TURISMO E TRANSPORTE LTDA - ME			CNPJ: 82554775000173	
Placa Veículo: BDJ0I64				
Contratante				
Razão Social: DIEGO OKI SILVA			CNPJ: 367.157.658-80	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 1983	Nº de Série: 1	UF: PR	Valor em R\$: 2.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 12				

INFORMAÇÕES DO ROTÉIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	PR	CURITIBA	CENTRO		07/01/2023 16:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	HOTEL CENTRO	08/01/2023 13:00	11/01/2023 20:00
BRASIL	PR	CURITIBA	CENTRO	12/01/2023 18:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
7	NATHAN THEO PERUSSO	13878755-9	SSP/PR	
12	TIARA DOS SANTOS	123955110	SSP/PR	

RIO DE JANEIRO

Autorização ANTT: 0006234920

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: G M S TRANSPORTADORA TURISTICA EIRELI			CNPJ: 10505795000143	
Placa Veículo: NR22C98				
Contratante				
Razão Social: NELSON ASSUNÇÃO DA SILVA			CNPJ: 804.968.577-20	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 1435	Nº de Série: 1	UF: RJ	Valor em R\$: 3.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 44				

INFORMAÇÕES DO ROTÉIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RJ	CABO FRIO	CENTRO		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	CENTRO	07/01/2023 17:00	10/01/2023 20:00
BRASIL	RJ	CABO FRIO	CENTRO	11/01/2023 17:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
41	SUSI RENATA BITTENCOURT AFFONSO PAES LEME	21.599.806-3	DETRAN	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006235072

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ANGRAMAR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA			CNPJ: 28542511000154	
Placa Veículo: NPG2855				
Contratante				
Razão Social: CESAR DUARTE OLIVEIRA CARAPIA			CNPJ: 518.547.677-04	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 245	Nº de Série: 1	UF: RJ	Valor em R\$: 2.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros: 41				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RJ	ANGRA DOS REIS	CENTRO		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 20:00	08/01/2023 20:00
BRASIL	RJ	ANGRA DOS REIS	CENTRO	09/01/2023 20:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
6	ANDINEIA MARTINS	216001982	DETRAN	

Autorização ANTT: 0006235204

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: KAMARINS & CIA LTDA			CNPJ: 17569276000198	
Placa Veículo: BBU1D45				
Contratante				
Razão Social: ODIVAN BETCEL BENTES			CNPJ: 206.612.582-20	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 447	Nº de Série: 01	UF: RJ	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 37				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO Da VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RJ	RIO DE JANEIRO	CML DUQUE DE CAXIAS - PRACA MARECHALFLORIANO - CENTRO		06/01/2023 23:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO - PRACA TRES PODERES	07/01/2023 19:00	10/01/2023 14:00
BRASIL	RJ	RIO DE JANEIRO	CENTRO	11/01/2023 10:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
13	JOSINO ALVES DE CASTRO	03814186-7	DETRAN RJ	
33	RODISMAR REGASSE LIRIO	24883993-8	DETRAN RJ	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006235546

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: HD CH TURISMO DE BACAXA LTDA			CNPJ: 29106483000195	
Placa Veículo: EKH8C00				
Contratante				
Razão Social: AMANDA LIMA MATIAS MONTEIRO			CNPJ: 090.648.747-19	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 1887	Nº de Série: 1	UF: RJ	Valor em R\$: 1.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 44				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RJ	RIO DE JANEIRO	CENTRO		07/01/2023 10:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 08:00	09/01/2023 15:00
BRASIL	RJ	RIO DE JANEIRO	CENTRO	10/01/2023 14:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
2	ALEXANDRE DE SOUZA MOREIRA	101882009	DT	
8	CARLOS EDUARDO BON CAETANO DA SILVA	070170949	DT	
16	FERNANDO KEVIN DA SILVA DE OLIVEIRA	299502591	DT	
17	FLAVIA DE MEDEIROS ARDODOVINO ROSA	354610847	DT	
19	GILDEMAR LINS PIMENTEL JUNIOR	093454601	IFP	
34	PATRICIA DE CASSIA MACHADO DE OLIVEIRA	089135438	DT	
44	VIVIANE DE JESUS CAMARA	0118923200	DT	

RIO GRANDE DO NORTE

Autorização ANTT: 0006235413

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: PRISMA TOUR E PASSEIOS EIRELI			CNPJ: 11777005000141	
Placa Veículo: MSD8D25				
Contratante				
Razão Social: LUZIMAR FERREIRA DE LIMA			CNPJ: 130.522.504-00	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 516	Nº de Série: 1	UF: RN	Valor em R\$: 2.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 30				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RN	NATAL	NATAL-RN		07/01/2023 02:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA-DF	08/01/2023 15:00	14/01/2023 00:00
BRASIL	RN	NATAL	NATAL-RN	15/01/2023 23:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
------------------------	--	--	--	--



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	ANTONIO FIDELIS DA SILVA FILHO	001624470	SSP/RN	
14	FRANCISCA IVANI GOMES	002520310	SSP/RN	
24	MAXWELL GUEDES DE ARAUJO	19021979	SSP/RN	

RONDÔNIA

Autorização ANTT: 0006217318

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: BERNARDES & BERNARDES TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 29152522000190	
Placa Veículo: BXG0963				
Contratante				
Razão Social: JULIANO PEREIRA MACENA			CNPJ: 055.635.652-70	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 29/12/2022	Número: 191	Nº de Série: NFS	UF: RO	Valor em R\$: 6.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 23				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RO	ARIQUEMES	POSTO DE COMBUSTÍVEL DOM BOSCO, BAIRRO CENTRO		29/12/2022 12:00
BRASIL	DF	BRASILIA	QUARTEL GENERAL DO EXERCITO FORTE CAXIAS	31/12/2022 09:00	04/01/2023 07:00
BRASIL	RO	ARIQUEMES	POSTO DE COMBUSTÍVEL DOM BOSCO, BAIRRO CENTRO	06/01/2023 09:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
2	ANDERSON MARQUES MENDES	28260775	SSP/RO	
6	DIRLEI RICARDO DE MEDEIROS	3322434	SSP/MG	
16	ROSANGELA MARIA RANCONI	336896	SSP/RO	
17	SERGIO LOPES CARVALHO	585731	SSP/RO	

Autorização ANTT: 0006233844

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: LC TRANSPORTES E TURISMO EIRELI			CNPJ: 37763111000160	
Placa Veículo: OAZ1H91				
Contratante				
Razão Social: BERNARDES & BERNARDES TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 29.152.522/0001-90	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 00433	Nº de Série: 1	UF: RO	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 39				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RO	ARIQUEMES	CENTRO		06/01/2023 07:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CAPITAL	07/01/2023 20:00	18/01/2023 12:00



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



BRASIL	RO	ARIQUEMES	CENTRO	19/01/2023 23:50	
--------	----	-----------	--------	------------------	--

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Orgão Expedidor	
13	EDIPO DA SILVA DOS ANJOS	68661	RO	
21	JOCIMAR MARTINS PEREIRA	937163	RO	
33	SILVIA DE AMORIM JESUS	689426	RO	
36	VANDERLEY DE ALMEIDA CABRAL	746312	RO	

Autorização ANTT: 0006234918

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: VIANORTE TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 22913246000197	
Placa Veículo: koz5f35				
Contratante				
Razão Social: RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI			CNPJ: 904.284.472-87	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 6037	Nº de Série: 1	UF: RO	Valor em R\$: 7.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 40				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RO	BURITIS	RUA FOZ DO IGUAÇU SETOR 03 BURITISRONDONIA		06/01/2023 22:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 23:00	14/01/2023 07:00
BRASIL	RO	BURITIS	CENTRO	16/01/2023 22:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Orgão Expedidor	CPF
4	AILTON FERREIRA DE MORAES	00000	SSP/RO	771.297.682-1
36	UEKSLEI PINTO CEZAR	666659	SSP/RO	658.319.932-72
38	VALDIR DE LIMA	788.590	SSP/RO	48600431204

RIO GRANDE DO SUL

Autorização ANTT: 0006215617

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: VIACAO GIRATUR LTDA			CNPJ: 02080759000157	
Placa Veículo: JAW9E68				
Contratante				
Razão Social: NELDAGMAR RODRIGUES DOS SANTOS			CNPJ: 004.147.805-31	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 28/12/2022	Número: 1404	Nº de Série: 2	UF: RS	Valor em R\$: 28.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 37				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RS	PORTO ALEGRE	LARGO VESPASIANO JULIO VEPP070		28/12/2022 11:00
BRASIL	RS	VACARIA	VACARIA RIO GRANDE DO SUL	28/12/2022 15:00	28/12/2022 15:20
BRASIL	SC	LAGES	LAGES SANTA CATARINA	28/12/2022 19:20	28/12/2022 19:40
BRASIL	SC	MAFRA	MAFRA - SANTA CATRINA	28/12/2022 23:40	29/12/2022 00:02
BRASIL	PR	CURITIBA	CURITIBA - CAPITAL	29/12/2022 04:00	29/12/2022 04:20
BRASIL	SP	REGISTRO	REGISTRO - SAO PAULO	29/12/2022 08:20	29/12/2022 08:40
BRASIL	SP	CAMPINAS	CAMPINAS - SAO PAULO	29/12/2022 12:40	29/12/2022 13:00
BRASIL	SP	RIBEIRAO PRETO	RIBEIRAO PRETO - SAO PAULO	29/12/2022 17:00	29/12/2022 17:20
BRASIL	SP	IGARAPAVA	IGARAPAVA -SAO PAULO	29/12/2022 21:20	29/12/2022 21:40
BRASIL	MG	UBERLANDIA	UBERLANDIA - MINAS GERAIS	30/12/2022 01:40	30/12/2022 02:00
BRASIL	GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	CAMPO ALEGRE DE GOIAS - GOIAS	30/12/2022 06:00	30/12/2022 06:20
BRASIL	GO	LUZIANIA	LUZIANIA - GOIAS	30/12/2022 10:20	30/12/2022 10:40
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA - DISTRITO FEDERAL	30/12/2022 14:40	02/01/2023 11:00
BRASIL	GO	LUZIANIA	LUZIANIA - GOIAS	02/01/2023 15:00	02/01/2023 15:20
BRASIL	GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	CAMPO ALEGRE DE GOIAS - GOIAS	02/01/2023 19:20	02/01/2023 19:40
BRASIL	MG	UBERLANDIA	UBERLANDIA - MINAS GERAIS	02/01/2023 23:40	03/01/2023 00:02
BRASIL	SP	IGARAPAVA	IGARAPAVA -SAO PAULO	03/01/2023 04:00	03/01/2023 04:20
BRASIL	SP	RIBEIRAO PRETO	RIBEIRAO PRETO - SAO PAULO	03/01/2023 08:20	03/01/2023 08:40
BRASIL	SP	CAMPINAS	CAMPINAS - SAO PAULO	03/01/2023 12:40	03/01/2023 13:00
BRASIL	SP	REGISTRO	REGISTRO - SAO PAULO	03/01/2023 17:00	03/01/2023 17:20
BRASIL	PR	CURITIBA	CURITIBA - CAPITAL	03/01/2023 21:20	03/01/2023 21:40
BRASIL	SC	MAFRA	MAFRA - SANTA CATRINA	04/01/2023 01:40	04/01/2023 02:00
BRASIL	SC	LAGES	LAGES	04/01/2023 06:00	04/01/2023 06:20
BRASIL	RS	CAXIAS DO SUL	CAXIAS DO SUL - RIO GRANDE DOSUL	04/01/2023 10:20	04/01/2023 10:47
BRASIL	RS	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	04/01/2023 14:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
4	BRAYAN TIMER DE SOUZA	3119543787	SSP	

Autorização ANTT: 0006216683

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: MARCELO DOS SANTOS TEIXEIRA - ME			CNPJ: 08825225000199	
Placa Veículo: IXF2F00				
Contratante				
Razão Social: MARISTELA SILVANA TOMBESI			CNPJ: 446.684.730-49	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 28/12/2022	Número: 1752	Nº de Série: M67-1	UF: RS	Valor em R\$: 15.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 37				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM				
----------------------------------	--	--	--	--



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RS	CRUZ ALTA	EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL		28/12/2022 22:00
BRASIL	RS	PASSO FUNDO	POSTO BR	29/12/2022 00:30	29/12/2022 01:00
BRASIL	SC	CONCORDIA	POSTO SHELL	29/12/2022 03:30	29/12/2022 04:00
BRASIL	SC	PORTO UNIAO	POSTO LIDER UNIÃO	29/12/2022 07:00	29/12/2022 07:30
BRASIL	PR	IRATI	POSTO PROGRESSO	29/12/2022 10:00	29/12/2022 10:30
BRASIL	PR	PONTA GROSSA	QUATRO PRIMOS	29/12/2022 13:00	29/12/2022 13:30
BRASIL	PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	POSTO JUNINHO	29/12/2022 17:00	29/12/2022 17:30
BRASIL	SP	MARILIA	POSTO DALLAS	29/12/2022 20:00	29/12/2022 20:30
BRASIL	SP	ARAÇATUBA	POSTO CENTRO	30/12/2022 00:00	30/12/2022 00:20
BRASIL	GO	ITUMBIARA	POSTO SHELL	30/12/2022 07:00	30/12/2022 07:30
BRASIL	GO	GOIANIA	POSTO MAGELA	30/12/2022 11:00	30/12/2022 11:30
BRASIL	DF	BRASILIA	HOTEL BRASILIA PARK	30/12/2022 15:30	02/01/2023 10:00
BRASIL	GO	GOIANIA	POSTO MAGELA	02/01/2023 13:00	02/01/2023 13:30
BRASIL	GO	ITUMBIARA	POSTO SHELL	02/01/2023 17:00	02/01/2023 17:20
BRASIL	SP	ARAÇATUBA	POSTO CENTRO	03/01/2023 00:30	03/01/2023 01:00
BRASIL	SP	MARILIA	POSTO DALLAS	03/01/2023 04:00	03/01/2023 04:30
BRASIL	PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	POSTO JUNINHO	03/01/2023 07:30	03/01/2023 08:00
BRASIL	PR	PONTA GROSSA	POSTO QUATRO PRIMOS	03/01/2023 12:00	03/01/2023 12:30
BRASIL	PR	IRATI	POSTO PROGRESSO	03/01/2023 15:00	03/01/2023 15:30
BRASIL	SC	PORTO UNIAO	POSTO LIDER UNIÃO	03/01/2023 18:00	03/01/2023 18:30
BRASIL	SC	CONCORDIA	POSTO SHELL	03/01/2023 21:30	03/01/2023 22:00
BRASIL	RS	PASSO FUNDO	POSTO BR	04/01/2023 01:00	04/01/2023 01:30
BRASIL	RS	CRUZ ALTA	EM FRENTE A PREFEITURA	04/01/2023 04:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
31	MARIA JANETE RIBEIRO DE ALMEIDA	6040116871	SSP/PC RS

Autorização ANTT: 0006233632

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ALEX GODOY TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 13746212000164	
Placa Veículo: OCR7H84				
Contratante				
Razão Social: TEREZINHA DE FATIMA ISSA DA SILVA			CNPJ: 494.454.480-49	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 1882	Nº de Série: 1	UF: RS	Valor em R\$: 6.300,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 10 – Total de passageiros 40				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RS	CAXIAS DO SUL	CENTRO		06/01/2023 01:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 08:00	12/01/2023 08:00
BRASIL	RS	CAXIAS DO SUL	CENTRO	13/01/2023 23:30	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
15	FABIO ADRIANO MENEZES DO ROSARIO	2068080379	SSP-RS	
17	FRANCISCO KRUSE OLIVEIRA	6092437919	SSP-RS	
18	GILSON DA SILVA MATOS	2085712467	SSP-RS	
19	IGILSO MANOEL DE LIMA	6724192	SSP-RS	
20	IRACUI DOS SAANTOS	5092182665	SSP-RS	
23	JEAN CARLOS FELSKI CONTE	1098583287	SSP-RS	
28	LUIS GUSTAVO LIMA CARVALHO	7081874013	SSP-RS	
30	MARCIO RAFAEL MARQUES PEREIRA	1076612837	SSP-RS	
32	MILTON FRANCISCO DOS SANTOS	4066153869	SSP-RS	
38	RUDINEI DE LIMA SOARES	8082356349	SSP-Rs	

Autorização ANTT: 0006235248

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TELMO TUR TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS LTDA			CNPJ: 02836671000112	
Placa Veículo: OJZ0C36				
Contratante				
Razão Social: MARIA JANETE RIBEIRO ALMEIDA			CNPJ: 716.445.550-34	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 729	Nº de Série: 1	UF: RS	Valor em R\$: 10.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 15 – Total de passageiro: 48				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RS	SANTA MARIA	CENTRO		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	PALACIO DA PLANALTO	08/01/2023 04:30	08/01/2023 18:00
BRASIL	RS	SANTA MARIA	CENTRO	10/01/2023 02:30	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ADEMIR DOMINGOS PINTO DA SILVA	1078508321	SSP-RS	
4	CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA	2075829024	SSP	
5	CASSIANO ALVES DOS SANTOS	3028280369	SSP	
8	CLAUDIO ANTONIO MESQUITA PERALTA	40421546034	SSP	
11	DIOVANA VIEIRA DA COSTA	8131646302	SPF	
18	EVERTON STREPPPEL SEGALA	8063485133	SSP-RS	
21	HENRIQUE OZANA DE OLIVEIRA SOUZA CORREA	38767546	SSP	
22	HOLVERY RODRIGUES BONILHA	7038949785	SSP-RS	
24	IVETT MARIA KELLER	2032727873	SSP-RS	
26	JOAO MOISES RITTA REGES	5040904152	SSP	
29	JOSE ALENCAR REICHERT	3050051451	SSP	
32	LEOZANGELA ALMEIDA ANIOLA	4033076367	SSP-RS	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



43	RICARDO AUGUSTO BOCK	2051274468	SSP-RS	
46	SONIA MARIA STREB DA SILVA	7038550501	SSP	
48	VALQUIRIA MAIZA DIAS JAHNKE	5063256911	SSP-RS	

Autorização ANTT: 0006235172

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: A.P. DUARTE & CIA LTDA			CNPJ: 08475237000130	
Placa Veículo: IXQ2014				
Contratante				
Razão Social: SCHEILA MARIA CASAGRANDA			CNPJ: 031.908.800-69	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 00	Nº de Série: 0	UF: RS	Valor em R\$: 7.800,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 15 – Total de passageiros 37				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RS	SANTA ROSA	CENTRO		06/01/2023 21:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 20:00	10/01/2023 20:00
BRASIL	RS	SANTA ROSA	CENTRO	12/01/2023 20:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
1	AIRTON DORLEI SCHERER	4068546805	SSP	
2	ALEXANDER KOHLER RIBEIRO	3088751841	SSP	
3	AMARILDO GERSON BECKMANN	4082298771	SSP	
11	DIOGO DENIZ FEIX	6080115981	SSP	
13	EMERSON COSTA	5080122905	SSP	
18	JAQUELINE KONRAD	4085136101	SSPE ALMEIDA	
19	JOEL JEHN DA CUNHA	1056784497	SSP	
20	KELIN ALVES DE LIMA	0793603048	SSP	
25	MANUELA SOUZA DE LIMA	1122461948	SSP	
26	MARCELO SOARES KONRAD	1066546621	SSP	
28	MARCOS KRAHN	8089599719	SSP	
30	MIGUEL FERNANDO RITTER	3023788171	SSP	
31	MIRIAN GLADIS LEHMANN	1079562318	SSP	
35	SANDRA GAVIRAGHI	7044517907	SSP	
37	VANDERLEI MULLER	2074920212	SSP	

Autorização ANTT: 0006235264

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Razão Social: EXPRESSO SINIMBU LTDA		CNPJ: 95427860000112	
Placa Veículo: IYR1962			
Contratante			
Razão Social: MARLENE RECKZIEGEL		CNPJ: 229.633.320-68	
Dados da Nota Fiscal			
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 7859	Nº de Série: 1	UF: RS Valor em R\$: 20.000,00
Outras Informações			
Nº de Pessoas detidas: 08 – Total de passageiros 29			

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RS	SANTA CRUZ DO SUL	7º BIB CENTRO		06/01/2023 22:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 09:30	11/01/2023 20:00
BRASIL	RS	SANTA CRUZ DO SUL	7 ºBIB CENTRO	13/01/2023 06:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
3	CARLA BACK	4094069103	SSP	
4	CARLOS AIMORE PEREIRA FIRPO	0367810934	MB	
8	EDUARDO WEISS	1042657443	SSP	
16	MARCELO ALBERTO RECH	1061337653	SSP	
17	MARI CARLA FIUZA DOS SANTOS	4078182864	SSP	
22	PAULO CICHOWSKI	1051049748	SSP	
23	RAFAEL RODRIGO ZARTH	3126726243	SSP	
27	ROBERTO SIMON	8033768808	SSP	

Autorização ANTT: 0006235367

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM			
Empresa			
Razão Social: TRANSPORTES NOVASUL LTDA	CNPJ: 07794395000190		
Placa Veículo: IRM1C44			
Contratante			
Razão Social: DANIEL FOCHEZATTO	CNPJ: 484.992.260-00		
Dados da Nota Fiscal			
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 234	Nº de Série: 1	UF: RS Valor em R\$: 12.000,00
Outras Informações			
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 45			

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RS	CAXIAS DO SUL	CENTRO		07/01/2023 00:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 08:00	09/01/2023 20:00
BRASIL	RS	CAXIAS DO SUL	CENTRO	11/01/2023 08:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



11	EDUARDO ZEFERINO ENGLERDT	98569694091	SSP	
45	TELMO JOSÉ REGINATO	1074061861	SSP	

Autorização ANTT: 0006235272

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSPORTES BARTZ EIRELI			CNPJ: 04010759000106	
Placa Veículo: FKE1H18				
Contratante				
Razão Social: AECA			CNPJ: 88.664.024/0001-96	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 879	Nº de Série: 0001	UF: RS	Valor em R\$: 10.800,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 12				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	RS	ESTRELA	CENTRO		07/01/2023 01:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	CENTRO	09/01/2023 17:00	13/01/2023 07:00
BRASIL	RS	ESTRELA	CENTRO	16/01/2023 17:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
3	CARINE EDI NICOLAI	6076427621	SJS RS	
4	CARLOS ANTONIO EIFLER	5047882501	SSP RS	
5	CEZAR CARLOS FERNANDES DA SILV A	9042848656	SJS RS	

SANTA CATARINA

Autorização ANTT: 0006233384

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: RODRIGUES TUR LTDA - ME			CNPJ: 21597335000109	
Placa Veículo: BUP8I88				
Contratante				
Razão Social: Lenir Ap. C. Rodrigues			CNPJ: 564.116.189-68	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 000000131	Nº de Série: 001	UF: SC	Valor em R\$: 11.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 41				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	BLUMENAU	Rua Aloisio Blaesing, 105 Passo Manso - CEP-89032-009		05/01/2023 18:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	CENTRO	06/01/2023 22:00	09/01/2023 06:00
BRASIL	SC	BLUMENAU	Rua Aloisio Blaesing 105	10/01/2023 10:00	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	ANGELO SOTERO DE LIMA	12459500	SSPSC	

Autorização ANTT: 0006233902

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TONI TOUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EIRELI			CNPJ: 18893023000138	
Placa Veículo: QJZ6189				
Contratante				
Razão Social: TRANSPORTE EXECUTIVO			CNPJ: 02.964.408/0001-09	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 217	Nº de Série: 1	UF: SC	Valor em R\$: 100,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 14				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	ITAJAI	CENTRO		06/01/2023 00:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 23:00	10/01/2023 12:00
BRASIL	SC	ITAJAI	CENTRO	11/01/2023 13:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
13	TELMO ESMALA	6169648	SSPSC	

Autorização ANTT: 0006234022

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: FRANCK DO NASCIMENTO MARCELINA TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 30444490000186	
Placa Veículo: MDZ7A77				
Contratante				
Razão Social: ODILON ARAUJO JUNIOR TRANSPORTES ERELI			CNPJ: 01.891.979/0001-06	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 32	Nº de Série: 01	UF: SC	Valor em R\$: 10.000,00
Informações do Início da Viagem				
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 36				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	TUBARAO	CENTRO		06/01/2023 12:00
BRASIL	SC	IMBITUBA	ARAÇATUBA	06/01/2023 13:00	06/01/2023 13:05
BRASIL	SC	PALHOÇA	BR 101	06/01/2023 14:30	06/01/2023 14:35
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 20:00	11/01/2023 23:59
BRASIL	SC	PALHOÇA	BR 101	13/01/2023 05:00	13/01/2023 05:05
BRASIL	SC	IMBITUBA	ARAÇATUBA	13/01/2023 06:15	13/01/2023 06:20
BRASIL	SC	TUBARAO	CENTRO	13/01/2023 07:45	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
------------------------	--	--	--	--



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
3	CAMILA MENDONÇA MARQUES	4638411	SSP SC

Autorização ANTT: 0006234406

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: LUPA TRANSPORTE E TURISMO LTDA			CNPJ: 42162631000157	
Placa Veículo: LLA8724				
Contratante				
Razão Social: ALTAIR VICENTE			CNPJ: 793.914.279-87	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 445	Nº de Série: 1	UF: SC	Valor em R\$: 200,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 19 – Total de passageiros 46				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	JOINVILLE	CENTRO		06/01/2023 15:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 17:00	10/01/2023 18:00
BRASIL	SC	JOINVILLE	CENTRO	11/01/2023 17:30	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
1	ADELIR ZOZ	2.199.330	SSPSC	
2	AGENOR PISETTA	1.137.768	SSPSC	
4	ANA PAULA CONSTANTINO	6143 3695	SSPSC	
7	DEIBE REGINA DA SILVA CAVALHEIRO	2 796.523- 6	SSPSC	
11	EDUARDO LOPES PEREIRA	5287176	SSPSC	
13	FRANCINE MARIA DE ASSUNÇÃO LOPES	6 195 882	SSPSC	
16	GISLAINE ALVES VALENTIM	5.171.237	SSPSC	
18	IEDA FERREIRA ANDRASKI	6.177.249	SSPSC	
21	JOAO ANDRASKI	57.511.558	SSPSC	
22	JOAO EDUARDO ALVES NUNES	434 2333	SSPSC	
24	JOSIEL MAGNO CENSI	5123047	SSPSC	
25	LUCAS ANDRASKI	5783528	SSPSC	
29	MARILEIA DOS SANTOS ZOZ	2.052.315.7	SSPSC	
33	NELCI GUIMARÃES DA ROSA SANTIAGO	3.625.475	SSPSC	
35	RENATO POFFO	3731060	SSPSC	
38	ROSMARA DO ROCIO RODRIGUES	1985162	SSPSC	
40	SANDRA SOARES DA SILVA ULIANO	5.419.140-5	SSPSC	
45	VANDERLEIA TORRENS MACHADO	3554422	SSPSC	
46	VINICIUS ULIANO	12.418.654-4	SSPSC	

Autorização ANTT: 0006234429

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: L. C. J. TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 17525009000119	
Placa Veículo: lzz2712				
Contratante				
Razão Social: PAULO HENRIQUE CARVALHO VILLA			CNPJ: 618.181.359-49	
Dados da Nota Fiscal				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 161	Nº de Série: 1	UF: SC	Valor em R\$: 5.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 15				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	IÇARA	Centro		06/01/2023 15:00
BRASIL	DF	BRASILIA	Centro	08/01/2023 12:00	12/01/2023 11:00
BRASIL	SC	IÇARA	Centro	14/01/2023 14:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
6	GRACO MAGNUS MENGUE	4592066	SSP/SC	
7	JEFERSON WERNER SILVEIRA	6101042	SSP/SCCRISTINA FERR	
11	MARCELO TRENTIN MEIRELES	8050073132	SSP/SC	

Autorização ANTT: 0006235000

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: SARCELLA & SARCELLA TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA			CNPJ: 13923681000101	
Placa Veículo: Awc3d11				
Contratante				
Razão Social: Tiago Ruam Sarcella			CNPJ: 058.863.389-50	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 698	Nº de Série: 02	UF: SC	Valor em R\$: 2.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 05 – Total de passageiros 42				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	RIO DO SUL	Centro		06/01/2023 19:00
BRASIL	DF	BRASILIA	Centro	07/01/2023 23:00	12/01/2023 02:00
BRASIL	SC	RIO DO SUL	Centro	13/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF
2	ALCEU VITOR CONSTANTE	2915550	SSPSC	
9	DIRCE ROGERIO	2333128	SSPSC	
13	EVERALDO JOSÉ MARCONSINI	2.483.442	SSPSC	
29	JONASTANIEL CAPISTRANO	7078286	SSPSC	
41	SERGIO REITZ	4642326	SSPSC	

Autorização ANTT: 0006234970

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: MASSANEIRO TRANSPORTES RODOVIARIO DE PASSAGEIROS LTDA ME			CNPJ: 06536715000140	
Placa Veículo: RXP0I99				
Contratante				
Razão Social: MARILETE DOS SANTOS VARGAS			CNPJ: 887.053.409-00	
Dados da Nota Fiscal				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 001.965	Nº de Série: 1	UF: SC	Valor em R\$: 3.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 52				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	BRUSQUE	CENTRO - BRUSQUE		06/01/2023 20:00
BRASIL	SC	GASPAR	POSTO MIME BR 470	06/01/2023 20:25	06/01/2023 20:30
BRASIL	SC	ITAJAI	MARINHA DO BRASIL	06/01/2023 21:05	06/01/2023 21:15
BRASIL	SC	JOINVILLE	POSTO PORTICO EXPOVILLE	06/01/2023 23:00	06/01/2023 23:30
BRASIL	DF	BRÁSILIA	HOTEL BRISTOL	07/01/2023 23:58	12/01/2023 14:00
BRASIL	SC	JOINVILLE	POSTO PORTICO EXPOVILLE	13/01/2023 15:00	13/01/2023 15:10
BRASIL	SC	ITAJAI	MARINHA DO BRASIL	13/01/2023 17:00	13/01/2023 17:15
BRASIL	SC	GASPAR	POSTO MIME BR 470	13/01/2023 17:55	13/01/2023 18:00
BRASIL	SC	BRUSQUE	CENTRO BRUSQUE	13/01/2023 18:30	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Orgão Expedidor	
18	FABIANO DA SILVA	3217614	SSPSC	
24	JEDIEL DE SOUZA LAU	353014783	SSPSC	
29	JUSSARA INES BRAZ	37382640	SSPSC	
34	LUIZ ANSELMO DA SILVA	1403052	SSPSC	
44	ROSANGELA ANDREIA JUNGLES	4.063.952	SSPSC	
48	SILVANA MOURA LIRIO PRAUZE	6.767.185	SSPSC	
49	SIMAR SIDNEI DA SILVA	7402837	SSPSC	

Autorização ANTT: 0006235363

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: DIGITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA EPP			CNPJ: 02516866000185	
Placa Veículo: HGJ1667				
Contratante				
Razão Social: GISELLE DOS SANTOS GREIN			CNPJ: 048.035.439-17	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 801	Nº de Série: MOD.67	UF: SC	Valor em R\$: 1.430,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 11 – Total de passageiros 42				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	ITAJAI	ITAJAI -SC		06/01/2023 22:30
BRASIL	SC	BLUMENAU	BLUMENAU -SC	06/01/2023 23:30	06/01/2023 23:35
BRASIL	SC	JOINVILLE	JOINVILLE -SC	07/01/2023 01:00	07/01/2023 01:15
BRASIL	DF	BRÁSILIA	BRÁSILIA -DF	08/01/2023 04:00	10/01/2023 20:00
BRASIL	SC	JOINVILLE	JOINVILLE -SC	11/01/2023 23:00	11/01/2023 23:15
BRASIL	SC	BLUMENAU	BLUMENAU -SC	12/01/2023 01:00	12/01/2023 01:10
BRASIL	SC	ITAJAI	ITAJAI -SC	12/01/2023 02:15	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Orgão Expedidor	CPF
8	CARLOS ALBERTO HORSTMANN	1035465	SSPSC	547.765.979-34
14	EDUARDO GADOTTI MURARA	5197202	SSPSC	
16	GILBERTO ACKERMANN	45636186	SSPSC	877.077.809-49
19	GUIDO SCHIMIDT	1676073	SSPSC	552.376.069-20



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



21	JACSON DOUGLAS BIAZUS	3125275	SSPSC	
23	JOAO CARLOS DE MORAIS	4924724	SSPSC	754.286.799-72
25	JULIA PERES MAZZEGA	80033606	SSPSC	
31	MARCIA MARIA DA SILVA	1238194	SSPSC	
32	MARCIO ANTONIO BIAZUS	2657472	SSPSC	
35	MARCOS ANDREY BASSANESI DE OLIVEIRA	5319953	SSPSC	
42	WESDRA SANTAREM MAZZEGA	12242380	SSPSC	

Autorização ANTT: 0006235885

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSPORTADORA VAZ LTDA			CNPJ: 44308297000122	
Placa Veículo: IKE7F91				
Contratante				
Razão Social: JONATA LUIZ BATISTA			CNPJ: 064.749.889-83	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 030	Nº de Série: 1	UF: SC	Valor em R\$: 200,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 38				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SC	GASPAR	RUA GOIANIA 310		07/01/2023 16:00
BRASIL	SC	JOINVILLE	RUA DOS AGRONOMOS 74	07/01/2023 18:00	07/01/2023 18:30
BRASIL	DF	BRASILIA	VILA PLANALTO ACAMP RABELO S/N	08/01/2023 18:30	10/01/2023 17:00
BRASIL	SC	JOINVILLE	RUA DOS AGRONOMOS 74	11/01/2023 17:00	11/01/2023 17:30
BRASIL	SC	GASPAR	RUA GOIANIA 310	11/01/2023 20:30	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
3	ALESSANDRA MALVINA	0354723	SSP SC	
6	CELIA REGINA PEREIRA	75119722	SSP SC	
9	DARIZA GORZISZA DA MAIA	4016376	SSP SC	
10	DITTER MARX	1500061	SSP SC	
22	JOSINEIA MARIA ROSA	0044491	SSP SC	
27	LUCAS HELIAN SABINO	144780426	SSP SC	
29	LUIZ ANTONIO VEIGA	2115060	SSP SC	

SÃO PAULO

Autorização ANTT: 0006217085

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSPASSO FRETAMENTO E TURISMO LTDA			CNPJ: 18593759000190	
Placa Veículo: AZC2I54				
Contratante				
Razão Social: LOUI PARMA CARVALHO			CNPJ: 291.639.548-26	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 29/12/2022	Número: 800	Nº de Série: CTE	UF: SP	Valor em R\$: 16.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 43				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	TAUBATÉ	RUA JOÃO ORTIZ MONTEIRO 64		29/12/2022 13:00
BRASIL	DF	BRASILIA	Brasilia DF	30/12/2022 07:00	02/01/2023 20:00
BRASIL	SP	TAUBATÉ	RUA JOÃO ORTIZ MONTEIRO 64	03/01/2023 14:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
16	JOSÉ ROMILSON MAGALHÃES FARIAS	32027901-7	SP	
24	MARCO ANTÔNIO IGLESIAS SIMAL OLIVEIRA	48764298-3	SP	

Autorização ANTT: 0006218942

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: NOVA CANAA TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS LTDA			CNPJ: 04793349000189	
Placa Veículo: AUV5A87				
Contratante				
Razão Social: MARCIO VINICIUS CARVALHO COELHO			CNPJ: 390.413.708-54	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 30/12/2022	Número: 1095	Nº de Série: 001	UF: SP	Valor em R\$: 1.200,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 30				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	MARILIA	TIRO DE GUERRA DE MARILIA		30/12/2022 22:00
BRASIL	DF	BRASILIA	PLANALTO	31/12/2022 12:00	02/01/2023 15:00
BRASIL	SP	MARILIA	TIRO DE GUERRA DE MARILIA	03/01/2023 05:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
27	RORIGO DE FREITAS MORO RAMALHO	39312573802	SSP-SP	

Autorização ANTT: 0006219114

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: SÃO MATHEUS BADA BASSITT TRANSPORTES E TURISMO LTDA			CNPJ: 16951036000190	
Placa Veículo: DVT9A11				
Contratante				
Razão Social: JOAO CARLOS BALDAN			CNPJ: 169.858.598-52	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 30/12/2022	Número: 1341	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 33				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SÃO JOSE DO RIO PRETO		30/12/2022 22:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	31/12/2022 10:00	02/01/2023 14:00
BRASIL	SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SÃO JOSE DO RIO PRETO	03/01/2023 04:00	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
19	MARCO ANTONIO ESTEVAO	20850784X	SSP/SP	

Autorização ANTT: 0006233573

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: CIDADE DAS FLORES TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 02939124000162	
Placa Veículo: FGZ0200				
Contratante				
Razão Social: RENTA SIMOSO MANERA			CNPJ: 184.357.538-83	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 4051	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 5.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 36				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	MOGI GUAÇU	ROD SP 340		05/01/2023 19:00
BRASIL	DF	BRASILIA	QUARTEL GENERAL DO EXERCITO	06/01/2023 14:00	08/01/2023 12:00
BRASIL	SP	MOGI GUAÇU	ROD SP 340	09/01/2023 02:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS					
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	CPF	
2	AMAURI DE SOUZA FERRAZ	156600833	SSPSP		
10	CLAUDEMIR APARECIDO BARBOSA MARTINS	11656675846	SSPSP		

Autorização ANTT: 0006233547

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS SA			CNPJ: 80227796000159	
Placa Veículo: bcc8e54				
Contratante				
Razão Social: DIEGO CHAGAS RIBEIRO NASCIMENTO			CNPJ: 369.214.278-11	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 104	Nº de Série: 67	UF: SP	Valor em R\$: 22.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 33				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	REGISTRO	RODOVIARIA		06/01/2023 01:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA - DF	06/01/2023 23:30	10/01/2023 12:00
BRASIL	SP	REGISTRO	REGISTRO - SP	11/01/2023 11:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
6	ANTONIO LUIZ ALMEIDA SANTOS	30992090-5	SSP/SP	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



12	GLEDERSON HENRIQUE RIBEIRO	44590683-2	SSP/SP	
13	GLEDERSON HENRIQUE RIBEIRO	44590683-2	SSP/SP	
28	SONIA MARIA RODRIGUES DA SILVA	08818268805	SSP/SP	

Autorização ANTT: 0006233934

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSMEGA TRANSPORTES E TURISMO EIRELI			CNPJ: 08427246000156	
Placa Veículo: NTQ8D39				
Contratante				
Razão Social: MICHELY PAIVA ALVES			CNPJ: 341.285.028-47	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 32	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 250,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 30				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	LIMEIRA	NOSSO CLUBE		06/01/2023 09:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	06/01/2023 23:30	10/01/2023 11:00
BRASIL	SP	LIMEIRA	NOSSO CLUBE	11/01/2023 02:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ANA PAULA NOBREGA	447942013	SSP	
4	CLAUDIA AUGUSTA GROppo	0	SSP	
8	EDER HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	454029998	SSP	
10	ELIANE DE FATIMA APARECIDA DE SOUZA	331232340	SSP	
18	JULIA GRAZIELA FRANCO	403022794	SSP	
19	LEANDRO JOSE RAIMUNDO	237316961	SSP	
26	MICHELY PAIVA ALVES	408880661	SSP	

Autorização ANTT: 0006234027

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Número da Autorização: 0006234027 AUTORIZADA		Código de Controle: 09A78901DBC10CE0		
Número da Solicitação: 0006234380		Data da Autorização: 06/01/2023 09:58:51		
Tipo de Solicitação: Comum				
Empresa				
Razão Social: SUSSANTUR TRANSPORTE E TURISMO E FRETAMENTO LTDA			CNPJ: 44590404000158	
Placa Veículo: CUY2D67				
Contratante				
Razão Social: PAULO ROBERTO MARTINS			CNPJ: 063.993.198-70	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 9833	Nº de Série: 001	UF: SP	Valor em R\$: 16.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 45				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	SANTO ANDRÉ	CENTRO		06/01/2023 13:00
BRASIL	DF	BRASILIA	HOSPEDAGEM E CITY TOUR	07/01/2023 06:00	09/01/2023 18:00



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



BRASIL	SP	SANTO ANDRÉ	CENTRO	10/01/2023 11:00
--------	----	-------------	--------	------------------

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
1	ADENILSON ANTÔNIO DA SILVA	17475260x	SSP/SP	
9	CARLOS ROBERTO SILVA SANTOS	286417650	SSP/SP	
18	FRANCISCA HILDETE FERREIRA	23195205-3	SSP/SP	
20	IRACI MEGUMI NAGOSHI	5.241.921-6	SSP/SP	
25	LEONARDO FRANCISCO JUNIOR	221781973	SSP/SP	
44	VANESSA ZAPPONI DE CARVALHO	329393133	SSP/SP	
45	VILDETE FERREIRA DA SILVA GUARDIA	7226723 9	SSP/SP	

Autorização ANTT: 0006234257

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANS LOPES TRANSPORTES E TURISMO LTDA			CNPJ: 39466349000159	
Placa Veículo: LPE7H00				
Contratante				
Razão Social: FERNANDO JOSE RIBEIRO CASACA			CNPJ: 000.065.358-60	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 28	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 17.500,00
Outras Informações				
Motivo da Viagem:				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 34				
KM Percorrida (ida/volta): 2400				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	SANTOS	RUA JORGE TIBIRIÇA 41 AP 55		06/01/2023 14:00
BRASIL	DF	BRASILIA	PRAÇA DOS TRÊS PODERES	07/01/2023 08:00	12/01/2023 17:00
BRASIL	SP	SANTOS	RUA JORGE TIBIRIÇA 41	13/01/2023 11:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ALEXANDRE MACHADO NUNES	272264343	SSP SP	
27	MONICA TANIYAMA DE BARROS	270424933	SSP SP	

Autorização ANTT: 0006234433

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSCOMIN TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA			CNPJ: 00371038000170	
Placa Veículo: GAM5451				
Contratante				
Razão Social: MARCOS OLIVEIRA QUEIROZ			CNPJ: 290.302.958-05	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 1571	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 850,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 42				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



BRASIL	SP	SÃO PAULO	AV SARGENTO MARIO KOZEL FILHO		06/01/2023 17:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 09:00	09/01/2023 18:00
BRASIL	SP	SÃO PAULO	AV SARGENTO MARIO KOZEL FILHO	10/01/2023 10:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS					
Ordem	Nome		Nº Documento	Órgão Expedidor	
3	ALEX SANDRO ANJOS AUGUSTO		291573356	SSP/SP	
13	DIEGO SCALONA		390936029	SSP/SP	

Autorização ANTT: 0006234476

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: TRANSMEGA TRANSPORTES E TURISMO EIRELI				CNPJ: 08427246000156	
Placa Veículo: NFY5G79					
Contratante					
Razão Social: CARLOS EDUARDO OLIVEIRA				CNPJ: 115.490.448-26	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 33	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 250,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 46					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	SÃO PEDRO	CENTRO		06/01/2023 18:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 08:30	10/01/2023 18:00
BRASIL	SP	SÃO PEDRO	CENTRO	11/01/2023 09:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS					
Ordem	Nome		Nº Documento	Órgão Expedidor	
11	DANIEL JOSÉ DE MAIO		27 450 524 – 1	SSP	
12	DAVI ALVES VIEGAS DA SILVA		24.882.872-1	SSP	
13	DAVI EMANUEL PEREIRA DOMICIANO		45213937-5	SSP	
26	JOSÉ CARLOS GALANTI		12498806-4	SSP	

Autorização ANTT: 0006234624

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: CONDOR TUR TRANSPORTE E TURISMO EIRELI				CNPJ: 58909417000151	
Placa Veículo: FKC8G46					
Contratante					
Razão Social: SHEILA MANTOVANNI				CNPJ: 260.716.928-30	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 737	Nº de Série: 001	UF: SP	Valor em R\$: 2.800,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 08 – Total de passageiros 40					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	MOJI DAS CRUZES	AV. FRANCISCO RODRIGUES FILHO, 1000 - VILA MOGILAR, MOGI DAS CRUZES - SP, 08780-090		06/01/2023 18:00
BRASIL	DF	BRASILIA	SMAS, TRECHO 4, CONJUNTO 5, 6 - ASA SUL, BRASILIA - DF, 70610-635	07/01/2023 12:00	10/01/2023 18:00



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



BRASIL	SP	MOJI DAS CRUZES	AV. FRANCISCO RODRIGUES FILHO, 1000 - VILA MOGILAR, MOGI DAS CRUZES - SP, 08780-090	11/01/2023 12:00	
--------	----	-----------------	---	------------------	--

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	CECIL DE FARIA GARCIA	18.560.146	SSP	
12	FERNANDO TATTERO	44.208.007	SSP	
14	FRANCISCO CORREA DE MELO XAVIER	42.983.615-6	SSP	
19	HEDIO MINORU HIRATUKA	15.266.201-7	SSP	
20	JOÃO BENEDITO RODRIGUES	17.906.466-6	SSP	
22	JOSÉ APARECIDO LOPES DOS SANTOS	29.419.718-7	SSP	
32	PATRICIA HELENA NOGUEIRA	19.408.370	SSP	
38	THIAGO CARDOSO DE LIMA	42.195.819-4	SSP	

Autorização ANTT: 0006234698

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: FAVI AUTO VIAÇÃO LTDA			CNPJ: 09094952000196	
Placa Veículo: GKI3760				
Contratante				
Razão Social: LUIS ROBERTO BRAGAIA			CNPJ: 096.004.528-73	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 571	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 3.700,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 47				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	AMERICANA	CENTRO		06/01/2023 18:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	CENTRO	07/01/2023 10:00	08/01/2023 08:00
BRASIL	SP	AMERICANA	CENTRO	08/01/2023 23:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
5	AROLDI WILSON RODER	18.024.471	SSPSP	
8	DIRCEU RIBEIRO DA ASSUNÇÃO	5.536.313	SSPSP	
21	IZAIAS ROBERTO DA SILVA	202328582	SSPSP	

Autorização ANTT: 0006234875

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: NOVA CANAA TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS LTDA			CNPJ: 04793349000189	
Placa Veículo: AUV5A87				
Contratante				
Razão Social: MARCIO VINICIUS CARVALHO COELHO			CNPJ: 390.413.708-54	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 1099	Nº de Série: 001	UF: SP	Valor em R\$: 1.200,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 29				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
----------------------------------	--	--	--	--	--



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	MARILIA	MAC		06/01/2023 18:00
BRASIL	DF	BRASILIA	PLANALTO	07/01/2023 09:00	11/01/2023 18:00
BRASIL	SP	MARILIA	MAC	12/01/2023 09:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
12	JOSE RICARDO FERNANDES PEREIRA	1544898865	SSP-SP	

Autorização ANTT: 0006234622

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ASTRA-AGENCIA DE SERVICOS E TRANSPORTES TERRESTRES LTDA			CNPJ: 00867680000145	
Placa Veículo: AMG1292				
Contratante				
Razão Social: ROSANGELA DE MACEDO SOUZA			CNPJ: 974.863.458-20	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 000299	Nº de Série: B1	UF: SP	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 39				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	VOTUPORANGA	VOTUPORANGA		06/01/2023 18:30
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 06:00	08/01/2023 18:30
BRASIL	SP	VOTUPORANGA	VOTUPORANGA	09/01/2023 06:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
23	KINGO PAKAHASHI	11231554	SSP-SP	

Autorização ANTT: 0006234710

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: ASTRA-AGENCIA DE SERVICOS E TRANSPORTES TERRESTRES LTDA			CNPJ: 00867680000145	
Placa Veículo: NRB9690				
Contratante				
Razão Social: JEAN FRANCO DE SOUZA			CNPJ: 214.621.928-90	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 000326	Nº de Série: B1	UF: SP	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 06 – Total de passageiros 42				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	VOTUPORANGA	VOTUPORANGA		06/01/2023 18:40
BRASIL	SP	MIRASSOL	MIRASSOL	06/01/2023 19:45	06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 07:00	12/01/2023 17:00
BRASIL	SP	MIRASSOL	MIRASSOL	13/01/2023 04:00	13/01/2023 04:30
BRASIL	SP	VOTUPORANGA	VOTUPORANGA	13/01/2023 05:45	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
5	ANTONIO CARDOSO PEREIRA J	325819166	SSP-SP
8	BEATRIZ DAIANE LAUDINO	996358150	SSP-SP
18	GUSTAVO BARCO RAVENNA	3320660	SSP-SP
32	PAULO PASTEGA	430326456	SSP-SP
34	RAY TRAVASSOS	351614254	SSP-SP
41	THIAGO LAUDINO	428685067	SSP-SP

Autorização ANTT: 0006234442

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: EXPRESSO PRUDENTE LOCAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI - ME			CNPJ: 23856927000123	
Placa Veículo: AUJ2884				
Contratante				
Razão Social: MARLON DIEGO DEOLIVEIRA			CNPJ: 357.950.598-03	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 000001322	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 2.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 37				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	avenida joaquim constantino, 1553		06/01/2023 19:00
BRASIL	SP	TUPA	avenida tapuias - centro tupã	06/01/2023 21:00	06/01/2023 22:00
BRASIL	DF	BRASILIA	Vila Planalto Acamp Rabêlo	07/01/2023 16:00	15/01/2023 17:00
BRASIL	SP	TUPA	avenida tapuias - centro tupã	16/01/2023 17:00	16/01/2023 18:00
BRASIL	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	avenida joaquim constantino, 1553	16/01/2023 23:30	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
28	ORLANDO BARDELLI DA SILVA	40.117.874 - 2	SSP
37	VANESSA HARUMI TAKASAKI	32.592.265 - 54	SSP

Autorização ANTT: 0006235151

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: M. DE L.B.NOQUEIRA DIAS TURISMO EIRELI			CNPJ: 08751574000103	
Placa Veículo: Nwn9996				
Contratante				
Razão Social: GENIVAL JOSE DA SILVA			CNPJ: 533.444.488-20	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 199	Nº de Série: MOD7C1	UF: SP	Valor em R\$: 1.100,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 41				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	RIBEIRAO PRETO	PRAÇA CENTRAL		06/01/2023 19:00
BRASIL	DF	BRASILIA	HOTEL RIVIERA	07/01/2023 06:30	09/01/2023 19:00
BRASIL	SP	RIBEIRAO PRETO	PRAÇA CENTRAL	10/01/2023 06:30	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
19	JUVÊNIO JOSE DE BRITO	52304906	SSP/SP	

Autorização ANTT: 0006234677

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: SÃO MATHEUS BADA BASSITT TRANSPORTES E TURISMO LTDA			CNPJ: 16951036000190	
Placa Veículo: LSN3551				
Contratante				
Razão Social: JOAO CARLOS BALDAN			CNPJ: 169.858.598-52	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 1343	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 45				

INFORMAÇÕES DO ROTÉIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	SAO JOSÉ DO RIO PRETO	SAO JOSE DO RIO PRETO		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 07:00	10/01/2023 17:00
BRASIL	SP	SAO JOSÉ DO RIO PRETO	SAO JOSE DO RIO PRETO	11/01/2023 04:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
1	ADRIELE CRISTINA TRIGO	40.624.326-8	SSP/SP	
12	DIRCE GONÇALVES DOS SANTOS	8.969.215-6	SSP/SP	
13	EDER ROCHA	28.181.533-1	SSP/SP	
21	LINDOLFO DE OLIVEIRA	19.261.610-9	SSP/SP	
38	STELA MARIA ATANAZIO	11.585.731	SSP/SP	
43	WILLIAN NEVES GUIMARÃES	33.949.474-8	SSP/SP	

Autorização ANTT: 0006235022

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSCOMIN TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA			CNPJ: 00371038000170	
Placa Veículo: EXV1125				
Contratante				
Razão Social: MARCOS OLIVEIRA QUEIROZ			CNPJ: 290.302.958-05	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 1572	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 850,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 38				

INFORMAÇÕES DO ROTÉIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	SAO PAULO	AV SARGENTO MARIO KOZEL FILHO		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 13:00	09/01/2023 18:00
BRASIL	SP	SAO PAULO	AV SARGENTO MARIO KOZEL FILHO	10/01/2023 11:00	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
32	SANDRA MARIA MENEZES CHAVES	252033632	SSP/SP
35	VIVIANE MARTIMIANI NOGUEIRA	377031215	SSP/SP

Autorização ANTT: 0006235137

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: MARCOS JOSE LORENTI EIRELI			CNPJ: 19717349000177	
Placa Veículo: GXM9188				
Contratante				
Razão Social: SULANI ANTUNES SANTOS			CNPJ: 944.717.460-49	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 05/01/2023	Número: 551	Nº de Série: 000	UF: SP	Valor em R\$: 2.600,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 36				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	JUNDIAI	RODOVIA ANHANGUERA KM 53, VILA MILITAR JUNDIAI		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	PRAÇA DOS TRES PODERES	07/01/2023 12:00	08/01/2023 21:00
BRASIL	SP	JUNDIAI	RODOVIA ANHANGUERA KM 53, VILA MILITAR JUNDIAI	09/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
20	HELION FERREIRA DOS SANTOS	250224653	SSP
34	SILVANETH SILVA SOUA BARBOSA DOS SANTOS	394421802	SSP

Autorização ANTT: 0006235220

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSMEGA TRANSPORTES E TURISMO EIRELI			CNPJ: 08427246000156	
Placa Veículo: OLN2A37				
Contratante				
Razão Social: MONICA REGINA ANTONIAZI			CNPJ: 131.065.328-31	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 34	Nº de Série: 250	UF: SP	Valor em R\$: 250,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 56				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	PIRACICABA	RUA ANHANGUERA 362 MORUMBI		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASÍLIA	CENTRO	07/01/2023 11:00	08/01/2023 20:00
BRASIL	SP	PIRACICABA	RUA ANHANGUERA 362 MORUMBI	09/01/2023 11:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS			
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor
25	JORGE ROGERIO CORRER	1039912X	SSP
31	MARCIO ALEXANDRE PISSOCARO	204216758	SSP



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006235245

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: GET CARS BR TRANSPORTE EXECUTIVO LTDA				CNPJ: 23083281000199	
Placa Veículo: NZS2G20					
Contratante					
Razão Social: DANIEL SOARES NASCIMENTO				CNPJ: 368.259.368-32	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 8547	Nº de Série: 6254	UF: SP	Valor em R\$: 4.000,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 45					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	SAO PAULO	CENTRO		06/01/2023 20:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 12:00	08/01/2023 17:00
BRASIL	SP	SAO PAULO	CENTRO	09/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
10	DANIEL SOARES DO NASCIMENTO	15678689	SSP	
24	ISMAILEY WILLIAM BARBOSA	14446959 3	SSP	
43	SUELMA DOS SANTOS E SANTOS	67534314-8	SSP	

Autorização ANTT: 0006235206

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM					
Empresa					
Razão Social: AUTOVIACAO TRIPLO X LTDA				CNPJ: 35775067000182	
Placa Veículo: EOF7H98					
Contratante					
Razão Social: JORGE RODRIGUES CUNHA				CNPJ: 304.851.458-98	
Dados da Nota Fiscal					
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 17	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 2.600,00	
Outras Informações					
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 29					

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	CAMPINAS	LARGO DO ROSARIO		06/01/2023 21:00
BRASIL	DF	BRASILIA	LARGO DO ROSARIO	07/01/2023 12:00	08/01/2023 21:00
BRASIL	SP	CAMPINAS	LARGO DO ROSARIO	09/01/2023 12:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
23	MARIA MEDULE	21872581	SSP	
26	RONEY BOTELHO	526539069	SSP	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Autorização ANTT: 0006235276

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: E. MACIEL DE BARROS & CIA LTDA			CNPJ: 47759204000174	
Placa Veículo: AYL1H84				
Contratante				
Razão Social: ERLON PALIOTTA FERRITE			CNPJ: 258.152.428-61	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 429	Nº de Série: 1	UF: SP	Valor em R\$: 500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 03 – Total de passageiros 37				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	PENAPOLIS	PENAPOLIS		06/01/2023 21:00
BRASIL	DF	BRASILIA	BRASILIA	07/01/2023 11:00	09/01/2023 16:00
BRASIL	SP	PENAPOLIS	PENAPOLIS	10/01/2023 20:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
17	JONATAS HENRIQUE PIMENTA	489438167	SSPSP	
18	JOSIANI VARGAS DE FREITAS	421607191	SSPSP	
36	VALMIR FERNANDES PIOTI	417316148	SSPSP	

Autorização ANTT: 0006235105

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSPASSO FRETAMENTO E TURISMO LTDA			CNPJ: 18593759000190	
Placa Veículo: CVN9002				
Contratante				
Razão Social: Alethea Veruska Soares			CNPJ: 199.189.908-48	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 806	Nº de Série: CTE	UF: SP	Valor em R\$: 500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de passageiros 42				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PRAÇA NOVO HOTEL		06/01/2023 21:30
BRASIL	DF	BRASILIA	PRAÇA DOS CRISTAIS	07/01/2023 16:00	10/01/2023 22:00
BRASIL	SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PRAÇA NOVO HOTEL	11/01/2023 17:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
2	ALETHEA SOARES	M5734771	SP	
42	ULISSES FREDDI	21.229.070-8	SP	

Autorização ANTT: 0006235127

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Razão Social: EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA SA		CNPJ: 55334262000184	
Placa Veículo: GGM7458			
Contratante			
Razão Social: DYEGO PRIMOLAN ROCHA		CNPJ: 356.109.428-70	
Dados da Nota Fiscal			
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 4562	Nº de Série: 1	UF: SP Valor em R\$: 15.400,00
Outras Informações			
Nº de Pessoas detidas: 06 – Total de passageiros 34			

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	RODOSERV NA AV. JOAQUIM CONSTANTINO,376-VILA FORMOSA		06/01/2023 23:30
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	07/01/2023 15:00	16/01/2023 19:00
BRASIL	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	RODOSERV NA AV. JOAQUIM CONSTANTINO,376-VILA FORMOSA	17/01/2023 11:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
11	IARA SOLANGE SOARES	176083042	SSP/SP	
14	JOAO ALVES RIBEIRO	198161712	SSP/SP	
15	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	15454576	SSP/SP	
28	REGIS EDUARDO BELLATO	403940369	SSP/SP	
31	ROSA MARIA PINTO VANDERLEY	26383590X	SSP/SP	
32	SILENE CALIXTO ALVES	27413925	SSP/SP	

Autorização ANTT: 0006235566

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM			
Empresa			
Razão Social: VALETUR TRANSPORTES LOCAÇÃO E TURISMO LTDA		CNPJ: 10680547000139	
Placa Veículo: EOD9F73			
Contratante			
Razão Social: LOUI PARMA CARVALHO		CNPJ: 291.639.548-26	
Dados da Nota Fiscal			
Data de Emissão: 06/01/2023	Número: 5227	Nº de Série: 1	UF: SP Valor em R\$: 200,00
Outras Informações			
Nº de Pessoas detidas: 13 – Total de passageiros 59			

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	GUARATINGUETA	RODOVIARIA		07/01/2023 12:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CITY TOUR	08/01/2023 12:00	10/01/2023 18:00
BRASIL	SP	GUARATINGUETA	RODOVIARIA	11/01/2023 22:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
6	23MÁRCIA AUXILIADORA RIBEIRO DA SILVA RODOLFO	32665528-1 2	SSP/SP	
20	37SILVIA MARIA DA SILVA PIÃO	RG 22.510.301-1 3	SSP/SP	
23	40FELIPE ROSA MARQUES	48953790 - X 3	SSP/SP	
31	48JULIO RICARDO ALONSO	RG: 0933.30976.3 5	SSP/SP	
36	53WELLINGTON RONALDO COSTA	19.617.901-4 5	SSP/SP	
38	55ELIANA TEIXEIRA GARCIA CIRIACO	RG 22892035-8	SSP/SP	
45	CITER MOTTA COSTA	Rg 135065 OAB TJ	SSP/SP	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



46	DAEGO DA COSTA SANTOS DE SOUZA	pf: 346.822.538.59	SSP/SP	
49	GERSON LUIS DOS SANTOS	44141473-4	SSP/SP	
51	MAGNO JOSÉ DA SILVA	RG 29959705-2	SSP/SP	
52	MARCELA TATIANE DE OLIVEIRA SANTOS	44141212 9	SSP/SP	
53	MARISA FERNANDES CARDOSO	16.142.589-6	SSP/SP	
59	VANDERSON AURELIANO MENDES	RG:MG 11.289.483	SSP/SP	

Autorização ANTT: 0006235757

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: EMPRESA FLORESTA TURISMO LTDA			CNPJ: 07951983000190	
Placa Veículo: EJY9756				
Contratante				
Razão Social: ANDREA BAPTISTA			CNPJ: 191.543.548-03	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 751	Nº de Série: CTE-OS	UF: SP	Valor em R\$: 1.500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 11 – Total de passageiros 44				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	BIRIGUI	RUA AFONSO PENA		07/01/2023 15:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	08/01/2023 05:00	10/01/2023 15:00
BRASIL	SP	BIRIGUI	RUA AFONSO PENA	11/01/2023 05:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
1	ADEMILSON DE SOUZA LOPES	22185824	SSP-SP	
4	ANDREA BAPTISTA	24864473-3	SSP-SP	
11	EDGAR COELHO DOS SANTOS	20246246	SSP-SP	
12	EDILAINE DA SILVA SANTOS	45785657-9	SSP-SP	
13	EDIMAR APARECIDO MARTINS ESCANHOELA	28049758-1	SSP-SP	
15	EDNA VALENTIM JANUARIO	21438504-8	SSP-SP	
25	JOSEVALDO RAIMUNDO DA SILVA ARAUJO	23436818-4	SSP-SP	
30	LUZILENE DE SÁ POMPEU	2199675	SSP-SP	
31	MARCELO NAIÁ PULZATTO	21223050	SSP-Sp	
37	PEDRO HENRIQUE LUVIZUTO PULZATTO	59574137-X	SSP-SP	
39	RICARDO TSUYOSHI HUMENO	40600456	SSP-SP	

Autorização ANTT: 0006236011

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: BETO TRANSPORTE E TURISMO EIRELI - ME			CNPJ: 25284500000123	
Placa Veículo: LPN4D38				
Contratante				
Razão Social: MARCOS ANTONIO DA SILVA			CNPJ: 190.964.728-45	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 00013	Nº de Série: 001	UF: SP	Valor em R\$: 3.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 01 – Total de passageiros 35				



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	BAURU	POSTO GRAAL		07/01/2023 19:00
BRASIL	DF	BRASILIA	RESIDENCIAL HELIO RABELO	08/01/2023 16:00	11/01/2023 12:00
BRASIL	SP	BAURU	POSTO GRAAL	12/01/2023 03:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
14	FÁTIMA APARECIDA PLETI	13501657-5	SSP	

Autorização ANTT: 0006236180

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSPORTADORA OSVALDO DE FRANCA & CIA LTDA			CNPJ: 04553820000161	
Placa Veículo: DBM4201				
Contratante				
Razão Social: JEANFRANDER TALMEL DE ARAUJO			CNPJ: 306.902.888-83	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 1027	Nº de Série: NFS	UF: SP	Valor em R\$: 500,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 02 – Total de Passageiros 60				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	FRANCA	RUA JOSE AUGUSTO GARCIA 1251		07/01/2023 23:50
BRASIL	DF	BRASILIA	HOTEL CENTRO	08/01/2023 11:00	09/01/2023 11:00
BRASIL	SP	FRANCA	RUA JOSE AUGUSTO GARCIA 1251	09/01/2023 23:55	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
12	DOUGLAS RAMOS DE SOUSA	336376534	SSP SP	
48	ROSELI TEODORO SOUSA FELIPE	89297778604	SSP SP	

Autorização ANTT: 0006236183

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: TRANSPORTADORA OSVALDO DE FRANCA & CIA LTDA			CNPJ: 04553820000161	
Placa Veículo: FQK2007				
Contratante				
Razão Social: JEANFRANDER TALMEL DE ARAUJO			CNPJ: 306.902.888-83	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 1028	Nº de Série: NFS	UF: SP	Valor em R\$: 1.000,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 07 – Total de passageiros 52				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	SP	FRANCA	RUA JOSE AUGUSTO GARCIA 1251		07/01/2023 23:50
BRASIL	DF	BRASILIA	HOTEL CENTRO	08/01/2023 11:00	09/01/2023 11:00
BRASIL	SP	FRANCA	RUA JOSE AUGUSTO GARCIA 1251	09/01/2023 23:55	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
6	BELCHIOR ALVES DOS REIS	195422028	SSP SP	
8	BRAYAN LUCAS DE OLIVEIRA	578914888	SSP SP	
10	CIRLENE RABELO DE ARAUJO	222763280	SSP SP	
25	JAQUELINE SPIRANDELLI	295526968	SSP SP	
27	JOSE EDSON FERREIRA	63529585	SSP SP	
35	MARCELO HENRIQUE CINTRA	41351092	SSP SP	
36	MARCOS DONIZETE FREITAS	2445045414	SSP SP	

TOCANTINS

Autorização ANTT: 0006235922

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: W A TRANSPORTE E TURISMO LTDA			CNPJ: 33115482000184	
Placa Veículo: HIT9F39				
Contratante				
Razão Social: YETTE SANTOS SOARES NOGUEIRA			CNPJ: 302.020.352-04	
Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 103	Nº de Série: UNICA	UF: TO	Valor em R\$: 1.800,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de passageiros 44				

INFORMAÇÕES DO ROTЕIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	TO	PALMAS	CENTRO		07/01/2023 18:00
BRASIL	GO	CALDAS NOVAS	PARQUE DI ROMA	08/01/2023 10:00	08/01/2023 21:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	09/01/2023 02:00	14/01/2023 18:00
BRASIL	TO	PALMAS	PRAÇA DO GIRASSÓIS – ESTACIONAMENTO DA IGREJA CATEDRAL – CATÓLICA	15/01/2023 07:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
1	ADRIANO MARINHO STEFAN	302.106	SSP-TO	
22	JANE KEL PINHEIRO BORGES	2373351	SSP – GO	
31	MARA RUBIA LIMA ANDRADE DOURADO	270.738	SSP-TO	
38	RODRIGO BORGES DE CARVALHO	00145	CRMV-TO	

Autorização ANTT: 0006235953

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM				
Empresa				
Razão Social: W A TRANSPORTE E TURISMO LTDA			CNPJ: 33115482000184	
Placa Veículo: FWL6B40				
Contratante				
Razão Social: ORLANDO MARTINS DO AMARAL JUNIOR			CNPJ: 775.285.496-49	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



Dados da Nota Fiscal				
Data de Emissão: 07/01/2023	Número: 104	Nº de Série: UNICA	UF: TO	Valor em R\$: 1.800,00
Outras Informações				
Nº de Pessoas detidas: 04 – Total de Passageiros 42				

INFORMAÇÕES DO ROTEIRO DA VIAGEM					
País	UF	Município	Localidade	Data Chegada	Data Partida
BRASIL	TO	PALMAS	PRAÇA DO GIRASSÓIS – ESTACIONAMENTO DA IGREJA CATEDRAL – CATÓLICA		07/01/2023 18:00
BRASIL	GO	CALDAS NOVAS	PARQUE DI ROMA	08/01/2023 10:00	08/01/2023 21:00
BRASIL	DF	BRASILIA	CENTRO	09/01/2023 02:00	14/01/2023 18:00
BRASIL	TO	PALMAS	PRAÇA DO GIRASSÓIS - ESTACIONAMENTODA IGREJA CATEDRAL - CATÓLICA	15/01/2023 07:00	

RELAÇÃO DE PASSAGEIROS				
Ordem	Nome	Nº Documento	Órgão Expedidor	
14	GALENO DE ARAUJO COSTA	1.804.245	SSP-TO	
15	GILBERTO EDUARDO DE SOUZA	19.975.880-3	SSP-SP	
29	MÔNICA DIVINA DE SOUSA SAMPAIO	63495	SSP-TO	
40	VAMBERTO DOS SANTOS JUNIOR	1.033.316	SSP-TO	

Os dados acima consignados permitem identificar como contratantes dos ônibus que tiveram passageiros presos pelos atos do dia 08 de janeiro de 2023, as seguintes pessoas:

Nº	NOME / RAZÃO SOCIAL	CPF / CNPJ
1	DELZUITO SILVA GOMES	73x.3xx.26x-87
2	RONEI DE JESUS PEREIRA	87x.0xx.56x-49
3	WAGNER FREIRE FERREIRA FILHO	01x.0xx.55x-37
4	FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS FETRAM	23.374.531/0001-40
5	IBUS TRANSPORTES LTDA	42.446.805/0001-03
6	SQUAD VIAGENS E TURISMO LTDA	03.971.539/0001-86
7	MARIA BATISTA OLIVEIRA	32x.6xx.15x-04
8	GRAN BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA	07.109.246/0001-45
9	CLAUDIA REIS DE ANDRADE	97x.5xx.03x-49
10	PATRÍCIA DOS SANTOS ALBERTO LIMA	05x.2xx.92x-56
11	FRANCISMAR APARECIDO SILVA	03x.1xx.29x-60
12	BRUNO MARCOS DE SOUZA CAMPOS	09x.1xx.72x-79
13	GRAN BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA	07.109.246/0001-45



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



14	GILMAR AMARAL DINIZ	07x.2xx.65x-73
15	MARINA APARECIDA DE OLIVEIRA	07x.9xx.59x-26
16	FERNANDES BATISTA RAMOS	78x.5xx.34x-00
17	PABLO HENRIQUE DA SILVA SANTOS	10x.0xx.16x-78
18	FRANCIELY SULAMITA DE FARIA	07x.4xx.29x-85
19	PABLO HENRIQUE DA SILVA SANTOS	10x.0xx.16x-78
20	ALVES TRANSPORTES LTDA	42.509.085/0001-88
21	ALVES TRANSPORTES LTDA	42.509.085/0001-88
21	ALVES TRANSPORTES LTDA	42.509.085/0001-88
23	JASSON FERREIRA LIMA	52x.6xx.27x-87
24	JOSE MARCIO DE SIMONI SILVEIRA	32x.1xx.49x-00
25	FERNANDO HENRIQUE ALMEIDA VALADARES	05x.1xx.11x-40
26	MAGDA ELIANA LIMA	12x.4xx.15x-02
27	ELAINE FRANCE SILVA DOANDA FRANÇA	02x.8xx.47x-16
28	CRISTIANE APARECIDA MACHADO DA SILVA	05x.4xx.29x-32
29	WANDERLEI DE ABREL FREIRE	46.718.404/0001-16
30	ADOILTO FERNANDES CORONEL	60x.7xx.44x-87
31	CAMILA COLMAN GONÇALO	02x.4xx.04x-19
32	NIVEA ALVES C. AZEVEDO	11x.2xx.78x-97
33	RODRIGO DE SOUZA LINS	00x.2xx.64x-39
34	EMERSON VIOLADA	02x.2xx.05x-45
35	ELONI CARLOS MARIANI	49x.1xx.38x-15
36	CAMILA SACAL FERREIRA DE LIMA	00x.9xx.49x-17
37	CAMILA SACAL FERREIRA DE LIMA	00x.9xx.49x-17
38	SILVANA SOUZA DE ALMEIDA	63x.4xx.88x-53
39	VANDERSON ALVES NUNES	05x.4xx.34x-41
40	PRIMAVERA TUR TRANSPORTE EIRELI	29.646.682/0001-96
41	JOSIANY SIMAS	67x.1xx.48x-68
42	BIANCA DA COSTA JOAQUIM	01x.1xx.82x-07
43	AMIR ROBERTO EL DINE	67x.6xx.40x-49
44	ADRIANO LUIZ CANSI	02x.9xx.42x-70
45	MARCELO PANHO	02x.7xx.75x-60
46	MARCELO PANHO	02x.7xx.75x-60
47	ADEMIR LUIS GRAEFF	01x.3xx.04x-33
48	ADEMIR LUIS GRAEFF	01x.3xx.04x-33



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



49	LEOMAR SCHINEMANN	08x.6xx.97x-33
50	PEDRO LUIS KURUNCZI	45x.7xx.35x-00
51	JOSE ROBERTO BACARIN	05x.3xx.26x-61
52	ADAILTON GOMES VIDAL	36.988.055/0001-07
53	ARÃO CANDIDO DA SILVA	73x.5xx.93x-68
54	RUTI MACHADO DA SILVA	27x.8xx.29x-56
55	JOSEFINA TAVARES	62x.5xx.28x-15
56	SINDICATO RURAL DE CASTRO	76.110.394/0001-00
57	JOSE CARLOS PIMENTEL	00x.2xx.64x-52
58	ARIADNE COUTINHO MELLER	68x.8xx.91x-20
59	JORGINHO CARDOSO DE ZEVEDO	61x.2xx.54x-53
60	SIDERIO INACIO RAMBO	62x.5xx.46x-72
61	SIDNEIA BRABDT	00x.8xx.91x-94
62	DIEGO OKI SILVA	36x.1xx.65x-80
63	NELSON ASSUNÇÃO DA SILVA	80x.9xx.57x-20
64	CESAR DUARTE OLIVEIRA CARAPIA	51x.5xx.67x-04
65	ODIVAN BETCEL BENTES	20x.6xx.58x-20
66	AMANDA LIMA MATIAS MONTEIRO	09x.6xx.74x-19
67	LUZIMAR FERREIRA DE LIMA	13x.5xx.50x-00
68	JULIANO PEREIRA MACENA	05x.6xx.65x-70
69	BERNARDES & BERNARDES TRANSPORTES LTDA	29.152.522/0001-90
70	RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI	90x.2xx.47x-87
71	NELDAGMAR RODRIGUES DOS SANTOS	00x.1xx.80x-31
72	MARISTELA SILVANA TOMBESI	44x.6xx.73x-49
73	TEREZINHA DE FATIMA ISSA DA SILVA	49x.4xx.48x-49
74	MARIA JANETE RIBEIRO ALMEIDA	71x.4xx.55x-34
75	SCHEILA MARIA CASAGRANDA	03x.9xx.80x-69
76	MARLENE RECKZIEGEL	22x.6xx.32x-68
77	DANIEL FOCHEZATTO	48x.9xx.26x-00
78	AECA	88.664.024/0001-96
79	LENIR AP. C. RODRIGUES	56x.1xx.18x-68
80	TRANSPORTE EXECUTIVO	02.964.408/0001-09
81	ODILON ARAUJO JUNIOR TRANSPORTES ERELI	01.891.979/0001-06
82	ALTAIR VICENTE	79x.9xx.27x-87
83	PAULO HENRIQUE CARVALHO VILLA	61x.1xx.35x-49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



84	TIAGO RUAM SARCELLA	05x.8xx.38x-50
85	MARILETE DOS SANTOS VARGAS	88x.0xx.40x-00
86	GISELLE DOS SANTOS GREIN	04x.0xx.43x-17
87	JONATA LUIZ BATISTA	06x.7xx.88x-83
88	LOUI PARMA CARVALHO	29x.6xx.54x-26
89	MARCIO VINICIUS CARVALHO COELHO	39x.4xx.70x-54
90	JOAO CARLOS BALDAN	16x.8xx.59x-52
91	RENATA SIMOSO MANERA	18x.3xx.53x-83
92	DIEGO CHAGAS RIBEIRO NASCIMENTO	36x.2xx.27x-11
93	MICHELY PAIVA ALVES	34x.2xx.02x-47
94	PAULO ROBERTO MARTINS	06x.9xx.19x-70
95	FERNANDO JOSE RIBEIRO CASACA	00x.0xx.35x-60
96	MARCOS OLIVEIRA QUEIROZ	29x.3xx.95x-05
97	CARLOS EDUARDO OLIVEIRA	11x.4xx.44x-26
98	SHEILA MANTOVANNI	26x.7xx.92x-30
99	LUIS ROBERTO BRAGAIA	09x.0xx.52x-73
100	MARCIO VINICIUS CARVALHO COELHO	39x.4xx.70x-54
101	ROSANGELA DE MACEDO SOUZA	97x.8xx.45x-20
102	JEAN FRANCO DE SOUZA	21x.6xx.92x-90
103	MARLON DIEGO DEOLIVEIRA	35x.9xx.59x-03
104	GENIVAL JOSE DA SILVA	53x.4xx.48x-20
105	JOAO CARLOS BALDAN	16x.8xx.59x-52
106	MARCOS OLIVEIRA QUEIROZ	29x.3xx.95x-05
107	SULANI ANTUNES SANTOS	94x.7xx.46x-49
108	MONICA REGINA ANTONIAZI	13x.0xx.32x-31
109	DANIEL SOARES NASCIMENTO	36x.2xx.36x-32
110	JORGE RODRIGUES CUNHA	30x.8xx.45x-98
111	ERLON PALIOTTA FERRITE	25x.1xx.42x-61
112	ALETHEA VERUSKA SOARES	19x.1xx.90x-48
113	DYEGO PRIMOLAN ROCHA	35x.1xx.42x-70
114	LOUI PARMA CARVALHO	29x.6xx.54x-26
115	ANDREA BAPTISTA	19x.5xx.54x-03
116	MARCOS ANTONIO DA SILVA	19x.9xx.72x-45
117	JEANFRANDER TALMEL DE ARAUJO	30x.9xx.88x-83
118	YETTE SANTOS SOARES NOGUEIRA	30x.0xx.35x-04



119	ORLANDO MARTINS DO AMARAL JUNIOR	77x.2xx.49x-49
-----	----------------------------------	----------------

Dentre esses contratantes, em razão dos valores pagos, destacam-se as seguintes pessoas:

- Squad Viagens e Turismo LTDA;
 - Responsável pela empresa: **Paula Barcellos Tommasi Correa**.
 - Valor pago: R\$ 12.825,00.

POLÍTICA

AGU bloqueou bens de empresa do Grupo Águia Branca

As empresas e as pessoas físicas acusadas pela AGU de serem financiadores estão sendo cobradas para pagar o prejuízo da destruição das sedes dos Três Poderes, cujo valor inicial é de R\$ 6.539.100,00

13 de janeiro de 2023

Na relação de bloqueio de bens de 52 pessoas físicas e de sete jurídicas, no total de R\$ 6,5 milhões para ressarcir o valor da depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília, ocorrido no último domingo (8), está a Squad Viagens e Turismo Ltda, com sede em Cariacica (ES). De acordo com os registros da Junta Comercial do Espírito Santo, a Squad é de propriedade do Grupo Águia Branca, através da Águia Branca Participações S/A e é dirigida por Decio Luiz Chieppe, Paula Barcellos Tommasi Correa, Renan Chieppe e Thiago Chieppe Juffo.

Fonte aberta.⁹²

- **Ariadne Coutinho Meller**
 - Valor pago: R\$ 16.800,00
- **Amir Roberto El Dine;**
 - Valor pago: R\$ 10.000,00

⁹² Disponível em: <https://vitorianews.com.br/politica/noticia/2023/01/empresa-do-grupo-aguia-branca-e-acusada-pela-agu-de-financiar-atentados-no-df/>



Empresário de SC é apontado pela AGU como um dos financiadores dos atos golpistas em Brasília

Nome de Amir Roberto El Dine, natural de Porto União, consta em pedido da Advocacia-Geral da União para bloqueio de R\$ 6,5 milhões em bens de 52 pessoas e sete empresas.

Por Joana Caldas e Mariana Passuello, g1 SC e NSC

12/01/2023 17h05 · Atualizado há 9 meses



Fonte aberta. ⁹³

- **Sidneia Bradt**
 - Valor pago: R\$ 10.000,00

- **Neldagmar Rodrigues dos Santos**
 - Valor pago: R\$ 28.000,00

- **Diego Chagas Ribeiro Nascimento**
 - Valor pago: R\$ 22.500,00

- **Adriano Luiz Cansi;**
 - Valor pago: R\$ 10.000,00

- **Marcelo Panho;**
 - Valor pago: R\$ 20.000,00

⁹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/01/12/empresario-de-sc-e-apontado-pela-agu-como-um-dos-financiadores-dos-atos-golpistas-em-brasilia.ghtml>



- **Ademir Luis Graef;**
 - Valor pago: R\$ 30.000,00

- **Pedro Luiz Kurunczi;**
 - Valor pago: R\$ 14.800,00

- **José Roberto Bacarin;**
 - Valor pago: R\$ 10.000,00

- **Ruti Machado da Silva;**
 - Valor pago: R\$ 15.000,00

- Sindicato Rural de Castro;
 - Responsável: **Eduardo Medeiros Gomes**
 - Valor pago: R\$ 20.000,00

PF faz operação contra golpistas e nove paranaenses já foram indiciados por participação em atos



A AGU pediu o bloqueio dos bens dos acusados, a medida pede que os envolvidos sejam condenados em definitivo a ressarcir R\$ 20,7 milhões ao erário.

Veja a lista dos denunciados com endereço no Paraná:

1. Ademir Luis Graeff – de Missal;
2. Adriano Luis Cansi, de Cascavel;
3. José Roberto Bacarin, de Cianorte;
4. Leomar Schinemann, de Guarapuava;
5. Marcelo Panho, de Foz do Iguaçu;
6. Pedro Luis Kurunckzi, de Londrina;
7. Ruti Machado da Silva, de Nova Londrina;
8. Stefanus Alexssandro França Nogueira, de Ponta Grossa;
9. Vanderson Alves Nunes, de Francisco Beltrão;
10. Associação Direita Cornélio Procópio;
11. RV da Sulva Serviços Florestais, de Piraí do Sul;
12. Sindicato Rural de Castro;

Fonte aberta.⁹⁴

- **Josefina Tavares;**
 - Valor pago: R\$ 10.000,00

- **Daniel Fochezatto**
 - Valor pago: R\$ 12.000,00

- **Jorginho Cardoso de Azevedo**
 - Valor pago: R\$ 28.000,00

⁹⁴ Disponível em: <https://cbncuritiba.com.br/materias/pf-faz-operacao-contr-golpistas-e-nove-paranaenses-ja-foram-indiciados-por-participacao-em-atos/>



Distrito Federal

Financiadores de tentativa de golpe gastaram R\$ 582 mil em 117 ônibus com “patriotas”

Os financiadores desembolsaram valores que variam entre R\$ 100 e R\$ 28 mil por ônibus contratado. Jorginho Cardoso de Azevedo, 61 anos, por exemplo, foi um dos que mais gastou. Ele contratou um ônibus no Paraná por R\$ 28 mil, fazendo com que 38 passageiros chegassem em Brasília uma hora antes do início da invasão ao Congresso.

Fonte aberta.⁹⁵

- **Sidério Inácio Ramos**
 - Valor pago: R\$ 10.000,00
- **Maristela Silvana Tombesi**
 - Valor pago: R\$ 15.000,00
- Transportes Bartz Eireli
 - Responsável pela empresa: **Marco Edson Carvalho da Silva**
 - Valor pago: R\$ 10.800,00
- **Maria Janete Ribeiro Almeida**
 - Valor pago: R\$ 10.000,00

⁹⁵ Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/financiadores-de-tentativa-de-golpe-gastaram-r-582-mil-em-117-onibus-com-patriotas>



Atos golpistas no Congresso somam 105 gaúchos presos ou com tornozeleira eletrônica

Mara Filomena Telo Casagrande, 59 anos

Mari Carla Fiuza dos Santos, 44 anos

Maria Janete Ribeiro de Almeida, 49 anos

Maria Lenir Dorneles Machado, 55 anos

Sandra Gaviraghi, 54 anos

Silvane Machado de Vargas Paula, 44 anos

Sonia Maria Streb da Silva, 56 anos

Tamires Correa Peixoto Krahn, 33 anos

Tania Mariza Baldiati Machado, 54 anos

Tatiane da Silva Marques, 41 anos

Fonte aberta.⁹⁶

- **Fernando José Ribeiro Casaca**

- Valor pago: R\$ 17.500,00

Acusado de financiar ato golpista, empresário tem R\$ 17,7 milhões em dívidas com a União

Do total, débito previdenciário de **Fernando José Ribeiro Casaca**, que é dono de rede de hotéis, chega a R\$ 2 milhões

Fonte aberta.⁹⁷

- **Paulo Roberto Martins**

- Valor pago: R\$ 16.500,00

- **Franck do Nascimento Marcelina Transporte LTDA**

- Responsável pela empresa: **Odilon Araújo Junior**

⁹⁶ Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/atos-golpistas-no-congresso-somam-105-ga%C3%BAchos-presos-ou-com-tornozeleira-eletr%C3%B4nica-1.980582>

⁹⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/13/exclusivo-financiador-de-ato-golpista-empresario-tem-r-17-7-milhoes-em-dividas-com-a-uniao>



- Valor pago: 10.000,00

Empresas receberam pagamento em dinheiro vivo para transportar radicais a Brasília

À reportagem, o empresário **Odilon Araújo Júnior** disse que foi procurado durante as eleições para prestar serviços para a campanha de Mello. “Transportei gente do Jorginho de um lado para o outro, mas nem sei se o governador entrou no carro. Não tem nada a ver com as pessoas que me contrataram para o transporte a Brasília no dia 8 de janeiro”, declarou Araújo Júnior.

O empresário disse que foi contratado por três pessoas, que não quiseram se identificar, para levar um grupo de Tubarão, no interior de Santa Catarina, até Brasília. Ele afirmou que transportou 36 pessoas. De acordo com ele, como seu único ônibus para longas viagens já estava em outro serviço, foi necessário subcontratar outro veículo – por isso, ele aparece como contratante nos registros da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Araújo Júnior disse que pagou R\$ 22 mil pela subcontratação e que recebeu R\$ 26,5 mil dos três verdadeiros contratantes, o que lhe deu lucro de R\$ 4,5 mil na operação.

Fonte aberta.⁹⁸

- **Marlene Reckziegel**

- Valor pago: R\$ 20.000,00

- **Lenir A. C. Rodrigues**

- Valor pago: R\$ 11.000,00

- **Loui Parma Carvalho**

- Valor pago: R\$ 16.000,00

⁹⁸ Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/politica/empresas-receberam-pagamento-em-especie-para-transportar-radicaais/>



- **Dyego Primolan Rocha**

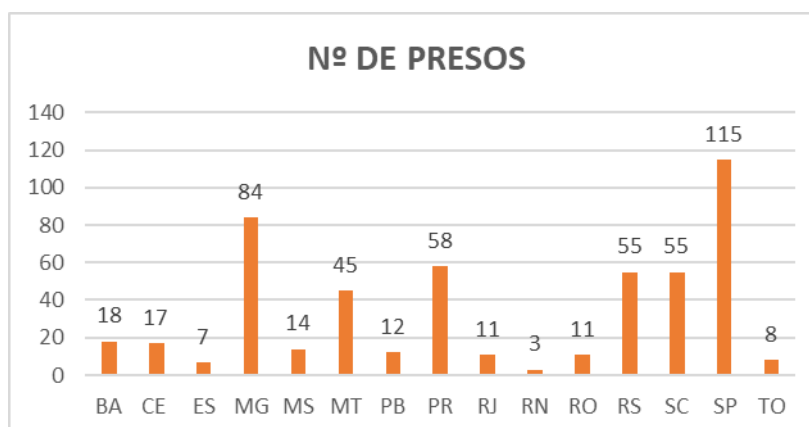
- Valor pago: R\$ 15.400,00

AGU aponta personal trainer prudentino como um dos financiadores dos atos terroristas contra os Três Poderes da República

Morador do Jardim Monte Alto, em Presidente Prudente (SP) **Dyego Primolan Rocha**, de 35 anos, é especialista em fisiologia, metabolismo do exercício e treinamento.

Fonte aberta.⁹⁹

Ademais, verifica-se das tabelas acima indicadas que a maioria dos **passageiros** presos nos dias 08 e 09 de janeiro de 2023 provinha dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso.



⁹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2023/01/12/agu-aponta-personal-trainer-prudentino-como-um-dos-financiadores-dos-atos-terroristas-contr-a-os-tres-poderes-da-republica.ghtml>



10.2.3 Das quebras de sigilo

Por meio dos Requerimentos Administrativos nº 08 e 09/2023, ambos de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, foi solicitada a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Gustavo Torres, assim como de Antônio Cláudio Alves, elemento que destruiu o relógio de Dom João VI no Palácio do Planalto, referente ao período de 1º de agosto de 2022 a 28 de fevereiro de 2023.

Para tanto, foram apresentadas, como justificativas, em razão de indícios de omissão e conivência, as alterações realizadas na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, no que dizia respeito às nomeações de Fernando de Sousa Oliveira, Delegado da Polícia Federal, para o cargo de Secretário Executivo da pasta, assim como de Marília Ferreira de Alencar, Delegada da Polícia Federal, para o cargo de Subsecretária de Inteligência. No que se refere a Antônio Cláudio, justificou-se a medida na necessidade de se identificar possíveis mandantes e financiadores dos atos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023.

Prosseguindo, foi apresentado pelo Deputado Fábio Felix, o Requerimento Administrativo nº 40/2023, solicitando a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Jorge Eduardo Naime, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Ex-Chefe do Departamento de Operações da PMDF.

Justificou o nobre deputado a imprescindibilidade das informações haja vista o Coronel Naime ocupar, à época dos fatos, o cargo de Chefe do DOP, e que outros procedimentos investigativos, correntes perante o Supremo Tribunal Federal, também apuravam sua conduta. Ainda em justificção, o deputado levantou suspeitas quanto aos afastamentos do militar na semana do dia 08 de janeiro de 2023.

O Deputado Chico Vigilante, Presidente da CPI dos Atos Antidemocráticos, também apresentou Requerimento Administrativo nº 56/2023, solicitando a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Joveci Xavier de Andrade, Adauto Lúcio de



Mesquita, Rubens Wermem Dornelas de Freitas, Saniamar Dornelas de Freitas e Wilmondes Rodrigues Rosa. Como justificativa, informou que as medidas auxiliariam na identificação dos financiadores dos carros de som que participaram das manifestações antidemocráticas.

Também nessa esteira, o Deputado Joaquim Roriz Neto apresentou os Requerimentos Administrativos números 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67/2023, solicitando a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático, respectivamente, de Alessandra Faria Rondon, Alcimar Francisco da Silva, Carlos Eduardo Bon Caetano da Silva, Edmar Miguel, Eliane Navarro, Francisco Donizete da Silva, Gilson, José Paulo Afonso Barros, José Ruy e José Donizete Correa, manifestantes presentes nos atos do dia 08 de janeiro de 2023. Em justificativa, afirmou que o cruzamento de dados dos participantes dos atos antidemocráticos, presos posteriormente, com de terceiros, possibilitaria a identificação de eventuais financiadores.

Continuando, foi apresentado o Requerimento Administrativo 109/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, solicitando a quebra de sigilo bancário e fiscal das empresas WS Promoções Eirelli, Azê Mídia Ltda, Layout Propaganda Ltda e Look Painés Ltda, pelo período de 1º de agosto de 2022 a 31 de janeiro de 2023. A justificativa da medida residiu no fato de que referidas empresas divulgaram em seus outdoors mensagens de apoio às manifestações antidemocráticas.

Em outro Requerimento Administrativo de autoria do Deputado Chico Vigilante, qual seja, de nº 203/2023, foi solicitada a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Cacique José Acácio Serere Xavante e do empresário Maurides Parreira Pimenta, vulgo "Didi Pimenta", no período de 1º de novembro de 2022 a 12 de dezembro de 2022, justificando, para tanto, a necessidade de descobrir se houve financiamento por parte de "Didi Pimenta" para com os atos praticados pelo Cacique Serere em Brasília.

Finalmente, foi apresentado o Requerimento Administrativo nº 206/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, o qual solicitou a quebra de sigilo telefônico e



telemático de Ana Priscila Silva de Azevedo no período de 10 de dezembro de 2022 a 08 de janeiro de 2023, pessoa apontada como sendo uma das organizadoras dos atos antidemocráticos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023. Em justificativa, alegou que as informações, face às provas apresentadas em plenário, em especial vídeos nos quais aparecem Ana Priscila conversando com terceiro durante os atos de vandalismo no dia 08, seriam imprescindíveis para elucidação dos fatos.

Em atenção aos requerimentos supracitados, no que diz respeito à solicitação de afastamento do sigilo bancário e fiscal de Anderson Gustavo Torres, Antônio Cláudio Alves e Jorge Eduardo Naime, no período indicado, não foram detectadas interações financeiras ou movimentações bancárias de interesse investigativo para Comissão Parlamentar de Inquérito (Relatório Informativo nº 003/2023 – PCDF).

No que concerne à quebra de sigilo bancário e fiscal das pessoas de Joveci Xavier de Andrade, Adauto Lúcio de Mesquita, Rubens Wermem Dornelas de Freitas, Saniamar Dornelas de Freitas e Wilmondes Rodrigues Rosa, a medida revelou-se produtiva ao evidenciar que em 07 de novembro de 2022, tanto Joveci Xavier quanto Adauto Lúcio, empresários do ramo atacadista, interagiram financeiramente com a empresa Coyote Produções e Eventos Ltda, de propriedade de Rubens Wermem, proprietário do Trio Elétrico Coyote (Relatório Informativo nº 010/2023 – PCDF).

Quanto às quebras de sigilo telefônico de Anderson Gustavo Torres, Antônio Cláudio Alves, Jorge Eduardo Naime, Joveci Xavier de Andrade, Adauto Lúcio de Mesquita, Rubens Wermem Dornelas de Freitas, Saniamar Dornelas de Freitas e Wilmondes Rodrigues Rosa, a Divisão de Inteligência Policial – DIPO/PCDF, por meio do Relatório Técnico nº 018/2023, informou sobre a existência de 2.909 prefixos telefônicos válidos para o período requerido. Esses terminais estiveram associados a 14.906 vínculos, considerando, para tanto, chamadas efetuadas, recebidas, tentadas e serviços de SMS.

Conforme mencionado relatório, não foram identificadas atividades telefônicas relacionadas às pessoas acima indicadas que as colocassem nas áreas da Esplanada dos Ministérios, sede da Polícia Federal, no Setor Comercial Norte ou



Quartel-General do Exército, nas datas de 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023.

Consoante Relatório Informativo nº 006/2023 – PCDF, no que concerne ao levantamento do sigilo bancário e fiscal das empresas WS Promoções Eirelli, Azê Mídia Ltda, Layout Propaganda Ltda e Look Painés Ltda, pelo período de 1º de agosto de 2022 a 31 de janeiro de 2023, a medida não se prestou para fins de investigação na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Referente às quebras de sigilo bancário do Cacique José Acácio Serere Xavante e do empresário Maurides Parreira Pimenta, conhecido como “Didi Pimenta”, conforme Relatório Informativo nº 005/2023 – PCDF, foram identificadas interações financeiras de interesse investigativo para Comissão Parlamentar de Inquérito.

Segundo detalhado no mencionado documento, o empresário Maurides, vulgo “Didi Pimenta”, realizou transferências de valores para o Cacique Serere durante o período em que este se encontrava em Brasília manifestando-se de maneira antidemocrática. As transações ocorreram da seguinte forma: R\$ 300,00 em 22/11/2022; R\$ 250,00 em 22/11/2022; R\$ 250,00 em 22/11/2022; R\$ 600,00 em 28/11/2022; R\$ 850,00 em 05/12/2022; R\$ 15.000,00 em 05/12/2022; e 600,00 em 12/12/2022, totalizando a importância de R\$ 17.850,00.

Até a data da confecção do presente relatório, as informações relacionadas às quebras de sigilo telefônico e telemático de Ana Priscila Silva de Azevedo, não estavam disponíveis.

10.2.4 Do compartilhamento de provas

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, por votação unânime, aprovou, na data de 09 de janeiro de 2023, Requerimento nº 1/2023, instaurando Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo escopo foi apurar os fatos ocorridos nos dias 12 de dezembro de 2022, tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal e atos de



vandalismos diversos, e 08 de janeiro de 2023, invasão e depredação do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal.

Para tanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito adotou como metodologia investigativa a entrevista de pessoas, investigados e/ou testemunhas; medidas cautelares diversas como quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico; análise documental; pesquisas em fontes abertas; e outras providências.

Não obstante os avanços alcançados, julgava-se imprescindível para o efetivo deslinde das apurações, o compartilhamento das informações constantes de cadernos investigativos correntes perante o Supremo Tribunal Federal, abarcados por sigilo, face à coincidência de objeto investigativo.

Nesses termos, foi solicitado à Egrégia Corte o compartilhamento das seguintes informações:

1. Oitivas judiciais e extrajudiciais de:

- Anderson Gustavo Torres, Secretário de Segurança Pública;
- Fernando de Souza Oliveira, Secretário Executivo da SSP;
- Fábio Augusto Vieira, Comandante da PMDF;
- Jorge Eduardo Naime Barreto, Chefe do DOP/PMDF;
- Paulo José Ferreira de Souza Bezerra, Subchefe do DOP/PMDF;
- Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, Comandante do 1º CPR/PMDF;
- Flávio Silvestre Alencar, Subcomandante do 6º BPM/PMDF;
- Josiel Pereira Cesar, Capitão da PMDF;
- Rafael Pereira Martins, Tenente da PMDF;
- Cintia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas;
- Marília Ferreira Alencar, Subsecretária de Inteligência;
- Jorge Henrique da Silva Pinto, Coordenador de Inteligência da SI;



- Marco Edson Gonçalves Dias, Ministro Chefe do GSI; e
 - José Eduardo Natale de Paula Pereira, Major do Exército Brasileiro.
2. Relatórios de análise/extração de dados dos aparelhos celulares, tablets, notebooks, computadores e dispositivos eletrônicos diversos de:
- Fernando de Souza Oliveira;
 - Fábio Augusto Vieira;
 - Jorge Eduardo Naime Barreto;
 - Paulo José Ferreira de Souza Bezerra;
 - Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues;
 - Flávio Silvestre Alencar;
 - Josiel Pereira Cesar;
 - Rafael Pereira Martins;
 - Cintia Queiroz de Castro;
 - Marília Ferreira Alencar; e
 - Jorge Henrique da Silva Pinto.
3. Relatórios de quebras e interceptações telemáticas (WhatsApp, Nuvem Google, iCloud, Facebook, Instagram e outros) de:
- Anderson Gustavo Torres;
 - Fernando de Souza Oliveira;
 - Fábio Augusto Vieira;
 - Jorge Eduardo Naime Barreto;



- Paulo José Ferreira de Souza Bezerra;
- Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues;
- Flávio Silvestre Alencar;
- Josiel Pereira Cesar;
- Rafael Pereira Martins;
- Cintia Queiroz de Castro;
- Marília Ferreira Alencar; e
- Jorge Henrique da Silva Pinto

4. Inquéritos Policiais Militares instaurados junto a Polícia Militar do Distrito Federal relacionados aos fatos ocorridos no dia 08/01/2023 (IPM nº 2023.0622.04.0011, IPM nº 2023.0622.04.0012; IPM nº 2023.0008.04.0013; IPM 2023.0622.04.0015; IPM nº 2023.0622.04.0018); e

5. Relatórios investigativos, relatório final, e oitivas diversas (termos de declaração, termos de depoimento e interrogatórios), vinculados ao antigo IP 148/2022 – DRACO/DECOR/PCDF. PET 10.776/DF, relacionados aos fatos ocorridos no dia 12/12/2022.

A despeito das informações solicitadas, não houve manifestação por parte do Supremo Tribunal Federal.

10.2.5 Do Gabinete de Segurança Institucional – GSI

Por meio do Requerimento Administrativo nº 197/2023, de autoria desta relatoria, foi solicitado ao Gabinete de Segurança Institucional todas as informações



atinentes aos procedimentos adotados para proteção das instalações físicas do Palácio do Planalto quanto aos atos do dia 08 de janeiro de 2023, incluindo os respectivos documentos comprobatórios do “Plano Escudo”, os responsáveis pelos planejamentos de segurança, a classificação de risco atribuída ao movimento, informações de inteligência recebidas da ABIN e efetivo destacado para o dia 08.

Em resposta, por meio do Ofício nº 27/2023/ASPAR/GSI/PR, o GSI informou que a segurança das instalações presidências é realizada por equipes de agentes de segurança da Secretara de Segurança e Coordenação Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SCP/GSI/PR), e de militares do Comando Militar do Planalto do Exército Brasileiro (CMP/EB), sendo que estes últimos integram as chamadas Guardas Militares do Palácio do Planalto e das Residências Oficiais da Presidência da República.

Consignaram que a guarnição de serviço no dia 08 e janeiro de 2023 era composta por agentes de segurança e pela Guarda Militar do 1º Regimento de Cavalaria Presidencial (RCG), e que a organização militar encarregada dos reforços era o Batalhão de Guarda Presidencial (BGP). Que em razão do desencadear dos acontecimentos e das informações disponíveis e, evidenciado o caráter violento dos agressores, a guarnição de serviço foi reforçada com a tropa de choque do BGP.

Nesse sentido, destacaram o efetivo escalado para o dia 08/01/2023, assim como os reforços que chegaram.

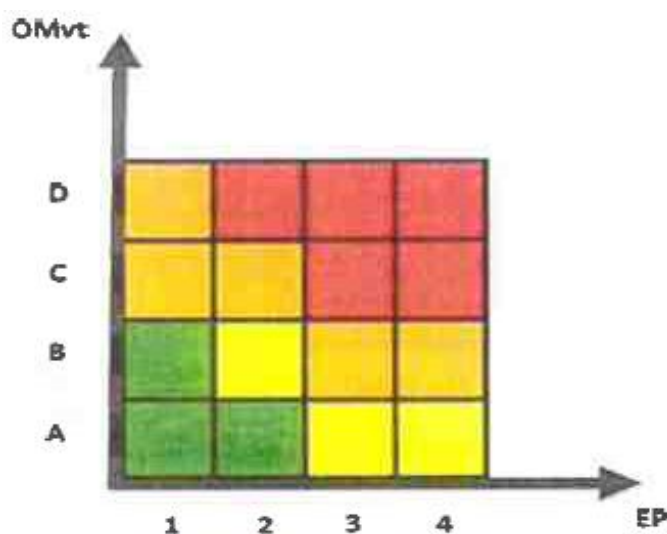
- Guarda Militar do Palácio do Planalto: 42
- Agentes de Segurança de Instalação: 82
 - 34 de serviço;
 - 15 da Força de Reação; e
 - 33 em reforça à Força de Reação.
- Tropa de Choque do Comando Militar do Planalto: 408



- 38 às 12h30;
- 80 às 15h41;
- 124 às 16h40; e
- 166 às 17h15

Registraram que a segurança do Palácio do Planalto, à época dos fatos apurados, estava a cargo do General de Divisão Carlos Feitosa Rodrigues, Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial; Coronel Wanderli Baptista da Silva Junior, Diretor-Adjunto do Departamento de Segurança Presidencial; e Coronel André Luiz Garcia Furtado, Coordenador-Geral de Segurança de Instalações.

Com relação à classificação de risco atribuída aos atos do dia 08 de janeiro de 2023, apresentaram uma matriz de criticidade com quatro níveis de probabilidade de ocorrência de adversidade, de A-D, e quatro níveis de estimativa de público, de 1-4, cuja combinação prevê a possibilidade de 16 cenários para protestos e eventos sociais, representados por um gráfico de cores verde, amarelo, laranja e vermelho.





Sendo assim, informaram que a classificação de risco para os atos do dia 08 de janeiro de 2023 foi “LARANJA”.

Acerca das informações de inteligência recebidas da Agência Brasileira de Inteligência, o GSI esclareceu que a ABIN, nos dias que antecederam os atos de 08 de janeiro de 2023, apenas emitiu alertas de inteligência, não confeccionando qualquer relatório.

O Gabinete de Segurança Institucional também prestou esclarecimentos sobre o Plano de Operações Escudo do Planalto, o qual, por ter credenciamento de segurança e classificação de sigilo, impede, por parte desta relatoria, o detalhamento de informações.

10.2.5.1 Da Agência Brasileira de Inteligência

Através dos Requerimentos Administrativos de números 181, 182 e 183/2023, todos apresentados por este relator, foram solicitadas à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, informações relacionadas ao acampamento estabelecido em frente ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano de Brasília. As informações requisitadas abrangiam detalhes sobre as lideranças do movimento, relatórios de inteligência, alertas de inteligência, grupos de WhatsApp e seus membros, bem como influenciadores digitais, dentre outros tópicos.

Em resposta, a ABIN informou que os documentos solicitados estavam classificados com grau de sigilo, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação. A agência também ressaltou que, em cumprimento de seu dever e de acordo com a legislação em vigor, solicitava que o sigilo dos documentos fosse mantido, juntamente com as medidas habituais de restrição de acesso e compartilhamento. Foi enfatizado que as informações produzidas pela agência sobre o assunto, continuavam sendo tratadas de maneira confidencial no âmbito de um inquérito policial no Supremo Tribunal Federal.



Também esclareceram que as informações solicitadas estavam disponíveis para obtenção através da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 08 de janeiro, da Comissão de Controle de Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional, ou mediante solicitação ao STF.

11 DOS FATOS IMPORTANTES PARA COMPREENSÃO DOS ATOS DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2023

Não foram produzidas, durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, evidências sólidas ou informações concretas que apoiem a alegação de que o Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro tenha planejado ou executado, no que se refere aos atos do dia 08 de janeiro de 2023, um golpe de Estado no Brasil. Questões afetas a esse tipo de discussão precisam ser tratadas com ceticismo e baseadas em informações verificáveis, de forma que se evite a propagação de teorias da conspiração.

Contudo, é inquestionável que a partir de 1º de janeiro de 2019, ao assumir a presidência do Brasil, o país passa a experimentar um cenário político altamente dividido, tanto pelo apoio fervoroso quanto pelas críticas intensas ao Ex-Presidente.

Com uma liderança provocativa, postura beligerante e uma retórica agressiva em relação a certos grupos, ideologias e adversários políticos, o Ex-Presidente conseguiu acrescentar, ao longo do seu governo, elementos potencializadores ao quadro de antagonismo político que o elegeu, os quais encontraram acolhida em boa parte dos seus eleitores, acentuando ainda mais a divisão política no país.

Nesse contexto, o Ex-Presidente construiu uma narrativa que tentou descredibilizar as eleições no Brasil, reiterando, sistematicamente, sobre a possibilidade de fraude às urnas eletrônicas. A título de exemplo, o Ex-Presidente anunciou em uma de suas *lives* que apresentaria provas de suas acusações, o que nunca aconteceu. Noutra ocasião, distorceu informações de um inquérito policial da Polícia Federal alegando, incorretamente, que o Tribunal Superior Eleitoral havia



reconhecido uma “invasão hacker as urnas”. Por fim, em agosto de 2022, o Ex-Presidente se reuniu com embaixadores de outros países a pretexto de debater o sistema eleitoral brasileiro.

Usando da mesma abordagem que o elegeu em 2018, o Ex-Presidente, descrevendo a si mesmo como um defensor da família, da moral, da religião, da liberdade de expressão, do combate às drogas e ao crime, passa a retratar as eleições de 2022 como uma batalha do bem contra o mal, associando a seu principal adversário político tudo que fosse contrário ao que ele defendia.

Em paralelo a essas questões e, objetivando mostrar apoio popular, Bolsonaro passou a realizar, em diversos estados brasileiros eventos que foram popularmente denominados de “motociatas”, os quais, nas redes sociais, geraram ampla visibilidade para os movimentos.

Com esse roteiro, Bolsonaro conseguiu instilar, em seus eleitores, uma visão simplificada da realidade política criada, em parte, pela desinformação. Estabelecendo uma dicotomia entre princípios e valores positivos e negativos ele moldou, em seus seguidores, a percepção de que sua não reeleição seria fruto do cenário por ele mesmo delineado durante todo seu mandato.

A construção dessa lógica de raciocínio encontra respaldo nas informações levantadas e produzidas durante os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destacando-se aquelas relacionadas às pessoas que participaram do acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano de Brasília, quando relatam:

GEORGE WASHINGTON (depoimento prestado perante a PCDF): O que me motivou a adquirir as armas foram as palavras do presidente Bolsonaro que sempre enfatizava a importância do armamento civil dizendo o seguinte: “Um povo armado jamais será escravizado”

GEORGE WASHINGTON (carta encontrada em seu aparelho celular) [...] Longe de Minha Família Esposa, Filhos e negócios, mas jamais desistirei de nossa Pátria. O Sr. Despertou esse Espírito em nós, o Sr. Sabe muito bem disso! Hoje sinto orgulho da Nossa Bandeira, da Nossa Pátria Amada Brasil. [...]



ALAN DIEGO (depoimento prestado perante a PCDF): veio para Brasília em novembro de 2022, junto com outros colegas de sua cidade, Comodoro/MT, para manifestar contra as eleições de 2022 e tentar receber o código fonte das urnas; Que chegando ao Distrito Federal, ficou no acampamento do QG do Exército junto com os demais.

ARMANDO VALENTIN SETTIN LOPES DE ANDRADE – Eu queria... Que nem eu te falei, eu prezo pela igreja, pelos bons costumes, eu fiquei com medo de verdade. Veja bem, antes da... Quando a Dilma havia saído, eu me recordo uma ocasião, porque quem tinha uma casa de 3 quartos, ou 4 quartos, e alguém que estivesse na rua e não tivesse direito, que não tivesse teto ou casa, eu teria que ceder um dos quartos.

ANA PRISCILA SILVA DE AZEVEDO – Agradeço, deputado Max Maciel. Eu ainda não tive a oportunidade de colocar que não é apenas como o deputado Gabriel Magno disse, a questão do código-fonte. É que, durante todo o ano de 2022, nós tínhamos multidões de dezenas de milhares. O ex-presidente Bolsonaro arregimentou milhões de brasileiros nas ruas do país, nesse ano de eleição em 2022; enquanto o atual presidente não conseguia arregimentar meia dúzia de gatos pingados. Então, assim, na nossa cabeça, não é apenas a questão do código-fonte, mas para nós, povo, simples povo, o resultado das ruas não batia com o resultado ínfimo, uma diferença ínfima de votos das urnas, no final das eleições. Isso não batia na nossa cabeça.

Entretanto, o fato mais significativo relacionado aos atos do dia 08 de janeiro de 2023, decorre do protagonismo político recebido pelas Forças Armadas durante o governo do Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual, por algumas vezes, se referiu às Forças Armadas de maneira a se apropriar das instituições, assim como numa interpretação própria e equivocada do artigo 142 da Constituição Federal, atribuiu a elas um “Poder Moderador” que não lhes era próprio.

Não por outro motivo, após o resultado do 2º turno da eleição presidencial de 2022, ocorreu a instalação do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército no Setor Militar Urbano de Brasília. Isso se confirma com inúmeras faixas e cartazes espalhados pela Praça dos Cristais, com dizeres tais como “Generais, confiamos nos Senhores”, ou “Forças Armadas salvem nossa pátria”, além daquelas que pediam por “Intervenção Militar”.



Imagem 36 (frame). Faixa com dizeres "Generais, confiamos nos Senhores..."¹⁰⁰



Imagem 37 (frame). Faixa com dizeres "Presidente e FFAA salvem nossa pátria."¹⁰¹



Imagem 38 (frame). Faixa com dizeres "Intervenção Militar com Bolsonaro no Poder."¹⁰²

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=itqI7JY0vao&t=241s>

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TanVRMnSdVI>



O acampamento em frente ao Quartel-General do Exército perdurou por mais de 2 meses, de 1º de novembro de 2022 até 09 de janeiro de 2023, quando o Ministro Alexandre de Moraes, em decisão exarada nos autos do Inquérito 4.879/DF, determinou que ocorresse, no prazo de 24h, a desocupação e dissolução total do acampamento nas imediações do QGEx, assim como a prisão em flagrante de seus participantes pelos crimes de terrorismo (inclusive atos preparatórios), associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, ameaça e incitação ao crime.

Durante o período em que o acampamento existiu o Exército Brasileiro, por meio do Comando Militar do Planalto – CMP, administrando uma área de servidão militar, na qual é crucial a constante proteção, guarda e vigilância sobre os espaços extramuros dos quartéis, procedeu de maneira a organizar e autorizar a prestação de serviços, assim como solicitar providências pertinentes aos órgãos competentes.

Foi nesse contexto que, por duas vezes, as forças de segurança do Distrito Federal, a pedido do próprio Exército, estiveram presentes para desmobilizar o comércio irregular nas adjacências do acampamento no SMU, porém, por ingerência do Comando Militar do Planalto, as ações eram interrompidas ou canceladas.

Aliás, se é possível identificar um elemento que distinga os atos do dia 8 de janeiro de 2023 de todas as manifestações ocorridas anteriormente em Brasília, é o fato de existir uma área sobre a qual o Distrito Federal e suas forças de segurança não possuam autoridade nem autonomia para operar.

Inúmeros atos públicos, eventos e manifestações, anteriores aos do dia 08 de janeiro de 2023, foram realizados por aqueles que integravam o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, podendo-se citar as manifestações dos dias 02 e 15 de novembro de 2022, ocorridas na Praça dos Cristais, as quais concentraram milhares de pessoas no Setor Militar Urbano; as manifestações dos dias 02 e 05 de dezembro de 2022, quando grupos indígenas, respectivamente,

¹⁰² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TanVRMnSdVI>



invadiram área restrita do aeroporto de Brasília e protestaram em frente ao Hotel Meliá Brasil 21, local onde estava hospedado o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva; as manifestações do dia 08 de dezembro de 2022, na qual integrantes do acampamento bloquearam as vias de acesso ao aeroporto de Brasília; os atos de vandalismo e tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal, no dia 12 de dezembro de 2022; e, por fim, a instalação de uma bomba em um caminhão tanque nas imediações do aeroporto de Brasília, no dia 24 de dezembro de 2022.

A sequência temporal desses acontecimentos, no que se refere à ordem pública no Distrito Federal, deixava evidente o progressivo agravamento das ações daqueles que participavam do acampamento. Vale dizer que as situações dos dias 12 e 24 de dezembro de 2022, na perspectiva da relatoria, passaram a ser indicativas da real periculosidade e potencial lesivo daqueles ligados ao movimento estabelecido no Setor Militar Urbano de Brasília.

Por esses motivos, em 18 de maio de 2023, o General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, Comandante do Comando Militar do Planalto à época dos fatos, compareceu à CPI dos Atos Antidemocráticos para prestar esclarecimentos.

Entrevistado, explicou que desde o início tentaram desmotivar o acampamento, mas que, por outro lado, o Exército Brasileiro estava preocupado com a preservação da vida, da dignidade humana e com o cumprimento legal das atividades, e que nenhuma instituição que tinha obrigação ou capacidade para tal, havia declarado o acampamento como ilegal.

Informou, também, que adotaram uma estratégia indireta para desmobilizar o acampamento, a qual, apesar de mais longa, diminuía os riscos à integridade física das pessoas. Essa estratégia consistia em cansar os manifestantes através da instituição de regras e limites para acessos e logística.

Afirmou que, por protocolo, a desocupação tinha que ser feita em três fases. A primeira consistente no isolamento da área; a segunda relacionada à negociação; e a terceira e última o “investimento” contra as pessoas, reservada para o caso de a fase de negociação não surtir efeito.



Ainda em depoimento, o General Dutra esclareceu que no dia 06 de janeiro de 2023 o acampamento contava com menos de 200 pessoas, mas que, no dia 07 chegaram em Brasília cerca de 120 a 130 ônibus com pessoas que atendiam a um chamamento nas mídias sociais para participarem de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios. Disse não ter permitido a entrada de ônibus no Setor Militar Urbano, tão pouco qualquer tipo de logística. Que as pessoas desembarcavam no SMU, mas que os ônibus eram estacionados na Granja do Torto.

O General Dutra fez questão de ressaltar que no dia 06 de janeiro de 2023, a Praça dos Cristais tinha cerca de 150 a 200 pessoas, e que aqueles presentes no acampamento no dia 07, e, por consequência, dia 08, teriam chegado nas caravanas.

A despeito das informações prestadas pelo General Dutra, as quais, no entender da relatoria, não passaram de justificativas para encobrir uma tolerância inexplicável para com um movimento que, no mês de dezembro de 2022, com os atos do dia 12 e 24, demonstrou claramente sua capacidade de causar danos à população do Distrito Federal, o Comando Militar do Planalto poderia e deveria ter atuado de maneira mais incisiva na desmobilização daquele local.

Nesse sentido, havia por parte do Governo do Distrito Federal a disposição de acabar com o acampamento montado em frente ao QGEx, sendo que, em todas as vezes em que foi demandado, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística do DF, prontamente procedeu de maneira a criar as condições operacionais para essa finalidade.

A argumentação por parte do General Dutra quanto à necessidade de declaração de ilegalidade do movimento, no ponto de vista da relatoria, não se sustenta, na medida em que as pessoas que estavam no Setor Militar Urbano de Brasília não ocupavam o local para moradia, mas apenas acampavam numa área inerente às atividades militares, as quais, não estando isentas de riscos e fazendo parte do campo de operações das fortificações castrenses, cerne da servidão militar, precisam estar constantemente desocupadas.



Com essa lógica foi o depoimento do General G. Dias prestado perante esta CPI, quando, ao responder uma pergunta do Deputado Gabriel Magno sobre a retirada do acampamento em frente ao QGEx, mencionando inclusive as explicações do General Dutra sobre a necessidade de decisão judicial, respondeu:

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, muito obrigado pela sua pergunta. Agradeço também a sua exposição, que foi muito elucidativa. Cada caso é um caso. Tem áreas em que o senhor poderia fazer isso, porque são áreas sob jurisdição das Forças Armadas, e tem áreas que não. Então, cada caso é um caso. Se tivesse, ao meu ver, se tivesse áreas sob jurisdição das Forças Armadas, deveriam ter sido retirados.

Ainda que não fosse assim, e houvesse a necessidade de uma ordem judicial para desocupação daquele lugar, poderia o Exército Brasileiro, ou mesmo o Governo do Distrito Federal, ter procedido nesse desiderato. Contudo, era imprescindível, em qualquer das situações, que houvesse, por parte do Comando Militar do Planalto, a efetiva intenção de acabar com aquele movimento.

Todavia, a questão mais alarmante não está relacionada à letargia do Comando Militar do Planalto em desmontar um acampamento com reivindicações antidemocráticas, mesmo diante das evidentes ameaças à segurança pública do Distrito Federal, materializadas por meio dos atos dos dias 12 e 24 de dezembro de 2022.

O grande erro cometido pelo Comando Militar do Planalto foi, ignorando a função constitucional das Forças Armadas, estabelecida no artigo 142 da Constituição Federal, de **garantir os poderes constitucionais**, permitir que milhares de pessoas, atendendo a um chamado de **“Tomada de Poder”**, nome que claramente antecipava o que iria acontecer, movimento de convocação amplamente divulgado pelas redes sociais, novamente ocupasse, entre os dias 07 e 08 de janeiro de 2023, as imediações do Quartel-General do Exército no Setor Militar Urbano de Brasília, o qual, segundo depoimento do próprio General Dutra, estava praticamente vazio.



Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e **destinam-se** à defesa da Pátria, à **garantia dos poderes constitucionais** e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Foram essas pessoas que, às 13h do dia 08 de janeiro de 2023, **iniciaram marcha do acampamento em frente ao QGEx com destino à Esplanada dos Ministérios** e, às 14h30 e 14h43, transpuseram, mediante uso da força, respectivamente, a linha de revista da Polícia Militar na N1, em cima do Buraco do Tatu, e a linha de contenção da Polícia Militar, disposta em frente ao Ministério da Justiça.

Também foram essas pessoas que, especificamente na Praça dos Três Poderes, subjugando as forças de segurança, invadiram os prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, e, agindo de maneira uníssona e com propósito comum, contribuindo mutuamente para ação delituosa, tentaram, mediante emprego de violência e grave ameaça, minar o Estado Democrático de Direito, buscando interferir no exercício dos poderes constitucionais.

No mesmo local e momento, sob as mesmas circunstâncias, essas pessoas, mantendo seus objetivos inalterados, também buscaram derrubar o governo devidamente eleito. Para tanto, fizeram isso com destruição do patrimônio público, com violência física e ameaças graves, causando considerável prejuízo ao Estado.

Essas mesmas pessoas, após os atos de vandalismo executados na Praça dos Três Poderes, retornaram ao acampamento na Praça dos Cristais no Setor Militar Urbano de Brasília, onde o Comando Militar do Planalto, na pessoa do General Dutra, com uso de blindados e tropas do Exército, impediu a Polícia Militar do Distrito Federal de efetuar as prisões, novamente fortalecendo, para aqueles que lá estavam, a **retórica de proteção do Exército para com o movimento**.



Portanto, não era apropriado que o Exército Brasileiro permitisse que manifestantes que atendiam a uma convocação para atos antidemocráticos, intitulada “Tomada do Poder”, cujo nome, **preludiava os ataques aos poderes constitucionais no dia 08 de janeiro de 2023**, fossem autorizados a retomar a ocupação do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército.

Poderia e deveria o General Dutra, Comandante do Comando Militar do Planalto, no cumprimento do mister constitucional das Forças Armadas de proteger os poderes constitucionais, com a mesma energia e disposição que usou para impedir a Polícia Militar do Distrito Federal de realizar as prisões no Setor Militar Urbano de Brasília na noite de 08 de janeiro de 2023, ter impedido a concentração desses manifestantes em frente ao Quartel-General do Exército. Nesse local, esse grupo se organizou, se articulou e se preparou para os ataques do dia 08.

Para tanto, tinha o General Dutra informações e condições de atuar, no sentido de impedir a fixação daqueles que, no dia 08 de janeiro de 2023, mediante emprego de violência e grave ameaça, atentariam contra o Estado Democrático de Direito, obstruindo ou limitando o funcionamento dos poderes constitucionais.

Comprova-se isso com o depoimento de Saulo Moura da Cunha, Ex-Diretor Adjunto da ABIN, prestado perante esta CPI, quando disse que os alertas de inteligência da ABIN foram, inicialmente, destinados aos **Centros de Inteligências das Forças Armadas**, à Secretaria de Segurança Institucional do Ministério da Justiça, ao Gabinete de Segurança Institucional – GSI, e à Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

Todas as informações recebidas pela Abin dos órgãos, dos seus órgãos, dos órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência e das suas próprias fontes, ou seja, por meios próprios, foram inseridas em alguns grupos de mensageria. **Primeiramente, num grupo chamado Consisbin**, cujos integrantes eram: **os centros de inteligência das Forças Armadas**, CIE, CIAER e CIM; a DINT – Diretoria de Inteligência, da então Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça; o próprio GSI, que tinha um representante nesse grupo; a Agência Nacional de Transportes Terrestres. “grifo nosso”



Destaca-se alguns dos alertas difundidos pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN:

Data e horário de difusão: 05/01/2023 – 15h30

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES EM CAPITAIS E RODOVIAS – ATUALIZAÇÃO
[...]

Foram identificadas, em redes sociais digitais, mensagens de convocação e de organização de caravanas para a capital federal, manifestações, paralisações e greve para os próximos dias. Não há dados que indiquem efetiva mobilização popular ou de setores da sociedade para as ações convocadas.

Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesas, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura e Agência Nacional de Telecomunicações.

Data e horário de difusão: 06/01/2023 – 19h40

Conteúdo: PERSPECTIVA DE MANIFESTAÇÕES EM BRASÍLIA

A perspectiva de adesão às manifestações contra o resultado da eleição convocadas para Brasília para os dias 7, 8 e 9jan. 2023 permanece baixa. Contudo, há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades.

Destaca-se a convocação por parte de organizadores de caravanas para o deslocamento de manifestantes com acesso a armas e intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional. Outros edifícios na Esplanada dos Ministérios poderiam ser alvo de ações violentas.

Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesas, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura, Agência Nacional de Telecomunicações e Ministro do GSI.

Data e horário de difusão: 07/01/2023 – 12h

Conteúdo: MANIFESTAÇÃO CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - ATUALIZAÇÃO

Conforme a ANTT, houve aumento do número de fretamentos de ônibus com destino a Brasília para este final de semana. Há um total de 105 ônibus, com cerca de 3900 passageiros.

Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios.

Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesas, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça



e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura, Agência Nacional de Telecomunicações e Ministro do GSI.

Data e horário de difusão: 07/01/2023 – 16h50

Conteúdo: MANIFESTAÇÃO CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – ATUALIZAÇÃO

Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QG do Exército. Não há registro de ações de manifestantes fora do QG do Exército. Permanecem convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas, mas coordenação concreta para tais ações.

[...]

Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesas, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura e Agência Nacional de Telecomunicações.

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 10h00

Conteúdo:

Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QG do Exército, mas em fluxo menor que o registrado ontem. Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive com instalação de estruturas maiores. Permanecem convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas. [...]

[...]

Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesas, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura, Agência Nacional de Telecomunicações e Ministro do GSI.

Observa-se dos alertas de inteligência que, para além das informações quanto a possíveis atos de violência e invasão dos prédios dos Três Poderes, existe anotação quanto ao incremento significativo do número de barracas, inclusive com instalação de estruturas maiores, informação que vai de encontro com as explicações prestadas pelo General Dutra nesta CPI, quando disse que no final de semana do dia 08, não teria deixado entrar “logística” no acampamento na Praça dos Cristais.



E é muito importante eu esclarecer para todos os senhores que a praça, no dia 6 – como eu mostrei fotografias e mencionei a matéria no grupo UOL –, já estava com menos de 200 pessoas. No dia 7, chegaram a Brasília cerca de 120, 130 ônibus para as manifestações do dia 8, que estavam sendo chamadas para a Esplanada e a Praça dos Três Poderes. Eram essas que circulavam nas mídias sociais. Essas pessoas chegaram e se dirigiram para a Praça dos Cristais, e nós não permitimos que os ônibus entrassem, **tampouco permitimos que entrasse logística.** “grifo nosso”

Para além disso, o Comando Militar do Planalto, conforme constante em relatório, também fazia parte da Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública – CIISP, ativada pela Subsecretaria de Inteligência da SSP/DF, em 07/01/2023, sendo, portanto, subsidiado de informações também por esse canal.

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 09h00

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – QGEx

Público estimado pela SSP/DF de 3.000 pessoas na área próxima do SMU.

Durante a madrugada de 07/01/2023 mais 16 ônibus desembarcaram passageiros nas proximidades do QGEx, totalizando 101 veículos até as 8h20. Parte dos ônibus está estacionada na Granja do Torto.

Os manifestantes que chegaram nas últimas horas traziam equipamentos de acampamento e mantimentos. Parte deles foi observada pegando Uber e se dirigindo para hotéis da cidade.

Avenida do Exército está bloqueada para veículos nos dois extremos. Av. Duque de Caxias liberada para veículos a partir do Eixo Monumental, com controle de acesso feito pela PE.

Fluxo ainda tímido de chegada de manifestantes de Brasília/DF, que vêm a pé devido aos estacionamentos liberados na área do QGEx estarem lotados.

Estacionamento da Catedral Rainha da Paz lotado, com manifestantes fazendo churrasco e acompanhando a missa na igreja.

Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive de instalação de estruturas maiores. Cozinhas comunitárias, que haviam sido desmontadas, voltaram a funcionar.

Às 8h30 havia concentração de pessoas na área do palco, mas não havia discursos. Há filas nas barracas de alimentação.

Os acampados aparentam estar divididos em grupos, com sua própria organização cada.

Após discussão acalorada entre acampados às 8h50, ficou decidido que os manifestantes partirão em marcha para a Esplanada às 13h.

Difusão: **CIISP-DF - Ministro do GSI.**



Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 10h00

Conteúdo: NÃO HÁ

Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QG do Exército, mas em fluxo menor que o registrado ontem. Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive com instalação de estruturas maiores. Permanecem convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas. Manifestantes partiriam em marcha em direção à Esplanada a partir das 13h00. Há um pequeno grupo de manifestantes na Av. das Bandeiras (imagem anexa).

Em São José dos Campos/SP, há presença de manifestantes na Revap, Refap e no terminal de Barueri/SP. Houve tentativa de bloqueio de acessos no Posto Avançado 6 (P6), na BAVAP, no final da noite de 07/01, mas a via foi liberada.

Em Canoas/RS, grupo de cerca de 100 manifestantes encontra-se próximo ao portão da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Há convocações em redes sociais e grupos de mensageria para aumentar o número de pessoas no local. Forças de segurança (PRF e BM) estão no local e não há bloqueio de rodovia nem do acesso à refinaria

Difusão: CIE- CIM - AID/MD DINT/SEOPI- ANTT - MINFRA- ANATEL - **CIISP/DF – MINISTRO DO GSI**

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 10h00

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - ATUALIZAÇÃO

Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QG do Exército, mas em fluxo menor que o registrado ontem. Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive com instalação de estruturas maiores. Permanecem convocações e Incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas. Em votação, decidiram que a marcha só iniciará quando todas as caravanas chegarem e estão evitando divulgar um horário para o início. Há um pequeno grupo de manifestantes na Av. das Bandeiras (imagem anexa).

Em São José dos Campos/SP, há presença de manifestantes na Revap, Refap e no terminal de Barueri/SP. Houve tentativa de bloqueio de acessos no Posto Avançado 6 (P6), na BAVAP, no final da noite de 07/01, mas a via foi liberada.

Em Canoas/RS, grupo de cerca de 100 manifestantes encontra-se próximo ao portão da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Há convocações em redes sociais e grupos de mensageria para aumentar o número de pessoas no local. Forças de segurança (PRF e BM) estão no local e não há bloqueio de rodovia nem do acesso à refinaria.

Difusão: CIE- CIM - AID/MD DINT/SEOPI- ANTT - MINFRA- ANATEL - **CIISP/DF – MINISTRO DO GSI.**



Mensagens consignadas no grupo de WhatsApp “Perímetro de Segurança” também revelam a chegada de “logística” no acampamento no Setor Militar Urbano de Brasília no final de semana do dia 08 de janeiro de 2023, inclusive com o conhecimento do General Dutra.

[07/01/2023 09:39:19] Cel Cintia SOPI: **Informe ao General Dutra, Comandante do CMP quanto a montagem de novas barracas de acampamento** “grifo nosso”

[07/01/2023 09:43:57] Cap Júnior CI: *Público* na área do SMU *ainda muito disperso.*

Foi verificado a *montagem de barracas* por algumas das pessoas que chegaram nas caravanas.

Chegada de ambulante também foi observada.

[07/01/2023 17:59:06] Cap Júnior CI: Manifestantes que desembarcam seguem em direção ao local onde ficavam os Caminhões. Estão carregando suprimentos, colchões, cadeiras, bolsas e sacolas.

[07/01/2023 18:01:32] Ten Koch 7 BPM: *MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO QG DO EXÉRCITO*

Atualização

Horário: 18h

DESDOBRAMENTOS:

- Muito manifestantes desembarcando dos ônibus com materiais para acampamento, como mochila, colchão, barracas, cadeiras, mala de viagem e outros;
- Pessoal do DF Legal chegou e está ao lado contrário da entrada do SMU, na lateral da Rainha da Paz;
- Situação tranquila e sem alteração.

Diante desse contexto, considerando que as Forças Armadas detêm a responsabilidade constitucional de preservar a integridade dos Poderes da República, o General Dutra, então Comandante do Comando Militar do Planalto, encontrava-se investido da capacidade e obrigação de agir. Era imperativo que ele adotasse medidas efetivas para garantir que, em 08 de janeiro de 2023, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não sofressem violação, afastando, assim, a ameaça à estabilidade institucional e à ordem democrática do Brasil.



O General Dutra, ciente da função e do contexto crítico, poderia ter desempenhado **papel central** na prevenção de eventos que pudessem comprometer a robustez das instituições democráticas brasileiras. Isso implica não apenas em uma resposta reativa, mas em uma postura proativa, **antecipando-se** a possíveis ameaças e adotando estratégias que reforçassem a estabilidade do sistema democrático.

Ao analisar a atuação do General Dutra nesse episódio, é importante avaliar não apenas as ações tomadas, mas também as eventuais omissões ou lacunas que possam ter contribuído para a vulnerabilidade dos poderes constitucionais. Essa reflexão aprofundada é essencial para uma compreensão abrangente do papel das Forças Armadas na preservação da ordem constitucional e na proteção da democracia no Brasil.

12 DAS APURAÇÕES RELACIONADAS À POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

As investigações estabelecidas no curso da CPI dos Atos Antidemocráticos, com documentos e depoimentos tomados a termo pelos deputados membros da comissão, revelaram que a Polícia Militar do Distrito Federal possui normativos próprios que estabelecem de maneira muito clara as competências atinentes a eventos, atos públicos e manifestações no Distrito Federal.

Nesse sentido, pode-se destacar o Decreto Federal nº 10.443/2020, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, a Portaria nº 1.152/2021, ato administrativo que aprova o Regimento Interno Geral da Corporação, e o Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF, intitulado “Manifestações no DF”, os quais, naquilo que foi importante para as investigações, foram evidenciados no corpo do presente relatório.



Não obstante a isso, no sentido de rememorar o que já foi citado, vale, novamente, tecer algumas considerações sobre as normas e regulamentos acima indicados.

Segundo estabelecem o Decreto Federal nº 10.443/2020 e o Regimento Interno Geral da PMDF, compete ao Departamento de Operações, por meio da Subchefia de Operações, planejar as “**grandes operações**”. Esse comando está inserido tanto no artigo 41 do mencionado decreto, como no artigo 77 da Portaria nº 1.152/2021.

Já o Plano de Operação nº 02/2020, documento que define um referencial metodológico de planejamento das operações da Polícia Militar do Distrito Federal, e que utiliza, na avaliação das manifestações no DF, uma correlação entre “Nível de Risco” e “Estimativa de Público”, criando 25 hipóteses de cenários possíveis, estabelece que, **em todas as hipóteses apresentadas**, o planejamento do emprego e distribuição do efetivo no terreno caberá, via de regra, ao **Comando da área (CPR)**.

Para além disso, o Plano de Operação nº 02/2020, também registra, na parte em que aborda as atribuições do Departamento de Operações, considerando sua competência de coordenar e controlar o efetivo subordinado com vista ao emprego operacional¹⁰³, que caberá ao DOP, **mediante solicitação do Comando de Policiamento da área responsável pela manifestação**, determinar aos demais Comandos de Policiamento, o emprego do efetivo necessário e suficiente. Nesse sentido:

I. Determinar aos Comandos de Policiamento Regionais e Especializados, por intermédio de Ordens de Serviços, o emprego dos efetivos necessários e suficientes, **conforme solicitação do Comando de Policiamento responsável pela área onde estiver ocorrendo a manifestação (será pautado no planejamento operacional específico realizado pelo Comando da área, referente a cada manifestação, considerando-se as várias hipóteses já mencionadas neste documento)**. “grifo nosso”

¹⁰³ Artigo 74, inciso I, da Portaria nº 1.152/2021, Regimento Interno Geral da Corporação



Atento a isso, cumpre destacar trecho do depoimento do Coronel Klepter, à época dos fatos apurados, Subcomandante da PMDF, prestado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, na data de 15 de junho de 2023, na 16ª Reunião Ordinária, em que diz:

Com relação a quem caberia o planejamento, cabe ressaltar que a missão precípua de planejamento de emprego operacional inicia-se com o batalhão responsável pela área. Quando ele não detém os recursos materiais e humanos necessários para o acompanhamento na missão, ele sobe essa solicitação de apoio de recursos materiais e humanos para o comando regional. Não havendo recursos humanos e materiais do comando regional suficientes para fazer frente à demanda, o Departamento de Operações, então, é o responsável para fazer esse aporte de apoio operacional para cumprimento da missão. Nos eventos que são considerados de natureza grande, de grandes manifestações, de grandes eventos, há uma previsão para que o DOP avoque o planejamento completo da operação

Entende-se então que, no tocante às manifestações no Distrito Federal, o planejamento das operações da Polícia Militar, com base nos regramentos expostos, com exceção das **“grandes operações”**, sempre se iniciam pelo Comando de Policiamento da área, o qual, não tendo capacidade operacional para bancar o evento, solicita reforços ao Departamento de Operações, que intermedeia com os demais CPRs os recursos necessários.

Somente para aclarar o entendimento quanto ao que seriam “grandes operações”, vale destacar alguns dos planejamentos entabulados pelo Departamento de Operações¹⁰⁴:

- Plano de Operações nº 12/2023 – SUBCG/PMDF. “Operação Semana da Pátria 7 de setembro de 2023”;
- Plano de Operação nº 2023.10060.0000043. “O Maior São João do Cerrado”;
- Plano de Operação nº 2023.10060.0000036. “Capital Moto Week 2023”;

¹⁰⁴ Despacho – PMDF/DOP/SO



- Plano de Operação nº 2023.10060.0000016. “Amistoso Internacional de Futebol Feminino: Brasil X Chile”;
- Ordem de Operação nº 004/2023 – SUBCMDO/PMDF. “Solenidade de Corpus Christi 2023”;
- Plano de Ação nº 06. “Via Sacra no Morro da Capelinha 2023”;
- Ordem de Operação nº 06/2023 – SUBCG/PMDF. “Operação Carnaval 2023”;
- Ordem de Operação nº 05/2023 – SUBCG/PMDF. “Pré-Carnaval – Dias 04 e 05/02/2023”;
- Ordem de Operação nº 03/2023 – SUBCG/PMDF. “Posse do Legislativo Federal – 1º/02/2023”;
- Ordem de Operação nº 02/2023 – SUBCG/PMDF. “Supercopa 2023 – Palmeira X Flamengo”;
- Ordem de Operação nº 12/2022 – SUBCG/PMDF. “Posse Presidencial 2023”;
- Ordem de Operação nº 09/2022 – SUBCG/PMDF. “Eleições 2022 – 2º Turno”;
- Ordem de Operação nº 08/2022 – SUBCG/PMDF. “Eleições 2022 – 1º Turno”;
- Ordem de Serviço nº 2022.10060.0000192. “Dia de Finados”;
- Ordem de Operação nº 07/2022 – SUBCG/PMDF. “Semana da Pátria 2022”;
- Ordem de Operação nº 05/2022 – SO/DP. “Operação Narco Brasil 2022”;
- Ordem de Operação nº 04/2022 – SUBCMDO/PMDF. “Solenidade de Corpus Christi 2022”;
- Ordem de Operação nº 03/2022 – SUBCMDO/PMDF. “Pentecostes 2022”;
- Ordem de Serviço nº 2022.10060.0000104. “Flamengo X Botafogo”;
- Ordem de Operação nº 02/2022 – SUBCOMDF/PMDF. “Via Sacra no Morro da Capelinha 2022”;



- Ordem de Serviço nº 2022.10060.0000083. “62º Aniversário de Brasília 2022”;
- Ordem de Operação nº 01/2022 – SUBCOMDF/PMDF. “Plano de Contingência – Operação Carnaval 2022”;

É válido consignar que os planejamentos de operações realizados pelo DOP, de regra, estão relacionados aos Protocolos de **Operações** Integradas – POI, os quais, segundo tópico “5.2.2 Da Subsecretaria de Operações Integradas – SOPI”, do relatório, são semelhantes, quanto à forma, aos Protocolos de **Ações** Integradas - PAI. Esses protocolos diferem, porém, quanto ao contexto de utilização, sendo o POI previsto para eventos constantes do calendário oficial.

Isso não quer dizer que o Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal não elabore planejamentos operacionais decorrentes do PAI ou mesmo de Informações de Eventos (tipo de protocolo da SOPI), mas é necessário caracterizar que, para tanto, os atos ou manifestações públicas adquiram contornos que ultrapassem a capacidade operacional de uma Companhia de Policiamento, ou necessitem de organização em nível estratégico da corporação.

Nesse sentir, vale registrar que a Polícia Militar do Distrito Federal, por meio do Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023, informou, quanto às manifestações do dia 08/01/2023, que não foi encontrada Portaria de acionamento do PrTi, **o que dava indícios de que as manifestações não foram classificadas como de risco elevado ou de considerável público.**

No mesmo sentido é a “Memória de Reunião de Trabalho” do PAI nº 02/2023, a qual, face às informações que se tinha até aquele momento, quais sejam, reduzido público no acampamento em frente ao QGEx e nenhum registro de ônibus pela ANTT com destino a Brasília, entendia que as manifestações que poderiam vir a ocorrer nos dias 07, 08 e 09 de janeiro **teriam baixa adesão.**

Estabelecidas essas premissas e, na exata razão dos normativos da PMDF, em 05 de janeiro de 2023, ou seja, um dia antes da reunião do PAI nº 02/2023, o



Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, então Comandante do 1º CPR, envia o Ofício nº 11/2023 – PMDF/1º CPR/SPOI ao Departamento de Operações, cujo assunto do documento é “**Pedido de Apoio**”.

No ofício, o Coronel Casimiro solicita apoio operacional ao departamento, no sentido de deixar o CPTRAN e BPCHOQUE em condições de atuarem (mediante acionamento), na data de 06 de janeiro de 2023, assim como o BPCHOQUE em condições de atuar (mediante acionamento), nas datas de 06, 07 e 08 de janeiro de 2023, **em razão de prováveis manifestações e bloqueios de via**.

O referido ofício também solicita o apoio do policiamento ordinário do DOP, em serviço voluntário, para os dias 07 e 08 de janeiro 2023, assim como registra - e aqui está a informação que identifica a responsabilidade quanto aos planejamentos para os atos do dia 08/01/2023 -, que **os planejamentos poderiam mudar**, caso novas informações surgissem até o dia 06 de janeiro de 2023.

No dia 07 e 08 de janeiro temos 09 viaturas de GTOs em SVG de 08h00 as 16h00 em patrulhamento tático no 1º CPR em condições de acionamento, GPE e mais as viaturas do ordinário do 6º BPM e demais unidades, ordem de serviço nº N° 2023.10029.0000004. Vale ressaltar a importância de **ter o SVG do DOP em policiamento** e em condições de acionamento para esses dias. **Contudo caso tenha novas informações até dia 06/01/2022 o planejamento poderá ser mudado.**

Atenciosamente,

MARCELO CASIMIRO VASCONCELOS RODRIGUES - CEL QOPM
Comandante do 1º CPR / PMDF

Em resposta, o DOP expede a Circular nº 08/2023, determinando aos Comandantes do CPTRAN e CPME, de acordo com ofício de referência, a adoção das providências necessárias no sentido de prestarem apoio policial na área central de Brasília, em razão de prováveis manifestações e bloqueios de vias. Outrossim, também informa que o departamento escalou, para o dia 08/01/2023, 60 policiais para a área do Plano Piloto, os quais poderiam ser remanejados para emprego em manifestações, mediante acionamento do Coordenador Geral de Policiamento.



Reforçando o entendimento de que os planejamentos para os atos do dia 08/01/2023, cabiam ao Coronel Casimiro, cumpre destacar parte do depoimento do Major Flávio Silvestre de Alencar, Ex-Subcomandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, prestado perante a CPI, em de 03 de agosto de 2023, no qual afirma que, na data de 04/01/2023, o Coronel Casimiro teria enviado para ele um folder intitulado “Tomada do Poder pelo Povo”, no que, na sequência, teria explicado que a inteligência do 1º CPR estaria averiguando, e que ele, Coronel Casimiro, iria fazer o planejamento conforme a situação fosse evoluindo:

Sim. Eu me recordo que, no dia 4 de janeiro, numa quarta-feira, o coronel Casimiro me manda uma mensagem, o fôlder Tomada do Poder pelo Povo. Ele manda para mim. Só que ele fala para mim que a inteligência do 1º Comando Regional estava ali averiguando, acompanhando, **e que ele iria fazer o planejamento conforme fosse evoluindo a situação.** “grifo nosso”

Justamente por conta desses folders que circulavam nas redes sociais convocando para manifestações em Brasília, no dia 05 de janeiro de 2023, por volta das 20h30 ou 21h, de ordem da Coronel Cíntia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas, o Tenente Coronel Rosivan, Coordenador do CEATE/SOPI, entra em contato com os pontos focais das IOAs, via WhatsApp¹⁰⁵, para marcar reunião às 10h da manhã do dia seguinte, na sala de Gestão Estratégica da SSP/DF, visando discutir as ações integradas a serem desencadeadas no caso de ocorrerem manifestações nos dia 07, 08 e 09 de janeiro de 2023.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Presidente, na quinta-feira, por volta das 8h, entre 8h30min e 9h da noite, nós tomamos conhecimento, eu e a minha equipe da Subsecretaria de Operações Integradas, que não é vinculada à inteligência, apenas de várias caravanas vindas de vários estados do Brasil para o Distrito Federal. De imediato eu fiz contato com o coordenador da CIAD, que é responsável...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Era o Tenente-Coronel Rosivan, e pedi para ele fazer contato rapidamente com todos os pontos focais, chamando essa reunião para sexta-feira, às 10h da manhã. Não havia tempo hábil de

¹⁰⁵ Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023



fazer nenhum documento via SEI. Primeiro, porque não tinha expediente nos órgãos, e esse documento não ia chegar a tempo dos pontos focais serem convocados. Então, como nós tratamos muito de manifestações inopinadas espontâneas, o protocolo que nós adotamos, quando a gente sabe, em cima da hora, que vai acontecer alguma coisa, é manter contato com os pontos focais. Foi mantido contato com todos os pontos focais. Nem todos compareceram, mas o contato foi mantido.

É relevante destacar que na reunião ocorrida em 06/01/2023, da qual a SOPI fez o convite no final do dia 05, compareceram, como representantes da Polícia Militar do Distrito Federal, o Coronel Casimiro, Comandante do 1º CPR, e o Major Leonardo, Chefe da Seção de Planejamento do DOP. É importante dizer, para que não se tenha qualquer dúvida, que a presença desses dois militares nessa reunião decorreu exclusivamente em resposta ao convite da SOPI, e não por conta da determinação ou ordem de qualquer outro oficial da Polícia Militar.

O resultado dessa reunião foi a confecção do Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023, o qual, após ser assinado, ratificado e aprovado pela Secretaria de Segurança Pública, foi difundido às IOAs envolvidas. Com base nesse documento e nas informações disponibilizadas na reunião, as IOAs passaram a realizar seus planejamentos internos, com mensuração dos recursos humanos e logísticos a serem empregados.

Na busca pelo esclarecimento dos fatos, foi solicitado à Subsecretaria de Operações Integradas, por meio do Requerimento nº 191/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, as informações alusivas ao grupo de WhatsApp “Perímetro de Segurança”, assim como as **gravações audiovisuais da reunião preparatória do PAI nº 02/2023**. Essa diligência revelou que a “Memória de Reunião de Trabalho”, documento que registra o extrato das tratativas realizadas pelos representantes de cada IOA, não retratava **fielmente** o que havia sido discutido na reunião do dia 06 de janeiro de 2023.

De posse dessas informações, em especial dos áudios da reunião do dia 06, ocorrida às 10h da manhã, na sala de Gestão Estratégica da SSP/DF, foi possível identificar e entender, após cuidadosa oitiva, o ponto de vista do Coronel Casimiro



quanto às manifestações do dia 08 de janeiro de 2023, assim como sua estratégia de atuação para os eventos que estariam por vir.

Segue transcrição:

“Posso falar? Vamos lá! O que acontece. **A gente tá monitorando por inteligência e realmente não tem nada em concreto.** A gente tá acompanhando isso todo dia. Hoje, 05h da manhã, o Rodrigo já tava acompanhando isso pra ver o dia de hoje. **A Polícia Militar não vai colocar efetivo lá na esplanada.** A estratégia é... Assim, efetivo forte né! **A gente vai ter lá o efetivo do 6º Batalhão,** a gente vai ter um outro efetivo **que eu escalei** pelo comando regional, que eu sou, talvez todos não conheçam, **eu sou o comandante de policiamento regional que pega toda essa região central de Brasília, eu tenho seis batalhões subordinados a mim, entre eles o 6º batalhão que é da esplanada.** Aí junto com o Departamento Operacional, que tá o departamento, e eu sou um dos comandos regionais subordinados ao departamento. A gente conversou lá com o departamento. **A estratégia, a gente tem efetivo do departamento nas proximidades, a gente tem ali na ERB, Setor Hoteleiro, tá ali disponível e rapidamente para descer para esplanada, a gente tem as especializadas próximo também na Asa Sul e Asa Norte, a gente vai ter alunos também na Asa Norte. Então a gente não vai ter um efetivo grande, a gente vai ter efetivo, mas não vai ter um efetivo grande na esplanada porque não tem nada em concreto,** tem cinquenta, quando junta muito ali é 200 pessoas naquele... Então com 200 pessoas só com efetivo que a gente tem do 6º batalhão já dá conta, entendeu? **A gente tem toda uma estratégia montada com,** mas o Detran pode ajudar a gente, **com CPTran né, inclusive eu já brifei isso aí com todo pessoal da rua, com o próprio Comando de Policiamento de Trânsito, e a estratégia é, igual foi falado aqui, caminhões, ônibus aí não vai entrar. A gente já vai fechando, entendeu? Não desce para Praça dos Três Poderes, essa é a estratégia, tá certo?** Mas lembrando que a gente tá agora em outro governo outra realidade outro cenário, então assim como tem na esplanada todo dia 10, 30, 40 manifestantes, é normal, tá dentro da democracia, o que não tá dentro da democracia é barraca, montagem, tudo que tá fora da lei e dos protocolos que a gente faz para todo mundo, seja de direita seja de esquerda, tudo que foge a isso não vai ser autorizado. Agora um grupo pequeno ali de 50 pessoas, 40 pessoas, 100 pessoas, isso aí está dentro da democracia, agora, lógico, um cuidado a mais né. Então não tem mais aquela linha, pessoal já sabe lá, não tem a linha do congresso né, naquela contenção, mas a gente tá com atenção na Praça dos Três Poderes, hoje à noite já ficou lá viatura fixa, vai ficar né, no STF, no monitoramento, mas aquele monitoramento para ser acionado meios e para fazer aquele primeiro contato. **Então o que eu peço para todos assim, ao serem acionados agir rapidamente, os prédios que estão que são os pontos mais sensíveis Senado, Congresso, o STF, ter o link direto para gente acionar os meios, viu qualquer situação né, ter esse contato lá com a gente a com Polícia Militar, que aí a gente desloca rapidamente, já vai ter o pronto emprego ali, e todos ficar bem atento, reforçar as portarias né, porque as vezes a gente no final de semana tá lá**



trabalhando o cara relaxa um pouco né, tal, ah não vai acontecer nada, tal, e tem alguns deles aí que não sei se prospera, até acho que não, que pela inteligência tem falado que vai driblar a segurança, vai dar um jeito. Eu acho que é mais um áudio assim pra botar medo, pra vender o terror, botar pilha no processo, algo nesse sentido. Mais não pode descartar. A gente tem que ficar sempre muito atento, não pode ficar naquela situação normal né, que a gente vive, que é o caso lá nosso também, a gente não tá na situação só normal, a gente tá bem atento, as barreiras já estão lá inclusive pra ser fechada de trânsito, a gente tem um número de viaturas a mais, então assim, vai ser muito rápido tá. Mas pelo não tem líder não tem quantidade, **qual é o ponto que eu vejo que a gente tem que ficar atento, a gente tem que acompanhar isso 24h, é os ônibus. Entendeu? Ônibus é o indicativo pra gente. Começou a chegar ônibus aí pode começar a tomar as providências.** Naquela vez que veio aquelas caravanas, vou contar pra vocês, eu linko muito com o CPTran, Comando de Policiamento de Trânsito, e o trânsito linka muito com o Detran, houve falhas de avisar, entendeu? O trânsito. A Polícia Militar acompanhou todos os comboios para Brasília, mas muita das vezes, com todo respeito a Polícia Rodoviária Federal, que faz um excelente serviço e auxiliou muito a gente, muitas vezes deixou de avisar. Eu mesmo liguei para o Coronel Edvan e falei 'cara, você tá sabendo desse comboio? Não, não estou sabendo não, mas vou mandar lá.'. Então assim, a falha de, normal, vamos dizer assim, há uma falha de comunicação. Então assim, até peço para reforçar na secretaria, CPTran acho que já fez, mas se puder reforçar esse contato na Polícia Rodoviária Federal para avisar. É muito importante passar quem passa pelos pontos dá tempo da gente se organizar. Muito tempo. Passou em Goiânia, passou em (inaudível), todas as entradas de Brasília né, dá tempo com tranquilidade para gente se organizar e aí montar um outro esquema. **Então o esquema da Polícia Militar é esse, ficar, tá próximo, tem efetivo, tem o bom efetivo, mas não vale a pena desgastar o efetivo para ficar na esplanada que provavelmente não vai acontecer nada,** aí a gente tá tirando... **Toda vez que a gente faz isso a gente bota policiamento a mais, gasta dinheiro público,** tira dá, né Leonardo, Leonardo que é do DOP sabe disso, tira da população o mais, mantém o ordinário, pra ficar lá, se gasta lá uma grana enorme sem necessidade, entendeu? **Essa é a avaliação nossa.** Para terminar, eu também andei acompanhando a semana toda, hoje eu acabei conversando com o pessoal da inteligência, **eu acho que não prospera.** Mas não pode ficar desligado, não pode. O que está acontecendo lá no QG, eles brigam entre eles, não tem liderança, eles não se acertam, é um tipo de pessoa que eles estão tipo em transe, tão com a mente blindada, fora da realidade, isso é muito perigoso porque eles podem sair fora da lei. É isso que tá acontecendo. Aí fica os extremistas fazendo esses áudios, muitas vezes não tão nem aí, não tão nem no QG, fazem esses áudios esses vídeos, replica vídeo, vídeo fora do contexto..."

Conforme observado, o Coronel Casimiro tinha a convicção, respaldado, inclusive, pelas informações de inteligência que recebia, que as manifestações que ocorreriam no final de semana não iriam prosperar. Ele acreditava que os áudios de vandalismo que circulavam nas redes sociais, tinham mais a intenção de "botar o



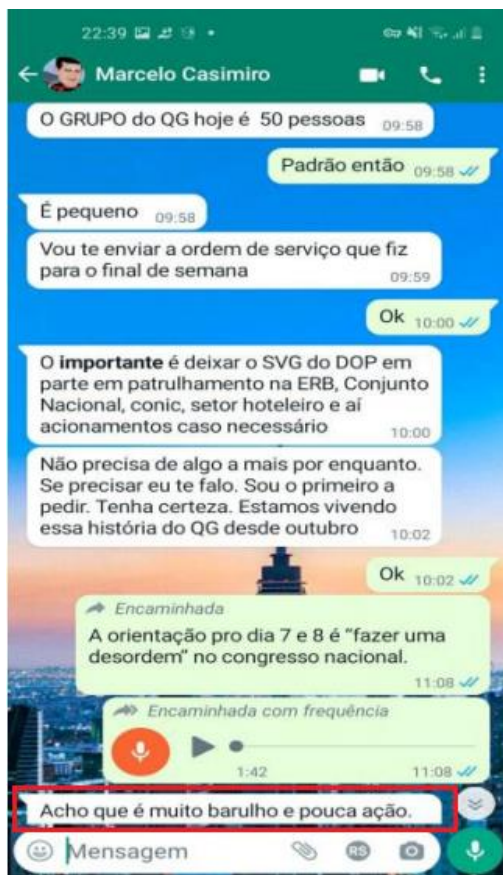
medo”, “vender o terror” e “botar pilha no processo”, do que propriamente configurarem uma ameaça. Por conta disso, como responsável pela área e, por conseguinte, pelo planejamento operacional, optou por adotar uma estratégia que envolvia o destacamento de um baixo efetivo da Polícia Militar na Esplanada dos Ministérios, porque, em seu entender, o contrário seria desgastar desnecessariamente a tropa e desperdiçar dinheiro público.

Definiu, também, que o policiamento ostensivo da área central de Brasília, próximo à Esplanada dos Ministérios, do Departamento de Operações, do 1º CPR, e das unidades especializadas, ordinariamente já escalado, seria suficiente para conter eventual manifestação em caso de rápido acionamento, e que o CPTRAN não permitiria o fluxo de ônibus e caminhões na esplanada.

Constata-se ainda que, na reunião do dia 06/01/2023, o Coronel Casimiro estabeleceu que a chegada de ônibus em Brasília seria um importante indicativo a ser observado para o caso de adoção de providências.

Em conformidade com essas informações, cabe destacar um diálogo ocorrido via aplicativo WhatsApp, entre os Coronéis Casimiro e Paulo José Ferreira de Souza Bezerra, na manhã do dia 05 de janeiro de 2023¹⁰⁶. Nessa conversa, o Coronel Paulo José encaminha para o Coronel Casimiro mensagem escrita e de áudio informando sobre o potencial risco das manifestações no final de semana, ao que o Coronel Casimiro responde: **“Acho que é muito barulho e pouca ação.”**

¹⁰⁶ Informação apresentada pelo Advogado Nilson José Franco Júnior, OAB/DF Nº 40.298, ao gabinete do Deputado Chico Vigilante (Memoriais)



Transcrição áudio encaminhado pelo Coronel Paulo José: "Gente, notícia boa, quentinha pra vocês! Oh, não tem ninguém armando barraca. É pra todos ficarem com as barraquinhas lá na, na, no QG, porque o trem vai pegar. Vai vim muito ônibus, me parece que vai vim muito empresário, muito empresários. Eles alugaram mais de (40) ônibus, para que eles possam vir pra cá para Brasília, eh..., para poder fazer, ter essa manifestação no dia (07 e 08). Gente, eu só não vou poder ir, por causa da minha vista, porque eu tô..., tô com as vistas ruim pra caramba, ruim, quase não estou enxergando direito. Então, eh..., meu esposo vai, todo mundo vai, então assim, é tudo ou nada, vai, vamo causar, lógico que a gente não vai quebrar nada, mas a gente vai lá pro Congresso Nacional, lá pro congresso, e a gente vai ter uma desordenzinha lá, pra ver se o, se vai ter o GLO. Conversa ao fundo: 'Bagasseira vai ser fei!' Então, vai ter milhares de pessoas, milhares de pessoas, sabe? É isso aí gente, vamos ter fé, ter fé, por que o Haddad já tá querendo colocar uma tal da moeda única, que eu nem sei que diabo é isso, sabe? E querendo também, eh..., aumentar a gasolina, só não vai aumentar a gasolina, sabe porquê? Por causa du..., da gente, por que se aumentar a gasolina a gente vai cair pra cima!

Aqui é necessário fazer um aparte e citar o Coronel Paulo José. Quando entrevistado nesta CPI, consignou que o Major Leonardo, após a reunião do PAI nº 02/2023, teria entrado em contato com ele para informar que não havia atribuições do DOP para elaboração de planejamento quanto às manifestações do final de semana.

[...] "Coronel, aqui da reunião não tem atribuições ao Departamento de Operações fazer elaboração do planejamento para o 8 de janeiro. **O coronel Casimiro está aqui, o coronel Casimiro já fez as solicitações de efetivo que necessita**, e vai fazer as ordens de serviço" – e foi feito pelo 6º Batalhão de Polícia Militar.[...] "grifo nosso"

O Major Leonardo não foi ouvido no curso dos trabalhos da CPI, porém, depreende-se do trecho acima destacado, que o Coronel Casimiro, presencialmente,



tratou com ele a respeito do efetivo que precisaria para o final de semana, tudo, ainda, em concordância com os normativos da Polícia Militar do Distrito Federal.

Consideradas as atribuições descritas no aludido PAI nº 02/2023, as informações fornecidas em reunião no dia 06/01/2023, de baixa adesão e pouco engajamento ao movimento, bem como o entendimento do Coronel Casimiro, responsável pelo planejamento da corporação quanto à estratégia operacional a ser adotada no caso de manifestações nos dias 07 e 08 de janeiro de 2023, procedeu a Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023, da forma relatada nos próximos parágrafos.

O Departamento de Operações, coordenando e controlando o efetivo subordinado com vista ao emprego operacional, já que, segundo demonstrado, não era sua atribuição realizar o planejamento operacional para os atos do final de semana, emite, às 17h50 do dia 06 de janeiro, a Circular nº 13/2023, assinada pelo Coronel Paulo José, destinada aos Comandantes do 1º CPR, 2º CPR, CPME e CPTRAN, na qual solicita a adoção das providências pertinentes às atribuições da PMDF elencadas no PAI nº 02/2023.

Acerca desse documento, observa-se que o Coronel Paulo José, ao emití-lo, nada mais fez que formalizar as demandas do Coronel Casimiro, Comandante do 1º CPR, para os atos do final de semana, as quais, inclusive, já haviam sido tratadas por meio da Circular nº 08/2023, documento acima informado, no qual o DOP determina aos Comandantes do CPTRAN e CPME que adotem as providências no sentido de prestarem o devido apoio policial na área central de Brasília, em razão de prováveis manifestações e bloqueios de vias. Acrescente-se que, com relação ao CPTRAN, segundo se extrai das falas transcritas do Coronel Casimiro, esse já estava “brifado” quanto à estratégia operacional.

Por sua vez, o DOP também confecciona a Ordem de Serviço nº 2023.10060.0000002, documento assinado pelo Major Leonardo Melo dos Santos, o mesmo que esteve com o Coronel Casimiro na reunião do dia 06/01/2023, **a qual intensifica o policiamento ostensivo** nas imediações do Hotel Meliá; retoma a



Operação Centúria, Ordem de Serviço nº 2023.10060.0000003, documento assinado pelo Capitão João Henrique Barcelos Lima, **a qual intensifica o policiamento ostensivo geral** nos dia 07 e 08 de janeiro de 2023 na área central de Brasília e adjacências sul e norte, em condições de serem empregados em manifestação na área da esplanada; assim como solicita 200 alunos do curso de formação de praça.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2023.10060.0000002	
UPMs: 1º CPR, 2º CPR, 3º CPR, 4º CPR, 5º CPR, 6º CPR, SO	
Ao(s): SO, SVG	
Referência: De ordem do Chefe do DOP	Evento: Reforço de Policiamento - Meliá Hotel (04 a 31 de janeiro de 2023)
Data: quarta-feira, 04 janeiro 2023 a terça-feira, 31 janeiro 2023	Horário: 00h00 às 00h00
Responsável: NÃO INFORMADO	Público Previsto: 0
Local: -	
Tipo: INTENSIFICAÇÃO DE PATRULHAMENTO	Uniforme: 6º F/correspondente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2023.10060.0000003	
UPMs: 1º CPR, 2º CPR, 3º CPR, 4º CPR, SO, DOP	
Ao(s): CGP, SEÇÃO DE PLANEJAMENTO, SO, SSECA, SSLOG, SVG	
Referência: ORDEM DO CHEFE DO DOP	Evento: OPERAÇÃO CENTÚRIA - INTENSIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO COM EFETIVO DO C.A.
Data: sábado, 07 janeiro 2023 a sexta-feira, 31 março 2023	Horário: 00h00 às 00h00
Responsável: NÃO INFORMADO	Público Previsto: 0
Local: -	
Tipo: INTENSIFICAÇÃO DE PATRULHAMENTO	Uniforme: 6º F / CORRESPONDENTE + COLETE REFLETIVO

Já o 6º Batalhão de Polícia Militar, Batalhão Esplanada, emite a Ordem de Serviço nº 2023.00675.0000005, documento assinado pelo Major Flávio Silvestre de Alencar, também **intensificando o policiamento** em razão de prováveis manifestações na área central de Brasília.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2023.00675.0000005	
UPMs: 6º BPM	
Ao(s): FOX, ADJUNTO, SAD, SVG	
Referência: 2023.00675.0000004	Evento: MANIFESTAÇÕES POPULARES
Data: sexta-feira, 06 janeiro 2023 a domingo, 15 janeiro 2023	Horário: 07h00 às 23h00
Responsável: NÃO INFORMADO	Público Previsto: 0
Local: BRASILIA-DF	
Tipo: INTENSIFICAÇÃO DE PATRULHAMENTO	Uniforme: O DE DOTAÇÃO DE CADA UNIDADE.
Equipamento(s): O DE DOTAÇÃO DE CADA UNIDADE.	Armamento: O DE DOTAÇÃO DE CADA UNIDADE NECESSARIAMENTE COM ARMA LONGA



É possível perceber, com base nessas ordens de serviço, as quais determinam a intensificação do policiamento ostensivo na área central de Brasília, que os efetivos destacados para trabalhar no final de semana do dia 08/01/2023, vão exatamente ao encontro daquilo que foi definido pelo Coronel Casimiro como estratégia operacional na reunião do dia 06 de janeiro de 2023, de que o policiamento ordinário das áreas próximas à Esplanada dos Ministérios seria suficiente para conter eventual manifestação no local.

Ainda nessa linha, de acordo com a Circular nº 13/2023 (acima mencionada), enviada aos Comandantes do **1º CPR**, **2º CPR**, **CPME** e CPTRAN, urge lembrar parte das explicações prestadas pelo Major Flávio nesta CPI, militar escalado verbalmente pelo Coronel Casimiro no sábado à noite para distribuir a tropa na esplanada, no dia 08/01/2023, quando disse ter recebido 43 policiais do **1º CPR**, 57 policiais do Batalhão Rural (**CPME**), 178 alunos do CFP (consoante solicitação do DOP, acima), e 70 Policiais Militares do **2º CPR**, efetivo que vai ao encontro do mencionado documento.

Até aqui, é possível concluir que a responsabilidade pelos planejamentos para os atos do dia 08 de janeiro de 2023, competiam ao Coronel Casimiro, Comandante da 1ª Companhia de Policiamento Regional, porquanto, para além das normativas internas da Polícia Militar que estabelecem isso, procedeu de maneira ativa nesse desiderato.

Uma grande questão sempre girou em torno da ausência de um documento que formalizasse os planejamentos por parte da PMDF para os atos do dia 08 de janeiro de 2023. A explicação que se tem, em face dos elementos de informação produzidos, é que esse documento não foi confeccionado em razão da estratégia operacional adotada pelo Coronel Casimiro, o qual, conforme verificado, tinha o entendimento de que o policiamento ostensivo ordinário, **já escalado por ordens de serviço**, somado a um pequeno contingente de policiais espalhados pela Esplanada dos Ministérios, seria suficiente para controlar uma eventual manifestação.



Todavia, o Coronel Casimiro ignorou a chegada das diversas caravanas ao Distrito Federal, entre os dias 07 e 08 de janeiro de 2023, desrespeitando situação pontuada e enfatizada por ele próprio na reunião do dia 06, como de extrema importância para correção de curso e adoção de providências pertinentes aos planejamentos previamente definidos.

Foi a chegada das caravanas ao Distrito Federal que alterou o cenário dos atos que ocorreriam no dia 08 de janeiro de 2023. De um evento de reduzido público e baixa adesão, assim considerado na data da confecção do PAI nº 02/2023, transformou-se em uma grande manifestação. Nesse sentido, deveria e poderia o Coronel Casimiro, de acordo com o Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF, ter atuado para solicitar os recursos necessários ao Departamento de Operações, visando adequação e correção das ações operacionais da Polícia Militar do Distrito Federal.

Ao contrário disso, mesmo ciente da alteração de panorama dos atos do final de semana, onde a realidade apresentada se manifestava de maneira adversa à originalmente encontrada no dia 06 de janeiro de 2023, data do PAI nº 02/2023, o Coronel Casimiro permaneceu convicto que sua estratégia operacional seria suficiente.

Vejamos. No dia 06 de janeiro de 2023, por volta das 11h22, o grupo de WhatsApp “Perímetro de Segurança” é ativado pela Subsecretária de Operações Integradas, Coronel Cíntia, a qual passa a adicionar seus integrantes, dentre estes, o Coronel Casimiro, então Comandante do 1º CPR, e o Major Leonardo, Chefe da Seção de Planejamento do DOP. **Não foram identificados nesse grupo operacional os Coronéis Fábio Augusto Vieira, Klepter Rosa Gonçalves, Jorge Eduardo Naime Barreto e Paulo José.**

[06/01/2023 11:22:38] ~Paulo Henrique: Cintia TC adicionou ~Paulo Henrique

[06/01/2023 11:25:10] +55 61 98229-1797: Cintia TC adicionou +55 61 98229-1797



[06/01/2023 11:27:17] +55 61 98142-6264: Cintia TC adicionou +55 61 98142-6264

[06/01/2023 11:28:37] ~ G: Cintia TC adicionou ~ G

[06/01/2023 11:28:46] ~ Hipolito: Cintia TC adicionou ~ Hipolito

[06/01/2023 11:28:54] ~ Leonardo Santos: Cintia TC adicionou ~ Leonardo Santos

[06/01/2023 11:29:04] ~ Marcelo Casimiro: Cintia TC adicionou ~ Marcelo Casimiro

[06/01/2023 11:50:19] Cintia TC: Bom dia senhores e senhoras, estamos retornando as atividades deste grupo por ocasião das diversas postagens nas redes sociais de caravanas oriundas de diversos estados para Brasília para fins de manifestações na area central de Brasília. Realizamos uma reuniao aqui no CIOB hoje pela manhã onde foi definido por este grupo ações que devemos providenciar. Assim que o Protocolo de Ações Integradas estiver assinado, disponibilizo aqui no grupo também.

PRF e DER faremos contatos com os senhores para atualizar o que foi definido em reunião.

Segundo se extrai dos diálogos estabelecidos nesse canal, a finalidade do grupo era fazer um retrato constante das atividades ocorridas no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, durante o final de semana do dia 08/01/2023, principalmente no que dizia respeito à chegada de caravanas de outros Estados:

06/01/2023 19:55:12] Cintia TC: manifestações contra o resultado das eleições – AESINF*

06/01/2023 – 17:00

Circulam nas mídias sociais, sem engajamento relevante, folders de convocação para protestos no país, supostamente ligados ao resultado da eleição presidencial. Muitas convocações citam protestos agendados para ocorrer em Brasília neste final de semana (07 e 08 jan).

Foram identificados, nos sistemas da ANTT, *43 ônibus fretados* com um total de *1622 passageiros* e com data de *passagem por Brasília/DF no período descrito nas convocações*, o que indica a possibilidade de chegada de caravanas de manifestantes na capital federal. Observa-se que os números de autorizações não estão fora da normalidade.

[06/01/2023 21:08:49] ~ Marcelo Casimiro: 🗨️



Dessa forma, entre os dias 07 e 08 de janeiro de 2023, foram postadas, dentre outras informações, inúmeras atualizações quanto aos ônibus que chegavam em Brasília para participarem do acampamento em frente ao QGEx:

[07/01/2023 02:01:51] ~ Júnior: Ônibus acaba de desembarcar passageiros no Acampamento do QGEx. Placa: NTQ8D39

[07/01/2023 02:01:51] ~ Júnior: Em torno de umas 20 pessoas

[07/01/2023 02:01:52] ~ Júnior: Sentido Granja do Torto

[07/01/2023 02:10:28] Fernando Ssp: 👍

[07/01/2023 02:10:44] ~ Júnior: Já na Granja do Torto

[07/01/2023 02:11:01] ~ Júnior: No momento, apenas este ônibus na Granja

[07/01/2023 05:12:14] ~ Júnior: O quinto ônibus acaba de acessar a Granja acompanhado pelos prefixos ostensivos.

[07/01/2023 06:16:02] Marcio Lobo: BDD9A05 estimativa de chegada 07:30-0800 vindo da 050

[07/01/2023 06:16:38] Marcio Lobo: passagem em cristalina 06:07

[07/01/2023 06:21:28] Marcio Lobo: IXW9258 já em BSB, última posição balão do aeroporto, 05:32

[07/01/2023 06:25:59] Marcio Lobo: CUY2D67 estimativa de chegada 06:30-07:00 vinda da 040, última passagem em cristalina 04:50

[07/01/2023 06:30:05] Marcio Lobo: OSU0414 estimativa de chegada 07:30-08:00 vinda da 040, última passagem em Ipameri (050) 04:57

[07/01/2023 06:31:40] Marcio Lobo: BXG0J75 oriundo de Pato de Minas

[07/01/2023 15:29:45] ~ Marcelo Casimiro: vídeo omitido

[07/01/2023 15:29:56] ~ 1 9 8 9: *CONTROLE DE CHEGADA DE ÔNIBUS NA ÁREA CENTRAL DE BRASÍLIA ÀS 15h10*

1 - NTQ8D39

2 - DAJ3295

3 - AWG4E63

4 - IHP0B72

5 - MJB1936

6 - DLF2882

7 - BUP8188

8 - BDD9A05



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
CPI dos Atos Antidemocráticos



- 9 - MCZ4364
- 10 - NWN9996
- 11 - OSU0414
- 12 - IXW9258
- 13 - BXG0J75
- 14 - LSN3551
- 15 - CPG3C95
- 16 - MXT1E56
- 17 - CUYD267
- 18 - AHS7D56
- 19 - IJG1G07
- 20 - NRB9690
- 21 - EXV1125
- 22 - CDL4A04
- 23 - AJB2B98
- 24 - CLJ2917
- 25 - QXS8E29
- 26 - AMF0368
- 27 - AKW2608
- 28 - HHK5B35
- 29 - HET5198
- 30 - CYB3674
- 31 - CPJ2393
- 32 - GAM5451
- 33 - EWU1J04
- 34 - HXU1G54
- 35 - AUM3J92
- 36 - LPE7H00
- 37 - EFO0950
- 38 - AUV5A87
- 39 - OPQ7054
- 40 - GXM9188
- 41 - NFY5G79
- 42 - FKC8G46
- 43 - KRJ8346
- 44 - EOF7H98



- 45 - BTA8J15
- 46 - ATL0905 (Pousada Casa do Claus na Vila Planalto)
- 47 - DPE1B20 (Pousada Casa do Claus na Vila Planalto)
- 48 - OLN2A37
- 49 - CUA6910
- 50 - GBK5061
- 51 - BCQ2F70
- 52 - BCG6736
- 53 - BBT6825
- 54 - PRT0128
- 55 - BBN 6956
- 56 - BBN 4963
- 57- BDI 1A49
- 58 - GBK5061

[07/01/2023 15:30:10] ~ Marcelo Casimiro: Canteiro central

[07/01/2023 18:39:02] ~ 1 9 8 9 : *MANIFESTAÇÃO EM FRENTE AO QG DO EXÉRCITO*

Atualização

Horário: 18h35

DESDOBRAMENTOS:

- Situação atual do acampamento no SMU;
- Aproximadamente 2.000 pessoas em frente ao QGEX;
- Um cientista político (não identificado) discursando nesse momento;
- Manifestantes pedindo intervenção militar;
- Situação tranquila e sem alteração.

[08/01/2023 12:36:29] ~ Júnior: *12h30*

Foram identificadas as chegadas de *126 ônibus* dos quais desembarcou um total aproximado de *3800 pessoas* na área do SMU.

Estima-se que o público em toda a extensão da Praça dos Cristais, neste momento, está *entre 5000 e 5500 pessoas.*

Os manifestantes na área do QGEX decidiram por se reunirem a partir das 13hs em frente ao carro de som para iniciarem, às 14hs, uma marcha até a Esplanada dos Ministérios.

Alguns manifestantes demonstram animosidade e falam em tomada de poder.



Da análise dos diálogos, descobre-se também que o Coronel Casimiro era participante ativo, e que, na condição de Comandante do 1º CPR e responsável pelo planejamento da operação, informava a respeito das ações da Polícia Militar:

[07/01/2023 10:35:32] ~ Marcelo Casimiro: Todo policiamento da PMDF postado em condições de agir.

[07/01/2023 10:39:41] ~ Marcelo Casimiro: VTR do 1º CPR/PMDF em patrulhamento no Setor hoteleiro SUL e NORTE

07/01/2023 13:10:20] ~ Marcelo Casimiro: Solicito a gentileza do MRE e STF conforme acordado em reunião na SSP que disponibilize os GRADIS DE FERRO. A PMDF colocou as barreiras de trânsito mas não são adequadas para segurar o público.

CEL CASIMIRO

[07/01/2023 15:08:18] ~ Marcelo Casimiro: Alguns ambulantes na rainha da PAZ mandei abordar com as viaturas da PM. Mas preciso de DFLEGAL no local

[07/01/2023 15:09:01] ~ Marcelo Casimiro: Vai aumentar com certeza se deixa fechado o número de ambulantes

[07/01/2023 22:26:07] ~ Marcelo Casimiro: imagem ocultada

[07/01/2023 22:26:07] ~ Marcelo Casimiro: imagem ocultada

[07/01/2023 22:26:39] ~ Marcelo Casimiro: Tem como fechar esses acessos abertos com os jerseys?

[07/01/2023 23:33:25] ~ Marcelo Casimiro: Tudo normal. Sem problemas. Estamos atentos nas ruas, PMDF em condições. Todos bem orientados.

CEL CASIMIRO - CMT do 1º CPR

[08/01/2023 03:01:03] ~ Marcelo Casimiro: A informação que tenho que a situação está tranquila até agora

[08/01/2023 07:28:34] CASSEMIRO - MAJ CPCDH: Já temos um bom efetivo na esplanada desde das 07h00 e vai aumentando ao decorrer da manhã e do dia.

[08/01/2023 07:29:03] CASSEMIRO - MAJ CPCDH: As linhas de revista sendo estabelecidas

[08/01/2023 10:01:39] ~ Marcelo Casimiro: Como está o eixo central próximo a rainha da paz? Tem imagens?

[08/01/2023 11:36:08] Cintia TC: 🚩🚩🚩

DEFINIDO O HORARIO:

13h todos reunidos no pátio em frente ao carro de som!

14h deslocamento



[08/01/2023 11:41:27] ~ Marcelo Casimiro: Vamos acompanhar

Observa-se, então, que o Coronel Casimiro, principalmente por conta do entendimento por ele externado na reunião do dia 06/01/2023, quando fala que a chegada de ônibus em Brasília seria o indicativo para começarem a agir e tomarem providências, adota postura oposta, ignorando completamente as informações acima consignadas e permanecendo inerte quanto à correção de curso das ações da PMDF.

Constata-se a falta de preocupação do Coronel Casimiro para com as manifestações que viriam a ocorrer, assim como seu controle sobre o planejamento operacional, em trecho do depoimento do Major Flávio Silvestre de Alencar, quando informa ter escalado o GPE (Grupo de Pronto Emprego), tropa intermediária entre a convencional e a especializada, acostumada a lidar com manifestações, das 07h às 19h do dia 08/01/2023, mas que o Coronel Casimiro, em contraordem, teria determinado que o GPE fosse empregado a partir das 15h, horário que, conforme mostrado em relatório, é posterior ao início dos atos de vandalismo na esplanada:

Como eu havia dito para os senhores parlamentares, eu escalei o GPE por uma ordem de serviço que veio do 1º CPR para o GPE ser escalado no sábado e no domingo das 7 às 19. Quando ele me escala verbalmente para o domingo, ele me dá a seguinte ordem: "Flávio, o GPE é para escalar às 15 horas". E eu falo para ele: "Coronel, eu já conversei com o comandante do GPE, e está tudo certo. Deixe eles entrarem no horário normal, às 7 horas, que eu já deixei acertado que, se se estender o prazo do horário deles, eu depois os compensaria. Deixe eles entrarem cedo". Ele falou: "Não. É para entrar às 15 horas". Eu falei: "Sim, senhor".

Tanto é que, no horário que os manifestantes furaram a linha de revista na via N1, ele virou para mim e falou: "Flávio, Flávio, Flávio, cadê o GPE"? Eu falei: "Ué, coronel, o senhor não falou que era às 15 horas? O efetivo não chegou ainda".

Conforme consignado no tópico "5.3 Da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF", do presente relatório, a estrutura da Polícia Militar é organizada por meio do Decreto Federal nº 10.443/2020, o qual, em seu artigo 3º, estabelece que a PMDF é



dividida em: I – **Comando-Geral**; II – órgãos de apoio; e III – **órgãos de execução**.

Também segundo mencionado decreto, integram o Comando-Geral da PMDF, o Comandante-Geral, o Subcomandante-Geral, os Departamentos, dentre outros. Já os órgãos de execução seriam formados pelos Comandos de Policiamento (nível intermediário) e os Batalhões de Policiamento (nível operacional), espalhados pelas diversas Regiões Administrativas do DF.

Em razão dessa moldura organizacional, na semana que antecedeu os atos do dia 08 de janeiro de 2023, faziam parte do Comando-Geral, os Coronéis Fábio Augusto Vieira, Comandante da PMDF; Klepter Rosa Gonçalves, Subcomandante da PMDF; e Paulo José Ferreira de Souza Bezerra, Subchefe do Departamento de Operações, o qual, à época, respondia pelo departamento. Lado outro, como integrante de um órgão de execução de nível intermediário, estava o Coronel Casimiro, Comandante do 1º Comando de Policiamento Regional.

Nessa direção, o artigo 4º do Decreto Federal nº 10.443/2020, estabelece que compete ao **Comando-Geral a coordenação, o controle e a fiscalização da atuação dos órgãos de execução**.

À vista dessas informações, avança-se na análise de responsabilidades de outros oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, quanto aos atos do dia 08 de janeiro de 2023.

Para cumprir esse propósito, torna-se indispensável compartilhar algumas das informações constantes da respeitável denúncia da Procuradoria-Geral da República – PGR, nos autos do Inquérito nº 4923/DF, as quais, até então, eram desconhecidas da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Extrai-se da mencionada peça acusatória, a qual é lastreada em relatórios de extração de dados de aparelhos celulares (Cellebrite), que os Coronéis Fábio Augusto, Klepter e Casimiro, antes e após o 2º turno da eleição presidencial de 2022, trocaram, **entre si**, mensagens de conteúdo inverídico relacionadas a fraudes eleitorais e vulnerabilidade das urnas eletrônicas.



Por conta dessas mensagens, sustenta a PGR que os coronéis acima indicados estavam ideologicamente contaminados, que eram adeptos de teorias conspiratórias e desejosos de uma insurgência popular, o que estaria em consonância com os ideais golpistas daqueles que se instalaram no acampamento em frente às diversas unidades militares do Exército Brasileiro.

A despeito disso, é preciso perquirir se essa troca de mensagens entre os mencionados oficiais da Polícia Militar, as quais não ocorreram em canal corporativo ou grupo de trabalho, servem para afirmar que eventual posicionamento político tenha comprometido as regulares atribuições dos militares, dirigentes máximos da corporação.

Nesse contexto, entende-se pertinente cotejar tais informações com as ações da Polícia Militar do Distrito Federal, realizadas com excelência, relativas aos atos e eventos públicos no Distrito Federal, ocorridos após o segundo turno da eleição presidencial. Dentre essas ações, destacam-se:

- PAI nº 186/2022. Por ocasião do resultado do 2º turno da eleição presidencial, a partir de 31/10/2022, iniciou-se a obstrução de vias públicas, com deslocamento de manifestantes ao Eixo Monumental, altura da Catedral Rainha da Paz, Avenida do Exército e adjacências da Praça dos Cristais. ADPF 519 – STF: Imediata desobstrução de todas as vias públicas que, ilícitamente, estivessem com seu trânsito interrompido, garantindo total trafegabilidade, dirigido à PRF e Polícias Militares estaduais;
- PAI nº 188/2022. Em atendimento à solicitação do Comando Militar do Planalto, por meio do Ofício nº 86, houve operação, em 12/12/2022, com o intuito de inviabilizar o comércio irregular na Praça dos Cristais e adjacências; referida operação, porém, foi interrompida no período vespertino por conta de hostilidades das pessoas que estavam no acampamento;



- PAI nº 215/2022. Operação visando coibir o comércio irregular no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército (29/12/2022). Operação não foi realizada por determinação do Exército Brasileiro. Cabe ressaltar que para essa situação, a Polícia Militar do Distrito Federal destacou cerca de 500 policiais militares; e
- Portaria nº 228 de 27/12/2022. Aciona o Protocolo Tático Integrado (PrTI), por ocasião dos eventos de 01 de janeiro de 2023. Posse Presidente Lula. Para essa ocasião, a Polícia Militar do Distrito Federal empregou 2.051 policiais em campo.

Em relação à tentativa de desmobilização do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, na data de 29 de dezembro de 2022, cabe destacar trecho do depoimento do Coronel Fábio Augusto, Ex-Comandante Geral da PMDF, prestado perante a CPI:

Por isso, eu estava com um efetivo grande, porque, se surgisse algum problema lá e tivesse reflexo em outro lugar, eu tiraria esse efetivo e o deslocaria para lá. E aí ele optou por iniciar a operação sem a participação da Polícia Militar, só com o Exército brasileiro. E eu disse a ele: **“General, a gente não vai conseguir fazer desse jeito, porque o pessoal do Exército não tem expertise de acompanhar o DF Legal. A Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística, quando ela se aproxima de um lugar, eles vão chegar e tentar repelir a secretaria. E isso vai ficar ruim, porque aí eles vão gravar vídeos dizendo que, mais uma vez, o Exército expulsa a Polícia Militar e o DF Legal do acampamento.”** E aí ele: **“Não, mas a gente não pode acreditar nessa narrativa”**. E eu disse: **“General, o problema é que essas narrativas acabam fortalecendo o movimento”**. Só ressalto que, mesmo diante das tentativas da própria secretaria à frente criando protocolos, e da Polícia Militar, nós não conseguimos realizar a desmobilização do acampamento. Por quê? Por falta de autorização do Exército, que era o responsável pela área, ou mesmo de uma possível ordem judicial. “grifo nosso”

Salienta-se, ainda, que no mês de novembro de 2022, o Coronel Klepter, mediante concordância do Coronel Fábio Augusto, expede a Circular nº 142/2022 – PMDF/GCG/CAJO/SUBCG, **objetivando garantir a capacidade operacional da**



corporação para os eventos de final de ano, dentre esses, a “Posse Presidencial”, suspendendo todos os recessos de final de ano da Polícia Militar do Distrito Federal para o período de 09 a 13 de janeiro.

Os eventos destacados anteriormente, na visão da relatoria, evidenciam que eventual posicionamento político por parte dos mencionados Coronéis, em nenhum momento, interferiu no desempenho de suas missões institucionais. A Polícia Militar do Distrito Federal, em todas as circunstâncias em que foi demandada, demonstrou agir como força policial de estado, cumprindo suas obrigações com imparcialidade e em conformidade com os princípios democráticos.

Essa análise sublinha uma atuação profissional e apartidária das forças de segurança, ressaltando que, mesmo diante do cenário político desafiador, os Coronéis da PMDF se mantiveram focados na preservação da ordem pública e na proteção dos cidadãos, sem se desviarem de sua missão primordial.

Destaca-se ainda da denúncia da PGR, a informação sobre a existência de três grupos policiais de WhatsApp, dos quais faziam parte os coronéis da Polícia Militar, onde inúmeros alertas/frações de inteligência a respeito dos movimentos do final de semana foram registrados, e que, por conta disso, os oficiais em questão teriam condições de interromper o curso causal que rumava para os atos criminosos do dia 08 de janeiro de 2023.

Os grupos identificados foram: a) “**Águia 1º CPR**”, do qual faziam parte os Coronéis Fábio Augusto Vieira, Jorge Eduardo Barreto Naime e Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, além do Major Flávio Silvestre de Alencar; b) “**ADI/DOP**”, do qual faziam parte os Coronéis Jorge Eduardo Barreto Naime e Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra; c) “**Prioridade 1**”, dos quais faziam parte os Coronéis Fábio Augusto Vieira, Klepter Rosa Gonçalves, Jorge Eduardo Barreto Naime, Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra e Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues.

Consta da peça da PGR que esses grupos comungavam de intenso fluxo de informações quanto às manifestações do dia 08/01/2023, bem como do acampamento em frente ao QGEx, de maneira a retratar a chegada das caravanas –



número de ônibus –, o público presente no Setor Militar Urbano e o ânimo dos manifestantes.

No entanto, na mesma medida que os alertas/frações de inteligência chegavam ao conhecimento dos Coronéis Fábio Augusto e Klepter, esses, no exercício de suas atribuições legais de coordenar, controlar e fiscalizar – artigo 4º do Decreto Federal nº 10.443/2020 –, ao demandarem os Coronéis Paulo José e Casimiro, recebiam informações no sentido que os planejamentos, mesmo diante dos “informes”, estavam adequados:

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Me deram um pronto, que todas as providências haviam sido tomadas, todas as providências haviam sido executadas, que o efetivo era suficiente. Eu ainda falei com o Coronel Paulo José no sábado: “Vamos aumentar o efetivo”

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Do Coronel Casimiro, do comandante da operação que era o Major – acho que – Flávio Alencar e também do Coronel Paulo José.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – ... Isso é importante. Logística... Depois, eu tomei conhecimento... Tinham me dado que todas as providências... tinham me falado que todas as providências haviam sido tomadas. É importante dizer que o papel do comandante-geral não é relatar, observar detalhes e minúcias do planejamento...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Departamento de Operações... Por várias vezes, o Coronel Paulo José me falou que estava sendo monitorado. O próprio Coronel Casimiro também falou, por várias vezes, que estava sendo monitorado e que, até então, o movimento não estava ganhando adesão. Quando chega, do dia 7 para o dia 8, eles começaram a aumentar o quantitativo de ônibus lá no acampamento. O tempo todo eles me informavam. **Inclusive, sendo mais específico, o Coronel Casimiro, que estava acompanhando de perto a execução de tudo, por ser da área de competência dele, informava que o efetivo providenciado era suficiente, juntamente com as especializadas que eu havia dito, inclusive, para que fossem empregadas de forma massiva.** E a inteligência... Eu acho que esse... Eu assisti aos outros depoimentos e acho que essa tem sido uma grande dúvida para todo mundo. Eu não sou formado em curso de inteligência, mas eu, que estava no terreno, percebi que, ao mesmo tempo que um postava uma informação que estava acontecendo, com um cara com um estilingue, depois vinham dez informações dizendo que o ânimo era pacífico e tranquilo. É importante entender que aquele extrato de inteligência postado no grupo de WhatsApp não é informe de inteligência que consta no relatório. Por quê? No extrato



de inteligência está "O cavalo está em cima da rampa". Já aconteceu. Não há um tratamento, não há uma análise pelo profissional de inteligência, e isso dificulta para o gestor tomar uma decisão sendo que é depois que a situação já aconteceu. Então, assim, vinham-se sendo relatados, na sua grande maioria, pequenos incidentes, ainda que graves, mas pequenos incidentes, em que as providências iam sendo tomadas. "Ah, o cara com estilingue." Foi preso. Há inclusive uma consulta para mim em um desses grupos de WhatsApp da Polícia Militar que pergunta: "Ah, foi encontrado com estilingue". "Leva para DP." Vamos fazer a prisão de acordo com o crime que está sendo cometido. "grifo nosso"

R. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então, quando o Coronel Casimiro vai à reunião lá, ele mesmo retrata que o chamamento desse movimento era para uma possível invasão. E aí ele fala mesmo lá na própria reunião da questão dos outros órgãos, das outras instituições, de aumentarem o efetivo. E aí eu tomei conhecimento. Depois que ele vem da reunião, ele me manda algumas coisas, mas fala: "**Fique tranquilo, que nós vamos empregar um efetivo suficiente para...**" "grifo nosso"

KLEPTER ROSA GONÇALVES – Deputado, com relação ao dia 8, especificamente. Na sexta-feira, durante o período da manhã, o coronel Paulo José nos informou, na reunião, que havia essa previsão de ocorrer uma possível manifestação, que até o momento não havia engajamento de grandes pessoas, não havia maiores informações. **Foi indagado ao representante do centro de inteligência, na reunião, se ele tinha informações a respeito da chegada de manifestantes, previsão de manifestantes. A resposta dele foi que não havia engajamento nas redes sociais que demonstrasse que haveria grande presença de pessoas nesse evento.** No sábado, durante o transcorrer do dia, o pessoal do centro de inteligência informou a chegada de alguns ônibus, na região do acampamento, com manifestantes. Essa quantidade de ônibus foi aumentando ao longo do sábado. **Neste sábado, com essa chegada dos ônibus, liguei para o coronel Paulo José, eu indaguei se ele estava acompanhando essa chegada dos ônibus. Ele disse que estava. Perguntei se ele estava tomando as medidas para adequar o policiamento. Ele disse que sim, que já estava conversando com o coronel Casimiro para fazer a adequação do policiamento, para fazer frente a essa chegada de manifestantes.** Nessa conversa, ele solicitou... Eu perguntei para ele se ele já tinha feito previsão de efetivos. Ele disse que já estava planejando o efetivo junto ao Casimiro e relatou que precisavam, que sugeria que fosse empregado o pessoal do Curso de Formação de Praças, para reforçar o policiamento, enquanto ele conseguia fazer a escala dos demais efetivos do setor operacional, do Departamento de Operações. Ele relatou que o DEC, Departamento de Ensino, teria informado que não teria condições de fornecer muitos alunos, porque os alunos teriam prova na segunda-feira. Diante disso, informei a ele que iria me manter contato com o DEC, para que o DEC o apoiasse com o efetivo que fosse necessário. E assim o fiz. Liguei para o coronel Elisson, chefe do DEC então. Falei para ele entrar em contato com o coronel Paulo José e acertar com ele o efetivo necessário que pudesse ser empregado, e que empregasse o maior efetivo possível. O DEC informou que poderia dispor de aproximadamente 200 alunos do Curso de Formação de Praças para prestar



esse apoio. Retornei a ligação para o Paulo José e falei para o Paulo José que já tinha avisado o DEC, e o DEC já iria manter contato com ele para acertar os detalhes com relação ao horário de apresentação e local de apresentação da tropa para cumprir a missão, e que eles se organizassem. **O Paulo José ainda relatou que estava, juntamente com o comando regional, acionando companhias de pronto emprego, que são companhias de sobreaviso, que já permanecem diariamente de sobreaviso na corporação.** A cada dia, na Polícia Militar, 2 CPRs mantêm companhias de sobreaviso, isso já há algum tempo. Então, ele estaria deslocando essas companhias também e que iria acompanhar. E ele relatou que tinha algumas dificuldades, porque, em que pese a chegada dos ônibus no local – lá do QG do Exército –, não havia ainda informações completas a respeito se haveria ou não deslocamento para a Esplanada, se permaneceriam no local ou não. E, se houvesse deslocamento, sequer havia menção de possíveis horários. Foi relatado a ele então que acompanhasse a evolução desses fatos, juntamente com o pessoal da inteligência, durante o período do sábado, que ele reforçasse o policiamento no período noturno, inclusive durante a madrugada. E ele disse que assim o faria, remanejando efetivos de unidades operacionais que estavam de serviço no sábado e, ainda, policiais do serviço voluntário gratificado, que estavam de serviço pelo DOP. Ao mesmo tempo, mantive contato com o comandante-geral, então, o coronel Fábio Augusto, informando para ele dos fatos que estavam acontecendo. O Fábio Augusto me disse que também já tinha ligado para o Paulo José e já tinha conversado com ele a respeito de efetivos. Falou que também conversou com o Casimiro, coronel Casimiro, comandante do 1º CPR, e que estavam avaliando, acompanhando a evolução da manifestação para emprego de policiamento. Ao longo do dia, um pouco mais tarde, novamente, outra mensagem que tinham chegado mais alguns ônibus. **O coronel Paulo José informou novamente que o policiamento estava já alocado, que as tropas do Comando de Missões Especiais da Rotam, do BPCoque já estavam acionadas para o local. Aí eu perguntei: "Todas as tropas estão acionadas?" "Não, todo o CPME está alocado." O CPME é composto por Bope, Choque, Rotam, Bavop e BPCães". Aí eu falei: "Todos já estão cientes da missão?" "Sim, comandante, todos já estão cientes da missão." Liguei para o coronel Casimiro também, mantive contato com ele, informando se ele estava acompanhando. Ele disse que estava acompanhando. Perguntei a respeito do efetivo, se era o suficiente. Ele informou que era suficiente o efetivo, diante das informações que tinha, que não sabia, até o momento, se iriam descer para a Esplanada ou que horas desceriam para a Esplanada, que informações iniciais davam que não havia nem consenso entre eles se iriam para a manifestação na Esplanada, mesmo, ou não.** Havia um informe inicial de que talvez alguns ônibus já iriam embora na manhã de domingo e havia outros informes que alguns ficariam para uma possível manifestação na Esplanada, na segunda-feira. **Indaguei novamente: "O efetivo é o suficiente?" Ele disse que era suficiente.** Perguntei quem iria comandar o policiamento. Ele informou que era o major que estava comandando o 6º Batalhão então. **Perguntei para ele se precisava de apoio, que deslocasse um outro oficial para apoiar no policiamento. Ele informou que não, que o efetivo que ele tinha disponível era suficiente, que os oficiais do 1º Comando de Policiamento Regional já estavam habituados com manifestação pública, já estavam habituados a fazer esse acompanhamento e que, se fosse**



necessário, ele mesmo assumiria o comando do policiamento no domingo. Diante dessas informações, retornei novamente para o coronel Fábio Augusto e falei para ele que, segundo o 1º Comando de Policiamento Regional, segundo o Departamento de Operações, o policiamento estava adequado, estava condizente com as informações que eles tinham disponíveis, mas que havia a possibilidade da chegada de mais ônibus, porque, até então, estavam chegando – a cada x horas, aumentava um pouco a quantidade de ônibus –, e que ainda não havia essa definição com relação ao horário de possível manifestação, caminhada, descida de manifestante para a Esplanada. E que isso, com certeza, levaria ao Departamento de Operações, ao longo do final do dia de sábado, da noite de sábado para domingo... de, tendo novas informações, precisar escalar efetivos para o domingo, principalmente para render esse efetivo inicial que estava previsto para o período da manhã. Então, esse efetivo inicial foi pela manhã. Como ele teria que fazer um acionamento de efetivos para o período da tarde, ou para rendição ou para reforçar o efetivo ou ambas as situações, que é o mais normal, perguntei ao coronel Fábio Augusto se não era viável deixarmos a tropa de sobreaviso, cientes de que poderiam ser escalados a partir das 7 horas da manhã, para que eles já estivessem em condições de se deslocar para o batalhão, assim determinado, para assumir a missão, porque haveria essa possibilidade de necessidade de um emprego maior ao longo do dia. O coronel Fábio Augusto me respondeu que estava de acordo e que era para eu determinar aos departamentos que deixassem a tropa de sobreaviso a partir...

É plausível considerar que, diante dos alertas e informações provenientes da inteligência, assim como das informações prestadas pelos Coronéis Paulo José e Casimiro, profissionais com quase 30 anos de experiência militar e ampla vivência no planejamento de manifestações, os então Comandante e Subcomandante da PMDF pudessem acreditar na adequação dos planejamentos para os eventos do dia 08 de janeiro de 2023.

Nessa esteira, é relevante ressaltar parte do depoimento do Coronel Reginaldo Leitão, antigo Chefe do Centro de Inteligência da PMDF, onde esclarece que as informações levantadas pelo Centro de Inteligência não são o único fator decisivo para a tomada de decisão do Comandante de Polícia Militar do Distrito Federal. Segundo o Coronel Reginaldo Leitão, ele se baseia nessas informações, mas também em outros dados para embasar duas decisões.



[...] **Que as informações levantadas pelo CI não são determinantes para tomada de decisão dos comandantes, que se apoiam nas informações, mas que também recebem informações de outros órgãos [...].** “grifo nosso”

A simples posição de comando em posto superior, por si só, não constitui fundamento suficiente para atribuir responsabilidade. No desempenho de suas funções de coordenação, controle e fiscalização, **respeitando a estrutura organizacional da corporação**, os referidos Comandantes receberam, em diversas ocasiões, informações do órgão de execução que indicavam um planejamento operacional adequado para os eventos do final de semana.

Nesse sentido, na avaliação da conduta dos Coronéis Fábio Augusto e Klepter é preciso considerar não apenas a posição hierárquica, mas também o contexto operacional, todas as informações recebidas e a adequação das ações conforme os parâmetros estabelecidos pela própria organização militar.

De maneira análoga, a relação do Coronel Paulo José com o Coronel Casimiro segue a mesma lógica de raciocínio. Na época dos eventos, ocupando o cargo de Subchefe do DOP e integrando o Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, o Coronel Paulo José também desempenhava funções que envolviam coordenação, controle e fiscalização. Nesse papel, ao agir de acordo com essas atribuições, recebia do Coronel Casimiro informações sobre a conformidade dos planejamentos em andamento.

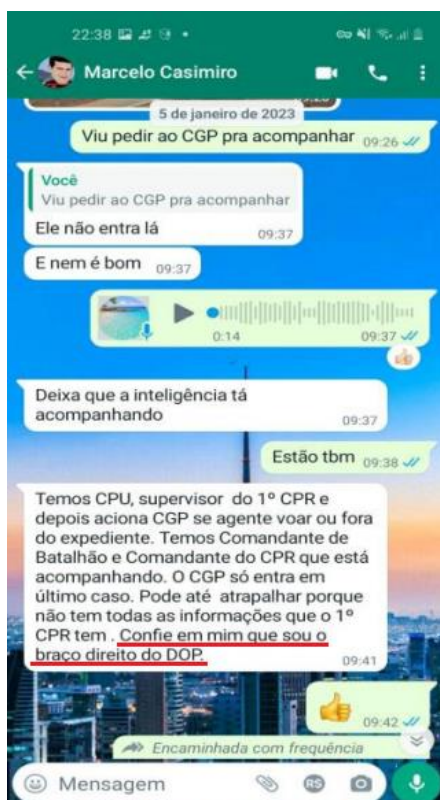
Portanto, ao avaliar a conduta do Coronel Paulo José, é essencial levar em consideração não apenas sua posição hierárquica, mas também o fato de que não competia ao DOP o planejamento das operações do final de semana, assim como as informações recebidas pelo órgão de execução.

O diálogo abaixo¹⁰⁷, ocorrido na manhã do dia 05 de janeiro de 2023, demonstra exatamente esse cenário, no qual Coronel Paulo José, por meio de áudio,

¹⁰⁷ Informação apresentada pelo Advogado Nilson José Franco Júnior, OAB/DF Nº 40.298, ao gabinete do Deputado Chico Vigilante (Memoriais)



sugere ao Coronel Casimiro que o Coordenador Geral de Policiamento – CGP, passe pelo acampamento no Setor Militar Urbano para avaliar o “animus” dos presentes. Em sua resposta, o Coronel Casimiro indica que a inteligência está monitorando a situação e que tal medida poderia atrapalhar, pois o CGP não dispunha de todas as informações que o 1º Comando de Policiamento Regional possuía. Concluindo a conversa, **o Coronel Casimiro termina pedindo ao Coronel Paulo José confiar nele.**

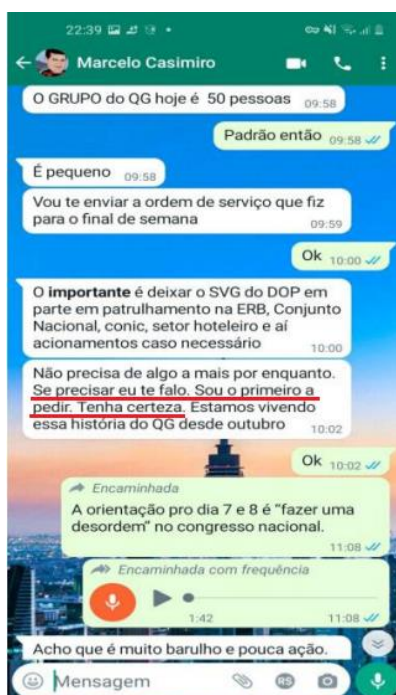


Transcrição áudio: “Eu pedi para ele passar lá, eu sei que ele não entra. Só passar lá Casimiro pra olhar o *animus* de longe, vê ali, vê como tá a movimentação, só pra isso mesmo.”

O pedido de confiança do Coronel Casimiro, na visão desta relatoria, somente confirma a responsabilidade do 1º CPR quanto às operações do dia 08 de janeiro de 2023. Ao solicitar confiança, o Coronel Casimiro, possivelmente reconhecendo a complexidade e a sensibilidade da situação, reforça sua posição na execução de tarefas e também na tomada de decisões estratégicas.



Fazendo uma observação e retornando ao que já falado sobre o Departamento de Operações não ter sido o responsável pelo planejamento dos atos do dia 08 de janeiro de 2023, nos exatos termos do que dispõe o Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF, quando estabelece que caberá ao DOP, **mediante solicitação** do Comando de Policiamento da área **responsável pela manifestação**, determinar aos demais Comandos de Policiamento, o emprego do efetivo necessário e suficiente ao emprego operacional, o Coronel Casimiro afirma que: “Não precisa de algo a mais por enquanto. **Se precisar eu te falo. Sou o primeiro a pedir.** Tenha certeza. Estamos vivendo essa história de QG desde outubro”¹⁰⁸



Aqui é válido registrar ponto importante. Ao contrário daquilo consignado pela PGR, esta Comissão Parlamentar de Inquérito não conseguiu identificar elementos de informação que apontassem para o recebimento do Relatório de

¹⁰⁸ Informação apresentada pelo Advogado Nilson José Franco Júnior, OAB/DF Nº 40.298, ao gabinete do Deputado Chico Vigilante (Memoriais)



Inteligência nº 06/2023 da Subsecretaria de Inteligência da SSP, por parte dos oficiais acima mencionados.

Até onde se sabe, o Relint nº 06/2023 foi difundido, em envelope lacrado, ao Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do DF e também à Subsecretaria de Operações Integradas da SSP, porém, nem o então Secretário Executivo, Delegado Fernando de Souza Oliveira, nem a atual Subsecretária Coronel Cíntia Queiroz de Castro, leram o documento, razão pela qual não ocorreu a devida socialização das informações às IOAs.

Uma questão que precisa ser esclarecida diz respeito ao sobreaviso do efetivo determinado pelo Coronel Klepter, à época Subcomandante da PMDF, o qual tem sido tratado como erro de planejamento da corporação quanto aos atos do dia 08 de janeiro de 2023.

Conforme exposto, as atribuições de planejamento para os atos do dia 08 de janeiro, no entender da relatoria, competiam ao Coronel Casimiro, então Comandante do 1º CPR, cuja estratégia operacional foi acima explicada. Nessa linha, o Departamento de Operações, coordenando e controlando o efetivo subordinado, segundo os próprios normativos da PMDF, procedeu de maneira a atender a demanda operacional solicitada pelo 1º Comando de Policiamento Regional.

Os Coronéis Fábio Augusto e Klepter, nos termos do que foi relatado, recebiam informações do DOP e 1º CPR dando conta que os efetivos escalados para o dia 08 de janeiro de 2023 **eram considerados suficientes**. Nesse contexto, não competindo aos dois Coronéis o efetivo planejamento das operações, mas considerando suas atribuições de coordenar, controlar e fiscalizar os órgãos de execução, o Coronel Klepter, com a concordância do Coronel Fábio Augusto, toma a decisão de, **como medida de precaução**, colocar **todo** efetivo da PMDF em estado de sobreaviso para reforço das tropas destacadas.

Essa medida de sobreaviso foi adotada mesmo diante do fato de que **nem o DOP nem o 1º CPR**, unidades diretamente envolvidas no evento em questão, **pediram mais efetivo ou mesmo efetivo de prontidão**. A determinação do



Coronel Klepter visava a prevenir potenciais desafios operacionais, demonstrando postura pró-ativa, cuja tropa poderia ser acionada a partir das 07h da manhã do dia 08/01/2023. Embora o efetivo destacado para o dia 08, fosse, de acordo com as informações recebidas do órgão de execução, suficiente, a decisão de manter um contingente em condições de atuar somente revela zelo e cuidado no exercício das funções do referido militar.

Não fazia sentido determinar que todo efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal ficasse de prontidão, quando o responsável pela operação, Coronel Casimiro, frise-se, que também tinha acesso aos alertas/frações de inteligência, dentre outras informações do grupo de WhatsApp "Perímetro de Segurança", reportava que os planejamentos estavam adequados e que a mensuração dos recursos humanos era suficiente.

Voltando à peça acusatória da Procuradoria-Geral da República, nela não se encontra informação que demonstre que o Coronel Jorge Eduardo Naime Barreto tenha enviado ou encaminhado mensagens de conteúdo inverídico relacionadas a fraudes eleitorais e à vulnerabilidade das urnas eletrônicas.

Ao que consta das investigações levadas a cabo por esta CPI, o Coronel Naime, então Chefe do Departamento de Operações da PMDF, estava afastado de suas funções por conta de licença recompensa. Em razão disso, importante discutir duas informações da denúncia da PGR.

A PGR entende que a responsabilidade pelos planejamentos dos atos do dia 08 de janeiro de 2023 competia ao Departamento de Operações, sem compreender, no entanto, que as manifestações do final de semana, quando da data da confecção do PAI nº 02/2022, foram consideradas de **baixo risco e reduzido público**, e que, portanto, observariam o referencial metodológico estabelecido pelo Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF, intitulado "Manifestações no DF", e não aquilo determinado no Decreto Federal nº 10.443/2020 e RIG PMDF, e que, por conta disso, caberia ao Comando de Policiamento da área, no caso 1º CPR, **e não ao DOP**, a atribuição de fazer os planejamentos operacionais.



Em razão do seu entendimento, a Procuradoria-Geral da República sustenta que o Coronel Naime, mesmo formalmente afastado da chefia, exercia de fato suas funções dentro do departamento, tomando decisões conjuntas com o Coronel Paulo José. Para tanto, cita a Circular nº 13/2023 – PMDF/DOP/SO, na qual está registrado a expressão “de ordem”.

Senhores Comandantes,

Com os cumprimentos de estilo e **de ordem do Chefe do Departamento de Operações**, solicito atentar para as providências pertinentes à Polícia Militar do DF estabelecidas no Protocolo de Ações Integradas acima referenciado, para a possível realização de manifestações públicas nos dias 07, 08 e 09 de janeiro de 2023.

Atenciosamente,

Assinado Eletronicamente

PAULO JOSÉ FERREIRA DE SOUZA BEZERRA - CEL QOPM

Chefe em exercício do Departamento de Operações

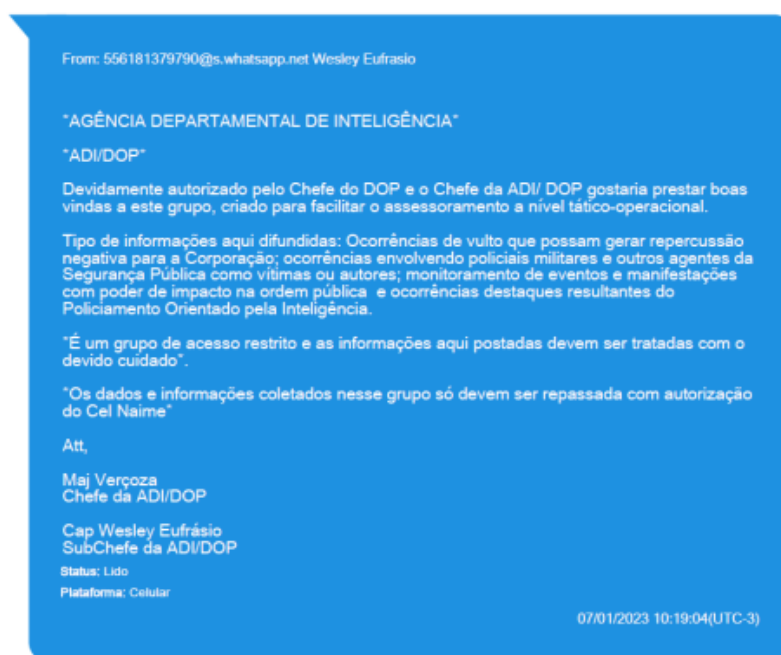
O Coronel Paulo José, quando entrevistado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, explicou que houve um erro administrativo do DOP quanto a esse documento, porquanto, na sexta-feira à tarde, dia 06/01/2023, o expediente administrativo na PMDF já havia se encerrado e, possivelmente, aproveitaram a redação de um documento antigo e colocaram em sua caixa SEI, sendo, em seguida, assinado.

PAULO JOSÉ FERREIRA DE SOUZA BEZERRA – O coronel Naime estava de recesso naquela semana. Aí, o que acontece? A publicação do afastamento do coronel Naime só é publicada na quinta-feira. Oficialmente, até quarta-feira, o chefe do departamento – porque não havia publicação –, era o coronel Naime. Nesse documento – várias vezes que o coronel Naime não está –, a assinatura fica para o subordinado dele, como de ordem. É de ordem que está no impedimento? De ordem? Foi uma falha. Isso aí deveria ter sido assinado por mim como chefe em exercício. Isso aí pegaram, porque era em um dia que não tinha expediente, disponibilizaram na minha



caixa do SEI e eu assinei, mas o coronel Naime já estava fora. Isso foi uma falha administrativa do departamento.

Também nessa linha, informa a denúncia que o Coronel Naime, mesmo afastado formalmente de suas funções, estaria no exercício de fato da chefia, haja vista que em um alerta/fração de inteligência do dia 07/01/2023, enviado por Wesley Eufrazio, Subchefe da Agência Departamental de Inteligência do DOP, na parte final, constaria a informação que “*os dados e informações coletados nesse grupo só devem ser repassadas com autorização do Cel Naime*”¹⁰⁹, indicando, portanto, que referido oficial estaria no controle das informações de inteligência do grupo ADI / DOP.



Insta esclarecer que os alertas/frações de inteligência não são consagrados na Doutrina Nacional de Inteligência e Segurança Pública – DNISP, mas, de todo modo, constituem produção de conhecimento, porquanto são informações que visam reportar e atualizar os tomadores de decisão sobre cenários ou situações que,

¹⁰⁹ Denúncia GCAA/PGR Nº 3475/2023



frequentemente, precisam de conhecimento imediato. Nesse sentido, são difundidos mediante aplicativos de mensagens, de modo que se conheça o emitente e o receptor da informação, o canal em que estão sendo difundidos, a data e o horário dos dados, caracterizando-se por terem um conteúdo curto, objetivo e padronizado, que evidencie a informação a ser passada.

No contexto apresentado, a relatoria compreende que a frase destacada pela PGR não sugere que o Coronel Naime estivesse exercendo qualquer influência sobre as informações de inteligência no grupo ADI / DOP. Pelo contrário, ao que parece ser evidenciado, trata-se de mensagem de apresentação no grupo, enviada às 10h19 do dia 07/01/2023, que provavelmente estivesse seguindo um padrão previamente determinado, relacionado aos cuidados necessários ao trato de informações de inteligência.

Nessa linha de pensamento, cabe destacar novamente, trecho do depoimento do Coronel Reginaldo Leitão, antigo Chefe do Centro de Inteligência da PMDF, quando diz que “o assunto inteligência não é um tema de conhecimento de todos, ficando restrito, até mesmo dentro das organizações”.

Em relação aos policiais Flávio Silvestre de Alencar e Rafael Pereira Martins, respectivamente, Major e Tenente da Polícia Militar do Distrito Federal, esta relatoria considera que não foram produzidos nos trabalhos da CPI elementos de informação suficientes para avançar na avaliação de suas condutas.

Relacionada a essa situação, novamente se recorre às informações presentes na denúncia da Procuradoria-Geral da República. O que se depreende da mencionada peça é que, com base em imagens captadas pelas câmeras de monitoramento dos edifícios públicos, os dois policiais, na data de 08 de janeiro de 2023, teriam procedido de maneira a facilitar o avanço da turba criminoso que depredou os edifícios do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

No entanto, até onde é do conhecimento desta relatoria, as imagens em questão não foram submetidas à análise pericial de conteúdo visual, tampouco foram submetidas a técnicas de aprimoramento ou tratamento. Tais procedimentos devem



ser realizados por peritos criminais especializados, equidistantes da acusação e da defesa, com método e rigor científicos essenciais para garantir a integridade, confiabilidade e imparcialidade das informações.

Além disso, os policiais não tiveram a oportunidade de esclarecer os fatos que lhes são imputados perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. No caso do Major Flávio, quando do seu comparecimento, a CPI não estava ciente das imagens que sustentam sua acusação perante o Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual não foi questionado sobre o assunto. Quanto ao Tenente Rafael, não houve aprovação de Requerimento Administrativo para prestar esclarecimentos como convocado ou como convidado

A prudência nesse caso é medida que se impõe, destacando a importância de se basear em informações sólidas e completas ao avaliar a conduta de indivíduos envolvidos em situações complexas.

13 DAS APURAÇÕES RELACIONADAS À SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

A cidade de Brasília, capital federal e sede do governo do Distrito Federal, desempenha papel central no cenário político brasileiro, acomodando, desde seu surgimento, movimentos de caráter político, econômico, cultural e social. Em geral, essas manifestações ocorrem na Esplanada dos Ministérios, em frente à Praça dos Três Poderes, epicentro do poder central brasileiro.

Concebida com arquitetura única e planejamento urbano, sua principal avenida, o Eixo Monumental, atravessa a cidade de leste a oeste. Às suas margens e áreas adjacentes, encontram-se inúmeros edifícios governamentais, tanto a nível distrital quanto federal, podendo-se citar o Palácio do Buriti, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, os prédios dos ministérios, a Praça dos Três Poderes, bem como instalações comerciais, hotéis e locais culturais. Brasília também se destaca pelo seu extenso canteiro central.



Essa organização espacial demanda um esforço significativo das forças de segurança pública do Distrito Federal, bem como dos diversos órgãos federais, no que se refere a proteger, preservar e assegurar os direitos e garantias fundamentais, mantendo, ao mesmo tempo, o compromisso inabalável com o respeito à lei e à ordem.

Essa intrincada rede de atores organizacionais e, como resultado, uma ampla gama de responsabilidades, deu origem a um modelo abrangente de proteção e segurança. Nesse modelo, os diversos intervenientes, tanto no âmbito estadual quanto federal, trabalham de maneira integrada no desafio de receber, monitorar e supervisionar as inúmeras manifestações populares que têm lugar em Brasília. Isso se reflete na garantia da segurança das pessoas e da preservação do patrimônio, tanto antes, durante quanto após a realização dos eventos.

Nesse contexto, a Lei nº 6.456/2019 foi promulgada, estabelecendo a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social. Essa legislação conferiu base normativa ao trabalho conjunto do sistema, estabelecendo uma atuação coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e de defesa social. Ela também designou à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, a função de **órgão central e integrador**, responsável por essa coordenação.

Art. 2º São órgãos integrantes da segurança pública do Distrito Federal:

- I – Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, **como órgão central e integrador** da política de segurança pública;
- II – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;
- III – Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF;
- IV – Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;
- V – Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Com base nessas explicações, é importante ressaltar que a Secretaria de Segurança Pública e as forças de segurança do Distrito Federal estão em mesmo



nível hierárquico dentro da estrutura da Administração Direta do Distrito Federal. Não havendo, portanto, uma relação de ascendência ou subordinação entre elas.

Entretanto, com o objetivo de facilitar a integração e coordenação das políticas, programas, projetos e ações de segurança pública, bem como a **gestão das forças de segurança** do Distrito Federal, o Decreto nº 39.610/2019, estabeleceu que a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil, dentre outros órgãos, estariam **vinculados operacionalmente** à Secretaria de Segurança Pública, *in verbis*:

Art. 31 A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I – **integração e coordenação** das políticas, programas, projetos, **ações de segurança pública** e **gestão das forças de segurança** do Distrito Federal;

[...]

§1º **Vinculam-se** à Secretaria de Estado de que trata este artigo:

I – Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF;

II – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;

III – Casa Militar;

IV – Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;

V – Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN;

VI – Conselho Penitenciário do Distrito Federal;

VII – Conselho Superior de Informações e Operações de Segurança Pública – CONSIOP;

VIII – Conselho de Trânsito do Distrito Federal;

IX – Conselho de Corregedorias;

X – Conselho do Programa de Proteção às Vítimas, Testemunhas e Familiares do Distrito Federal – PROVITA/DF.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, na qualidade de **órgão central, integrador** e **gestor das forças de segurança**, opera com sua estrutura administrativa para facilitar, através da interlocução e da articulação institucional, ações integradas, respeitando, sempre, a



autonomia funcional, as atribuições e competências institucionais de cada órgão, com objetivo de otimizar o uso de recursos e melhorar a eficácia operacional.

Seguindo essa diretriz, no que se refere às manifestações populares no Distrito Federal, compete à Secretaria de Segurança Pública, por meio da sua Subsecretaria de Operações Integradas – SOPI, orientada sob o eixo operacional de integração entre as diversas Instituições, Órgãos e Agências – IOAs, a responsabilidade de elaborar os planejamentos das ações integradas para os eventos em Brasília. Essa atribuição está escrita no artigo 114, inciso III, alínea a, do Decreto nº 40.079 de 04 de setembro de 2019, a seguir transcrito.

Art. 114. À Subsecretaria de Operações Integradas, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Segurança Pública, compete:

[...]

III - no âmbito desta Secretaria:

a) **elaborar o planejamento das ações integradas das IOAs;**

[...]

Para alcançar esse objetivo, a Subsecretaria de Operação Integradas, no desempenho de suas funções, emprega uma metodologia direcionada à resolução de problemas e na resposta de demandas. Dentro dessa abordagem, a SOPI confecciona “protocolos” com base em acordos preestabelecidos durante reuniões de trabalho que envolvem as Instituições, Órgãos e Agências – IOAs. Durante essas reuniões, são discutidas todas as circunstâncias relevantes e definidas as responsabilidades pertinentes a cada uma delas. Após assinatura, ratificação e aprovação dos protocolos, eles são enviados às IOAs, para que estas, como base nesses documentos, elaborem os planejamentos internos relacionados às suas respectivas funções.

Em relação a esses “protocolos”, estes podem se dividir em três categorias: “Protocolos de Ações Integradas” – PAI, “Protocolos de Operações Integradas” – POI, e “Informações de Eventos”. Em termos gerais, o objetivo primordial desses



documentos é promover a integração das IOAs, garantindo, ao mesmo tempo, as respectivas autonomias, competências e atribuições legais.

Com base nessas premissas, no dia 05 de janeiro de 2023, por volta das 20h30 ou 21h, em razão de folders que circulavam nas redes sociais convocando para manifestações em Brasília, o Tenente Coronel Rosivan, de ordem da Coronel Cíntia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas, entra em contato com os pontos focais das Instituições, Órgãos e Agências para marcar reunião de trabalho às 10h da manhã do dia 06, na sala de Gestão Estratégica da SSP/DF, **visando discutir as ações integradas a serem desencadeadas no caso de manifestações nos dia 07, 08 e 09 de janeiro de 2023.**

Participaram dessa reunião o Delegado Fernando, Secretário Executivo da SSP/DF; Coronel Cíntia, Subsecretária de Operações Integradas SSP/DF; Tenente Coronel Rosivan, Coordenador do CEATE/SOPI; Major Figueiredo, Gerente SOPI; Coronel Casimiro, Comandante do 1º CPR/PMDF; Major Leonardo, Seção de Planejamento DOP/PMDF; Delegado Paulo Henrique, DALOP/PCDF; Tenente Coronel Rangel, Chefe de Operações CBMDF; Agente Souto, COPOL/DETRAN/DF; Wilson Edson, Auditor Fiscal DF-Legal; Wesley Corrêa, Senado Federal; Gabriel Dias, Chefe SPOL/SF; Hipólito Cardoso, Coordenador de Segurança do STF; Igor Alves, Supervisor Segurança MRE; e Vicente Oliveira, Chefe Segurança MRE.

Segundo consta da “Memória de Reunião de Trabalho”, documento que registra o extrato das tratativas realizadas pelos representantes de cada IOA, a reunião do dia 06 foi inicialmente presidida pelo Tenente Coronel Rosivan Correa de Souza, o qual, ao final, foi substituído pela Coronel Cintia Queiroz de Castro e pelo Delegado Fernando de Sousa Oliveira.

Desse documento extrai-se o seguinte:

- O TC Rosivan observou que, inicialmente, o evento tinha baixa adesão, mas que não havia certeza de que não ocorreria, motivo pelo qual era necessário prever os procedimentos de cada IOA para não serem



surpreendidos. Informou também que houve uma diminuição do número de pessoas no acampamento em frente ao QGEx, mas que não era possível determinar o alcance do movimento. Registrou, por fim, que seria construído um Protocolo de Ações Integradas no mesmo padrão dos demais eventos e que as IOAs deveriam permanecer atentas a qualquer nova movimentação;

- O representante do Senado, Sr. Gabriel Dias, disse que não havia confirmação de deslocamento das caravanas dos estados;
- O Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, comandante do 1º CPR, falou sobre o monitoramento constante da inteligência da PMDF e que não havia informações concretas com relação aos movimentos. Disse que a Polícia Militar, de início, usaria os efetivos das unidades próximas da Esplanada dos Ministérios e do Comando Regional da área; e que também haveria efetivo do DOP e das tropas especializadas, nas proximidades. Anotou que no acampamento em frente ao QGEx havia somente cerca de 200 pessoas e que nas redes sociais, existiam áudios dando conta da invasão aos prédios públicos, hipótese que não podia ser descartada, motivo pelo qual era preciso ficar atento aos eventos. Informou também que não havia consenso dentro do acampamento no SMU sobre as próximas ações do movimento, que não havia previsão quanto à quantidade de manifestantes e que era preciso fazer o acompanhamento 24h dos ônibus;
- O representante do STF, Sr. Hipólito, relatou preocupação quanto à realização de atos isolados ou manifestações inopinadas, sem qualquer previsibilidade;
- **A Coronel Cintia anotou que estava em contato com a ANTT e que não havia registro de ônibus com destino a Brasília; e que as inteligências dos Estados informaram sobre mobilizações nas redes sociais, porém, não confirmadas.** Falou sobre o desembarque e



estacionamento dos ônibus que chegassem ao Setor Militar Urbano, sobre a PMDF estar no terreno, bem como sobre o fechamento da Esplanada do Ministérios na altura da Alça Leste e sobre o fechamento da Praça dos Três Poderes. Disse também sobre o acionamento do grupo de WhatsApp “Perímetro de Segurança”; e “grifo nosso”

- O Secretário Executivo, Delegado Fernando, encerrou a reunião externando preocupação quanto à manifestação.

Depreende-se da “Memória de Reunião de Trabalho” que, face às informações que se tinha até aquele momento, quais sejam, reduzido público no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército e nenhum registro de ônibus pela ANTT com destino a Brasília, a manifestação teria baixa adesão e poderia ocorrer nos dias 07, 08 e 09 de janeiro de 2023. Com essa compreensão dos fatos, foi produzido o Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023.

No entanto, ainda no dia 06 de janeiro de 2023, por volta das 17h40, o Coronel Jorge Henrique da Silva Pinto, Coordenador de Assuntos Institucionais da Subsecretaria de Inteligência, comparece à Subsecretaria de Operações Integradas para entregar envelope lacrado da Subsecretaria de Inteligência, o qual continha o Relatório de Inteligência nº 06 – Relint nº 06. Nos termos do que foi apurado, o Tenente Coronel Rosivan recebeu o documento e o deixou sobre a mesa da titular da SOPI, Coronel Cíntia, a qual foi informada da sua entrega.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – De acordo com o protocolo tático integrado, é necessário que esse documento seja entregue tanto para o Secretário de Segurança Pública quanto para a Subsecretaria de Operações Integradas. No dia, a Coronel Cíntia não se encontrava. Fui lá, eu, pessoalmente entregar para ela. Como ela não se encontrava, entreguei para o Tenente-Coronel Rosivan.

Questionada sobre esses acontecimentos, a Coronel Cíntia Queiroz de Castro declarou, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o que segue:



SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – **Bom, ao relatório, eu não tive acesso, está ok?** Não tive acesso, porque ele foi entregue por volta de 17h42min, na SOPI. Eu estava numa reunião externa, que terminou por volta de oito e meia, nove horas da noite, e não retornei à subsecretaria na sexta-feira. No entanto, o Protocolo de Ações Integradas foi confeccionado levando em consideração o nível máximo de alerta por dois motivos: **primeiro, pela quantidade de caravanas que, já na quinta-feira à noite, a gente tinha tomado conhecimento que estava para chegar em Brasília**, em que pese não tinha confirmação até dez horas da manhã de sexta-feira. **E, na memória de reunião, o Coronel Casimiro trouxe a informação de que havia recebido vários áudios de tentativa de ato de vandalismo.** Quando acabou essa reunião, eu chamei a minha equipe da Coordenação de Eventos e Atividades Especiais e falamos: “Vamos fazer o planejamento considerando o nível máximo de alerta. Vamos ligar para o pessoal do SINDICOMBUSTÍVEIS e vamos alertá-los. Vamos deixar um telefone próprio para eles, se houver venda suspeita de combustíveis, para eles nos informarem de imediato.” E deixamos todo mundo em alerta. **Então, mesmo eu tendo ou não lido o relatório de inteligência que foi entregue no final do dia da sexta-feira, o planejamento foi feito considerando o nível máximo de ameaça.** É só o senhor pegar o Decreto nº 26.903 e verificar que nenhum artigo dele deixou de ser contemplado no protocolo. “grifo nosso”

No que se refere ao Relint nº 06, o qual foi difundido ao Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, bem como mencionado anteriormente, à SOPI, o mesmo apresentou indícios de que a manifestação era, de fato, iminente. O documento também incluiu informações claras sobre a possibilidade de invasão de prédios públicos na Praça dos Três Poderes, a participação de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs), a convocação de caravanas, e outros elementos, conforme a seguir transcrito:

As divulgações apresentam-se de forma alarmante, dada a afirmação de que a “tomada de poder” ocorreria, principalmente com a invasão ao Congresso Nacional. “grifo nosso”

[...]

Importa destacar que em transmissão realizada ao vivo, em rede social, houve destaque para manifestações a partir do dia 07JAN23, com participação de milhares de pessoas e vinda de caravanas.

Assinala-se ainda grupo de mensagem, no qual os integrantes seria pessoas conhecidas por CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores) e com postagens sobre “sitiar Brasília” e que denotam a intenção de prática de atos de violência no dia 08JAN23.



Por meio de grupos de aplicativo de mensagem, constata-se a intenção de organização de caravanas oriundas de outros Estados com destino a Brasília para participação dos referidos atos. Há orientação de que os participantes sejam adultos em boa condição física, sendo vedado a participação de crianças e daqueles que apresentam dificuldade de locomoção.

Além disso, na tarde de 07 de janeiro de 2023, em resposta a um pedido da Polícia Federal, foi realizada uma reunião nas instalações da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal para discutir as manifestações planejadas para o dia 08 de janeiro. Participaram desse encontro, o então Secretário Executivo de Segurança Pública, Fernando de Souza Oliveira, a Subsecretária de Operações Integradas, Coronel Cíntia Queiroz de Castro, o Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, o Coordenador-Geral de Contraineligência da Polícia Federal, Thiago Severo de Rezende, e o então chefe do Comando de Operações Táticas (COT).

Na ocasião, a Polícia Federal expressou sua preocupação em relação ao deslocamento de pessoas para Brasília, devido às manifestações planejadas para o dia seguinte, as quais tinham como objetivo ocupar a Esplanada dos Ministérios em protesto contra os resultados da eleição presidencial. Durante a reunião, os representantes da Secretaria de Segurança Pública do DF manifestaram ciência da situação, mas também informaram que haviam elaborado um planejamento adequado para garantir a segurança do evento anunciado.

Foi colocado pelo Diretor-Geral da Polícia Federal o elevado nível de ameaça à segurança na Esplanada dos Ministérios, o qual ressaltou que a própria movimentação em direção à ocupação da esplanada seria considerada criminosa, pois representava uma ameaça ao Estado Democrático de Direito. No entanto, consta que os representantes da SSP/DF discordaram desse ponto de vista e afirmaram considerar o evento como pacífico.

À vista disso, é relevante destacar parte das informações constantes do Ofício nº 5/2023/GAB/PF:



Foi constatada pela Polícia Federal, nos últimos dias, intensa movimentação em todo o país de pessoas que, inconformadas com o resultado das Eleições 2022 e com o novo Governo Federal que tomou posse em 1º de janeiro de 2023, estão organizando caravanas de ônibus para se deslocarem até Brasília/DF. O objetivo dessas pessoas seria reunir na capital federal grande quantidade de manifestantes que, dentre outras ações, teriam a intenção de "tomar o poder", de "impedir a instalação do comunismo no Brasil", sem determinarem, especificamente, quais ações adotariam ao chegar a esta capital federal para atingirem o seu intento.

Constatou-se na data de hoje, de fato, a chegada de dezenas de ônibus oriundos de estados como São Paulo, Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais e do próprio Distrito Federal, sendo que deles desembarcaram milhares de pessoas trazendo consigo bandeiras, hastes, mantimentos, água etc. A maioria desses manifestantes encontra-se concentrada próximo ao Quartel General do Exército, no Setor Militar de Brasília, e há informações de que teriam a intenção de se deslocar até a Esplanada dos Ministérios entre hoje (07/01/2023) e amanhã (08/01/2023) e lá prosseguir com os atos antidemocráticos.

Pelas informações coletadas até o momento, o grupo pretende promover ações hostis e danos contra os prédios dos Ministérios, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e, possivelmente, de outros órgãos como o Tribunal Superior Eleitoral. Há informações, inclusive, de indivíduos armados fazendo a "segurança" dos manifestantes, bem como inúmeros indivíduos dispostos a enfrentar as Forças de Segurança para tentarem, como vêm dizendo em redes sociais e aplicativos de mensagens, "tomar o poder" nesta capital federal. "grifo nosso"

[...]

Parte dos integrantes das caravanas demonstram, em especial em redes sociais e aplicativos de mensagem, **a clara intenção de confrontar as Forças de Segurança da capital da República**, o que acende um alerta para a possibilidade de recrudescimento dos atos e comprometimento da estabilidade na segurança pública do Distrito Federal. "grifo nosso"

[...]

E também parte do Ofício nº 154/2023/GAB/PF:

[...]

Diante deste cenário, e considerando as atribuições constitucionais dos órgãos de segurança do Distrito Federal para atuação preventiva em situações desta natureza, o Diretor Geral da Polícia Federal provocou a realização de uma reunião, em caráter de urgência, com a participação de representantes da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para tratar do tema. Referida reunião ocorreu no dia 07/01/2023, na sede daquela Secretaria Distrital, onde se encontravam o Sr. Secretário de Segurança Adjunto, Dr. Fernando de Souza Oliveira, **a responsável pelo planejamento da segurança, Cel. PM Cíntia Queiroz** e, pela Polícia



Federal, o Diretor-Geral, Dr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, o atual Coordenador-Geral de Contraineligência, Dr. Thiago Severo de Rezende, e o então chefe do Comando de Operações Táticas - COT. "grifo nosso"

Na ocasião, o Sr. Diretor Geral da Polícia Federal externou a preocupação da Polícia Federal com o deslocamento de pessoas para Brasília/DF marcadas para o dia seguinte objetivando ocupar a Esplanada dos Ministérios e contestar o resultado das urnas eleitorais, conforme ampla divulgação em redes sociais, **ao que foi informado pelos representantes da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal de que estavam cientes e que haviam se planejado adequadamente para manter a segurança diante do evento anunciado.** O Sr. Diretor Geral da Polícia Federal destacou na ocasião o elevado grau de ameaça à segurança e solicitou providências visando o isolamento da Esplanada dos Ministérios de modo a impedir a aproximação daquelas pessoas que se mostravam, pelas redes sociais, inconformadas com os resultados das eleições presidenciais. Destacou que aquela movimentação seria, em tese, por si só um ato criminoso, pois atentaria contra o estado democrático de direito, conforme legislação de regência, ao passo que **os representantes da Secretaria de Segurança Pública manifestaram um entendimento** diverso, alegando que se trataria de uma **simples manifestação de cunho pacífico.** Posto isso, no mesmo dia, ainda como forma de impor o cumprimento eficaz da atividade preventiva de segurança pública por parte dos órgãos de segurança distritais, o Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal determinou que fosse redigida uma minuta de ocio a ser encaminhado ao Sr. Ministro de Justiça e Segurança Pública com o relato do cenário crítico que se apresentava e dos possíveis acontecimentos que poderiam advir. "grifo nosso"

[...]

Com base no contexto apresentado, fica evidente que tanto o Ex-Secretário Executivo, Fernando de Souza Olivera, quanto a atual Secretária de Operações Integradas, Cíntia Queiroz de Castro, face ao Relatório de Inteligência nº 06/2023 e reunião com representantes da Polícia Federal, tiveram a sua disposição informações que poderiam e deveriam ter sido compartilhadas com as Instituições, Órgãos e Agências envolvidas nos planejamentos para os atos do dia 08 de janeiro de 2023.

No entendimento desta relatoria, as atividades relacionadas à Subsecretaria de Operações Integradas não se finalizam com a mera elaboração de um protocolo. De acordo com as atribuições delineadas no artigo 114 do Decreto nº 40.079/2019, e, considerando seu eixo operacional de integração, as atividades de planejamento da SOPI se estendem ao longo do tempo, abrangendo desde a concepção até a conclusão dos atos públicos, manifestações e eventos no Distrito Federal.



A evidência disso pode ser encontrada no grupo de WhatsApp intitulado "Perímetro de Segurança", que foi ativado pela Coronel Cíntia em 06 de janeiro de 2023. Dentro deste grupo, a Subsecretária de Operações Integradas desempenhou um papel ativo entre os dias 06 ao dia 08 de janeiro de 2023, demonstrando sua função vital de articulação, organização e coordenação das ações das diversas Instituições, Órgãos e Agências.

[06/01/2023 14:15:44] Cintia TC: Senhores e senhoras boa tarde

[06/01/2023 14:16:27] Cintia TC: Segue para conhecimento Protocolo de ações Integradas (PAI) para fins de conhecimento e providências. Será encaminhado via SEI

[07/01/2023 08:57:35] Cintia TC: Vamos fechar a esplanada neste momento senhores

[07/01/2023 09:31:42] Cintia TC: Início dos bloqueios com jerseys

[07/01/2023 09:34:10] Cintia TC: O importante é não permitir entrar nenhum veículo na esplanada

[07/01/2023 09:34:38] Cintia TC: Especialmente de apoio e carro de som, caso surja...

[07/01/2023 09:34:48] Cintia TC: Não vamos permitir também tendas

[07/01/2023 09:36:44] Cintia TC: Vamos nos atentar a este veículo

[07/01/2023 09:36:44] Cintia TC: Suprimento logístico e de alimentos e bebidas

[07/01/2023 09:37:11] Cintia TC: *NÃO PERMITIR INGRESSAR NA ESPLANADA*

[07/01/2023 09:39:19] Cintia TC: Informei ao General Dutra, Comandante do CMP quanto a montagem de novas barracas de acampamento

[07/01/2023 15:28:03] Cintia TC: Pedi para reforçar o efetivo e retomar o ponto de controle

[07/01/2023 18:33:27] Cintia TC: Alguém do DER em QAP?

[07/01/2023 18:55:53] Cintia TC: @556181518933 tem como nos apoiar deixando este semáforo intermitente para auxiliar o BPTRAN?

[07/01/2023 19:52:18] Edvã Sousa - CEL PMDF CCS: Entrada da avenida do exército nem tranquila, 1 CPR colocou efetivo lá.

Podemos liberar a N1, por conta dos ônibus que tem que acessar a estrutural?

[07/01/2023 19:54:19] Cintia TC: Pode liberar sim Edvã...

[08/01/2023 10:36:30] Cintia TC: Ta ok Igor, muito obrigada, se precisar te aciono



Essa constatação fortalece a compreensão de que o trabalho da SOPI não se restringe à elaboração de protocolos, ao contrário, orientada no seu eixo de integração, engloba o início, implementação e finalização dos eventos no Distrito Federal.

Segundo o relato apresentado, o Relatório de Inteligência nº 06/2023 da Subsecretaria de Inteligência da SSP foi disponibilizado à Coronel Cíntia, contendo informações pertinentes às intenções hostis dos manifestantes, possíveis invasões de prédios públicos e outras potenciais ameaças. No entanto, mesmo ciente da existência do documento, a Subsecretária informou que não o havia lido.

Ela justificou, fazendo parecer que o Relatório de Inteligência nº 06/2023 teria pouca relevância para suas decisões, que mesmo não tendo lido o documento, teria elaborado o Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023 no nível máximo de alerta, por conta de dois motivos: a quantidade de caravanas que tinha tomado conhecimento que estava para chegar em Brasília e as informações fornecidas pelo Coronel Casimiro em reunião, o qual mencionou ter recebido áudios que sugeriam possíveis atos de vandalismo.

Entretanto, é importante ressaltar que, como observado no tópico referente às apurações da Polícia Militar do Distrito Federal, o Coronel Casimiro considerou tais áudios como tentativas de disseminar o medo, propagar o terror e estimular a tensão no processo, em vez de informações confiáveis ou verídicas. Essa perspectiva levanta questionamentos sobre a validade e a relevância dessas informações para embasar decisões e ações, especialmente diante da análise crítica feita pelo próprio militar sobre a veracidade de tais mensagens.

No que se refere a quantidade de caravanas previstas para chegar em Brasília, estas parecem contraditórias com o que está consignado na “Memória de Reunião de Trabalho”. Segundo registro, a própria Coronel Cíntia teria informado em reunião do dia 06 de janeiro de 2023, estar em contato com a Agência Nacional de Transporte Terrestres, que por sua vez teria comunicado não haver registros de ônibus com destino a Brasília. Essa aparente contradição levanta questões sobre a



consistência das explicações prestadas pela Subsecretária perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como parte de suas responsabilidades na Subsecretaria de Operações Integradas, era esperado que a Coronel Cíntia adotasse medidas para compartilhar essas novas informações com as Instituições, Órgãos e Agências parceiras envolvidas no eventos planejados para o dia 08 de janeiro de 2023. Isso permitiria que as IOAs, com base em sua experiência e julgamento, tivessem a oportunidade de fazer eventuais correções em seus planejamentos internos, levando em consideração as informações atualizadas sobre a periculosidade das manifestações.

Era crucial adotar essa medida, uma vez que IOAs participantes da reunião do dia 06/01/2023, saíram desse encontro com a percepção de que eventual manifestação do final de semana teria baixa adesão. Ignorou a Subsecretária de Operações Integradas que um protocolo de ação integrada não se resume à construção de uma matriz de responsabilidades, que a discussão dos aspectos relacionados ao movimento, informações de inteligência e outras questões pertinentes, auxiliam no planejamento pormenorizado a ser elaborado pelas IOAs, onde se prevê, por exemplo, a mensuração de recursos humanos.

Ao proceder dessa forma, deixou a Coronel Cíntia de atuar dentro do eixo operacional de integração que norteia suas atribuições, não reconhecendo a importância de uma abordagem mais holística na elaboração do protocolo de ações integradas.

Nesse sentido destaca-se trecho do Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023 da PMDF:

Considerada as atribuições descritas no aludido Protocolo de Ações Integradas (103272690), **e as informações fornecidas em reunião**, e até então disponibilizadas aos diversos interessados, que **apontavam para uma baixa adesão e pouco engajamento, sugerindo reduzida expectativa de público**, a Subchefia de Operações do DOP confeccionou a Circular nº 13/2023 – PMDF/DOP/SO (103296972), solicitando aos 1º CPR, 2º CPR, CPME e CPTRAN atenção às providências pertinentes à PMDF. “grifo nosso”



Se tivessem tido acesso às informações do Relint nº 06/2023, assim como aquelas discutidas na reunião do dia 07/01/2023 com a Polícia Federal, as Polícias da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto e até mesmo a Polícia Militar do Distrito Federal, em virtude dessas novos e relevantes dados, poderiam, ao menos em tese, ter adequado seus planejamentos para os atos do dia 08/01/2023, de forma a minimizar, ou até mesmo evitar, as invasões aos prédios públicos.

Assim disse o Coronel Paulo José nesta CPI.

Presidente, eu soube que teria essa reunião no dia 7 de janeiro com o doutor Andrei e alguns integrantes da Secretaria de Segurança Pública, como eu falei para o senhor, meses depois do dia 8 de janeiro. O teor do que foi decidido nessa reunião – eu afirmo para o senhor com absoluta convicção – não chegou ao Departamento Operacional. Eu nem soube que houve uma reunião, não sei o que foi tratado – eu soube depois pela imprensa. Como eu lhe falei, eu vejo uma mudança de chave do dia 6 de janeiro para o dia 7 de janeiro. Se no dia 7 de janeiro – repito o que eu já falei – essas informações que o senhor relatou aí da preocupação do doutor Andrei chegam à Polícia Militar, teria que se apurar quem teve essas informações dentro da corporação e o que fizeram com essas informações dentro da corporação. E aí, eu falo...

[...]E eu torno a falar: no dia 7 de janeiro, após essa reunião com o diretor da Polícia Federal, com a Secretaria de Segurança Pública, eu digo para o senhor, eu entendo que a grande falha foi aí. Na minha avaliação, na minha percepção, a grande falha é que, quando há uma mudança de cenário, há uma reunião com a Secretaria de Segurança, onde é exposto que todas as preocupações que se têm, caso aqueles manifestantes descessem – eu acho que, naquele momento –, o próprio Protocolo de Ações Integradas tinha que ser refeito no sábado.[...]

Essa medida poderia ter sido operacionalizada no próprio grupo de WhatsApp “Perímetro de Segurança”, porquanto, conforme mensagem abaixo mostrada, extraída do mencionado grupo, a Coronel Cíntia, às 08h51 do dia 11/01/2023, convida os representantes das IOAs para uma reunião a ser realizada às 10h30 do mesmo dia, ou seja, cerca de 1h40 minutos após convocação, o que revela



as condições da Subsecretária de Operações Integradas de no dia 07/01/2023, ter socializado o Relint nº 06/2023 e as informações da Polícia Federal.

[11/01/2023 08:51:54] Cintia TC: Bom dia senhores!!!

De ordem da senhora Subsecretária de Operações Integradas-SOPI, solicito a Vossas Senhorias comparecer ou enviar representante, com poder de decisão, para participar de reunião referente a manifestações divulgadas em redes sociais.

Data: 11/01/2023

Horário: 10h30

Assunto: Mega Manifestação Nacional - Pela Retomada do Poder e outro

Com as mesmas razões expostas, conclui-se que também cabia ao Ex-secretário Executivo, Fernando de Sousa Oliveira, adotar providências que permitissem contextualizar melhor as forças de segurança do Distrito Federal em relação à manifestação do dia 08 de janeiro de 2023. O Ex-secretário participou da reunião do dia 06, a ele foi disponibilizado o Relatório de Inteligência nº 06/2023, e também participou da reunião no dia 07 de janeiro com representantes da Polícia Federal. Portanto, ele tinha acesso às informações relevantes e deveria ter desempenhado papel mais ativo na comunicação e compartilhamento dessas informações, a fim de garantir que as forças de segurança estivessem devidamente informadas e preparadas para a manifestação do final de semana.

Tinha, portanto, o Ex-secretário Executivo, consistentes informações quanto ao risco e grau de ameaça representados pelos movimentos planejados. Dessa forma, ele deveria ter convocado os chefes das forças de segurança para uma reunião e discussão do movimento. Em seguida, se necessário, instituir um gabinete de crise com a presença física de uma célula integrada de inteligência. Isso favoreceria a definição de um novo alinhamento operacional para os eventos programados para o dia 08 de janeiro de 2023, garantindo que as forças de segurança estivessem devidamente preparadas para enfrentar as ameaças identificadas.



O Ex-secretário, em razão do afastamento de Anderson Gustavo Torres, exercia, de fato, a chefia da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, tanto que a Subsecretária de Inteligência, Delegada Marília Ferreira de Alencar, e Subsecretária de Operação Integradas, Coronel Cíntia Queiroz de Castro, reportavam a ele as informações afetas as manifestações do dia 08.

À vista disso, e, considerando a posição de comando de Fernando de Sousa Oliveira a frente da SSP/DF, urge destacar algumas informações apresentadas pela Delegada Marília nesta CPI¹¹⁰, que reforçam sua posição de liderança e responsabilidade na condução das questões de segurança pública no Distrito Federal. Essas informações podem esclarecer e sustentar a sua autoridade na tomada de decisões relacionadas aos atos do dia 08 de janeiro de 2023.

30. Perguntado sobre como normalmente se fazia a difusão desses relatórios pela SI, o Coordenador lhe informou que poderia ser por meio da Ferramenta Cronos, mas que esta estava com problemas para realizar a difusão, então ele próprio entregaria fisicamente, em mãos, ao Secretário Executivo (que era hierarquicamente superior à Subsecretaria de Inteligência) e à Subsecretária de Operações Integradas, exercida pela Coronel PM Cíntia Queiroz de Castro. A então Subsecretária Marília Alencar, então, concordou, ressaltando que o Secretário Executivo estaria respondendo pela Secretaria, haja vista a noticiada ausência em razão de férias do Secretário de Segurança Anderson Torres.

54. Destaca-se, também, que, ainda na manhã de sábado (07.01), a então Subsecretária MARÍLIA ALENCAR solicitou ao seu chefe Fernando Oliveira que solicitasse ao Diretor Geral da PF, na reunião em que iriam se encontrar na SSP, o nome do Delegado que iria estar à frente da Diretoria de Inteligência Policial da PF (que estava em período de troca de comando), para que a Subsecretária pudesse lhe passar informações sensíveis que havia recebido sobre pessoas do acampamento, e também outras relativas ao desenrolar da situação no acampamento durante o sábado. [...]

Foi, inclusive, como Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, que Fernando, desempenhando papel crucial na gestão da segurança pública, expediu, após os lamentáveis atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes, a Circular nº 20/2023 – SSP/GAB, convocando o Gabinete de Crise para solucionar a

¹¹⁰ Petição de Marília Ferreira Alencar, assinada em 30 de outubro de 2023, apresentada no e-mail cpiatosantidemocraticos@cl.df.gov.br



situação de caos que havia sido instalada na ordem pública do Distrito Federal. Essa ação reforça, na visão da relatoria, a autoridade e responsabilidade do Ex-secretário Executivo a frente da pasta.

Senhores Dirigentes,

Cumprimentando-os, de ordem do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, **convoco para O Gabinete de Crise, de forma imediata, conforme determinação verbal já realizada anteriormente**, para que todos os Comandantes das Forças estejam presencialmente no Centro de Operações Integradas de Brasília - CIOB, e determino o emprego de todo o efetivo disponível das respectivas Forças na Esplanada do Ministérios, no âmbito das respectivas atribuições conforme orientações de cada Comando.

Atenciosamente,

FERNANDO DE SOUSA OLIVEIRA

Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - Substituto

Assim como a Coronel Cíntia, a conduta do Ex-secretário Executivo provoca sérias inquietações ao desconsiderar por completo informações nevrálgicas contidas no Relatório de Inteligência nº 06/2023. Este documento, conforme muitas vezes já falado no presente relatório, apresentava dados alarmantes sobre a possível invasão do Congresso Nacional, planos de atos violentos, orientações para participação de indivíduos fisicamente preparados e adultos. Além disso, houve os alertas da reunião realizada no dia 07/01/2023, na qual a Polícia Federal também fez menção a ações hostis direcionadas aos edifícios dos Poderes da República, evidenciando também a intenção de confronto com as forças de segurança.

As frações de inteligência provenientes dos grupos de WhatsApp "Difusão" e "Perímetro de Segurança", também apresentaram, em alguns recortes de momento do movimento do final de semana do dia 08/01/2023, informação dando conta dos ânimos exaltados e dispostos ao enfrentamento com as forças policiais por parte daqueles que chegavam nas caravanas.



Ficarem atentos aos manifestantes dos ônibus placas

GUR5893 (sem movimentos hj, mas estava aqui no dia 01/01)

AJB 2B98 este já em BSB

Placas:

GUR-5893

AJB-2B98

Grupos organizados por QUESIA NAYARA DE SOUSA, casada com Italo Kelven da Silva. QUESIA é conhecida por manifestações extremistas, com apologia ao assassinato do PR.

Há informe que o grupo tem intenção de atos violentos e estariam transportando vários pés de cabra.

Presumem-se armados

Entre os dois ônibus organizados por QUESIA, há aproximadamente 70 manifestantes. Esse grupo pediu que pessoas com mobilidade reduzida e idosos *não* se voluntariassem

[07/01/2023 14:23:12] ~ Júnior: O cara do carro está inflando o pessoal

[07/01/2023 14:26:36] ~ Júnior: Tá vindo gente do QG pra cá tbm

[07/01/2023 14:26:38] ~ Júnior: Tá ficando quente aqui .. geral com gritos de " vamos fechar tudo"

[07/01/2023 14:27:20] ~ Júnior: Animosidade alta

Entretanto, o que mais chama atenção é o fato de o Ex-secretário Executivo ter reportado ao Governador do Distrito Federal, mencionando inclusive atividades de inteligência, informações desvinculadas da realidade. Essas informações não refletiam de forma alguma a verdadeira periculosidade das manifestações. Mais grave ainda, é o fato de Fernando registrar a ausência de qualquer "informe" relacionado à agressividade ou comportamento nesse sentido por parte dos participantes do movimento, evidenciando uma desconexão alarmante com a gravidade de todas as informações de inteligência que teve ao seu dispor.

Degração do áudio do então Secretário Executivo Fernando para o Governador Ibaneis Rocha¹¹¹:

¹¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/09/audio-manifestacao-totalmente-pacifica-disse-secretario-de-seguranca-interino-a-ibaneis-cerca-de-1h-antes-de-ato-terrorista-em-brasilia.ghtml>



- Governador, bom dia, Delegado Fernando falando!
- Governador, passar o último informe aqui do meio-dia pro senhor. Tudo tranquilo, eh, os manifestantes estão descendo lá do SMU, controlado, escoltados pela polícia. Tivemos uma negociação para eles descerem de forma pacífica, organizada, acompanhada, eh, toparam, não precisou conter lá em cima, ônibus..., é, um ou outro ônibus que vai descer, se descer perto da rodoviária eles desembarcam ali na alça leste e seguem acompanhados pela Polícia Militar, então, assim, tá um clima bem tranquilo, bem ameno, uma movimentação bem suave e a manifestação totalmente pacífica. **Até agora a nossa inteligência tá monitorando, não há nenhum informe de questão de agressividade, ligado à esse tipo de comportamento.** Então, esse é o último informe para o senhor, tem aproximadamente 150 ônibus já no DF, mas todo mundo de forma ordeira e pacífica. É, final do dia, final da tarde, eu passo outro informe pro senhor. Abraço! "grifo nosso"

É incompreensível do ponto de vista da relatoria, a absoluta falta de consideração da Coronel Cíntia e do Delegado Fernando para com as informações de inteligência que lhes foram disponibilizadas. Revelam-se como determinantes para os fatídicos atos do dia 08 de janeiro de 2023, porquanto demonstram que os dois subestimaram de maneira flagrante a ameaça iminente que representavam as manifestações. A conduta da Subsecretária de Operações Integradas e do Ex-secretário Executivo, face a relevância, atribuições e responsabilidades que tinham na gestão, integração e coordenação das forças de segurança, contribuiu para uma resposta inadequada das IOAS diante do risco patente de incidentes graves durante os eventos planejados.

14 DAS APURAÇÕES RELACIONADAS AO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI

O Palácio do Planalto, assim como os demais prédios dos Três Poderes da República, tornou-se alvo de ataques perpetrados por vândalos na data de 08 de janeiro de 2023. No entanto, diferentemente do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto contava para sua proteção com o Gabinete de Segurança Institucional – GSI, órgão com elevadas atribuições na preservação do Estado, detentor de informações privilegiadas, haja vista que, à época dos fatos, a



Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, órgão máximo de inteligência estratégica do país, integrava a estrutura organizacional do GSI.

A divulgação de imagens que mostraram o interior do Palácio do Planalto durante a invasão do dia 08 de janeiro, e as declarações prestadas na CPMI do Congresso Nacional pelo Ex-diretor Adjunto da ABIN, Saulo Moura da Cunha, de que a ABIN havia emitido alertas de inteligência diretamente ao então Ministro Chefe do GSI, General Marco Edson Gonçalves Dias, reforçaram a importância de esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com esse propósito, foram solicitadas informações ao Gabinete de Segurança Institucional sobre os eventos ocorridos em 08 de janeiro de 2023, cujas respostas podem ser encontradas no tópico “10.2.5 Do Gabinete de Segurança Institucional – GSI”, do relatório. Além disso, estiveram presentes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito os Generais Marco Edson Gonçalves Dias e Carlos José Assumpção Penteado, os quais, à época dos fatos, ocupavam, respectivamente, os cargos de Ministro Chefe do GSI e Secretário Executivo do GSI.

O Ex-diretor Adjunto da Agência Brasileira de Inteligência, Saulo Moura da Cunha, também foi inquirido durante os trabalhos desta comissão. Inclusive, é pelo seu depoimento que se começa a destacar algumas informações.

De acordo com Saulo, a Agência Brasileira de Inteligência emitiu, nos dias que antecederam o 08 de janeiro de 2023, 33 alertas de inteligência, os quais passaram a ser tratados a partir do dia 02 de janeiro. Esclareceu que todas essas informações foram inseridas em grupos de “mensageria”, sendo os primeiros a recebe-las os Centros de Inteligência das Forças Armadas, a Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que são os parceiros naturais da ABIN. Que num segundo momento, com a criação da Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública – CIISP, pela Subsecretaria de Inteligência da SSP/DF, a ABIN passou a compartilhar informações nesse grupo.



Registrou que, do ponto de vista da Agência Brasileira de Inteligência, a partir do dia 07 de janeiro de 2023, as informações se tornaram consistentes no sentido de apontar uma manifestação de médio a grande porte com discursos radicais.

O Ex-diretor Adjunto da ABIN declarou que desde o dia 03 ou 04 de janeiro de 2023, passou a informar o Ministro Chefe do GSI, à época General Gonçalves Dias, a respeito das manifestações do dia 08/01/2023. Que a partir do momento que tomou conhecimento do aumento no número de ônibus vindo de outros Estado para Brasília, passou a conversar constantemente com o mesmo.

Nesse contexto, afirmou ter enviado 90% ou 95% dos alertas de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência ao General Gonçalves Dias. Mais do que isso, disse ter encaminhado também algumas informações que constavam da CIISP, uma vez que o General não fazia parte desse grupo.

Acrescentou que na manhã do dia 08/01/2023, por volta das 08h, enviou uma mensagem para o General Gonçalves Dias informando a respeito da adesão de mais de 100 ônibus, o qual interagiu respondendo acreditar que teriam problemas. Afirmou que às 13h do mesmo dia, ligou para o General Gonçalves Dias para expressar sua preocupação em relação a manifestação, no que o Ministro Chefe do GSI respondeu dizendo que iria avaliar.

Saulo Moura da Cunha apresentou nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, os alertas de inteligência encaminhados pela ABIN ao General Gonçalves Dias, os quais, abaixo, são destacados.

Data e horário de difusão: 06/01/2023 - 19h40

Conteúdo: PERSPECTIVA DE MANIFESTAÇÕES EM BRASÍLIA

A perspectiva de adesão às manifestações contra o resultado da eleição convocadas para Brasília para os dias 7, 8 e 9 jan. 2023 permanece baixa. Contudo, há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades.

Destaca-se a convocação por parte de organizadores de caravanas para o deslocamento de manifestantes com acesso a armas e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional. Outros edifícios na Esplanada dos Ministérios poderiam ser alvo de ações violentas.



Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura, Agência Nacional de Telecomunicações e **Ministro do GSI.**

Data e horário de difusão: 07/01/2023 – 10h30

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Em Brasília, há registro de chegada no QG do Exército de 18 ônibus de outros estados para participar de manifestações.

Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios.

Desde a madrugada de hoje caminhões tanque que transportam combustível não acessam a distribuidora de combustíveis anexa à refinaria (REVAP) de São José dos Campos-SP. Há presença de manifestantes autointitulados "patriotas" no local.

Outros tipos de caminhões que transportam tipos de produtos distintos de combustíveis, assim como carros utilitários, ônibus e outros veículos estão acessando normalmente.

Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura, Agência Nacional de Telecomunicações e **Ministro do GSI.**

Data e horário de difusão: 07/01/2023 – 12h00

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - ATUALIZAÇÃO

Conforme a ANTT, houve aumento do número de fretamentos de ônibus com destino a Brasília para este final de semana. Há um total de 105 ônibus, com cerca de 3900 passageiros.

Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios

Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura, Agência Nacional de Telecomunicações e **Ministro do GSI.**

Data e horário de difusão: 07/01/2023 - 15h40

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - ATUALIZAÇÃO

Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QGEx. Vias da região estão bloqueadas para veículos.



Há pequeno grupo de manifestantes na Esplanada dos Ministérios, próximo à Alameda das Bandeiras.

Eixo Monumental encontra-se bloqueado para veículos na altura da Biblioteca Nacional.

Não há registro de incidentes.

Difusão: Centro de Inteligência do Exército, Centro de Inteligência da Marinha, Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa, Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministério da Infraestrutura, Agência Nacional de Telecomunicações e **Ministro do GSI.**

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 08h53

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - ATUALIZAÇÃO

Cerca de 100 ônibus chegaram a Brasília/DF para os atos previstos na Esplanada

Difusão: **Ministro do GSI.**

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 09h00

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – QGEx

Público estimado pela SSP/DF de 3.000 pessoas na área próxima do SMU.

Durante a madrugada de 07/01/2023 mais 16 ônibus desembarcaram passageiros nas proximidades do QGEx, totalizando 101 veículos até as 8h20. Parte dos ônibus está estacionada na Granja do Torto.

Os manifestantes que chegaram nas últimas horas traziam equipamentos de acampamento e mantimentos. Parte deles foi observada pegando Uber e se dirigindo para hotéis da cidade.

Avenida do Exército está bloqueada para veículos nos dois extremos. Av. Duque de Caxias liberada para veículos a partir do Eixo Monumental, com controle de acesso feito pela PE.

Fluxo ainda tímido de chegada de manifestantes de Brasília/DF, que vêm a pé devido aos estacionamentos liberados na área do QGEx estarem lotados.

Estacionamento da Catedral Rainha da Paz lotado, com manifestantes fazendo churrasco e acompanhando a missa na igreja.

Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive de instalação de estruturas maiores. Cozinhas comunitárias, que haviam sido desmontadas, voltaram a funcionar.

Às 8h30 havia concentração de pessoas na área do palco, mas não havia discursos. Há filas nas barracas de alimentação.

Os acampados aparentam estar divididos em grupos, com sua própria organização cada.

Após discussão acalorada entre acampados às 8h50, ficou decidido que os manifestantes partirão em marcha para a Esplanada às 13h.



Difusão: CIISP-DF - Ministro do GSI.

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 10h00

Conteúdo: NÃO HÁ

Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QG do Exército, mas em fluxo menor que o registrado ontem. Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive com instalação de estruturas maiores. Permanecem convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas. Manifestantes partiriam em marcha em direção à Esplanada a partir das 13h00. Há um pequeno grupo de manifestantes na Av. das Bandeiras (imagem anexa).

Em São José dos Campos/SP, há presença de manifestantes na Revap, Refap e no terminal de Barueri/SP. Houve tentativa de bloqueio de acessos no Posto Avançado 6 (P6), na BAVAP, no final da noite de 07/01, mas a via foi liberada.

Em Canoas/RS, grupo de cerca de 100 manifestantes encontra-se próximo ao portão da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Há convocações em redes sociais e grupos de mensageria para aumentar o número de pessoas no local. Forças de segurança (PRF e BM) estão no local e não há bloqueio de rodovia nem do acesso à refinaria

Difusão: CIE- CIM - AID/MD DINT/SEOPI- ANTT - MINFRA- ANATEL - CIISP/DF – MINISTRO DO GSI

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 10h00

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - ATUALIZAÇÃO

Em Brasília, continua chegada de manifestantes no QG do Exército, mas em fluxo menor que o registrado ontem. Houve incremento significativo no número de barracas de ontem para hoje, inclusive com instalação de estruturas maiores. Permanecem convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas. Em votação, decidiram que a marcha só iniciará quando todas as caravanas chegarem e estão evitando divulgar um horário para o início. Há um pequeno grupo de manifestantes na Av. das Bandeiras (imagem anexa).

Em São José dos Campos/SP, há presença de manifestantes na Revap, Refap e no terminal de Barueri/SP. Houve tentativa de bloqueio de acessos no Posto Avançado 6 (P6), na BAVAP, no final da noite de 07/01, mas a via foi liberada.

Em Canoas/RS, grupo de cerca de 100 manifestantes encontra-se próximo ao portão da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Há convocações em redes sociais e grupos de mensageria para aumentar o número de pessoas no local. Forças de segurança (PRF e BM) estão no local e não há bloqueio de rodovia nem do acesso à refinaria.

Difusão: CIE- CIM - AID/MD DINT/SEOPI- ANTT - MINFRA- ANATEL - CIISP/DF – MINISTRO DO GSI.



Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 12h05

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – ATUALIZAÇÃO

Deslocamento dos manifestantes para a Esplanada está previsto para as 13h00. Ânimo pacífico no momento, mas há relatos de pessoas que se dizem armadas.

Difusão: MINISTRO DO GSI

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 13h00

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – ATUALIZAÇÃO

Identificado discurso radical de vândalo com perfil já conhecido com ânimo exaltado.

Difusão: MINISTRO DO GSI

Data e horário de difusão: 08/01/2023 – 13h40

Conteúdo: MANIFESTAÇÕES CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – ATUALIZAÇÃO

Iniciado o deslocamento para a Esplanada. Há discursos inflamados com pessoas pintando o rosto com se fossem para um combate. Há entre manifestantes relatos de que as forças de segurança policiais e militares não irão confrontá-los.

Difusão: MINISTRO DO GSI

Quanto ao General Gonçalves Dias, ao comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, em sua declaração inicial, afirmou que cabia a ele, na qualidade de Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, a responsabilidade por preservar o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo, no contexto dos eventos ocorridos em 08 de janeiro de 2023.

Apesar dessa introdução, o General Gonçalves Dias informou que a responsabilidade pela gestão no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) recaía sobre o Secretário Executivo. Continuando, disse que a segurança do Palácio do Planalto era de responsabilidade da Secretaria de Segurança Presidencial, chefiada à época pelo General de Divisão Carlos Feitosa Rodrigues. Mencionou que a análise de criticidade era incumbência do Coronel Amorim, enquanto a escala de pessoal de



segurança estava sob os cuidados do Coronel Garcia. Portanto, no entender dele, essas seriam as pessoas responsáveis pela segurança do Palácio do Planalto.

Disse que o “Plano Escudo” estava acionado, com todas as tropas de prontidão. Que com base na análise de risco realizada pela Coordenadoria-Geral de Análise de Risco em 06 de janeiro de 2023, foi estabelecido um padrão de procedimento. A aplicação da força foi realizada de acordo com as informações disponíveis na ocasião.

O Ex-ministro Chefe do GSI confirmou ter trocado mensagens com o Ex-diretor Adjunto da ABIN, Saulo Moura da Cunha, durante as quais recebeu informações que destacavam a adesão significativa de inúmeros ônibus em Brasília. Ele esclareceu que essas informações foram compartilhadas com o General Penteado e o General Feitosa, assim como, do dia 06 para o dia 07 de janeiro de 2023, com a Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública – CIISP.

Cumprе esclarecer que a CIISP somente foi acionada pela Subsecretaria de Inteligência da SSP/DF, por volta das 19h do dia 07 de janeiro de 2023, e que, segundo informações prestadas à esta CPI, conforme já relatado, participavam 35 profissionais de inteligência, representantes de 17 agências, quais sejam: inteligência SSP; inteligência PMDF; inteligência PCDF; inteligência CBMDF; inteligência DETRAN; inteligência SEAPE; inteligência PF/DIP; inteligência PF/SIP; inteligência DPRF; **inteligência GSI**; ABIN; inteligência CMP; inteligência MJSP; inteligência SF; inteligência STF; inteligência TJDFT; e inteligência MPDFT.

A título de esclarecimento, registra-se abaixo as frações de inteligências difundidas na CIISP até véspera dos atos de vandalismo ocorridos na Praça dos Três Poderes.

MANIFESTAÇÃO DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

21h55, 07/01/2023



Mobilização denominada de “Tomada de Poder” prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

Última atualização aponta presença de 80 ônibus interestaduais relacionados ao evento.

PANORAMA

Acampamento no SMU/QGEx

- Público oriundo das caravanas em torno de 2.500 pessoas;
- Verificou-se chegada de mantimentos (alimentos, água, material de higiene e instalação de diversas barracas de camping e lona;
- Situação tranquila, no momento.

[...]

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

10h45, 08/01/2023

Mobilização denominada de “Tomade de Poder” prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

Foi identificada a chegada de 120 ônibus, dos quais desembarcou um total aproximado de 3500 pessoas na área do SMU.

Estima-se que o público em toda a extensão da Praça dos Cristais, neste momento, está entre 3800 e 4000 pessoas.

SITUAÇÃO ATUAL

Esplanada dos Ministérios

- Pequenos grupos espalhados e próximos aos gradis instalados na área da Esplanada;
- Alameda das Bandeiras com grupo portando faixas.

Museu da República

- Nota-se concentração de pessoas relacionadas a um provável evento de atividade física.

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

11h20, 08/01/2023



Mobilização denominada de “Tomada de Poder” prevista para ocorrer nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravanas oriundas de outros Estados.

- Última atualização aponta presença de 121 ônibus interestaduais relacionados ao evento.

SITUAÇÃO ATUAL

Acampamento no SMU e QGEx

- Em reunião em carro de som, manifestantes teria decidido deslocarem-se para a Esplanada dos Ministérios por volta das 13h

[...]

MANIFESTAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CIISP

14H15, 08/01/2023

Mobilização denominada de “Tomada de Poder” prevista para ocorre nos dias 07 e 08JAN23 com participação de caravans oriundas de outros Estados.

SITUAÇÃO ATUAL

- Pequenos grupos de manifestantes que se deslocaram mais cedo para a Esplanada dos Ministérios estão improvisando barracas e coberturas com material que está no gramado central da Esplanada.

Com relação as informações prestadas pelo General Penteado nesta comissão, o mesmo consignou que todas as ações conduzidas pelo Gabinete de Segurança Institucional no dia 08 de janeiro de 2023, estavam diretamente relacionadas à retenção pelo General Gonçalves Dias dos alertas produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência, as quais não foram disponibilizadas oportunamente, impedindo, dessa forma, que fossem acionados todos os meios do “Plano Escudo”.

Ressaltou que se a Coordenação de Análise de Riscos, responsável pela elaboração da matriz de criticidade, tivesse tido acesso ao teor dos alertas produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência, as ações previstas pelo “Plano Escudo” teriam impedido a invasão do Palácio do Planalto. Que no âmbito do GSI, as



informações de inteligência da ABIN não chegaram ao seu conhecimento e tampouco ao nível responsável pela execução da segurança do Palácio do Planalto.

Nesse contexto específico, asseverou que a problemática não se originou de uma falha de planejamento, mas sim uma interrupção no fluxo de informações. Explicou de maneira detalhada que a estrutura operacional do Gabinete de Segurança Institucional opera com órgãos sensores, encarregados de adquirir a informação, sendo a Agência Brasileira de Inteligência, durante o período em questão, a responsável por essa função. Adicionalmente mencionou que compete ao decisor receber as informações dos órgãos sensores e então avaliar sobre a necessidade de encaminhá-las aos atuadores. Devido a isso, como as informações dos órgãos sensores não chegaram ao conhecimento dos atuadores do GSI, o “Plano Escudo” ficou deficitário, esclarecendo, porém, que o planejamento elaborado estava adequado para com as informações que se tinha até então.

De acordo com o General Penteado, o “Plano Escudo” é concebido como plano preventivo, o qual se fundamenta na análise de informações para estabelecer uma dosagem adequada de tropas, a fim de fazer frente a possíveis manifestações. Que nesse processo, uma matriz de criticidade é utilizada, resultando na emissão de um alerta correspondente, o qual, no caso específico do dia 08 de janeiro de 2023, foi classificado como “LARANJA”.

Reforçou que se as informações da ABIN tivessem sido recebidas, seguindo o fluxo acima delineado, qual seja, sensor, decisor e atuador, as tropas que foram empregadas para retomar as instalações do Palácio do Planalto, teriam sido usadas para evitar a invasão.

De acordo com o General Penteado, o GSI costumava receber os relatórios de inteligência via Sistema Brasileiro de Inteligência, e que, por meio do aplicativo WhatsApp, em um grupo chamado “Petit Comité”, e de um aplicativo desenvolvido pela própria ABIN, chamado “Radar”, recebiam “informações correntes”, o que na estrutura de inteligência do Exército é conhecido como “informes”.



Anotou que o aplicativo “Radar” foi descontinuado no ano de 2022, entre os meses de setembro ou outubro, e que o grupo de WhatsApp “Petit Comité” foi desativado no final de dezembro de 2022. Em razão disso, na semana de 02 a 08 de janeiro de 2023, a Secretaria Executiva e a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial não recebiam informações de inteligência da ABIN.

Reforçou mais uma vez que não teve acesso aos alertas de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência e que por isso não poderia repassar nenhuma informação ao Ministro Chefe do GSI. Contrapôs dizendo que às 08h36 do dia 08/01/2023, fato público, o Diretor Adjunto da ABIN informa que já tinha opinião formada sobre as manifestações, as quais teriam – como de fato tiveram –, grau de violência. Também às 08h36 o General Gonçalves Dias já tinha, cognitivamente, chegado à conclusão de que teriam problemas. Argumentou que das 08h36 até a hora da invasão do Palácio do Planalto, que se deu por volta das 15h, teriam tempo para fazer o “Plano de Chamada do Gabinete” e corrigir o rumo dos planejamentos.

Argumentou que se ele, o General Feitosa, ou qualquer outro integrante do GSI, nessa linha de responsabilidade da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, tivesse tido acesso aos alertas, teriam providenciado os meios necessários para evitar a invasão do Palácio do Planalto.

É fundamental esclarecer que Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República é órgão essencial no aparato de segurança do governo brasileiro e desempenha função crucial na coordenação da segurança presidencial, na inteligência e na defesa nacional. Detentor de papel central na coordenação e implementação de políticas de segurança e defesa do país, o GSI ainda desempenha papel de coordenação e apoio no gerenciamento de eventos de segurança nacional.

A despeito de todas as suas competências, cabe ressaltar aquela prevista na alínea C do inciso VI do artigo 8º da Lei nº 14.600/2023, onde rege competir ao GSI, zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República.



Art. 8º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete:

[...]

VI – zelar, assegurado o exercício do poder de polícia:

[...]

c) pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República;

Para esse desiderato, o Gabinete de Segurança Institucional dispõe do “Plano Escudo”, que tem como missão primordial a salvaguarda do Palácio do Planalto e seus anexos. Este plano é projetado para repelir tentativas de invasão, depredação e prática de ilícitos contra as instalações, fortalecendo assim a segurança do coração do governo.

Contudo, é necessário dizer que o “Plano Escudo” não se confunde com mera segurança patrimonial, tendo na sua acepção um conceito mais abrangente que envolve estratégias e ações coordenadas, não somente para garantir a parte física das instalações, mas também permitir o pleno funcionamento do ambiente presidencial, assegurando estabilidade e a ordem no palácio.

Consoante explicações consignadas pelos depoentes, o “Plano Escudo”, caracteriza-se por ser um “plano de prateleira”, permanecendo em estado latente e sendo ativado à medida que as informações pertinentes surgem. Sua abordagem flexível e adaptativa é evidenciada pela utilização de uma classificação de risco, cuja matriz de criticidade decorre da combinação de ocorrência de adversidades e níveis de estimativa de público. Essa metodologia resulta na criação de 16 cenários possíveis para manifestações e eventos, representados pelas cores verde, amarelo, laranja e vermelho.

Assim, por sua natureza dinâmica, que se ajusta conforme a evolução dos acontecimentos, e se basear numa matriz de criticidade, delineada numa classificação de risco, o conhecimento de todas as informações é fundamental para eficácia do “Plano Escudo”, e por consequência, o correto escalonamento das ações.



Estabelecida essas premissas e levando-se em consideração os elementos de informações produzidos no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, procede-se agora à análise do seguinte.

Extraí-se dos depoimentos prestados por Saulo e pelo General Gonçalves Dias, a informação quanto ao acionamento da Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública – CIISP, por parte da Subsecretaria de Inteligência da SSP/DF, que, conforme dito, foi ativada por volta das 19h do dia 07 de janeiro de 2023, da qual fazia parte a inteligência do GSI.

Segundo consta do respeitável relatório da CPMI do Congresso Nacional, o integrante do GSI que participava da CIISP era o Tenente Coronel Jader Silva dos Santos, Subchefe da Coordenadoria de Avaliação de Riscos da Coordenação-Geral de Operações de Segurança Presidencial – CARI/CGOSP.

Pelo que se percebe da mencionada peça, o servidor em questão somente tomou conhecimento de sua inclusão na CIISP durante os acontecimentos do dia 08 de janeiro de 2023. Ao que parece, a Subsecretaria de Inteligência, aproveitando-se de uma lista de contato de uma reunião antecedente ocorrida no Centro de Inteligência Operacional Brasileiro, sem realizar qualquer tipo de checagem ou confirmação, o que levanta questões sobre a forma de constituição do grupo e efetividade das comunicações, incluiu o Tenente Coronel Jader.

Com relação a essa situação, entende-se pertinente destacar trecho do depoimento do General Penteado, onde fala:

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – Tudo isso que eu vou falar para o senhor é posteriormente, está bem, deputado? No dia 7 foi criado um grupo, e se coloca um militar do GSI nesse grupo sem ele tomar conhecimento. E, a partir daí, esse militar faz parte do grupo. Mas ele estava de licença naquele dia. **Então, esse fluxo realmente não foi produtivo.** “grifo nosso”

Descobre-se também no relatório da CPMI a informação sobre um grupo denominado “Olho Vivo”, do qual faziam parte o General Feitosa, Secretário de



Segurança e Coordenação Presidencial (SCP); Coronel Wanderli, Diretor-Adjunto do Departamento de Segurança Presidencial (DSeg), Coronel Garcia Furtado, Coordenador-Geral de Segurança das Instalações (CGSI); e Coronel Amorim, Chefe da Coordenação de Avaliação de Risco (CGOSP).

Da análise do mencionado documento, em específico as informações relacionadas ao grupo "Olho Vivo", não se encontram informações afetas a frações ou alertas de inteligência da Secretaria de Inteligência da SSP/DF, ou da Agência Brasileira de Inteligência, nem mesmo indicativos que apontassem para atos de hostilidade ou ânimos dos manifestantes.

Verifica-se, ainda com base no relatório da CPMI, e aqui se justifica que algumas das informações ali constantes não eram do conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que o Coronel André Luiz Garcia Furtado, Coordenador-Geral de Segurança das Instalações (CGSI), nos autos de sindicância corrente perante o GSI, informou que a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial não teve acesso as informações da ABIN, e que por isso as informações utilizadas para confecção do relatório de criticidade foram retiradas de fontes abertas. Registrou ainda que a Coordenadoria de Avaliação de Riscos da Coordenação-Geral de Operações de Segurança Presidencial (CARI/CGOSP), **fez a avaliação de risco para o nível laranja com base nas informações prestadas pela PMDF**, de que havia uma estimativa de participação de até 2000 pessoas, com animosidade baixa, que se encontravam no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército.

Essa informação reforça a percepção da relatoria quanto a imprescindibilidade do compartilhamento das informações da Agência Brasileira de Inteligência, recebidas pelo General Gonçalves Dias, com os órgãos atuadores do GSI, porquanto, conforme Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023 da PMDF, mencionado diversas vezes no bojo do relatório, o entendimento da Polícia Militar, quando da confecção do PAI nº 02/2023, era realmente de que as manifestações **não foram classificadas como de risco ou considerável público.**



Seria, portanto, imperativo que as informações da Agência Brasileira de Inteligência chegassem ao conhecimento dos órgãos atuadores do Gabinete de Segurança Institucional, as quais, conforme mostrado acima, apresentavam indicativos claros e consistentes quanto a direção hostil das manifestações do dia 08 de janeiro de 2023. O compartilhamento desses dados críticos teria proporcionado as bases necessárias para uma correção apropriada do “Plano Escudo”.

A análise das oitivas consignadas no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, provenientes dos autos de sindicância do Gabinete de Segurança Institucional, revelam que, de maneira geral, os entrevistados afirmaram que a ausência de informações de inteligência da ABIN, foi determinante para um “Plano Escudo” subdimensionado.

Dessa leitura, torna-se evidente que apenas o General Gonçalves Dias teve, de fato, acesso a informações que permitiriam a adaptação dos planejamentos de segurança do Gabinete de Segurança Institucional. Essas informações, originadas da principal agência de inteligência do país, se oportunamente compartilhadas com os órgãos atuadores, favoreceriam a mudança do “Plano Escudo”.

Assim como ocorre com qualquer ocupante de cargo ou função pública, quaisquer atos ou omissões do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional são guiados pelo princípio da legalidade e eficiência, e são passíveis de avaliação, especialmente no caso de falhas.

Considerando a função de alta responsabilidade exercida pelo Ministro Chefe do GSI, é de se dizer que uma falha significativa tenha o condão de comprometer de maneira grave o funcionamento de toda moldura organizacional da instituição, colocando em risco, de acordo com sua missão, a integridade do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, a estabilidade institucional, a segurança cibernética, o palácio presidencial e, em última instância, a integridade do Estado e a soberania nacional.

Como líder do órgão em comento, não se pode desconsiderar que a responsabilidade pela não observância das diretrizes de um plano de segurança recai



diretamente sobre General Gonçalves Dias, à época, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

É imprescindível ressaltar que, no que tange à sua responsabilização, o General Gonçalves Dias apresentou, em sua exposição inicial a esta comissão, um extenso histórico de formações e experiências, evidenciando uma trajetória repleta de conhecimento e capacitação. Sua formação inclui cursos especializados, como os de forças especiais, comandos, guerra na selva, aperfeiçoamento de oficiais, estado maior, política, estratégia e alta administração do Exército, além de segurança presidencial.

Sua extensa formação acadêmica, aliada à vasta experiência prática em cargos de alta relevância e responsabilidade, evidenciam que o General Gonçalves Dias possuía a capacidade e os pré-requisitos necessários para o eficaz desempenho de suas funções à frente do Gabinete de Segurança Institucional. Esses aspectos reforçam a expectativa de que a sua atuação, independente do tempo em que estava à frente do GSI, estivesse em conformidade com as diretrizes e as exigências legais inerentes ao cargo que ocupava.

É de se dizer também que, para além da atuação do Gabinete de Segurança Institucional na proteção das instalações físicas presidenciais, há clara disposição legal, Lei nº 14.600/2023, que determina a competência do órgão de analisar e acompanhar questões com potencial de risco, prevenir a ocorrência de crises e articular seu gerenciamento, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional.

Art. 8º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete:

[...]

II - analisar e acompanhar questões com potencial de risco, prevenir a ocorrência de crises e articular seu gerenciamento, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional;



Tal conjuntura se mostrava latente com a presença de manifestantes que respondiam a um chamamento de “Tomada do Poder”, o que exigia, no mínimo, sob pena de negligência, uma conduta proativa no Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional na tomada de decisões com base nos alertas de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, os quais, conforme mostrado anteriormente, claramente apontavam uma situação de risco.

Tinha o General Gonçalves Dias, ao menos por prudência, a responsabilidade de atuar para preservar o Palácio do Planalto, cujo contexto, face as informações de inteligência que possuía, lhe obrigavam a agir de maneira proativa para mitigar qualquer ameaça iminente a estabilidade do governo.

Para além disso, conforme visto, às 13h do dia 08/01/2023, o então Diretor Adjunto da ABIN, Saulo Moura da Cunha, liga para o Ministro Chefe do GSI, General Gonçalves Dias, para externar sua preocupação com as manifestações, o qual, pelo que se apurou, limitou-se a responder que iria avaliar.

A convocação de pessoas para ações violentas e ocupação de prédios públicos, o aumento significativo do número de ônibus em Brasília, a instalação de logística no acampamento em frente ao QGEx, inclusive com estruturas maiores, e discursos inflamados com pessoas de rosto pintado, **tudo isso constante dos alertas de inteligência da ABIN**, por si só, já deveria ser circunstância suficiente para tomada de decisão por parte do General Gonçalves Dias que resguardasse as instalações do Palácio do Planalto.

Outra conclusão não pode ser tomada senão a de que o Ministro Chefe do GSI, ciente de seu dever legal de agir, optou, de forma deliberada e intencional, por não atuar.

Os elementos de informação produzidos na CPI, revelam, de maneira incontroversa, que General Gonçalves Dias, então Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, recebeu os alertas de inteligência da ABIN. Contudo, a despeito de suas explicações perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, de que



teria repassado aos Generais Penteado e Feitosa tais informações, tal declaração não encontra sustentação na investigação.

Conforme visto, o General Penteado informou perante esta comissão, que as informações de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência não chegaram ao seu conhecimento e tampouco ao nível responsável pela execução da segurança do Palácio do Planalto. Isso se confirma ao analisar as diversas declarações prestadas em autos de sindicância do GSI, as quais foram consignadas no relatório final da CPMI do Congresso Nacional, onde os militares Coronel Alexandre Santos de Amorim, Coronel André Luiz Garcia Furtado, General Carlos Feitosa Rodrigues e Coronel Wanderli Baptista da Silva Júnior, afirmam não terem recebido informações de inteligência da ABIN.

Consta do depoimento do General Gonçalves Dias que o “Plano Escudo”, ativado e detentor de prontidão permanente, poderia ser adaptado em razão da criticidade do movimento na área central de Brasília, e que havia a possibilidade de acionar mais tropas para a contenção da crise. Tal alusão deixa cristalino que o próprio, à época, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional devia e podia agir para evitar o agravamento da situação, porquanto, somente ele detinha as informações para tanto.

A opção deliberada de não agir do então Ministro Chefe do GSI General Gonçalves Dias, a qual, frise-se, não diz respeito apenas à omissão verificada no dia 8 de janeiro de 2023, está diretamente ligada aos resultados prejudiciais verificados como consequências da manifestação ocorrida em Brasília.

A má conduta evidenciada, ao não agir diante dos alertas de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, permitiu a prática de atos que se configuram como clara tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado, visto que, a invasão do Palácio do Planalto, outro objetivo não tinha que interferir no exercício dos poderes constitucionais.



15 DAS APURAÇÕES RELACIONADAS AOS FINANCIADORES DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Os diversos documentos apresentados à Comissão Parlamentar de Inquérito, em especial o Relatório de Inteligência nº 027/2023, no qual consta informações quanto a contextualização do acampamento em frente ao QGEx, sua estrutura, segurança no local, estatística criminal e atos relacionados ao movimento; Relatório Técnico-Jurídico Preliminar nº 01/2023, que trata, dentre outras informações, sobre a síntese dos fatos ocorridos no dia 08/01/2023; Relatório de Assessoramento Técnico da Subsecretaria de Operações Integradas; as informações prestadas pela PCDF e PMDF sobre os atos do dia 12/12/2022; juntamente com os diversos depoimentos prestados ao longo da CPI, possibilitaram a esta relatoria chegar no seguinte entendimento.

Após divulgação do resultado da eleição presidencial em 30 de outubro de 2022, diversos grupos contrários ao então presidente eleito passam a organizar protestos em várias partes do Brasil, manifestando sua discordância com o resultado das urnas. A tensão cresceu a partir do dia 31 de outubro de 2022, quando ocorreram bloqueios em rodovias federais e o início da instalação de acampamentos em frente às diversas instalações militares do Exército Brasileiro.

A partir do dia 1º de novembro de 2022, em Brasília, testemunhou-se o início da montagem de um acampamento diante do Quartel-General do Exército localizado no Setor Militar Urbano. O movimento teve início com a presença de pequenos grupos de manifestantes, porém, com o decorrer dos dias, o acampamento não apenas se consolidou, mas também cresceu de forma significativa. O que inicialmente era uma presença modesta logo se transformou em uma estrutura organizada de proporções consideráveis.

A evolução do acampamento para uma estrutura de grandes dimensões revelava a crescente adesão e engajamento das pessoas. O movimento, que começou como uma expressão pequena de posicionamento, rapidamente se erigiu em um ponto central de congregação para aqueles que ali se reuniram.



Como resultado disso, centenas de pessoas, dentre essas, aquelas elencadas no tópico **“10.2.1 Dos contratantes das tendas, toldos e banheiros químicos”**, começaram a frequentar, a acampar e a contribuir financeiramente com a manutenção e desenvolvimento do espaço. Nessa esteira, o acampamento montado em frente ao QGEx, acabou por se transformar numa verdadeira vila, passando a contar com instalações para cozinha coletiva, locais de refeição, espaços para cerimônias religiosas, banheiros químicos, tendas multifuncionais, um caminhão-palco, geradores de energia, estações de recarga coletiva de celulares, além de uma variedade de pequenos negócios.

Apesar de proclamarem a natureza democrática e pacífica do movimento ao qual estavam associados, as pessoas que ali estavam se uniram em torno de uma pauta comum com o propósito de promoverem ideias extremas. Entre essas ideias, incluíam-se a cassação dos Ministro do Supremo Tribunal Federal, com o fechamento da própria corte, assim como a defesa de uma intervenção militar como solução para os problemas políticos do país.

Com o aumento dos movimentos de protesto e descontentamento, que se manifestaram por meio de diversos atos públicos, eventos e manifestações relacionados ao acampamento, amplamente divulgados, as pessoas mencionadas no **“10.2.1 Dos contratantes das tendas, toldos e banheiros químicos”**, juntamente com outras manifestantes que se estabeleceram em frente ao Quartel-General do Exército no Setor Militar Urbano de Brasília, passaram a expressar, **publicamente**, opiniões que causaram tensões entre as Forças Armadas e os Poderes Constitucionais.

É absolutamente válido esclarecer que, embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental consagrado na Constituição Federal, ela encontra limites estabelecidos na própria legislação. De maneira geral, discursos que incitem à violência, propaguem discriminação ou promovam hostilidades relacionadas a raça, cor, etnia, religião e orientação sexual, assim como manifestações caluniosas ou difamatórias, estão sujeitos a medidas legais punitivas.



Assim, cabe esclarecer que no ano de 2021, por meio da Lei nº 14.197, inseriu-se o parágrafo único ao artigo 286 do Código Penal Brasileiro, determinado que comete o crime de “Incitação ao crime” aquele que, publicamente, incita animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

A estabilidade e permanência desse agrupamento de pessoas, formada por aqueles que se instalaram no Setor Militar Urbano de Brasília, são claramente demonstradas pelo tempo que o movimento perdurou, ultrapassando dois meses. Adicionalmente, ao longo desse período, a estrutura do acampamento progressivamente se fortaleceu, permitindo que seus frequentadores, apoiadores e financiadores mantivessem a capacidade de sustentar a agenda de intervenção das Forças Armadas nos Poderes Constitucionais.

Fica evidente então que a estrutura física construída naquele local, permitia a continuidade, estabilidade e permanência do acampamento na Praça dos Cristais em frente ao QGEx. Ao apoiar financeiramente essa estrutura, as pessoas mencionadas no **“10.2.1 Dos contratantes das tendas, toldos e banheiros químicos”**, vincularam-se diretamente ao movimento, tornando-se parte dessa associação, cujo objetivo, em última análise, era subverter o Estado Democrático de Direito.

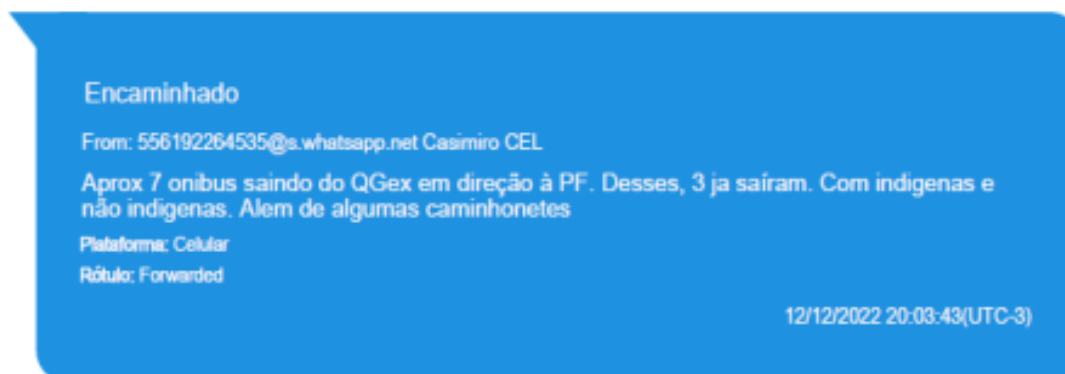
Diante desse contexto e com objetivo principal de incentivar as Forças Armadas a desestabilizarem o Estado Democrático de Direito, ou seja, a promoverem uma intervenção militar, motivada por alegações de suposta fraude eleitoral e abuso de poder por parte do Supremo Tribunal Federal, os participantes do movimento passaram a recorrer a ações de violência, a desordens, a incivildades e a atos de vandalismo na capital federal.



Nesse sentido, o primeiro incidente de gravidade e com grave repercussão na Segurança Pública do Distrito Federal ocorreu na noite de 12 de dezembro de 2022, episódio, no qual, vários ônibus e carros foram incendiados, edifícios públicos vandalizados e quando também houve a tentativa de invasão à sede da Polícia Federal na área central de Brasília.

Aqui, entende-se pertinente destacar algumas informações constantes do relatório, haja vista a necessidade de se afastar qualquer dúvida quanto ao envolvimento dos participantes do acampamento do Setor Militar Urbano de Brasília, nos atos do dia 12.

No tópico "7. DOS ATOS DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2022", do relatório, consta informação extraída da denúncia GCAA/PGR nº 3475/2023 PET nº 11.008/DF, relacionadas à extração de dados de aparelhos celulares, a qual foi tornada pública por meio de despacho do Ministro Alexandre de Moraes, onde consta informação sobre 07 ônibus saindo do QGEx em direção à Polícia Federal



Da mesma forma, no tópico "8. DOS ATOS DO DIA 24 DE DEZEMBRO DE 2022", do relatório, consta informação extraída do aparelho celular de George Washington de Oliveira Sousa (Laudo de Perícia Criminal 51.525/2023), que reforçam o argumento de que os envolvidos nos atos do dia 12 de dezembro de 2023, realmente saíram do acampamento em frente ao Quartel General do Exército.



559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0416.opus Transcrição: "Boa noite, nego duro. Por onde o senhor anda? Sumiu? O que que o senhor me fala? Já tá sabendo aí que raptaram ou prenderam o Tserere com a família? Agora eu acho que a gente vai ter que começar a engrossar. A gente vai falando."	12/12/2022 19:56:06
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0507.opus Transcrição: "Nós temos que ir lá para Federal, lá para delegacia. Estamos aqui caçando ônibus para levar o povo e os miserável não quer levar. Motorista de outras rotas, porque os nossos não sabe nem onde é que tá."	12/12/2022 20:30:51
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0568.opus Transcrição: "Nós estamos indo para a Federal, Washington. Chega junto com nós."	12/12/2022 21:07:28
559499274315 5 George Wash Boltruyahu	559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	PTT-20221212-WA0646.opus Transcrição: "Meu irmão, eu tô aqui. Já tem mais de uma hora e meia que eu tô nessa porra aqui. Vocês já chegaram aqui nesse caralho?"	12/12/2022 22:25:55

Na escalada da violência relacionada aos indivíduos que participavam do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército Brasileiro, o segundo incidente mais grave, em termos de impacto na Segurança Pública do Distrito Federal, foi a tentativa de explosão de uma caminhão-tanque carregado com 60.000 litros de querosene de aviação nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília, ocorrida na data de 24 de dezembro de 2022.

Chega-se então ao terceiro incidente mais sério em termos de impacto na Segurança Pública do Distrito Federal, envolvendo aqueles que estavam no acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, que foi o 08 de janeiro de 2023, quando, milhares de pessoas, atendendo a convocações nas redes sociais, invadiram e vandalizaram os edifícios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal.

Diferentemente daquilo que ocorreu em 12 e 24 de dezembro de 2022, os atos criminosos do dia 08 eram consideravelmente previsíveis, uma vez que a organização de uma suposta manifestação ocorria de forma prévia e notória, como diversos apelos nas redes sociais para participação em um movimento denominado



“Tomada do Poder”, o que indicava claramente seu objetivo e antecipava o que estava prestes a acontecer.

Dessa forma, milhares de indivíduos, respondendo aos chamados realizados por meio das redes sociais, com objetivo de cometerem crimes contra o Estado Democrático de Direito, novamente passam a se estabelecer no acampamento em frente ao QGEx, o qual, segundo informações apuradas durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, estava praticamente desocupado na data de 06 de janeiro de 2023, com menos de 200 pessoas.

É relevante destacar que durante o final de semana dos dias 07 e 08 de janeiro de 2023, centenas de ônibus vindos de diversas regiões do Brasil, chegaram à Brasília para participar da convocação intitulada “Tomada de Poder”. Com a conivência do Exército Brasileiro, os passageiros desses veículos desembarcaram no Setor Militar Urbano de Brasília, trazendo consigo mantimentos, barracas e equipamento diversos.

Após solicitação desta Comissão Parlamentar de Inquérito por meio do Requerimento Administrativo nº 126/2023, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, através dos Ofícios nº 11882/2023 e 15597/2023, forneceu informações sobre os ônibus e passageiros que chegaram ao Distrito Federal no período de 1º a 08 de janeiro de 2023. Com base nesses dados, esta relatoria procedeu com o confronto da lista de passageiros enviadas pela ANTT com a relação das pessoas presas nas datas de 08 e 09 de janeiro de 2023, de forma a identificar 119 contratantes dos veículos.

Foram essas pessoas que chegaram nas caravanas que às 13h do dia 08 de janeiro de 2023, iniciaram marcha do acampamento em frente ao QGEx com destino à Esplanada dos Ministérios e, às 14h30 e 14h43, transpuseram, mediante uso da força, respectivamente, a linha de revista da Polícia Militar na N1, em cima do Buraco do Tatu, e a linha de contenção da Polícia Militar, montada em frente ao Ministério da Justiça.



Essas mesmas pessoas, em ação subsequente, na Praça dos Três Poderes, mais especificamente nos edifícios dos Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, usando de violência e ameaças graves para subjugar as forças de segurança, atuando de maneira coordenada e com objetivo comum, contribuindo mutuamente para as ações criminosas, invadiram os prédios dos Poderes da República tentando subverter o Estado Democrático de Direito, buscando dessa forma impedir ou restringir o exercício dos poderes constitucionais.

Sob as mesmas circunstâncias de tempo, modo e lugar, essas pessoas, mantendo seus objetivos inalterados, também tentaram, mediante emprego de violência e grave ameaça, derrubar o governo legitimamente eleito. Para tanto, também usando de violência e grave ameaça, e fazendo uso de substância inflamável, destruíram o patrimônio público da União, causando considerável prejuízo ao Estado.

Dentro desse contexto de mobilização de um grande número de pessoas para tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de um golpe de Estado, conclui-se que ocorreram crimes multitudinários no dia 08 de janeiro de 2023. Sob essa perspectiva, é possível afirmar a existência de instigadores e autores intelectuais; financiadores, nos quais, no entender da relatoria, se encaixam os contratantes do ônibus que trouxeram as pessoas que foram presas em Brasília, e os executores materiais dos atos antidemocráticos.

No contexto delineado, os financiadores dos atos antidemocráticos, plenamente conscientes do panorama criminal que se desenvolvia, aderiram intencionalmente às ações realizadas pelos executores dos atos materiais. Além disso, também entende a relatoria, face àquilo que restou apurado na presente Comissão Parlamentar de Inquérito, que as ações criminosas perpetradas em 08 de janeiro de 2023 tinham objetivos mais amplos do que apenas causar danos aos prédios públicos.

É importante ressaltar, para fins de tipificação penal, que a multidão violenta de 08 de janeiro de 2023, na oportunidade em que invadiu Palácio do Planalto,



causou estragos significativos. Vidraças, cadeiras, mesas, obras de arte e móveis históricos foram destruídos. O relatório preliminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, descreveu os danos da seguinte forma:

Exterior

- Fachadas
- Vidros quebrados (em todas as fachadas, especialmente no térreo)
- Esquadrias de alumínio danificadas (removidas e/ou amassadas)
- Piso
- Pedras portuguesas retiradas do piso
- Manchas de fogo no piso de pedra portuguesa em diversos pontos
- Danos às luminárias embutidas no piso de pedra portuguesa Rampa de acesso
- Mármore danificado – arranhões que chegam a 60cm de comprimento em diversos pontos
- Peças de mármore quebradas nas laterais do Parlatório
- Buraco no piso de mármore na plataforma de acesso ao parlatório
- Esquadria de acesso arrombada Áreas adjacentes
- Vidro da guarita quebrado
- Cercas fixas do perímetro danificadas
- Cancela de acesso de veículos quebrada

Interior

- Piso
- Marcas de fogo no carpete (3º andar)
- Parede
- Vidros quebrados (em todas as fachadas, especialmente no térreo)
- Painéis de madeira arranhados
- Espelhos quebrados (2º andar)
- Danos aos aparelhos de incêndio localizados nas paredes e portas dos hidrantes removidas
- Paredes e painéis de madeira picados com caneta
- Danos aos painéis de vidro internos
- Arrombamento de portas com danos às folhas e aos batentes
- Arrancamento de placas de identificação de gabinetes, com danos aos respectivos suportes (revestimento de madeira ou reboco das paredes)



- Sujidades em diversas paredes
- Teto
- Danos aos forros, com riscos feitos com pincel marcador
- Câmeras de segurança removidas (danos na rede elétrica a ser avaliado) e equipamentos de detecção de incêndio
- Danos ao forro resultantes de golpes com objetos contundentes
- Furos e marcações no forro de gesso
- Mobiliário
- Cortinas arrancadas em diversos pontos
- Mobiliário de diversos escritórios (marcenaria) revirados e severamente danificados; sofá parcialmente incendiado
- Extravio de medalhas e condecorações situadas em mobiliário expositivo
- Destruição de bancada e divisórias de mármore de banheiro masculino (2º andar)
- Destruição de louças e duchas higiênicas de banheiro masculino (2º andar)
- Gabinete Primeira-Dama (Sala 314)
- Arrombamento da porta, com danos aos batentes
- Danos aos painéis de madeira das paredes
- Arranhões na porta de acesso
- Danos ao mobiliário
- Quebra de calha de instalações no piso

Obras de arte integradas

- Pannel de Burle Marx (2º andar) – sem danos aparentes
- Painéis de Athos Bulcão (4º andar) – sem danos aparentes

Obras de arte móveis

- Peças do acervo danificadas por exposição ao fogo e à água (ex. pintura sobre madeira Bandeira do Brasil, de autoria de Jorge Eduardo), com danos que podem ser irreversíveis
- Perfurações, abrasões, intervenções para descaracterização de pinturas,

Estima-se que o dano causado pelos vândalos na Câmara dos Deputados supere o valor de R\$ 3.000.000,00¹¹², enquanto no Senado Federal esse valor

¹¹² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/933508-relatorio-preliminar-estima-que-prejuizo-com-invasao-a-camara-ja-supera-r-3-milhoes/>



ultrapasse os R\$ 4.000.000,00¹¹³. No Palácio do Planalto os danos ao edifício e as obras de arte são estimados em torno de R\$ 4.300.000,00¹¹⁴. Com relação ao Supremo Tribunal Federal, não foram encontradas informações que indicassem o valor dos prejuízos sofridos.

Além disso, também para fins de tipificação penal, é importante explicar que os edifícios que abrigam as sedes dos Três Poderes, que sofreram danos significativos, são considerados imóveis especialmente protegidos. Isso ocorre porque estão incluídos como parte da escala monumental do projeto do Plano Piloto, conforme estabelecido no artigo 3º da Portaria nº 314/1992 do Iphan¹¹⁵, bem como em relação às suas estruturas arquitetônicas, de acordo com o processo 1550-T-2007 do Iphan.

16 CONSIDERAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS

Superado o relato dos fatos, se mostra imprescindível tecer breves comentários sobre algumas circunstâncias criminais e acerca dos tipos penais em espécie antes da individualização da conduta e consequente indiciamento de cada envolvido.

16.1 Das práticas criminosas e relação de causalidade

A relação de causalidade, conforme prevista no diploma penal, é o elo estabelecido entre a conduta do agente e o resultado por ele produzido. Essa relação é fundamental para a configuração de certos tipos penais, sendo essenciais dois critérios para analisar o resultado: o naturalístico e o normativo.

¹¹³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/09/senado-calcula-em-r-4-milhoes-prejuizo-causado-por-invasores-golpistas>

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/06/vandalismo-no-palacio-do-planalto-causou-prejuizo-de-r-4-3-milhoes.html>

¹¹⁵ http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf



O critério naturalístico refere-se à modificação sensível no mundo exterior, ou seja, a alteração palpável decorrente da ação do agente. Já o critério normativo abrange a mudança gerada no mundo jurídico, seja na forma de um dano efetivo ou potencial, afetando um interesse protegido pela norma penal.

É importante ressaltar que, na doutrina pátria, prevalece a concepção naturalística de resultado. Isso significa que a relação de causalidade ganha relevância principalmente nos crimes materiais, nos quais é essencial a conexão entre a conduta e um resultado concreto, previsto no tipo penal. Nos delitos de atividade, como os formais ou de mera conduta, nos quais a consumação se dá apenas pela prática da ação, o resultado naturalístico tem pouca importância.

Nesse contexto, compreender o conceito de conduta torna-se crucial. Segundo a teoria finalista, adotada pelo Código Penal, a conduta consiste em toda ação ou omissão voluntária e consciente, direcionada a um propósito.

Entre o resultado e a conduta, há o nexos de causalidade, regido pela teoria da equivalência das condições (*conditio sine qua non*). Essa teoria estabelece que qualquer uma das condições que contribuam para a totalidade dos antecedentes é considerada causa do resultado.

Dessa maneira, a relação de causalidade, baseada na teoria da equivalência das condições, desempenha um papel essencial na configuração de diversos tipos penais, estabelecendo a conexão necessária entre a conduta do agente e o resultado produzido. É isso que dispõe o caput do artigo 13 do Código Penal. Vejamos:

Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

No contexto ora apurado, faz-se necessário tecer algumas notas sobre a relevância da omissão penalmente relevante, disciplinada no parágrafo 2º do mesmo artigo, que prega que:



§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

- a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Aqui se tem os crimes omissos impróprios ou comissivos por omissão, os quais se referem à ausência de uma ação por parte de alguém que tenha o dever legal de agir, contribuindo, desse modo, para a ocorrência de um resultado prejudicial. Esses crimes não possuem um tipo penal específico, sendo sua tipicidade derivada por extensão.

Esta determinação do dever de agir tem um papel crucial no Direito Penal, estabelecendo parâmetros para responsabilização de indivíduos que, devido a sua posição, ações prévias ou obrigações legais, têm a responsabilidade de evitar a produção de um resultado prejudicial.

A amplitude dessa atribuição de responsabilidade reflete a complexidade das relações sociais e legais. Não se limita apenas ao cumprimento estrito da lei, mas inclui também deveres derivados de princípios éticos, acordos legais, práticas cotidianas e responsabilidades decorrentes de situações anteriores criadas pelo próprio indivíduo.

Por exemplo, a alínea "a" aborda as responsabilidades de cuidado, proteção e vigilância estabelecidas pela lei. Ela não se restringe apenas às obrigações legais explícitas, mas também incorpora aquelas que emergem de outros instrumentos legais ou morais, ampliando, assim, o escopo das responsabilidades legais. Vale ressaltar que, nesse dispositivo, o legislador não se restringiu apenas à lei em sentido estrito, mas também incluiu outras fontes do ordenamento jurídico que tenha eficácia suficiente para criar um vínculo jurídico.



A alínea `b`, referente ao garante, amplia ainda mais essa perspectiva ao abordar não apenas os deveres impostos pela lei, mas também aqueles provenientes de acordos, práticas contratuais, ou mesmo da vida cotidiana. Isso significa que, mesmo sem uma imposição direta da legislação, alguém pode assumir um compromisso moral ou ético de evitar um resultado danoso, sendo, portanto, sujeito ao dever de agir e passível de responsabilização em caso de omissão.

Além disso, a alínea `c` destaca a responsabilidade de quem, por meio de seu comportamento anterior, cria uma situação de perigo. Isso reforça a ideia de que aquele que, por suas ações prévias, gera um contexto de risco para um bem jurídico protegido, tem o dever de agir para impedir a ocorrência do resultado prejudicial.

Assim, a abrangência e a variedade de situações contempladas pelo dever de agir conforme delineado no artigo 13 do Código Penal refletem a complexidade e a diversidade das relações jurídicas, sociais e éticas, estabelecendo um quadro normativo detalhado para a responsabilização diante de omissões relevantes na prevenção de resultados danosos.

16.2 Do crime de associação criminosa

Conforme dispõe o Código Penal em seu artigo 288:

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

A associação criminosa é um delito destinado a tutelar a paz pública e requer a participação de múltiplos indivíduos para sua caracterização. Envolve a formação de um grupo estável e duradouro, composto por três ou mais pessoas, visando à prática de atividades ilícitas.



Para sua configuração, não é necessária uma estrutura organizacional detalhada, hierarquizada ou com divisão de funções específicas. Ao contrário, essa forma de crime pode existir mesmo sem uma estrutura formal, bastando a convergência de vontades para a prática de condutas delituosas.

Vale mencionar que a associação criminosa difere do simples concurso de pessoas, conforme descrito no artigo 29 do Código Penal. Enquanto o concurso de pessoas refere-se à união de indivíduos para a prática de um crime específico, a associação criminosa é um delito formal, não dependendo necessariamente da efetiva realização das atividades criminosas planejadas.

Assim, a associação criminosa, voltada para a tutela da ordem pública, envolve a participação de múltiplos indivíduos, estabilidade e permanência no vínculo entre eles, não necessariamente exigindo uma estrutura organizada detalhada, mas sim a intenção comum de praticar condutas ilícitas.

16.3 Do crime de dano

Estabelece o artigo 163 do Código Penal:

Artigo 163. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

Pena – detenção de um a seis meses, ou multa

O crime de dano, conforme estabelecido pelo caput do artigo 163 do Código Penal, tem como objetivo proteger o patrimônio de pessoas físicas e jurídicas. Esse tipo penal é considerado um tipo misto alternativo, ou seja, possui um conteúdo variado ou de ação múltipla, onde se configura quando praticados quaisquer um dos três núcleos do tipo.

Os núcleos do tipo penal de dano são: destruir, que consiste na ação de eliminar fisicamente o objeto material; inutilizar, que se refere a tornar a coisa



incapaz de cumprir sua finalidade ou função para a qual foi destinada; e deteriorar, que implica em danificar de tal forma um bem que reduza seu valor ou utilidade.

Assim, a prática de qualquer um desses atos - destruir, inutilizar ou deteriorar -, em relação ao patrimônio alheio configura o crime de dano, cuja finalidade é proteger os bens materiais de pessoas físicas e jurídicas contra ações que causem prejuízos, seja pela destruição, inutilização ou deterioração dos mesmos.

Além da figura típica do crime de dano descrita no caput do artigo 163 do Código Penal, o legislador optou por incluir também o dano qualificado, com uma reprimenda diferenciada, no parágrafo único desse mesmo artigo. Vejamos:

Parágrafo único - Se o crime é cometido:

I - com violência à pessoa ou grave ameaça;

II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave;

III - contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos;

IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Cada um dos incisos do parágrafo único do artigo 163 do Código Penal traz uma especificação do crime de dano qualificado, considerando diferentes aspectos que agravam a conduta criminosa. Vamos analisar cada um deles:

- Inciso I - Violência ou grave ameaça à pessoa: Esse inciso trata da elevação da pena quando o dano é cometido de forma a ameaçar a integridade física ou a liberdade pessoal de um indivíduo, além de causar prejuízos ao patrimônio. Aqui, a ação não apenas atinge o patrimônio, mas também representa um perigo iminente à pessoa, seja por meio de ameaças ou violência;



- Inciso II - Emprego de substância inflamável ou explosiva: Essa qualificadora se refere ao aumento da periculosidade do crime quando praticado com o uso de substâncias que podem causar danos significativos, como explosivos ou materiais inflamáveis. A conduta ganha gravidade devido ao maior risco que tais substâncias representam, desde que esse ato não constitua um delito mais grave.
- Inciso III - Interesse na preservação da coisa pública: Esse inciso justifica o agravamento da pena em casos em que o dano é direcionado ao patrimônio público ou de entidades do Poder Público. Reconhece-se o alto interesse da sociedade na proteção desses bens coletivos, ressaltando a importância de sua preservação.
- Inciso IV - Exacerbado individualismo e motivo torpe: Esta previsão é fundamentada na ausência de solidariedade do agente com o próximo e no especial motivo torpe que o impulsiona a cometer o crime. O indivíduo age de forma egoísta e sem consideração pelos demais, movido por motivos vis e repudiáveis.

16.4 Da incitação ao crime

Prevê o Código Penal em seu artigo 286 que:

Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

O crime de incitação ao crime, estabelecido para tutelar a paz pública, visa proteger o sentimento de tranquilidade e segurança proporcionado pela ordem jurídica à sociedade. No contexto desse delito, a conduta descrita no caput se



baseia no verbo “incitar”, que significa estimular ou incentivar publicamente a prática de um crime específico, que deve estar determinado.

É essencial considerar a elementar “publicamente”, o que implica que, para configurar o delito, a incitação ao crime deve atingir um número indeterminado de pessoas. Nesse sentido, não é necessário que o crime incitado seja efetivamente cometido por outra pessoa. O crime de incitação é considerado formal, consumando-se no momento em que o agente promove a incitação à prática do crime (crime de perigo comum). Além disso, coloca em risco a paz pública devido à possibilidade de outras pessoas cometerem crimes (crime de perigo abstrato).

Dessa forma, a incitação ao crime é punida independentemente do resultado efetivo da prática criminosa incitada, pois o foco reside na conduta de incitar e no perigo potencial à ordem pública, mesmo que o crime incitado não seja concretizado.

É importante observar o disposto no parágrafo único do tipo, o qual estabelece que incorre nas mesmas penas quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

Vale dizer que incitar a animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais vai além da mera liberdade de expressão, podendo ser interpretado como ato que visa desestabilizar as relações entre instituições fundamentais para a ordem democrática do país, e se adequar ao tipo penal em comento.

16.5 Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito

Acerca dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, vale salientar que esses foram inseridos no ordenamento jurídico pela Lei 14.197/2021, a qual revogou a Lei de Segurança Nacional (nº 7.170/1983), e criou os artigos 359-L a 359-M e um novo título relativo na parte especial do Código Penal, bem como alterou os artigos



141 e 286 do diploma citado e de dispositivos da Lei de Contravenções Penais (Decreto lei nº. 3688/1941).

De forma comum nos dispositivos, verifica-se que esses dependem da análise de dois elementos objetivos do tipo, qual sejam a violência e a grave ameaça.

O artigo 359-L do Código Penal tem por objetivo tutelar a segurança da ordem constitucional e do Estado Democrático de Direito. Vejamos:

Art. 359-L. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Tal delito, relativamente parecido ao que previa os artigos 17 e 18 da antiga Lei de Segurança Nacional, é crime comum e não possui qualquer causa de aumento ou forma qualificada.

Por ser considerado crime de atentado ou de empreendimento, uma vez que as formas tentada ou consumada são punidas de forma idêntica, não admitem tentativa. O próprio núcleo do tipo é “tentar”, consumando-se o crime ainda que a conduta não consiga a abolição do Estado Democrático de Direito.

Para a devida adequação típica, além da existência de violência à pessoa ou grave ameaça, a conduta deverá ter o potencial de produzir o resultado pretendido, ou seja, deve ser minimamente capaz de abolir o Estado democrático de Direito mediante o impedimento ou a restrição do exercício dos poderes constitucionais.

Em conduta mais grave, prevista no artigo 359-M do Código Penal, está o Golpe de Estado. Vejamos:

Art. 359-M. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído:



Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

O tipo penal não guarda qualquer semelhança com quaisquer delitos previstos na revogada Lei de Segurança Nacional.

Na conduta descrita, o infrator não tem por objetivo apenas impedir ou restringir o exercício dos poderes constitucionais, mas, com o emprego de violência contra a pessoa ou grave ameaça, pretende aniquilar o governo previamente destituído.

Assim como na Abolição violenta do Estado Democrático de Direito, o Golpe de Estado, para sua caracterização, exige apenas a mera tentativa de buscar tal desiderato, ainda que esse não aconteça.

16.6 Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural

O meio ambiente saudável é um direito coletivo, de titularidade difusa e qualificado como direito fundamental de terceira geração.

O meio ambiente, além do meio ambiente natural, compreende o meio ambiente artificial, o meio ambiente cultural e o meio ambiente do trabalho.

No contexto ora analisado, restringiu-se a tecer comentários sobre crime que tutela apenas o meio ambiente cultural, sendo esse relacionado ao patrimônio cultural, o qual é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, seja de forma individual ou em conjunto, que são dotados de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos que formam a sociedade brasileira.

Segundo expõe o artigo 62 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998):

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;



II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Para a devida adequação típico-normativa, se exige ato normativo ou decisão ou decisão judicial que confira proteção ao bem.

16.7 Do crime de terrorismo

Neste ponto, é relevante fazer algumas observações em relação ao crime de terrorismo, que está previsto na Lei nº 13.260/2016.

Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

§ 1º São atos de terrorismo:

I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

II – (VETADO);

III - (VETADO);

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

V - atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa:



Pena - reclusão, de doze a trinta anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei.

Art. 3º Promover, constituir, integrar ou prestar auxílio, pessoalmente ou por interposta pessoa, a organização terrorista:

Pena - reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal delito:

Pena - a correspondente ao delito consumado, diminuída de um quarto até a metade.

§ 1º Incorre nas mesmas penas o agente que, com o propósito de praticar atos de terrorismo:

I - recrutar, organizar, transportar ou municiar indivíduos que viagem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade; ou

II - fornecer ou receber treinamento em país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade.

§ 2º Nas hipóteses do § 1º, quando a conduta não envolver treinamento ou viagem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade, a pena será a correspondente ao delito consumado, diminuída de metade a dois terços.

Art. 6º Receber, prover, oferecer, obter, guardar, manter em depósito, solicitar, investir, de qualquer modo, direta ou indiretamente, recursos, ativos, bens, direitos, valores ou serviços de qualquer natureza, para o planejamento, a preparação ou a execução dos crimes previstos nesta Lei:

Pena - reclusão, de quinze a trinta anos.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem oferecer ou receber, obtiver, guardar, mantiver em depósito, solicitar, investir ou de qualquer modo contribuir para a obtenção de ativo, bem ou recurso financeiro, com a



finalidade de financiar, total ou parcialmente, pessoa, grupo de pessoas, associação, entidade, organização criminosa que tenha como atividade principal ou secundária, mesmo em caráter eventual, a prática dos crimes previstos nesta Lei.

Do texto legal, observa-se que a prática do crime de terrorismo exige motivações de xenofobia, discriminação ou preconceito relacionados a raça, cor, etnia e religião. Não se verifica, como parte essencial do tipo penal, condutas motivadas por razões políticas.

Por conta disso, é crucial enfatizar que, conforme definição legal, o crime de terrorismo não engloba a realização de atos motivados por razões políticas, independente da gravidade dessas ações. Adicionalmente, parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 13.260/2016, exclui explicitamente as ações individuais ou coletivas realizadas durante manifestações políticas da caracterização como atos de terrorismo.

Essa consideração não diminuiu a seriedade dos eventos ocorridos em 08 de janeiro de 2023. No entanto, é essencial salvaguardar o direito consagrado no artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal, que estipula que não pode haver crime sem uma lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Este direito individual é assegurado a todos os cidadãos e não pode ser desrespeitado pelo Estado.

Assim, no Brasil, não existe possibilidade jurídica de imputação do crime de terrorismo com base em razões políticas. Nesse contexto, há um juízo negativo de tipicidade, uma vez que falta um elemento essencial ao tipo penal, tornando-se deficiente em completa submissão à estrutura legal. Em outras palavras, para um fato ser considerado típico, é necessário que a conduta praticada pelo agente se enquadre no modelo descrito na lei penal, ou seja, ela deve subsumir-se à moldura delineada pela legislação.



17 DOS INDICIAMENTOS

O indiciamento é o momento jurídico extrajudicial no qual uma autoridade, legitimamente constituída à frente de uma investigação, formalmente afirma a prática de uma infração penal por parte de alguém. Nesse sentido, o ato de indiciar traduz as convicções daquele que investiga, no sentido de afirmar existir informações suficientes para considerar uma pessoa responsável por um crime, assim como, também, sinalizar o término de uma investigação.

De maneira geral, para que ocorra um correto indiciamento, necessário se faz a descrição da conduta e do arcabouço probatório mínimo dessa conclusão, de maneira a oportunizar que um investigado consiga se defender dos fatos e não dos delitos a ele imputados.

Nesse sentido, cabe tecer alguns comentários sobre os elementos que devem ser considerados para tal desiderato:

- Evidências: é necessário existir no bojo da investigação, seja por meio de testemunhas, documentos, quebras de sigilo, perícias, objetos e outros, elementos de informação aptos que vinculem a pessoa ao crime;
- Confiabilidade das evidências: aquilo que consta de uma apuração deve ser considerado legítimo e admissível num tribunal. Isso pode envolver a verificação de autenticidade de documentos, credibilidade de testemunhas e legalidade na obtenção de provas;
- Observância dos procedimentos legais: necessidade de garantia dos direitos do acusado, como permanecer em silêncio, ser assistido por um advogado e ter acesso aos autos; e
- Compartimentação: pressupõe-se que o indiciamento seja feito com base naquilo que foi produzido no curso de uma investigação. O indiciamento realizado levando-se em consideração informações alheias ou não



materializadas no processo investigatório, não podem ser usadas, sob pena de comprometer o direito de defesa daquele que é investigado.

17.1 Da Polícia Militar do Distrito Federal

Conforme visto, a Polícia Militar do Distrito Federal possui normativos próprios que estabelecem de maneira muito clara as regras quanto ao planejamento de operações relacionadas às manifestações em Brasília.

De acordo com o Decreto Federal nº 10.443/2020 e o Regimento Interno Geral da PMDF, o planejamento das “grandes operações” é de responsabilidade do Departamento de Operações, por meio da Subchefia de Operações. Essa atribuição está prevista tanto no artigo 41 do mencionado decreto quanto no artigo 77 da Portaria nº 1.152/2021.

Por outro lado, o Plano de Operação nº 02/2020, documento que define a metodologia de planejamento das operações da Polícia Militar do Distrito Federal, registra que, com exceção das “grandes operações”, caberá aos Comandos de Policiamento Regional o planejamento do emprego e distribuição do efetivo no terreno.

O Plano de Operação nº 02/2020, também informa, na parte das atribuições do Departamento de Operações, considerando sua competência em coordenar e controlar o efetivo subordinado para uso operacional, determinar aos demais Comandos de Policiamento o emprego do efetivo necessário e suficiente.

É importante salientar que, no momento da elaboração do Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023 – PAI nº 02/2023, em 06 de janeiro de 2023, as manifestações do dia 08 de janeiro de 2023 **não** foram categorizadas como de alto risco ou de considerável presença de público. Isso é corroborado pelas informações contidas na “Memória de Reunião de Trabalho”, o qual indica uma baixa adesão às manifestações no final de semana, assim como pelos diversos depoimentos prestados perante a CPI.



Conforme relatado, no dia 5 de janeiro de 2023, um dia antes da reunião do PAI nº 02/2023, o Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, então Comandante do 1º CPR, envia o Ofício nº 11/2023 – PMDF/1º CPR/SPOI ao Departamento de Operações da PMDF. Nesse documento, cujo assunto era “Pedido de Apoio”, o Coronel Casimiro solicita apoio operacional para o CPTRAN e BPCHOQUE atuarem, mediante acionamento, em 6 de janeiro de 2023, e também solicita o suporte do BPCHOQUE nos dias 6, 7 e 8 de janeiro de 2023, devido a possíveis manifestações e bloqueios de vias.

Para além disso, mencionado ofício pede o apoio do policiamento ordinário do DOP para os dias 7 e 8 de janeiro de 2023. Consta ainda desse documento que os planejamentos poderiam ser ajustados caso novas informações surgissem até 6 de janeiro de 2023, delimitando, portanto, a responsabilidade pelos planejamentos para os eventos em 8 de janeiro de 2023.

Como resposta, o DOP emiti a Circular nº 08/2023, instruindo os Comandantes do CPTRAN e CPME, conforme o ofício de referência, a tomarem as medidas necessárias para prestarem apoio policial na área central de Brasília, devido a possíveis manifestações e bloqueios de vias.

Ainda em 5 de janeiro de 2023, por volta das 20h30 ou 21h, a Coronel Cíntia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas, instruiu o Tenente Coronel Rosivan, Coordenador do CEATE/SOPI, a convocar os pontos focais das IOAs para participarem de uma reunião no dia seguinte, às 10h, na sala de Gestão Estratégica da SSP/DF, cujo objetivo era discutir estratégias para possíveis manifestações nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023.

Nesse encontro, o qual resultou na confecção do Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023, participaram, representando a Polícia Militar do Distrito Federal, o Coronel Casimiro, Comandante do 1º CPR, e o Major Leonardo, Chefe da Seção de Planejamento do DOP.

Buscando avançar no esclarecimento dos fatos, o Deputado Chico Vigilante, por meio do Requerimento Administrativo nº 191/2023, solicitou à Subsecretaria de



Operações Integradas informações sobre o grupo de WhatsApp “Perímetro de Segurança” e as gravações da reunião preparatória do PAI nº 02/2023. Essa medida revelou que a “Memória de Reunião de Trabalho”, documento que resumia as tratativas das IOAs, não refletia com precisão o que foi discutido na reunião de 6 de janeiro de 2023.

Com base nos áudios dessa reunião, foi possível compreender que o Coronel Casimiro baseou suas decisões na convicção, reforçada pelas informações de inteligência que recebia, de que as manifestações planejadas para o fim de semana não iriam prosperar. Ele entendia os áudios de vandalismo nas redes sociais como uma tentativa de causar temor e agitação, mais do que realmente uma ameaça real. Como responsável pela área e pelo planejamento operacional, optou por uma estratégia que envolvia um efetivo menor da Polícia Militar na Esplanada dos Ministérios, considerando que o contrário disso seria um esforço desnecessário para a tropa e um desperdício de recursos públicos.

Definiu também que o policiamento ostensivo na área central de Brasília, próximo à Esplanada dos Ministérios, do Departamento de Operações, do 1º CPR e das unidades especializadas, já escalado ordinariamente, seria suficiente para lidar com qualquer manifestação, caso houvesse um rápido acionamento. Também foi estabelecido que o CPTRAN bloquearia o fluxo de ônibus e caminhões na esplanada.

Constata-se ainda, com base nos áudios da mencionada reunião, que o Coronel Casimiro estabeleceu perante todos os presentes que a chegada de ônibus em Brasília seria o indicativo a ser observado para o caso de adoção de providências.

Confirmando as impressões do Coronel Casimiro quantos aos áudios de vandalismo relacionados às manifestações do final de semana, externado por ele na reunião preparatória do PAI nº 02/2023, foi destacado no corpo do relatório um “print” de conversa estabelecido, via WhatsApp, entre o mencionado militar e o Coronel Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra, então Subchefe do DOP, no qual o Coronel Casimiro registra, quanto aos áudios de vandalismo, serem os mesmos muito barulho para pouca ação.



Com base nas responsabilidades indicadas no PAI nº 02/2023, a Polícia Militar do Distrito Federal tomou medidas conforme detalhado a seguir, considerando, para tanto, as informações discutidas em reunião no dia 06 de janeiro, baixa participação ao movimento, assim como o entendimento do Coronel Casimiro, responsável pelo planejamento das operações, quanto à estratégia operacional a ser adotada para o caso de manifestações.

Assim, o Departamento de Operações, encarregado de coordenar e supervisionar o pessoal sob sua responsabilidade para fins operacionais, embora não incumbido diretamente do planejamento para os eventos do final de semana, emitiu, às 17h50 do dia 06 de janeiro, a Circular nº 13/2023, assinada pelo Coronel Paulo José. Essa circular foi direcionada aos Comandantes do 1º CPR, 2º CPR, CPME e CPTRAN, solicitando a tomada das medidas pertinentes às atribuições da PMDF descritas no PAI nº 02/2023.

O DOP, ao emitir esse documento, basicamente formalizou as solicitações do Coronel Casimiro, Comandante do 1º CPR, para os eventos do final de semana. Essas demandas já haviam sido abordadas na Circular nº 08/2023, mencionada anteriormente, na qual o departamento instruiu os Comandantes do CPTRAN e CPME a tomarem medidas para fornecer o suporte policial necessário na área central de Brasília, devido à possibilidade de manifestações e bloqueios de vias. Além disso, conforme indicado nas falas transcritas do Coronel Casimiro no relatório, o CPTRAN já estava ciente da estratégia operacional.

Por sua vez, o DOP também confeccionou a Ordem de Serviço nº 2023.10060.0000002, a qual intensificava o policiamento ostensivo nas imediações do Hotel Meliá; retomou a Operação Centúria, Ordem de Serviço nº 2023.10060.0000003, a qual intensificava o policiamento ostensivo geral nos dias 07 e 08 de janeiro de 2023 na área central de Brasília e adjacências sul e norte, em condições de serem empregados em manifestação na área da esplanada; assim como solicitou 200 alunos do curso de formação de praça.



Já o 6º Batalhão de Polícia Militar, Batalhão Esplanada, emitiu a Ordem de Serviço nº 2023.00675.0000005, também intensificando o policiamento em razão de prováveis manifestações na área central de Brasília.

Com base nessas ordens de serviço que solicitam o aumento do policiamento na área central de Brasília, fica evidente que os efetivos designados para o final de semana de 08/01/2023 seguem a estratégia operacional definida pelo Coronel Casimiro durante a reunião de 06/01/2023.

A Circular nº 13/2023, enviada aos Comandantes do 1º CPR, 2º CPR, CPME e CPTRAN, reforça o raciocínio acima estabelecido, porquanto, o Major Flávio Silvestre de Alencar, designado verbalmente pelo Coronel Casimiro para distribuir o efetivo na Esplanada dos Ministérios no dia 08/01/2023, relatou na CPI que recebeu um contingente que corresponde ao mencionado na circular.

A responsabilidade pelo planejamento dos eventos de 08 janeiro de 2023, recaía sobre o Coronel Casimiro, Comandante da 1ª Companhia de Policiamento Regional. A ausência de um documento formalizado pela PMDF para esses eventos, decorre exatamente por conta da estratégia operacional do Coronel Casimiro, que confiava no policiamento ordinário já escalado por meio das ordens de serviço, e um pequeno grupo de policiais na Esplanada dos Ministérios.

No entanto, o Coronel Casimiro ignorou a chegada de diversas caravanas ao Distrito Federal entre os dias 07 e 08/01/2023, mesmo enfatizando sua importância na reunião de 06 de janeiro 2023, para ajustar os planejamentos. A chegada de inúmeros ônibus alterou drasticamente a situação, transformando o evento de pouco engajamento numa grande manifestação.

Viu-se que o Coronel Casimiro, participante do grupo “Perímetro de Segurança”, recebia em tempo real informações quanto a chegada das caravanas em Brasília, e que, para além disso, integrante de outros grupos de WhatsApp da Polícia Militar, tinha informações quanto aos ânimos dos participantes, inclusive no que diz respeito a possíveis atos hostis.



Apesar dessa mudança, o Coronel Casimiro permaneceu firme em sua estratégia operacional, não buscando recursos adicionais junto ao Departamento de Operações conforme previsto no Plano de Operação nº 02/2020 – DOP/PMDF, para ajustar as ações operacionais da PMDF à nova realidade apresentada.

A confirmação do que foi mencionado deriva de um registro em forma de "print" de um diálogo entre o Coronel Casimiro e o Coronel Paulo José, estabelecido em 05 de janeiro de 2023, o qual foi consignado em relatório, onde o Coronel Paulo José, no que se refere aos atos do dia 08 de janeiro de 2023, sugere ao Coronel Casimiro a implementação de certas medidas, o qual, discordando das ponderações, pede ao Coronel Paulo José confiar nele.

O pedido de confiança do Coronel Casimiro, na visão desta relatoria, somente confirma a responsabilidade do militar, Comandante do 1º CPR, quanto as operações do dia 08 de janeiro de 2023. Ao solicitar confiança, o Coronel Casimiro, possivelmente reconhecendo a complexidade e a sensibilidade da situação, reforça sua posição na execução de tarefas e também na tomada de decisões estratégicas.

Nesse contexto, levando-se em consideração a obrigação legal de agir e tendo os recursos disponíveis para fazê-lo, seria pertinente que o Coronel Casimiro, diante das informações à sua disposição e dos parâmetros de ajuste dos planejamentos operacionais que ele mesmo estabeleceu durante a reunião preparatória do Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023, e, em conformidade com os regulamentos da Polícia Militar, tomasse medidas proativas para realinhar as estratégias operacionais da PMDF. Com esse proceder, o Coronel Casimiro minimizaria, ou até mesmo evitaria, os resultados lesivos observados em 8 de janeiro de 2023.

Por conseguinte, considerando os elementos de informação produzidos durante o desenrolar das investigações promovidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, os quais foram detalhadamente documentados ao longo do relatório, entende a relatoria existirem elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento de **Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues** nos



termos dos artigos 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo a vítima), todos do Código Penal Brasileiro, e artigo 62, inciso I, da Lei nº 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), combinados com o artigo 13, §2º, alíneas a, b e c, também do Código Penal Brasileiro, porquanto, ao menos em tese, violou os deveres a ele impostos.

17.2 Da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF

No dia 6 de janeiro de 2023, às 10h da manhã, na sala de Gestão Estratégica da SSP/DF, a Subsecretaria de Operações Integradas promoveu reunião com representantes das Instituições, Órgãos e Agências, no intuito de discutir as ações integradas a serem desencadeadas diante de possíveis manifestações nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023.

Depreende-se da “Memória de Reunião de Trabalho”, documento que registra o extrato das tratativas realizadas pelos representantes de cada Instituição, Órgão e Agência parceira, a reunião do dia 06 de janeiro de 2023, que eventual manifestação no final de semana teria baixa adesão. Com essa compreensão dos fatos foi produzido o Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023.

Ainda no dia 06 de janeiro, por volta das 17h40, o Coronel Jorge Henrique da Silva Pinto comparece à Subsecretaria de Operações Integradas para entregar o Relatório de Inteligência nº 06, o qual apresentava indícios de que a manifestação era, de fato, iminente, assim como informações relacionadas sobre a possibilidade de invasão de prédios públicos na Praça dos Três Poderes, a participação de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs), e convocação de caravanas. Ao que consta, o Tenente Coronel Rosivan recebeu o documento e o deixou sobre a mesa da titular da SOPI, Coronel Cíntia Queiroz de Castro, que foi informada da sua entrega.



Na tarde do dia 7 de janeiro de 2023, nas dependências da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, aconteceu reunião com a Polícia Federal para debater aspectos relacionados às manifestações planejadas para o dia 8. Na ocasião foi destacado pela Polícia Federal a preocupação em relação ao deslocamento de pessoas para Brasília, devido às manifestações planejadas para o dia seguinte, as quais tinham como objetivo ocupar a Esplanada dos Ministérios em protesto contra o resultado da eleição presidencial. Tanto o Secretário Executivo Fernando de Souza Oliveira quanto a Subsecretária de Operações Integradas, Coronel Cíntia, da Secretaria de Segurança Pública do DF, demonstraram conhecimento da situação e asseguraram terem realizado o planejamento adequado para garantir a segurança do evento planejado.

Nesse encontro, o Diretor-Geral da Polícia Federal ressaltou o significativo nível de ameaça à segurança na Esplanada dos Ministérios, enfatizando que a movimentação em direção à ocupação do local seria considerada criminosa por representar uma ameaça ao Estado Democrático de Direito. No entanto, ao que consta, os representantes da SSP/DF discordaram dessa perspectiva, afirmando considerar o evento como pacífico.

Tendo isso em consideração, torna-se evidente que tanto o Ex-secretário Executivo, Fernando de Souza Oliveira, quanto a atual Subsecretária de Operações Integradas, Cíntia Queiroz de Castro, tiveram a sua disposição informações advindas do Relatório de Inteligência nº 06/2023 e da reunião com representantes da Polícia Federal, que poderiam e deveriam ter sido compartilhadas com as Instituições, Órgãos e Agências envolvidas nos planejamentos para os eventos do dia 08 de janeiro de 2023.

Conforme relatado, o Relatório de Inteligência nº 06/2023 da Subsecretaria de Inteligência da SSP, o qual trazia informações relevantes sobre as intenções hostis dos manifestantes, possíveis invasões de prédios públicos e outras ameaças em potencial, foi disponibilizado à Coronel Cíntia. No entanto, mesmo ciente da



existência do documento, a Subsecretária informou perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito não ter lido o mesmo.

Ela justificou, dando a entender que o Relatório de Inteligência nº 06/2023 teria pouca relevância para suas decisões, que mesmo não tendo lido o documento, teria elaborado o Protocolo de Ações Integradas nº 02/2023 no nível máximo de alerta, por conta de dois motivos: a quantidade de caravanas que tinha tomado conhecimento que estava para chegar em Brasília, e as informações fornecidas pelo Coronel Casimiro em reunião, o qual mencionou ter recebido áudios que sugeriam possíveis atos de vandalismo.

No entanto, é essencial lembrar que o Coronel Casimiro interpretou esses áudios como tentativas de espalhar o medo e causar pânico, em vez de serem fontes confiáveis de informação. Quanto à quantidade de caravanas previstas para chegar em Brasília, a informação fornecida pela Coronel Cíntia parece estar em desacordo com o que foi consignado na "Memória de Reunião de Trabalho". Segundo anotado, a própria Coronel Cíntia teria mencionado, durante a reunião em 6 de janeiro de 2023, estar em contato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a qual teria informado sobre a inexistência de registros de ônibus com destino a Brasília. Essa aparente contradição suscita dúvidas sobre a consistência das declarações prestadas pela Subsecretária perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como parte das suas responsabilidades na Subsecretaria de Operações Integradas, era esperado que a Coronel Cíntia adotasse medidas para compartilhar essas informações com as Instituições, Órgãos e Agências parceiras envolvidas nos eventos planejados para o dia 08 de janeiro de 2023. Isso possibilitaria que as IOAs, baseando-se em sua experiência e discernimento, tivessem a oportunidade de fazer eventuais ajustes nos seus planejamentos internos, considerando as informações atualizadas sobre a periculosidade das manifestações.

Era fundamental adotar essa medida, considerando que as IOAs participantes da reunião do dia 06/01/2023, saíram desse encontro com a ideia de que possíveis manifestações durante o final de semana teriam uma baixa adesão. A



Subsecretária de Operações Integradas desconsiderou que um protocolo de ação integrada vai além da elaboração de uma matriz de responsabilidades. Envolve também a discussão de aspectos relacionados ao movimento, informações de inteligência e outras questões relevantes, que ajudam no detalhamento do planejamento a ser feito pelas IOAs, como por exemplo mensuração de recursos humanos.

Ao proceder dessa forma, deixou a Coronel Cíntia de atuar dentro do eixo operacional de integração que norteia suas atribuições, não reconhecendo a importância de uma abordagem mais holística na elaboração do protocolo de ações integradas.

Se tivessem obtido acesso ao Relatório de Inteligência nº 06/2023, assim como às informações discutidas na reunião do dia 07/01/2023 com a Polícia Federal, as Polícias da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto e até mesmo a Polícia Militar do Distrito Federal poderiam, teoricamente, ter ajustado seus planejamentos para os eventos do dia 08/01/2023. Isso teria permitido a redução ou até mesmo prevenção das invasões aos prédios públicos, considerando a importância e relevância desses novos dados.

Pelas mesmas razões mencionadas, conclui-se também que era responsabilidade do Ex-secretário Executivo, Fernando de Sousa Oliveira, tomar medidas que permitissem uma melhor contextualização das forças de segurança do Distrito Federal em relação à manifestação em 08 de janeiro de 2023. O Ex-secretário participou da reunião do dia 06 de janeiro, teve a sua disposição o Relatório de Inteligência nº 06/2023, e também esteve presente na reunião de 07 de janeiro com representantes da Polícia Federal. Portanto, ele possuía acesso a informações relevantes e deveria ter desempenhado um papel mais ativo na comunicação e compartilhamento dessas informações, a fim de assegurar que as forças de segurança estivessem completamente informadas e preparadas para a manifestação do final de semana.



Portanto, o Ex-secretário Executivo possuía informações consistentes sobre o risco e o nível de ameaça representados pelos movimentos planejados. Nesse sentido, deveria ter convocado os chefes das forças de segurança para uma reunião e discussão do movimento. Em seguida, se necessário, instituir um gabinete de crise, com a presença física de uma célula integrada de inteligência. Isso teria permitido a definição de um novo alinhamento operacional para os eventos agendados para 08 de janeiro de 2023, garantindo que as forças de segurança estivessem plenamente preparadas para lidar com as ameaças identificadas.

O Ex-secretário Executivo, devido ao afastamento de Anderson Gustavo Torres, estava, de fato, ocupando a posição de chefia na Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Tanto é que a Subsecretária de Inteligência, Delegada Marília Ferreira de Alencar, e a Subsecretária de Operações Integradas, Coronel Cíntia Queiroz de Castro, consoante depoimentos prestados nesta CPI, reportavam diretamente a ele as informações relacionadas às manifestações planejadas para o dia 08 de janeiro de 2023. Esta situação conferiu a Fernando um papel crucial na gestão e na tomada de decisões estratégicas a frente da pasta no contexto das manifestações do dia 08.

Na condição de Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, Fernando, após os lamentáveis atos de vandalismo ocorridos na Praça dos Três Poderes, emitiu a Circular nº 20/2023 – SSP/GAB, convocando o Gabinete de Crise para lidar com a situação caótica que havia se estabelecido na ordem pública do Distrito Federal. Essa iniciativa, do ponto de vista da relatoria, destaca a autoridade e responsabilidade do Ex-secretário Executivo à frente da pasta.

A conduta do Ex-secretário Executivo, da mesma forma que a da Coronel Cíntia, gera sérias preocupações ao ignorar completamente informações relevantes contidas no Relatório de Inteligência nº 06/2023. Esse documento, como já abordado repetidas vezes no relatório, continha dados alarmantes sobre a possível invasão do Congresso Nacional, planos para atos violentos e instruções para a participação de indivíduos fisicamente preparados e adultos. Adicionalmente, durante



a reunião datada de 07/01/2023, a Polícia Federal alertou sobre ações hostis direcionadas aos prédios dos Poderes da República, destacando ainda a intenção de confronto com as forças de segurança.

Para além disso, as frações de inteligência provenientes de grupos de WhatsApp como “Difusão” e “Perímetro de Segurança” também forneceram, em determinados momentos, informações sobre o clima exaltado e a disposição de confronto com as forças policiais por parte dos indivíduos que chegavam nas caravanas durante o fim de semana de 08/01/2023.

A falta de consideração da Coronel Cíntia e do Delegado Fernando para com às informações que lhes foram disponibilizadas é um ponto incompreensível do ponto de vista da relatoria. A conduta da Subsecretária de Operações Integradas e do Ex-secretário Executivo revelam-se como peças determinantes para os eventos do dia 08 de janeiro de 2023, porquanto escancaram a subestimação da ameaça iminente representada pelas manifestações planejadas.

A ausência de uma avaliação mais criteriosa e de uma abordagem proativa por parte dessas duas pessoas, gerou significativas lacunas nas estratégias de segurança das Instituições, Órgãos e Agências envolvidas nos atos do dia 08, afetando diretamente a capacidade das forças de agirem de maneira adequada.

A relevância das informações que lhes foram apresentadas, somada às posições ocupadas pela Coronel Cíntia e o Delegado Fernando no cumprimento dos seus deveres legais de gestão, integração e coordenação das forças de segurança frente a Secretaria de Segurança Pública que, de modo mais abrangente, mas dentro da lógica consignada, envolve a vigilância global sobre potenciais riscos a ordem pública do Distrito Federal, torna ainda mais a situação de descaso em relação à natureza iminente e potencialmente grave dos eventos planejados.

O desalinhamento entre a avaliação de risco dos integrantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública e a elaboração de um protocolo de ações integradas, que somente considerou a confecção de uma matriz de responsabilidades, resultou



na falha crítica na capacidade de resposta das IOAS, comprometendo a segurança pública e os poderes constitucionais.

Por conseguinte, considerando os elementos de informação produzidos durante o desenrolar das investigações promovidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, os quais foram detalhadamente documentados ao longo do relatório, entende a relatoria existirem elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento de **Cíntia Queiroz de Castro** e **Fernando de Souza Oliveira** nos termos dos artigos 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo a vítima), todos do Código Penal Brasileiro, e artigo 62, inciso I, da Lei nº 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), combinados com o artigo 13, §2º, alíneas a, b e c, também do Código Penal Brasileiro porquanto, ao menos em tese, violaram os deveres a eles impostos.

17.3 Do Gabinete de Segurança Institucional

Com base nos dados coletados ao longo das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ficou comprovado que apenas o General Gonçalves Dias, Ex-ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, teve acesso às informações de inteligência necessárias para ajustar os planos de segurança do GSI. Os alertas de inteligência por ele recebido, provenientes da principal agência de inteligência nacional, se devidamente compartilhadas com os órgãos atuadores, favoreceriam a modificação do "Plano Escudo".

Da mesma forma que se aplica a qualquer ocupante de cargo ou função pública, todas as ações ou omissões do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, são orientadas pelos princípios da legalidade e da eficiência, sujeitas à avaliação, especialmente diante de eventuais falhas. Como líder do órgão em



comento, é inegável que a responsabilidade pela não observância das diretrizes de um plano de segurança recai diretamente sobre o General Gonçalves Dias.

Dada a natureza de grande responsabilidade do cargo de Ministro Chefe do GSI, é de se notar que uma falha significativa possa comprometer de maneira substancial o funcionamento de toda estrutura organizacional da instituição, implicando em riscos, inerentes a sua função, a integridade do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, a estabilidade institucional, a segurança cibernética, ao palácio presidencial e, em última instância, ao Estado e a soberania nacional.

É de se dizer também que, para além da atuação do Gabinete de Segurança Institucional na proteção das instalações físicas do Palácio do Planalto, há clara disposição legal, Lei nº 14.600/2023, que determina a competência do órgão de analisar e acompanhar questões com potencial de risco, prevenir a ocorrência de crises e articular seu gerenciamento, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional.

Tal conjuntura se mostrava latente com a presença de manifestantes que respondiam a um chamamento de “Tomada do Poder”, o que exigia, no mínimo, sob pena de negligência, uma conduta proativa no Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional na tomada de decisões com base nos alertas de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, os quais, conforme mostrado anteriormente, claramente apontavam uma situação de risco.

Ademais, como relatado, às 13h do dia 08 de janeiro de 2023, Saulo Moura da Cunha, então Diretor Adjunto da ABIN, entra em contato telefônico com o General Gonçalves Dias, Ministro Chefe do GSI, expressando sua preocupação em relação as manifestações em andamento. Em resposta, o General Gonçalves Dias, mesmo diante de consideráveis informações sobre a periculosidade das manifestações, se limita a dizer que iria avaliar a situação.

A convocação de pessoas para ações violentas e ocupação de prédios públicos, o aumento significativo do número de ônibus em Brasília, a instalação de



logística no acampamento em frente ao QGEx, inclusive com estruturas maiores, e discursos inflamados com pessoas de rosto pintado, **tudo isso destacado nos alertas de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência**, por si só, já deveria ser circunstância suficiente para tomada de decisão por parte do General Gonçalves Dias que resguardasse as instalações do Palácio do Planalto.

Outra conclusão não pode ser tomada senão a de que o Ministro Chefe do GSI, ciente de seu dever legal de agir, optou, de forma deliberada e intencional, por não atuar.

Os dados obtidos durante a CPI deixam claro que o General Gonçalves Dias, então Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, teve acesso a vários alertas de inteligência da ABIN. Entretanto, suas declarações perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, alegando que teria compartilhado tais informações com os Generais Penteadado e Feitosa, não encontraram sustentação na investigação.

É importante recordar que o próprio General Gonçalves Dias, ao prestar depoimento nesta CPI, mencionou a capacidade de adaptação do "Plano Escudo", que estava ativo diante da crítica situação na área central de Brasília. Ele também apontou a possibilidade de mobilização de mais tropas para conter a crise. Essa menção claramente evidencia que, na época em que ocupava o cargo de Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, era de sua responsabilidade e dentro de suas competências agir para evitar a escalada da situação, pois somente ele detinha informações para tanto.

Essa escolha em não intervir, mesmo quando munido de conhecimento e recursos para tal, gerou uma lacuna na capacidade de resposta institucional diante de uma situação de potencial risco. Ao não adotar uma postura proativa, o General Gonçalves Dias, na condição de Ministro Chefe do GSI, não somente negligenciou as ameaças evidentes identificadas pelos serviços de inteligência, mas também falhou em cumprir com a responsabilidade inerente à sua posição de proteger as estruturas fundamentais do Estado.



A conduta inapropriada do General Gonçalves Dias, caracterizada pela falta de ação diante dos inúmeros alertas de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, resultou na facilitação de atos que claramente se enquadram numa tentativa de subverter violentamente o Estado Democrático de Direito e instaurar um golpe de Estado.

É imprescindível ressaltar que, no que tange à sua responsabilização, o General Gonçalves Dias apresentou, em sua exposição inicial a esta comissão, um extenso histórico de formações e experiências, evidenciando uma trajetória repleta de conhecimento e capacitação. Sua formação inclui cursos especializados, como os de forças especiais, comandos, guerra na selva, aperfeiçoamento de oficiais, estado maior, política, estratégia e alta administração do Exército, além de segurança presidencial.

Sua extensa formação acadêmica, aliada à vasta experiência prática em cargos de alta relevância e responsabilidade, evidenciam que o General Gonçalves Dias possuía a capacidade e os pré-requisitos necessários para o eficaz desempenho de suas funções à frente do Gabinete de Segurança Institucional. Esses aspectos reforçam a expectativa de que a sua atuação, independente do tempo em que estava a frente do GSI, estivesse em conformidade com as diretrizes e as exigências legais inerentes ao cargo que ocupava.

Por conseguinte, considerando os elementos de informação produzidos durante o desenrolar das investigações promovidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, os quais foram detalhadamente documentados ao longo do relatório, entende a relatoria existir elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento de **Marco Edson Gonçalves Dias** nos termos dos artigos 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo a vítima), todos do Código Penal Brasileiro, e no artigo 62, inciso I, da Lei nº 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), todos



combinados com o artigo 13, §2º, alíneas a, b e c, porquanto, ao menos em tese, violou os deveres a ele impostos.

17.4 Dos Financiadores

Com propósito de evitar redundâncias na exposição dos fatos previamente informados, este relator baseia-se nas informações delineadas no tópico “15. DAS APURAÇÕES RELACIONADAS AOS FINANCIADORES DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS”, para fundamentar as recomendações de indiciamentos abaixo consignados.

Cabe rememorar, em apertada síntese, que mencionado tópico apresentou uma análise detalhada do acampamento estabelecido em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, compreendendo não apenas a contextualização do movimento, mas também sua estrutura organizacional, a extensão temporal de sua existência, a composição dos participantes e as reivindicações sustentadas pelo grupo. Ademais, destacou as manifestações públicas que instigaram animosidades por parte das Forças Armadas em relação aos poderes constitucionais.

Além da descrição do acampamento, tratou-se também do impacto significativo do movimento para com a ordem pública do Distrito Federal. Em particular, foram detalhados os atos de vandalismo ocorridos em 08 de janeiro de 2023, os quais foram perpetrados mediante violência e grave ameaça, uso de substâncias inflamáveis, enfatizando os danos causados, os locais afetados e as possíveis consequências dessas ações.

Nesse contexto, ficou evidenciado que os contratantes de tendas, toldos e banheiros químicos desempenharam importante papel na manutenção da infraestrutura física do acampamento instalado no Setor Militar Urbano de Brasília, possibilitando sua estabilidade e permanência. Ao oferecerem suporte logístico, esses contratantes aderiram ao movimento, o qual almejava desestabilizar o Estado Democrático de Direito por meio de uma intervenção militar.



Da mesma forma, aqueles que contrataram o transporte por ônibus das pessoas envolvidas nas ocorrências dos dias 08 e 09 de janeiro de 2023, o fizeram plenamente consciente do cenário criminoso que se apresentava. Sua participação nessa ação evidencia uma intencional adesão às atividades dos vândalos que atacaram os edifícios do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

Por conseguinte, considerando os elementos de informação produzidos durante o desenrolar das investigações promovidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, os quais foram detalhadamente documentados ao longo do relatório, entende a relatoria, com relação aos atos pretéritos ao dia 08 de janeiro de 2023, existirem elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento das pessoas abaixo indicadas, qualificadas no bojo do relatório por meio da identificação do CPF, nos termos dos artigos 286, parágrafo único (incitação ao crime equiparado pela animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais), e 288, *caput* (associação criminosa), todos do Código Penal Brasileiro, porquanto, ao menos em tese, praticaram condutas que subsome-se aos preceitos mencionados.

- **Alceu Mognon;**
- **Camila Sacal Ferreira de Lima;**
- **Clelia de Macedo Rocha Gomes; e**
- **Daniel Augusto Rizzi;**
- **Debora Oliveira dos Santos;**
- **Delvair Cecconi;**
- **Eleandro Luedke;**
- **Elisvaldo Martins De Lima;**
- **Geiza Lamel Luedke;**



- **Giancarlos Bavaresco;**
- **Jaks Luciano de Oliveira;**
- **Joraci Schein Sousa;**
- **José Antônio Basilio;**
- **José Antônio Ferreira de Oliveira;**
- **José Carlos Avancini;**
- **José Ostrowski.**
- **Lecir Salete Lopes;**
- **Luciano Souza Andrade;**
- **Merabe Muniz Diniz Cabral;**
- **Paulo Pesquero Ponce Silva;**
- **Paulo Sérgio Olsen;**
- **Renan do Nascimento Melo;**
- **Rubens Alves De Abreu;**
- **Tiago José Da Rocha Conti;**
- **Valter da Rocha Nogueira Junior;**
- **Vivaldo de Oliveira Paulo;**
- **Wanderley Amaro Calixto;**

Com as mesmas razões, porém, com relação aos atos do final de semana do dia 08 de janeiro de 2023, entende a relatoria existirem elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento das pessoas abaixo indicadas, qualificadas no bojo do relatório por meio da identificação de CPF, nos termos dos artigos 288, parágrafo único (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único,



incisos I, II, III e IV, todos do Código Penal Brasileiro, e artigo 62, inciso I, da lei nº 9605/98, todos combinado com o artigo 29 do Código Penal Brasileiro, porquanto, ao menos em tese, praticaram condutas que subsome-se aos preceitos mencionados.

- **Adailton Gomes Vidal;**
- **Ademir Luis Graeff;**
- **Adoilto Fernandes Coronel;**
- **Adriano Luiz Cansi;**
- **Alethea Veruska Soares;**
- **Altair Vicente;**
- **Amanda Lima Matias Monteiro;**
- **Amir Roberto El Dine;**
- **Andrea Baptista;**
- **Arão Candido da Silva;**
- **Ariadne Coutinho Meller;**
- **Bianca da Costa Joaquim;**
- **Bruno Marcos de Souza Campos;**
- **Camila Colman Gonçalo;**
- **Camila Sacal Ferreira de Lima;**
- **Carlos Eduardo Oliveira;**
- **Cesar Duarte Oliveira Carapia;**
- **Claudia Reis de Andrade;**
- **Cristiane Aparecida Machado da Silva;**
- **Daniel Fochezatto;**



-
- **Daniel Soares Nascimento;**
 - **Delzuito Silva Gomes;**
 - **Diego Chagas Ribeiro Nascimento;**
 - **Diego Oki Silva;**
 - **Dyego Primolan Rocha;**
 - **Elaine France Silva Doanda França;**
 - **Eloni Carlos Mariani;**
 - **Emerson Violada;**
 - **Erlon Paliotta Ferrite;**
 - **Fernandes Batista Ramos;**
 - **Fernando Henrique Almeida Valadares;**
 - **Fernando José Ribeiro Casaca;**
 - **Francismar Aparecido Silva;**
 - **Genival José da Silva;**
 - **Gilmar Amaral Diniz;**
 - **Giselle dos Santos Grein;**
 - **Jasson Ferreira Lima;**
 - **Jean Franco de Souza;**
 - **Jeanfrander Talmel de Araújo;**
 - **João Carlos Baldan;**
 - **Joao Carlos Baldan;**
 - **Jonata Luiz Batista;**
 - **Jorge Rodrigues Cunha;**
 - **Jorginho Cardoso de Azevedo;**



-
- **José Carlos Pimentel;**
 - **José Márcio de Simoni Silveira;**
 - **José Roberto Bacarin;**
 - **Josefina Tavares;**
 - **Josiany Simas;**
 - **Juliano Pereira Macena;**
 - **Lenir A. C. Rodrigues;**
 - **Leomar Schinemann;**
 - **Loui Parma Carvalho;**
 - **Luis Roberto Bragaia;**
 - **Luzimar Ferreira de Lima;**
 - **Magda Eliana Lima;**
 - **Marcelo Panho;**
 - **Marcio Vinícius Carvalho Coelho;**
 - **Marcos Antônio da Silva;**
 - **Marco Edson Carvalho da Silva;**
 - **Marcos Oliveira Queiroz;**
 - **Maria Batista Oliveira;**
 - **Maria Janete Ribeiro Almeida;**
 - **Marilete dos Santos Vargas;**
 - **Marina Aparecida de Oliveira;**
 - **Maristela Silvana Tombesi;**
 - **Marlene Reckziegel;**
 - **Marlon Diego Deoliveira;**



-
- **Michely Paiva Alves;**
 - **Monica Regina Antoniazi;**
 - **Neldagmar Rodrigues dos Santos;**
 - **Nelson Assunção da Silva;**
 - **Nivea Alves C. Azevedo;**
 - **Odivan Betcel Bentes;**
 - **Orlando Martins do Amaral Junior;**
 - **Pablo Henrique da Silva Santos;**
 - **Patrícia dos Santos Alberto Lima;**
 - **Paulo Henrique Carvalho Villa;**
 - **Paulo Roberto Martins;**
 - **Paula Barcellos Tommasi Correa;**
 - **Pedro Luis Kurunczi;**
 - **Renata Simoso Manera;**
 - **Rodrigo de Souza Lins;**
 - **Rodrigo Queiroz Brunaldi;**
 - **Ronei de Jesus Pereira;**
 - **Rosangela de Macedo Souza;**
 - **Ruti Machado da Silva;**
 - **Scheila Maria Casagrande;**
 - **Sheila Mantovanni;**
 - **Siderio Inácio Rambo;**
 - **Sidneia Brabdt;**
 - **Silvana Souza de Almeida;**



- **Sulani Antunes Santos;**
- **Terezinha de Fátima Issa da Silva;**
- **Tiago Ruam Sarcella;**
- **Vanderson Slves Nunes;**
- **Wagner Freire Ferreira Filho;**
- **Wanderlei de Abrel Freire; e**
- **Yette Santos Soares Nogueira.**

Além das recomendações de indiciamento já mencionadas, os esforços e investigações conduzidos ao longo da Comissão Parlamentar de Inquérito trouxeram à luz, na percepção desta relatoria, outras condutas que se enquadram nos preceitos primários anteriormente abordados.

Entre as condutas identificadas, destacam-se aquelas atribuídas aos empresários e sócios Joveci Xavier de Andrade e Aduino Lúcio de Mesquita. Ambos prestaram depoimentos perante a CPI dos Atos Antidemocráticos. A convocação dos mesmos foi motivada por conta de denúncias que sugeriam o apoio financeiro à manutenção das estruturas localizadas no Setor Militar Urbano, com destaque para a contribuição no financiamento dos carros de som, incluindo o Trio Elétrico Coyote, maior do Distrito Federal

Os dois empresários confirmaram a presença no acampamento estabelecido em frente ao Quartel-General do Exército, no entanto, negaram ter realizado contratações de carros de som ou tendas.

Contudo, o afastamento do sigilo bancário dos mesmos revelou, que na data de 07 de dezembro de 2022, ambos interagiram financeiramente com a empresa Coyote Produções e Eventos Ltda, de propriedade de Rubens Wermem, proprietário do Trio Elétrico Coyote (Relatório Informativo nº 010/2023 – PCDF).



Além disso, foram exibidos em plenário vídeos que mostraram Adauto buscando o referido carro de som. Adicionalmente, comprovantes de transações financeiras por meio de PIX revelaram que os empresários contribuíram para o pagamento das tendas utilizadas no acampamento estabelecido na Praça dos Cristais

Considerando esses fatos, bem como aqueles relacionados a contextualização do movimento, estrutura organizacional, extensão temporal de sua existência, a composição dos participantes e as reivindicações sustentadas pelo grupo que estava no acampamento, com relação aos atos pretéritos ao dia 08 de janeiro de 2023, entende a relatoria existirem elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento de **Joveci Xavier de Andrade** e **Adauto Lúcio de Mesquitas**, nos termos dos artigos 286, parágrafo único (incitação ao crime equiparado pela animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais), e 288, *caput* (associação criminosa), todos do Código Penal Brasileiro, porquanto, ao menos em tese, praticaram condutas que subsome-se aos preceitos mencionados.

É relevante ressaltar as condutas atribuídas ao Cacique José Acácio Serere Xavante, líder indígena que exercia influência dentro do acampamento instalado diante do Quartel-General do Exército, epicentro dos incidentes de vandalismo ocorridos em 12 de dezembro de 2022

Durante o período de tempo em que permaneceu em Brasília, o Cacique Serere, por diversas vezes, foi visto realizando discursos inflamados que atacavam o Ministro Alexandre de Moraes, o sistema eleitoral, e insuflavam as Forças Armadas a tomarem uma postura no sentido de impedir a posse do Presidente Lula.

Durante sua oitiva, o Cacique Serere afirmou ter permanecido por trinta dias acampado no Setor Militar Urbano de Brasília, e negou ter recebido apoio financeiro para bancar sua alimentação e estadia na capital federal. No entanto, em vídeo apresentado em plenário, mostrou-se o fazendeiro Maurides Parreira Pimenta, conhecido como "Didi Pimenta", pedindo doações para financiar as despesas do Cacique Serere.



As quebras de sigilo bancário de Maurides e do Cacique Serere, revelaram que este recebeu daquele a importância de R\$ 17.850,00.

Considerando esses fatos, bem como aqueles relacionados a contextualização do movimento, estrutura organizacional, extensão temporal de sua existência, a composição dos participantes e as reivindicações sustentadas pelo grupo que estava no acampamento, com relação aos atos pretéritos ao dia 08 de janeiro de 2023, entende a relatoria existirem elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento de **José Acácio Serere Xavante**, nos termos dos artigos 286, parágrafo único (incitação ao crime equiparado pela animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais), e 288, *caput* (associação criminosa), todos do Código Penal Brasileiro, e **Maurides Parreira Pimenta** nos termos dos artigos 286, parágrafo único (incitação ao crime equiparado pela animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais), e 288, *caput* (associação criminosa), todos do Código Penal Brasileiro, combinado com artigo 29 também do Código Penal Brasileiro, porquanto, ao menos em tese, praticaram condutas que subsome-se aos preceitos mencionados.

Apontado como um dos líderes do acampamento, Cláudio Mendes do Santos, Major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal, desempenhava papel de destaque no acampamento estabelecido em frente ao Quartel-General do Exército.

Exercendo essa liderança e, alinhado com a agenda e causas defendidas pelo movimento, o Major Cláudio desempenhava papel essencial na transmissão de mensagens e orientações aos presentes no acampamento, contribuindo significativamente para a coesão e organização do grupo.

Entrevistado durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Major Cláudio negou esse papel de liderança e justificou que sua presença no acampamento tinha finalidade apenas religiosa. Contudo, durante os vídeos apresentados em plenário, constatou-se que o militar, por vários momentos, usando da desinformação, buscou arregimentar pessoas para fortalecer o acampamento e suas pautas.



Considerando esses fatos, bem como aqueles relacionados a contextualização do movimento, estrutura organizacional, extensão temporal de sua existência, a composição dos participantes e as reivindicações sustentadas pelo grupo que estava no acampamento, com relação aos atos pretéritos ao dia 08 de janeiro de 2023, entende a relatoria existirem elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento de **Cláudio Mendes do Santos**, nos termos dos artigos 286, parágrafo único (incitação ao crime equiparado pela animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais), e 288, *caput* (associação criminosa), todos do Código Penal Brasileiro, porquanto, ao menos em tese, praticou conduta que subsome-se aos preceitos mencionados.

Por fim, destaca-se as condutas relacionadas a Ana Priscila Silva de Azevedo, pessoa apontada como uma das organizadoras dos atos do dia 08 de janeiro de 2023, a qual, durante os ataques aos Prédios dos Três Poderes da República, realizou a gravação de diversos vídeos demonstrando satisfação e regozijo com os acontecimentos.

Dentre os vídeos gravados e amplamente divulgados pelas redes sociais, os quais claramente revelaram a participação, adesão e concordância de Ana Priscila para com os atos de vandalismo, que ocorriam no contexto de crimes multitudinários, destaca-se um no qual ela, dentro do Palácio do Planalto, em meio ao caos que acontecia, fala ao telefone "missão dada é missão cumprida".

Para além disso, também foram amplamente divulgados áudios na internet, vinculados a Ana Priscila, nos quais ela realiza convocações para que as pessoas, no dia 08 de janeiro de 2023, sitiassem o Congresso Nacional.

Importante esclarecer que tanto os vídeos quanto os áudios em questão, foram apresentados em plenário a Ana Priscila, quando do seu comparecimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, os quais foram reconhecidos de pronto por ela como sendo seus.

Considerando esses fatos, entende a relatoria existirem elementos de informação aptos a justificar a recomendação de indiciamento **Ana Priscila Silva de**



Azevedo nos termos dos artigos 288, parágrafo único (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV, todos do Código Penal Brasileiro, e artigo 62, inciso I, da lei nº 9605/98, porquanto, ao menos em tese, praticou conduta que subsome-se aos preceitos mencionados.

18 CONCLUSÃO

No Brasil, logo após as eleições presidenciais de 2022, uma onda de turbulência sacudiu o cenário político e social do país. Apoiadores do então Presidente Jair Messias Bolsonaro, descontentes com o desfecho das urnas e convictos da existência de fraudes eleitorais, protagonizaram uma série de eventos que chocaram a nação. O primeiro episódio foi o ataque à sede da Polícia Federal em Brasília, ocorrido em 12 de dezembro de 2022, ocasião na qual foram incendiados carros e coletivos, causando um cenário de verdadeira guerra no Distrito Federal.

Posteriormente, em 24 de dezembro de 2022, um artefato explosivo foi descoberto nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília, gerando pânico e preocupação com a segurança pública na capital do país. Esse evento revelava o clima de instabilidade e tensão crescente no Distrito Federal.

O ápice da violência ocorreu em 8 de janeiro de 2023, quando grupos extremistas invadiram e promoveram atos de vandalismo nos prédios dos Três Poderes da República. A invasão e a subsequente depredação desses símbolos institucionais representaram não apenas um ataque físico aos edifícios, mas também um atentado à democracia e ao Estado de Direito.

De comum a esses episódios, estava o acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército no Setor Militar Urbano de Brasília, local emblemático onde apoiadores do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro se reuniram para clamar por intervenção militar. Nesse acampamento as pessoas debateram, articularam e



prepararam diversas manifestações, as quais, em última instância, acabaram resultando nos atos de violência acima indicados.

Tais eventos ecoaram profundamente na sociedade, gerando espanto e perplexidade por parte população brasileira que acompanhava atônita o recrudescimento dos movimentos na capital federal.

Em razão disso, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, agindo em consonância com sua responsabilidade constitucional, na urgência em esclarecer os fatos e fortalecer as instituições democráticas, reafirmando seu compromisso com a estabilidade política e a preservação dos valores democráticos, aprovou, em 9 de janeiro de 2023, o Requerimento nº 1, instaurando a Comissão Parlamentar de Inquérito, nacionalmente conhecida como CPI dos Atos Antidemocráticos, a qual teve como escopo, segundo documento em referência, apurar os atos preparatórios e executórios dos dias 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023.

Com foco exclusivo na investigação dos fatos e na busca pela verdade, a Comissão Parlamentar de Inquérito atuou respeitando os princípios do devido processo legal, garantindo a imparcialidade e a equidade necessária para uma justa investigação. Ouvindo atentamente os depoimentos prestados em plenário, a comissão buscou elucidar cada detalhe dos acontecimentos que marcaram os dias 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023.

Na busca de entendimento, a CPI requisitou uma vasta quantidade de documentos e informações, fundamentais a compreensão dos eventos em questão. Além disso, no intuito de robustecer seu arcabouço probatório, solicitou o afastamento dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de diversos depoentes, de maneira que, após análise criteriosa, logrou encontrar informações pertinentes as investigações.

Nesse sentido, o presente relatório, em um primeiro momento, discorreu sobre a legislação afeta às manifestações no Distrito Federal; sobre as atribuições da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e das forças de segurança no que se refere às manifestações em Brasília; sobre o eixo operacional que rege as



atividades de planejamento dos eventos; sobre o acampamento instalado em frente ao QGEx, abordando sua estrutura organizacional, extensão temporal, composição dos participantes, reivindicações sustentadas e eventos relacionados ao movimento; sobre as ações para desmobilização do local; e, detalhadamente, sobre os atos do dia 12/12/2022, 24/12/2022 e 08/01/2023.

Em um segundo momento o relatório tratou das diligências realizadas, destacando, em apertada síntese, as principais informações apresentadas pelos 30 depoentes que compareceram perante a CPI; o resultado de algumas diligências, como os contratantes de tendas e banheiros químicos do acampamento no QGEx, assim como os contratantes dos ônibus que trouxeram as pessoas para participar dos atos do dia 08 de janeiro de 2023; do resultado dos afastamentos de sigilo bancário e telefônico; e das informações prestadas pelo Gabinete de Segurança Institucional e Agência Brasileira de Inteligência.

Em um terceiro momento, o relatório informou sobre os fatos importantes a compreensão dos atos do dia 08 de janeiro de 2023; sobre as apurações relacionadas a Polícia Militar do Distrito Federal; sobre as apurações relacionadas a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal; sobre as apurações relacionadas ao Gabinete de Segurança Institucional; sobre as apurações relacionadas aos financiadores dos Atos Antidemocráticos; assim como os respectivos indiciamentos.

Atento ao fato certo e determinado objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, no que tange aos atos do dia 12 de dezembro de 2022, não conseguiu a comissão, no curso dos seus trabalhos, comprovar erros ou responsabilidades por parte de qualquer pessoa ou instituição.

Ao que ficou demonstrado, os atos do dia 12 tiveram como fato gerador a prisão do Cacique José Acácio Serere Xavante, figura de destaque dentro acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, por parte da Polícia Federal. Assim, ocorrendo de forma súbita e inesperada por qualquer força de segurança do



Distrito Federal, a Polícia Militar, tão logo acionada, trabalhou para reestabelecer a ordem na área central de Brasília, onde centenas de indivíduos infligiam o caos.

É vital reforçar que, mesmo diante de circunstâncias desafiadoras e de tensão exacerbada, não se evidenciou, com relação a esse episódio, de acordo com as investigações, intenções premeditadas ou de cunho ideológico por parte das forças de segurança. Pelo contrário, a resposta rápida frente ao contexto imprevisto e descontrolado, minimizando possíveis danos e resguardando a integridade física de inúmeras pessoas não participantes dos atos de vandalismo, somente comprovaram o compromisso para com a proteção da população do Distrito Federal.

A despeito das polêmicas e controvérsias que envolvem os eventos do dia 08 de janeiro de 2023, as investigações conduzidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito lançaram luz sobre o desenrolar dos atos. Os resultados revelaram que as omissões de alguns poucos agentes públicos, detentores de cargos estratégicos nas esferas estadual e federal, foram fatores determinantes nos fatídicos atos desse dia.

Conforme demonstrado, a condução e tomada de decisões estratégicas por parte do Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, Comandante do 1º Comando de Policiamento Regional da Polícia Militar do Distrito Federal, durante os eventos das manifestações de 8 de janeiro de 2023, foi elemento central de avaliação neste contexto.

As apurações revelaram que o Coronel Casimiro, responsável pelos planejamentos da PMDF, adotou estratégia operacional fundamentada no entendimento de que as manifestações do dia 08 de janeiro de 2023 teriam baixa adesão ou que sequer iriam prosperar. Para além disso, tinha a percepção pessoal de que áudios correntes nas redes sociais, à época dos fatos, mais tinham a intenção de instigar o pânico do que propriamente configurarem uma ameaça.

Por conta disso, optou por reforçar o policiamento ostensivo ordinário da área central de Brasília e colocar alguns poucos Policiais Militares na Esplanada dos Ministérios, sob a compreensão de que o contrário disso seria desgastar desnecessariamente a tropa e desperdício de dinheiro público.



Contudo, a realidade apresentada foi diversa daquela esperada pelo Coronel Casimiro, o qual, acompanhando de perto a rápida alteração de cenário, não adotou providências para corrigir os rumos operacionais da corporação, preferindo apostar em seu plano inicial.

Sob o mesmo prisma estão as condutas do Delegado Fernando de Souza Oliveira, Ex-secretário Executivo da SSP/DF, e da Coronel Cíntia Queiroz de Castro, Subsecretária de Operações Integradas. Aos dois foram disponibilizados o Relatório de Inteligência nº 06/2023 da Subsecretaria de Inteligência, assim como ambos participaram de reunião estratégica com a Polícia Federal que apontava riscos significativos para a segurança pública e a ordem institucional.

A falta de ação dos dois servidores a frente da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, diante de várias informações importantes que tiveram, ignorando seus deveres legais de gestão, integração e coordenação das forças de segurança, gerou significativas lacunas nos planejamentos operacionais das diversas Instituições, Órgãos e Agências envolvidas nos atos do dia 08 de janeiro de 2023, afetando diretamente a capacidade de todos esses protagonistas agirem corretamente.

Noutro lado da ponta, revelaram as investigações da CPI a inegável responsabilidade do General Marco Edson Gonçalves Dias, Ex-ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, no que diz respeito à falta de ação diante dos alertas de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência. Seu papel, revestido de extensa formação e experiência, trazia consigo a responsabilidade de proteger as estruturas fundamentais do Estado e das mais altas autoridades do país.

A omissão do General Gonçalves Dias frente as informações de inteligência que indicavam uma situação de risco iminente, culminando na tentativa de subverter o Estado Democrático de Direito, não são compatíveis com a função e a responsabilidade inerente ao cargo que ocupava. A clara falha em agir de forma proativa, quando detentor de informações e recursos para tal, gerou consequências graves para a estabilidade institucional e a segurança do país.



Embora a controvérsia e a multiplicidade de interpretações possam persistir, as conclusões fundamentadas da CPI ressaltam a responsabilidade de alguns poucos agentes públicos na gestão da crise. Suas falhas, longe de serem meras casualidades, foram determinantes na instauração do ambiente que permitiu os atos de depredação e vandalismo no dia 08 de janeiro de 2023.

No desdobramento desses acontecimentos, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, delineados no presente relatório, revelaram verdades importantes. Contrariando especulações e teorias infundadas, os eventos em questão não devem ser interpretados como atos conspiratórios entre os agentes envolvidos.

É crucial ressaltar que a interpretação inicial, muitas vezes influenciada por conjecturas superficiais, não reflete a profundidade dos fatos. A concepção de uma trama elaborada, com motivações ideológicas subjacentes, cede espaço à compreensão de que o cerne dos acontecimentos reside em falhas operacionais e no descompasso do serviço planejado.

Os trabalhos da CPI, materializados no presente relatório, desvendou os elos soltos e os lapsos nas engrenagens que antecederam os eventos. Essas análises detalhadas, longe de corroborar teorias conspiratórias, revelaram um panorama de desafios logísticos, ineficiências estruturais e ausência de um plano robusto.

É imprescindível, portanto, abandonar as conjecturas infundadas e abraçar a objetividade dos dados apresentados. A narrativa inicial de intenções obscuras e motivações sinistras dá lugar à compreensão de uma série de eventos imprevistos, permeados por deficiências de gestão e planejamento.

É necessário que as conclusões do relatório embasem ações corretivas e preventivas. Em vez de mergulhar em especulações improdutivas, a atenção deve ser direcionada ao aprimoramento dos processos, otimizar estratégias e mitigar falhas para evitar a repetição desses infortúnios.

Portanto, a reflexão sobre os acontecimentos do dia 08 de janeiro de 2023, deve ser orientada pela clareza proporcionada pelo relatório oficial. O enfoque não deve recair sobre teorias sensacionalistas, mas sim na busca por soluções efetivas



que fortaleçam a resiliência e a eficácia dos sistemas envolvidos na Segurança Pública do Distrito Federal.

É importante ressaltar que os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito foram conduzidos com uma postura marcada pela seriedade, imparcialidade e um compromisso inabalável com a busca da verdade. O empenho e comprometimento de todos os Deputados Distritais que integraram a CPI dos Atos antidemocráticos foram fundamentais para o desenvolvimento e a conclusão dos trabalhos.

Da mesma forma, a colaboração da equipe administrativa, dos Delegados de Polícia, assim como de todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e concretização dos trabalhos, foram significativos para a realização efetiva das atividades investigativas.

É essencial agradecer a cada indivíduo que dedicou seu tempo, esforço e conhecimento para que esse momento fosse possível.

Reconhecendo, portanto, a valiosa contribuição de todos, e com sentimento de dever cumprido, encerra-se, com apresentação do presente relatório, a CPI dos Atos Antidemocráticos do Distrito Federal.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO HERMETO DE OLIVEIRA NETO - Matr. 00148, Deputado(a) Distrital**, em 28/11/2023, às 18:51, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1456986** Código CRC: **36E5E3F8**.



19 DOS ENCAMINHAMENTOS E PROPOSIÇÕES

19.1 Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal

No decorrer dos trabalhos, esta Comissão Parlamentar de Inquérito se debruçou sobre a maior crise de segurança pública da história do Distrito Federal. A gravidade dos fatos ensejou que se aventasse a criação de outras estruturas de segurança pública, como uma Guarda Nacional, sob controle do Governo Federal, o que resultaria na perda de autonomia do Distrito Federal, enquanto ente federativo autônomo, no âmbito da segurança pública e sobre parte de seu território.

Nesse contexto, foi objeto de crítica a própria existência do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, enquanto fundo especial de ordem constitucional criado para manter as forças de segurança pública do Distrito Federal, bem como prestar auxílio – ou seja, de natureza subsidiária – às áreas de saúde e educação do Distrito Federal.

O FCDF, previsto no art. 21, XIV, da Constituição Federal, foi regulamentado pela Lei Federal n. 10.633, de 2002, e a forma de aplicação e distribuição de seus recursos entre as áreas de segurança, educação e saúde é determinada primordialmente pelo Governo do Distrito Federal, que custeia a segurança pública quase que exclusivamente pelo FCDF, enquanto as demais áreas possuem fontes de financiamento diversas, como fundos próprios e orçamento do tesouro distrital.

Fazendo um comparativo sobre a distribuição dos recursos do FCDF entre os anos de 2019 e 2022, verifica-se que a área de segurança pública tinha uma participação média de aproximadamente 53,02%.

No ano de 2023, contudo, justamente no período de maior crise na área, a segurança pública teve uma perda de quase 10%, caindo sua participação de uma média de 53,02% para 44,39% dos recursos do FCDF.



Em termos nominais, em 2023, o FCDF teve um aporte de quase 23 bilhões de reais (R\$ 22.971.652.340,00). Desse valor, apenas 10 bilhões foram aportados para a segurança pública (R\$ 10.196.975.688,00). A diferença entre a média histórica (2019 a 2022) e o percentual aportado em 2023 significa uma perda de quase 2 bilhões (R\$ 1.982.594.382,67) da área de segurança pública, que foram redirecionados para as áreas de saúde e educação do Distrito Federal.

Pode-se concluir que o ano de 2023, para além de um ano marcado pela nódoa de uma quase ruptura institucional, representou também o marco negativo em termos de investimento na área de segurança pública do Distrito Federal, que tem refletido, na prática, na carência de servidores nas Forças de Segurança Pública e na falta de prioridade política para reverter esse cenário.

Cite-se, por exemplo, que a Polícia Civil do Distrito Federal se encontra com um dos menores efetivos de sua história, ao mesmo tempo em que conta com candidatos aprovados para os cargos de agente de polícia e escrivão de polícia, mas que ainda não foram nomeados. Segundo a LOA 2023 da União, existe a previsão de nomeação de 900 candidatos em 2023, porém, até o momento, nenhum foi nomeado, havendo a informação de que apenas 300 candidatos serão nomeados.

Isso é agravado pelo fato de que não existe previsão orçamentária para nomeação de policiais civis, militares ou bombeiros militares em 2024, uma vez que, segundo consta, a Secretaria de Planejamento do Distrito Federal não atendeu os pedidos das corporações e não encaminhou tal previsão ao Governo Federal para efeitos de inclusão na PLOA de 2024.

Merece registro, por fim, que a tendência é de recrudescimento desse difícil cenário, na medida em que a Polícia Penal do Distrito Federal, que também deverá ser custeada com os recursos do FCDF, ainda não foi regulamentada. Com isso, a partir do momento em que a Polícia Penal do Distrito Federal passar a ser custeada com os recursos do FCDF, em se mantendo a menor participação em termos percentuais da área de segurança pública na distribuição dos recursos,



estima-se um cenário de agravamento de uma crise que já se mostra bastante complexa, vide as conclusões desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante desse quadro, os trágicos fatos ocorridos na Capital da República neste ano aconselhariam um maior esforço para aumentar e valorizar os efetivos das forças de segurança pública do Distrito Federal. Todavia, nota-se a injustificável inação do governo do Distrito Federal, que poderá fazer ressurgir as críticas e as propostas de federalização da segurança pública do Distrito Federal ou de criação de outras estruturas federais dentro de nossa capital, intervindo, assim, na autonomia do Distrito Federal e ensejando na rediscussão sobre o próprio FCDF, com risco real de redução da disponibilidade de recursos para aportar nas forças do Distrito Federal.

Com efeito, propõe-se o encaminhamento de recomendação ao Poder Executivo do Distrito Federal para que restabeleça a aplicação de recursos do FCDF na área de segurança pública (Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar) aos patamares médios anteriormente existentes, na casa de 53% do total de recursos do FCDF, incrementando proporcionalmente esse percentual a partir da regulamentação da Polícia Penal, que ainda não participa da distribuição dos recursos do FCDF.

Além disso, propõe-se o encaminhamento de recomendação do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, para que regulamente a distribuição dos recursos dos FCDF, que deve ter como prioridade a manutenção da segurança pública do Distrito Federal.

Recomenda-se, ainda, ao Governo do Distrito Federal, que promova a recomposição prioritária dos efetivos das Polícias Civil e Militar, e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nomeando todos os aprovados no menor tempo possível.

Do ponto de vista da valorização profissional, propõe-se o encaminhamento de recomendação ao Governo do Distrito Federal e ao Governo



Federal (tendo em vista a criação do Fórum de Diálogo – artigos 21 e 22, da Lei Federal 14.724, de 14 de novembro de 2023) para que se atente à justa valorização e promova a recomposição salarial dos policiais e militares do Distrito Federal, acompanhando os próximos reajustes a serem concedidos aos policiais federais, tendo em vista que os policiais do Distrito Federal se encontram em posição abaixo dos Estados e dos policiais federais em termos salariais.

19.2 Da Polícia Militar do Distrito Federal

Dentre as medidas que sejam capazes de melhor adequar a estrutura da Polícia Militar para a proteção do Estado Democrático de Direito, destacamos.

19.2.1 Recomposição de efetivo

O efetivo previsto para a Polícia Militar do Distrito Federal é de 18.673, conforme definido na Lei Federal 12.086 de 2009. No ano da edição desta lei, a população do DF era de 2.606.885.

Atualmente a Corporação possui 10.319 policiais militares ativos e a população do DF é de 2.817.381, conforme último censo do IBGE em 2022.

O quadro abaixo demonstra a defasagem do efetivo existente, em relação ao previsto. A defasagem é de 45%. Enquanto a população do DF aumentou em 8% desde 2009, o efetivo ativo decresceu atingindo este percentual alarmante.

Ano	População do DF		Efetivo Previsto	Efetivo Existente	
2009	2.606.885		18.673	10.319	
2023	2.817.381				



No decorrer dos anos, na contramão do crescimento populacional, o efetivo de policiais militares ativos vem decrescendo. Apesar dos ingressos de novos policiais militares nos últimos anos, a saída de efetivo ativo para aposentadoria e outros destinos superou a entrada. O gráfico abaixo ilustra bem o decréscimo de efetivo ativo na corporação.



Notem que o gráfico apresenta uma queda constante desde o ano de 2014. Nesse período, a Corporação perdeu mais de 5.000 policiais ativos, uma queda superior a 30%.

Em que pese a defasagem do efetivo, a Corporação tem conseguido manter os números e índices de crimes violentos em queda. Isso se deve ao empenho dos policiais militares e ao serviço voluntário gratificado. Em média 30% do efetivo em atividade operacional diariamente é oriundo de serviço voluntário gratificado (SVG), ou seja, o policial que trabalha voluntariamente no período de folga.





Outro aspecto importante a se observar é a idade da tropa. Conforme quadro acima, a média de idade do efetivo ativo supera os 40 anos, o que implica dizer que a renovação ou recomposição do efetivo se faz necessária com certa brevidade, pois uma média de idade alta naturalmente significa uma quantidade maior de afastamento do serviço operacional por problemas de saúde.

Os números atuais apontam para aproximadamente 11% do efetivo sem condições de atuar no serviço operacional por estarem de dispensa, restrição médica ou com o porte de arma suspenso. A suspensão do porte se dá, na sua maioria, por problemas de saúde mental.

A urgência na recomposição do efetivo se deve principalmente ao fato que a situação tende a piorar, na medida em que, pelo quadro abaixo, e pelo padrão de saída de efetivo na corporação, a expectativa é que no próximo ano pelo menos 930 policiais militares estarão com requisito de tempo de serviço para ingressarem na reserva remunerada.



Em que pese haver um concurso em andamento, com previsão de recompor 2200 vagas nos próximos 2 anos, observa-se que, se o concurso for bem sucedido, ao final de 2 anos teremos além dos 930 policiais em condições de ingressar na reserva, outros 804 policiais militares nas mesmas condições. Na prática haverá uma entrada 2200 e uma saída de 1734, um ganho real de apenas 466 policiais militares.

Ocorre que, apesar do concurso estar em andamento, a proposta orçamentária do GDF de 2024 que foi enviada para o Congresso Nacional não



contempla a inclusão dos 2200 policiais, pois o orçamento disponível não foi suficiente. Se esta limitação orçamentária persistir, a condições de efetivo da PMDF irão se agravar e impactar severamente a capacidade de atuação adequada para a preservação da ordem pública e do estado democrático de direito.

19.2.2 Recomposição salarial

O salário do Policial Militar do Distrito Federal há anos vem sofrendo perda do poder de compra. Uma boa remuneração é fundamental para a motivação profissional. Também é importante fator de atração de novos profissionais e de retenção dos policiais na Corporação. Há uma quantidade expressiva de saída de Policiais Militares para outras carreiras e até para a iniciativa privada. Também foi observada uma diminuição da quantidade de candidatos no último concurso, o que traduz uma perda de atratividade da carreira policial militar.

No passado, o salário do Policial Militar do DF foi referência para outras Polícias Militares estaduais. Atualmente o salário da PMDF está pouco competitivo, se comparado a outras unidades da federação. Segundo o site Estratégia Concursos (<https://www.estrategiaconcursos.com.br/>), especializado em concursos públicos, os estados com as 3 melhores remunerações para as classes iniciais de Praças e Oficiais em atividade foi Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Segundo o mesmo site os maiores subsídios para as classes finais tanto para Praças quanto para Oficiais foi Pará, Goiás e Amazonas.

19.2.3 Valorização do serviço operacional e incentivo à permanência na atividade

A valorização do serviço operacional e o incentivo à permanência na atividade são dois recursos que podem aumentar a atratividade da carreira e o interesse pelo serviço ativo. Para tanto, a lei de vencimentos da PMDF possui o



Auxílio Alimentação, o Auxílio Fardamento e o Serviço Voluntário Gratificado. Esses 3 itens que fazem parte da composição dos vencimentos do policial militar se encontram extremamente defasados e, se forem reajustados, haverá um efeito positivo tanto para a atratividade da carreira e para a retenção do profissional na atividade operacional.

O SVG é um importante recurso de incentivo à atividade operacional e tem sido usado rotineiramente para complementar o efetivo das unidades operacionais. Ocorre que, ao trabalhar na folga para complementar a renda, o policial militar acaba sacrificando o tempo de folga e descanso, causando cansaço e problemas de saúde. Neste sentido, uma medida justa e de valorização seria o reajuste do valor do SVG e a recomposição do efetivo, o que permitiria ao policial continuar complementando a sua renda, porém com sacrifício menor da folga e descanso, ao passo em que a recomposição do efetivo permitiria a diminuição da quantidade de SVG por policial sem impactar no efetivo disponível para o serviço operacional.

19.2.4 Equipamentos e condições de trabalho

A PMDF tem conseguido importantes avanços em matéria de investimentos. Aquisição de novas viaturas, construção e reforma de quartéis, aquisição de armas, munições e equipamentos de trabalho. No entanto, não tem disso suficiente para atender toda a demanda. As aquisições e contratações de serviço exige a constituição de equipes de policiais militares para atuarem no planejamento e execução dos contratos. A defasagem de efetivo tem atingido também a atividade meio da corporação, impactando significativamente nos processos de planejamento e gestão de contratos de aquisição e serviços, ao ponto de não ser possível dar vazão às demandas existentes e "sobrar" verbas do orçamento de investimento nos fechamentos de ano fiscal, prejudicando os investimentos de que a Corporação necessita.



Portanto, para finalizar, conclui-se que a defasagem de efetivo tem importante impacto na atuação da Corporação, o que implica dizer que a recomposição do efetivo se destaca como medida urgente e imprescindível para prover à Polícia Militar do Distrito Federal as condições necessárias para a adequada proteção do Estado Democrático de Direito.

19.3 Política Remuneratória da PCDF

Propomos, ainda, ao Poder Executivo, que seja estabelecida a equivalência de subsídios dos policiais civis do Distrito Federal com os policiais federais como política permanente de Estado, de elevado interesse público e fundada no objetivo de conferir à Polícia Civil do Distrito Federal a segurança jurídica necessária para atuar na proteção do Estado Democrático de Direito e na promoção da segurança pública no âmbito desta Capital Federal.

Estamos certos de que a fatídica ruptura, ocorrida no ano de 2016, da referência salarial dos policiais civis do DF com o seu parâmetro federal, colocou em grave risco a higidez e capacidade de atuação desta tão relevante instituição de segurança pública na defesa da democracia e no exercício de seus demais misteres constitucionais.

Por isso, o estabelecimento de política remuneratória permanente que assegure, no mínimo, equivalência com a congênere federal, ostenta o condão de conferir à Polícia Civil do Distrito Federal a capacidade de se manter como instituição de polícia judiciária de excelência, capaz de realizar plenamente as suas tão caras e relevantes atribuições.

Para muito além de significar medida de valorização profissional e de segurança aos policiais civis do Distrito Federal, o presente encaminhamento representa inequívoca garantia ao próprio Distrito Federal no sentido de que o seu órgão de polícia judiciária seguirá desempenhando as suas atividades no mais elevado nível, e em plena condição de atuar na preservação da ordem democrática.



Não é por outra razão que, reconhecendo tratar-se de política de interesse público, de defesa da democracia e da segurança do Distrito Federal, o atual Governador do Distrito Federal, em 20 de julho de 2022, firmou juntamente com a atual Vice-Governadora e outras forças políticas locais, documento intitulado “Carta por Brasília”, onde fez constar, em seu item 9, o objetivo de assegurar “isonomia da Polícia Civil com a Polícia Federal”.

Nesse sentido, esta CPI encaminha ao Excelentíssimo Senhor Governador, em consonância com a política por ele mesmo expressa na carta supramencionada, a proposta de que seja encaminhado ofício à Presidência da República, com cópia aos Ministros da Justiça e Segurança Pública e da Gestão e Inovação, manifestando o interesse do Distrito Federal de que seja dispensada à Polícia Civil do Distrito Federal a mesma política remuneratória conferida à Polícia Federal, com a solicitação de que os reajustes e ou reestruturações de carreira(s) sejam promovidos no mesmo instrumento e observados os mesmos parâmetros.

19.3.1 Reestruturação da Polícia Civil do Distrito Federal

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, teve destacada atuação por ocasião dos atos antidemocráticos ocorridos aos 08/01/2023, bem como nas ocorrências de similar natureza que os antecederam, ainda em dezembro de 2022, com destaque para a tentativa de explosão de caminhão tanque, no perímetro do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.

Para tanto, a atual estrutura organizacional da Polícia Civil do Distrito Federal foi desafiada a atuar em ocorrências de escala sem paralelo em nossa história, o que conseqüentemente nos leva a uma melhor compreensão do espectro de necessidades da instituição, com vistas a melhor atuação em eventos dessa natureza.



Sem prejuízo da indispensável atuação dos demais departamentos dessa instituição, com enorme comprometimento de nossos policiais, destacamos em relação aos eventos de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 o engajamento do Departamento de Combate a Corrupção e ao Crime Organizado, do Departamento de Polícia Circunscricional, do Departamento de Atividades Especiais, do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, do Departamento de Polícia Especializada, e do Departamento de Polícia Técnica.

Aspecto comum relacionado a todas as estruturas supramencionadas é o baixo efetivo policial. Atualmente a PCDF conta com apenas 41,78% de seu quadro efetivo em relação ao previsto em lei, contando com 3.747 (três mil, setecentos e quarenta e sete) servidores ativos e 5.199 (cinco mil, cento e noventa e nove) cargos efetivos vagos, o que representa o menor efetivo de sua história.

Vale salientar que as atividades de plantão noturno de diversas delegacias circunscricionais e outros serviços essenciais à cargo da instituição, tais como a realização de perícias criminais externas, somente estão sendo viabilizados em razão de política de natureza contingencial, prevista na Lei nº 6.261, de 29 de janeiro de 2019, que instituiu o serviço voluntário no âmbito da PCDF.

Visando equacionar o déficit de servidores efetivos, o Governo do Distrito Federal autorizou a realização de concursos públicos para provimento de cargos de agente de polícia e de escrivão de polícia, cujos certames tiveram o seu cronograma de realização e conclusão fortemente impactados pela pandemia de COVID-19.

Não obstante o considerável atraso na realização dos citados concursos, tem-se que ambos restaram concluídos neste ano, inclusive com a superação da fase de formação policial, havendo mais de 1.500 (mil e quinhentos) candidatos aprovados aptos a serem nomeados para os respectivos cargos efetivos.

A Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 (Lei Orçamentária Anual da União de 2023), em seu Anexo V, autoriza a contratação de até 900 servidores efetivos no atual exercício. Já o PLN nº 29/2023 (Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024),



ainda em tramitação, não ostenta em seu anexo específico autorização expressa para a fixação de efetivos da Polícia Civil do Distrito Federal.

Pelo exposto, calcado exclusivamente no interesse público, e com o único propósito de contribuir para o fortalecimento da PCDF com vistas à prevenção e repressão qualificada a crimes contra o Estado Democrático de Direito, apontamos as seguintes medidas:

1- Criação de uma coordenação de repressão a crimes cibernéticos, em substituição à atual Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos - DRCC, o que garantiria uma estrutura mais robusta e melhor dimensionada para atuar nessa seara;

2- Criação de unidade especializada, no âmbito do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado – DECOR, de repressão a crimes contra o Estado Democrático de Direito ou de Defesa da Democracia;

3- Fortalecimento das estruturas do Departamento de Atividades Especiais – DEPATE, com o incremento de servidores lotados em suas unidades;

4- Criação, no âmbito do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação – DGI, de uma unidade específica de informação relacionada a ameaças ao Estado Democrático de Direito;

5- Fortalecimento das estruturas do Instituto de Criminalística – IC e do Instituto de Medicina Legal.

Para tanto, vislumbra-se a premente necessidade de provimento de cargos efetivos, notadamente de agente de polícia e de escrivão de polícia, em quantitativo que viabilize o incremento das estruturas supramencionadas de forma a permitir a sua melhor atuação.



A título de ilustração, informamos que o Departamento de Combate a Corrupção e ao Crime Organizado – DECOR, que conta com a Delegacia de Repressão ao Crime Organizado – DRACO, Delegacia de Repressão à Corrupção – DRCOR e Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Ordem Tributária – DOT, conta atualmente com apenas 90 (noventa) policiais, quando o efetivo ideal seria de, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) policiais.

A Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos, que se sugere pelo presente seja elevada ao nível de coordenação, possui quadro de lotação de apenas 22 (vinte e dois) policiais, entre delegados, agentes e escrivães de polícia.

Além disso, no que tange ao Departamento de Polícia Técnica – DPT, aproximadamente 50% (cinquenta) por cento dos cargos de perito criminal e de perito médico legista encontram-se vagos.

Vale destacar que o Governo do Distrito Federal, no corrente ano, autorizou a realização de concursos para provimento de cargos de delegado de polícia e de agente policial de custódia.

Contudo, vislumbra-se, ainda, a necessidade de autorização de concursos para provimento de cargos de perito criminal e de perito médico legista, a fim de incrementar a capacidade de atuação da PCDF na defesa da democracia.

Nesse sentido, as medidas ora sugeridas demandariam a nomeação de todos os aprovados nos concursos findos para provimento de cargos de agente de polícia e de escrivão de polícia, a autorização para a realização de concursos para perito criminal e perito médico legista, assim como a edição de atos de criação ou transformação das estruturas aqui mencionadas.

Ademais, insta informar que, em observância aos termos das Indicações Legislativas de nº 8407/2022 e 8321/2022, a Polícia Civil do Distrito Federal propôs a criação de 200 (duzentos) cargos em comissão destinados a serviço voluntário para servidores aposentados, exclusivamente para o desempenho de atividades-meio, de sorte a liberar o máximo quantitativo existente para a atividade de investigação.



Por fim, e em consonância com o que fora exposto, afigurar-se-ia de extrema valia, ainda, que fossem adotadas medidas, seja no âmbito do Poder Executivo ou do Poder Legislativo do Distrito Federal, no sentido de se modificar o anexo V do PLN nº 29/2023, a fim de que se faça constar expressamente na peça orçamentária de 2024 a autorização para contratação de pessoal pela Polícia Civil do Distrito Federal, em quantitativo que alcance todos os candidatos já aptos a serem nomeados

19.4 Demais encaminhamentos e proposições

- Criação do Comando do Policiamento da Esplanada e ampliação das instalações do 6º BPM: Sob o comando de um Coronel QOPM (último posto da carreira de oficial), terá como missão a atuação **exclusiva** na Esplanada dos Ministérios e áreas limítrofes. Com isso, a Corporação terá um maior efetivo empregado, diuturnamente, com a possibilidade de mais meios logísticos e com uma Unidade mais ampla e com instalações condizentes para os policiais militares;
- Alteração da Portaria nº 1.042/2017 (Batalhão Virtual): O Estado Maior da PMDF propõe aumentar e expandir as escalas do Batalhão Virtual para os dias úteis. Com isso, a corporação contaria com um efetivo maior para qualquer eventualidade, caso o efetivo ordinário não seja suficiente;
- Convocação dos policiais designados: viabilizar a convocação de policiais militares que atualmente estão na reserva remunerada (conforme previsão no artigo 9º, parágrafo único, da Lei Federal nº 7.289/1984). Assim, em sendo voluntários, voltarão a compor as fileiras da corporação, proporcionando mais efetivo para atividade de policiamento ostensivo e controle de manifestações; e



- Obrigatoriedade de cadastro de eventos, manifestações, atos públicos e reuniões em locais públicos perante a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal: possibilitar o controle e viabilizar os planejamentos operacionais mais adequados, com possibilidade de responsabilização civil e penal.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO HERMETO DE OLIVEIRA NETO - Matr. 00148, Deputado(a) Distrital**, em 28/11/2023, às 18:51, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1456986** Código CRC: **36E5E3F8**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 11 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-8112
www.cl.df.gov.br - dep.hermeto@cl.df.gov.br